

CAPÍTULO I

DE CIRURGIÃO A DIPLOMATA

1

Foi uma vida de trabalho, movimentadíssima e interessante, consagrada inteiramente ao Brasil, a de Duarte da Ponte Ribeiro. Nasceu em Portugal, na freguesia de São Pedro de Pavolide, Bispado de Viseu, no dia 2 de março de 1795. Seus pais, o cirurgião João da Costa Queiroga da Ponte Ribeiro e D. Ana da Ponte Ribeiro, destinaram-no desde muito cedo à carreira paterna. (1)

Napoleão, porém, que, no comêço do século passado, se não cansara em confundir os reis e os príncipes, transfigurados em fantoches de um imenso *guignol*, tanto mexeu e remexeu que foi, indiretamente é verdade, bulir com muita gente estranha, na maior parte, aos seus cálculos políticos, dando-lhe nova feição à vida. Foi um exemplo a invasão de Portugal, pelos exércitos de Junot. Não só a Rainha, o Príncipe Regente, a Princesa e demais membros da família real, secretários de estado, dignitários e funcionários da côrte, viram-se forçados a deixar apressadamente Lisboa à procura de seguro abrigo no Brasil, mas também os seguiram na fuga, por circunstâncias muito especiais, pessoas que se não intrometeram nunca em política. Encontrava-se entre estas últimas Duarte da Ponte Ribeiro, menino de doze anos apenas, obrigado a acompanhar o seu mestre, ilustre na época, Joaquim da Rocha Mazarem,

que embarcara como primeiro cirurgião da nau *Príncipe Real*. (2)

Sòmente em março de 1808, o príncipe D. João instalou-se na cidade do Rio de Janeiro, improvisada em côrte. Aí entre os muitos serviços criados, de grande utilidade para o futuro império, releva notar a instituição, em 5 de novembro do mesmo ano, de "uma escola anatômica, cirúrgica e médica no Real Hospital Militar do Morro do Castelo, antigo Colégio dos Jesuítas". (3) Nesta escola matriculou-se Duarte no curso de cirurgia, cujo ensino era então subministrado, segundo Martius, de acôrdo com o seguinte programa: "no 1.º ano; anatomia, química e farmácia; no 2.º, as mesmas matérias e mais fisiologia; no 3.º, higiene, patologia, etiologia e terapêutica; no 4.º, cirurgia e obstetrícia; no 5.º, prática nas clínicas." (4)

Pouco antes de concluir o curso, designado para substituir o cirurgião do brigue de guerra *São Boaventura*, teve Duarte, durante a viagem que fez então a Lisboa, o ensejo de exercer oficialmente a sua profissão. De volta ao Rio, com ótimos atestados abonadores de sua capacidade, obteve, depois de prestar exames finais, a carta de cirurgião em 14 de setembro de 1811. Concluía em três anos o curso que se fazia normalmente em cinco, talvez porque o iniciasse em Lisboa com o seu mestre Mazarem, antes da fuga coletiva de 29 de novembro de 1807. O novo doutor, ao deixar a escola, contava apenas 17 anos de idade e isso mesmo incompletos.

No início da carreira aceitou Duarte, várias vezes, o cargo de cirurgião de bordo. Inúmeras viagens fez neste pôsto à Europa, África e, possivelmente, Ásia, dada a extensão das suas viagens e o fato de se ter intensificado o comércio entre o Brasil e o Oriente, em

consequência do decreto de 1809, que “isentou de direitos em nossas alfândegas as mercadorias da China.” (5)

Este foi também o começo de sua luta contra a morte, que se não limitou à cabeceira dos doentes, tentando salvar uma vida em perigo; mas luta pessoal, em que enfrentou algumas vezes a inimiga comum e lhe escapuliu outras tantas das garras, milagrosamente. Conta Joaquim Manuel de Macedo, em interessante estudo sobre Duarte, que este, em 1815, resistira “a cento e cinquenta e cinco dias de viagem marítima tempestuosa, a sessenta de meia ração de água, ao escorbuto e à morte, que reduzira de sessenta a quarenta e duas pessoas, em geral enfermas, a equipagem do navio.” Dois anos depois, em 1817, Ponte Ribeiro encontrou-se em situação pior: “Afetado da *carneirada* ou febre de Angola, agonizara três dias e, já considerado morto, voltara à vida.” (6)

Não foi apenas das tempestades, das meias rações de água, do escorbuto, da *carneirada*, que se êle desvencilhou quase que inteiramente são, só com o fígado avariado, mas também dos desastres. E a um dêles, ocorrido em 1824, é ainda Joaquim Manuel de Macedo quem se refere, narrando o seguinte: “uma espingarda de dois canos rebentara em suas mãos, causando-lhe a descarga despedaçamento da mão e braço esquerdos, perda de ossos, tétano consequente e a reação inverosímil que lhe restabeleceu a saúde.” (7)

2

Ponte Ribeiro casou-se em 1819 com D. Maria Joana Pereira, filha de José Marcelino Pereira, capitão de mar e guerra, e de D. Jacinta Maria Pinto Pereira. (8)

E, desde então, fixou residência na Vila Real da Praia Grande. Esta vila, porém, já não era mais a descrita por Luccock, nos seus primeiros anos de estada no Brasil: "São Domingos e Praia Grande, no lado oposto, eram duas aldeias pequeninas, constituídas de um punhado de casitas dispersas e mergulhadas no seio da floresta." (9) Entrara, havia poucos anos, em fase de inovação urbanística importante, que lhe demudara completamente o aspecto arcáico de aldeia.

A Câmara da Vila, presidida pelo juiz de fora José Clemente Pereira, desde 1816, planejara verdadeira reedificação da Praia Grande, pròpriamente dita, transformando-lhe os caminhos tortuosos que seguiam da praia para o interior, nas ruas perpendiculares e paralelas ao mar, que, até hoje, se conservado têm. Armand-Julien Pallière, hábil pintor francês, chegado então recentemente da Europa, fôra incumbido de desenhar os projetos e plantas. Com tal perfeição e minúcia se desobrigou do encargo, que se não limitou a delinear as novas ruas e o futuro *Largo da Memória*, em homenagem êste à visita do príncipe D.^o João à Praia Grande, mas determinou também os antigos caminhos e pintou pormenorizadamente a parte de São Domingos, onde se encontravam os principais edifícios. (10) O mencionado John Luccock, negociante inglês, que esteve no Brasil de 1808 a 1818, descrevendo-o honesta e miudadamente, tem no seu livro outra passagem sôbre a Praia Grande, escrita, presumo eu, de anotações posteriores à daquela transcrita acima, na qual já faz alusão às modificações operadas, por certo, durante a sua permanência aqui. "A enseada da Praia Grande — diz neste segundo passo que deve ser de 1818 — é um dos recessos menos profundos com que por ali se topa; mas nem por isso menos belo. A praia é larga e orlada de

pequenas casas; o interior é rico, embora arenoso; e, talvez, nenhum dos pontos vizinhos da capital passou por tão vantajosas transformações.” (11)

No entanto, a varíola não tomara conhecimento de todas as reformas realizadas, que tão profundamente alteraram a topografia da vila, e, agora, grassava desapiadada, principalmente, entre os índios botocudos, alojados na Praia Grande da visita que vinham de fazer ao Príncipe Regente. Ponte Ribeiro atendeu-os solícito e deles tratou gratuitamente. Talvez, em recompensa desses serviços foi que a Câmara Municipal o escolhesse em 1819 para seu Cirurgião-Mór. Ainda neste ano aceitou a nomeação, que lhe fez o govêrno, para o cargo de Tesoureiro do Sêlo, e, no ano seguinte, para o de Tesoureiro dos Defuntos e Ausentes, pelo período de três anos. (12)

Não deixara êle, porém, o exercício da sua profissão, embaído por aquelas nomeações. Ao contrário, deu-lhe a clínica, que manteve até 1825, além de pequena fortuna, um nome conhecido. Em 1826 era considerado ótimo cirurgião, podendo ambicionar, como ambicionava, o lugar de professor da Escola de Medicina do Rio de Janeiro. (13) Todavia, o destino que, por vezes, já lhe transmudara tanto a existência, fazendo em 1807 deixar Portugal e em 1822 optar pela nacionalidade brasileira, agora lhe desviaria completamente o rumo da vida. O Dr. Duarte não conseguiria a cátedra pretendida, porque, desde 20 de maio de 1826, fôra nomeado cônsul do Brasil na Espanha. (14)

Da noite para o dia, vê-se o cirurgião transformado em diplomata; manda fazer imediatamente o uniforme, que enverga satisfeito; deixa o bisturi, com o qual trabalhara cêrca de quinze anos, e o substitui pela pena que vai manejar com a mesma habilidade e o mesmo

desembaraço. Agora, as memórias, pro-memórias, officios, informações, pareceres e cartas do Dr. Duarte, irão formar volumes, encher estantes nos arquivos da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, sôbre os assuntos diplomáticos de grande interêsse para o Império.

3

Duarte chegou a Lisboa, de caminho para Espanha, em fins de 1826. Havia muito que Napoleão não era mais o senhor da Europa. Substituiu-o pela Santa Aliança o Congresso de Viena. Depois do intenso período que findara, caracterizado pelos exércitos que se estraçoaram mutuamente e a todos fatigaram e escorcharam, já era então de boa política contrapor-se ao personalismo de uma época, em que se matara em nome de um homem, o anonimato de um rótulo, mais ou menos elástico e inexpressivo, onde todos coubessem com as suas mazelas e interêsses, sem, no entanto, ninguém se responsabilizar pelas mortes decorrentes.

Em 1826 a Santa Aliança subsistia, ainda que agonizante. As lutas que se desenrolaram em quase toda Europa; as desavenças, logo surgidas, entre as potências que a constituíram; o desencontro dos interêsses, a que visavam os aliados, demonstravam que a época de veleidades reacionárias caducara. Contudo, a Espanha, que pouco antes fôra cenário de intervenção francesa em nome da Aliança, acreditava na existência daquele conglomerado de interêsses já transmalhados. E, na impossibilidade de repor sòzinha o mundo — mesmo o extra-europeu — no pé em que se encontrava quando Napoleão o revolvera todo, acastelara-se ela, abstraída da realidade, na esperança de que lhe restituiria a Santa Aliança as colônias perdidas. Enquanto isso, a Ingla-

terra e a França vendiam em profusão as suas mercadorias aos novos países sul-americanos.

Ao diplomata brasileiro não lhe seria possível assim, em ambiente reacionário e desconformado com os sucessos políticos ocorridos na América, conseguir o seu *exequatur*, mesmo porque, para isso, devera a Espanha reconhecer preliminarmente a independência do Brasil, o que lhe não interessava no momento. Chegara êle a Madrid no dia 22 de janeiro de 1827, e somente dois meses depois o recebia o ministro espanhol D. Manuel Gonzáles Salmon, que, desde então, lhe dificultou todos os passos para o êxito de sua missão, dando-lhe, como justificativa do seu estafalário procedimento, os mais descabidos motivos. (15)

Já desiludido em 7 de agosto, Ponte Ribeiro escrevia ao Visconde de Pedra Branca: "Por agora não há aparência alguma de que a política dêste país dê esperança de ser reconhecida a nossa Independência." (16) Dias depois, ser-lhe-ia confirmada esta opinião por um dos auxiliares do ministro espanhol, que lhe declarou francamente: que "tudo era pretexto: a causa real era a Cisplatina e sua união ao Império." (17) Com esta revelação deu o Dr. Duarte por finda a sua estreia diplomática e voltou para Portugal em setembro de 1827.

Em Lisboa recebeu Ponte Ribeiro a comunicação do Marquês de Aracati, ministro dos negócios estrangeiros, datada de 23 de abril de 1828, em que dava por terminada a comissão, embora o autorizasse a receber "o vencimento do seu ordenado por mais oito meses, contado o prazo desta data." (18) Mas, se lhe concedia a êle o vencimento, na suposição de que dentro de oito meses pudesse voltar ao Brasil, negava-se-lhe o direito à passagem. Ponte não se achava sozinho:

acompanhavam-no a sua mulher e seus filhos, sendo que o último nascera em setembro, já em Lisboa. (19) Nada menos de cinco pessoas! A situação tornara-se difícil e desagradável a ponto de o obrigar a recorrer ao ministro, pedindo por favor aquilo que se lhe devia por decôro. Foi deferido finalmente a concessão às passagens. Mas impunha-se-lhe a ridícula e vexatória condição de provar a sua indigência. Com semelhante alvitre não se conformou Duarte. Vendeu as suas últimas pratas e o seu uniforme, e retirou-se para o Brasil, não como mendigo a rastejar esmolos. Ao Visconde de Itabaiana, ministro brasileiro em Londres, escreveu êle, depois de contar o ocorrido: "V. Exa. aprovará a resolução que tenho tomado de vender a prata que me resta e o meu uniforme para pagar a viagem, preferindo êste sacrificio ao vexame de fazer uma pública justificação de pobreza." (20) Ao voltar ao Brasil, apenas trazia algumas dívidas. A um amigo de Lisboa, Antônio Pedro de Carvalho, ficara devendo a quantia de 52\$620 metal, paga, depois de chegar ao Rio, em outubro de 1828. (21)

Até agosto de 1828, ficara Ponte Ribeiro prêso em Lisboa com a questão das passagens. E' durante esta permanência em Portugal, que Joaquim Manuel de Macedo, no seu citado trabalho, lhe atribui a missão secreta de observar as tendências do govêrno de D. Miguel, quanto aos direitos de D. Maria II ao trono português. (22) Pôsto que sempre bem informado a respeito das atividades diplomáticas do seu biografado, esta asserção de Macedo não se confirma com documento algum do vastíssimo arquivo deixado por Duarte (ao menos não encontrei coisa alguma), e, em parte, contraria a comunicação de Aracati, dando-lhe por finda a missão a 23 de abril de 1828. Ora, caso continuasse

êle como agente secreto em Lisboa, não havia razão de o ministro escrever como escrevera, quer em relação ao fim da missão, quer também quanto ao pagamento do “vencimento do seu ordenado”, apenas, por mais oito meses. O mesmo se pode inferir da questão das passagens, que não teria ocorrido se Duarte ainda fôsse agente do govêrno imperial, embora em carácter secreto. E, além de tudo, não havia necessidade de agente secreto, unicamente, para conhecer a tendência do govêrno de D. Miguel. Esta tendência, em 1828, era mais que sabida. (23)

4

De todos os países que perlustrou, representando o Brasil, trouxe Ponte Ribeiro sempre, sôbre os mais variados assuntos, minuciosas memórias ou, ao menos, notícias interessantes. A Espanha, porém, foi exceção. Longe de se encontrar atualmente no seu arquivo aquella quantidade de papéis, repletos de sua letra pachorrenta e deselegante, apenas uma folha existe sôbre a Espanha, onde se não lê descrição de lugares, de caminhos, de igrejas, de revoltas, de povos primitivos ou de instituições políticas, mas, sim, uma pilhéria, talvez para que sempre se recordasse êle do ministro Salmon.

Êste papel, escrito de seu próprio punho, tem à guisa de título o seguinte cabeçalho: “Carácter dos Espanhóis segundo as Províncias”. Vêm em primeiro lugar as duas Castelas, Nova e Velha, onde se comparam os homens aos gatos e às galinhas as mulheres. Segue-se a Mancha em condições piores, pois aí os homens são feras e as mulheres serpentes. Em terceiro está

colocada a província das Astúrias, com homens cavalos e mulheres vacas. Nas observações sôbre esta última província, explica-se do seguinte jeito semelhante comparação: “as mulheres casam-se para terem leite e empregam-se em criar filhos dos outros.” Das Astúrias passa-se à Andaluzia, onde se encontram homens de cêra e mulheres de flor, porquanto “as mulheres são boas para serem tratadas só por pouco tempo.” As províncias de Biscáia e Navarra, mais decentemente descritas, têm nos homens cidadãos e senhoras nas mulheres, por serem estas “graves, bonitas e sem pretensão.” A última Catalunha, terra dos insetos, por se assemelharem os homens a abelhas e a formigas as mulheres. (24)

CAPÍTULO II

UM MOMENTO DECISIVO

1

Da Europa passou Ponte Ribeiro à América do Sul, nomeado em 10 de fevereiro de 1829 cônsul geral e interinamente encarregado de negócios na República do Peru.

Nas instruções que lhe deu o ministro Marquês de Aracati, em 9 de março, recomendava-se-lhe seguisse até Montevideo numa fragata brasileira, que dentro de alguns dias devia partir para o sul, e, uma vez naquela cidade, cuidasse imediatamente de embarcar para Buenos-Aires, “a fim de seguir daí por terra para o Chile;

tendo Vossa Mercê todo esmêro de fazer ao govêrno imperial tôdas as communicações que julgar interessante sôbre as províncias por onde passar.” (25)

Assim, na suposição de que o diplomata conseguiria atravessar os Andes, da Argentina ao Chile, onde, por fôrça da viagem, seria obrigado a demorar-se algum tempo, é que as instruções foram concebidas. Por isso, nelas determinava Araçati a Ponte Ribeiro o que lhe competia fazer no Chile, início de sua missão. No caso de afind encontrar ambiente favorável, quando de passagem por Santiago, entregaria ao ministro das relações exteriores uma carta do seu colega brasileiro, o que lhe daria oportunidade para “insinuar àquele ministro os vivos desejos que tem o govêrno imperial de animar e estreitar as relações políticas e comerciais dos dois países.” Se, depois de lida a carta, a resposta, que lhe desse o ministro, demonstrasse aqueles mesmos desejos amistosos, Ponte estava autorizado a ir além, entregando-lhe a credencial que levava e o acreditava junto ao govêrno do Chile, como encarregado de negócios, interino.

Tudo isso, porém, era de ser feito na forma seguinte, que lhe prescreviam as instruções: “Com tôda a dexteridade e delicadeza lhe asseverará que se acha autorizado para desenvolver o carácter de encarregado de negócios interino dêste Império no Chile.”

O Chile, no entanto, era um incidente de viagem, pois se destinava a missão, principalmente, ao Peru. Com esta república manteve o primeiro reinado as relações mais cordiais. Já estivera no Rio de Janeiro, em 1827, um representante peruano, D. José Domingues Cáceres, que chegara a propor, em nome de seu govêrno, as bases para um tratado de limites. Nesse sentido escrevera êle ao Marquês de Queluz, então mi-

nistro, a 9 de março, esforçando-se por demonstrar “lo conveniente que á uno y outro país seria celebrar un tratado que determinase de una manera incuestionable los límites respectivos de cada uno.” A base, que ofereceu então, indicou-a Cáceres assim: “considerando que un tratado de esta naturaleza ofrece algunas dificultades, por quanto no se tiene un conocimiento que pueda llamarse exacto de la Geografia interior de ambos países, el Gobierno del Peru cree que ellas serian removidas nombrada una comisión de personas capaces, elejidas de una e otra parte, las cuales podrian examinar las fronteras respectivas, á, proporcionar los datos necesarios para demarcar con la posible precisión la linea divisoria de las dos Naciones.” (26)

O Marquês de Queluz não deu andamento à proposta do diplomata peruano, respondendo-lhe quatro dias depois nestas palavras: “sendo preciso mendigar notícias sôbre o que já existe feito a êste respeito, mas mesmo pela dificuldade de achar homens práticos e hábeis para esta diligência, convém por isso que o govêrno imperial haja de tomar primeiramente as medidas necessárias para conseguir a intenção dos dois governos em tal matéria; e para êste fim se vão dar passos convenientes.” (27) Óbvio é que esta resposta significava o mesmo que se declarar prematuro o estudo da questão. Não somente por isso não foram dados os passos prometidos, mas ainda porque a proposta peruana fôra feita sem a menor intenção de a realizar, como asseverou Ponte Ribeiro em 1832, esclarecendo êste lance da missão Cáceres. (28)

Contudo, essa proposta vem demonstrar, além dos têrmos amigáveis em que se encontravam as relações entre os dois países, que o govêrno peruano não considerava então válido o tratado de 1777, visto que nem

uma só vez o mencionou na proposta o seu representante, apontando aí outro meio de se demarcar a fronteira muito semelhante ao *uti possedetis*. (29)

Era a missão Ponte Ribeiro ao Peru, principalmente, em retribuição à de Cáceres, que o Imperador D. Pedro I muito apreciara, como consta das instruções. Ia o diplomata brasileiro autorizado a negociar um tratado de comércio e navegação, “fundado — escrevia o Marquês de Aracati — em princípios liberais, ou, para melhor dizer, de Política Americana.” Mas, sobre os limites, prevalecia ainda a idéia de se mendigarem elementos e, enquanto os não obtivesse, devia o representante brasileiro de se ater às razões de 1827, dadas por Queluz, assegurando todavia “que o govêrno imperial está cuidando em tomar todos os esclarecimentos, para entrar na negociação de um tratado.” (30)

2

De acôrdo com as instruções que lhe recomendavam: “S. M. Imperial deseja que Vossa Mercê parta quanto antes”, seguiu Ponte Ribeiro, imediatamente, para o sul. No dia 31 de março já aportava a Montevideo e a 5 de abril tentava embarcar para Buenos-Aires. O mau tempo, porém, atrasou a partida da embarcação, dando-lhe ensejo para escrever ao ministro dos negócios estrangeiros sobre os dirigentes do Uruguai e o seguinte a respeito de duas personagens argentinas: “Aqui se acham os generais San Martin e Balcarce que foi desterrado pelo govêrno de Buenos-Aires: são os maiores apologistas de S. M. o Imperador, e bemdizem a fortuna do Brasil de possuir um soberano tão magnânimo.” (31)

Pouco mais se demorou Ponte em Montevideo, de onde saiu a 9 de abril para chegar a 11 a Buenos-Aires. (32) Aí os dois partidos, unitário e federal, acabavam de representar o mais emocionante drama de sua história. Manuel Dorrego, governador da província de Buenos-Aires, eleito depois de liquidada a obra centralista de Rivadavia, foi derribado do poder, pelo motim vitorioso chefiado por Lavalle, a 1 de dezembro, e fuzilado dias depois. Nos primeiros momentos parecia que, com semelhante traça, se reinstalariam os unitários no poder. O contrário justamente sucederia, pois lhes eram superiores em força os federais, talvez porque tivessem êstes raízes mais profundas como partido mais popular e mais conforme ao meio. Assim, a reação por parte dos federais não se fez esperar: foi rápida, quase que imediata. Estanisláu López, em Santa Fé, e Juan Manuel Rosas, na campanha buenarense, reuniram as suas milícias formadas de índios e gauchos, mais ou menos fanatizados, às quais se dava o nome de *montoneras*, e, com elas, arremeteram a Lavalle. (33)

Em fins de março, pouco antes da chegada de Ponte Ribeiro, a situação de Lavalle piorara consideravelmente, até que, no dia 26 de abril, se tornou insustentável com a derrota sofrida em *Puente Márquez*. “As notícias que durante o ataque do dia 26 chegaram a esta cidade — escrevia Duarte, quatro dias depois — aterraram o Partido Unitário e desenvolveram o Federal; então se viu que êste último é aqui maior do que se pensa.” (34)

Buenos-Aires, onde se mantinham os unitários, fôra tomada de pânico na expectativa dos montoneiros, que todos supunham às portas da cidade. E isso antes de 26 de abril, pois a 11 chegara o diplomata brasileiro ao

som de rebate geral e anotara desde 19: "Não é possível descrever a confusão e o terror pânico em que ficou este povo, julgando-se já entregue aos índios selvagens, como o govêrno lhe faz acreditar." (35)

O terror em que se viveu então aqueles dias de abril e maio de 1829, um grande historiador argentino descreveu-o assim, com as mesmas cores lúgubres: "Del sábado 25 al lunes 27 de abril, Buenos Aires es un campamento, y nadie duerme en la ciudad conmovida por intermitentes toques de generala. Em 20 de mayo corre la voz de que las milicias rositas están a las puertas de Buenos Aires y todo se paraliza; se cierran los comercios, la gente se esconde en sus casas y la misma *Gaceta Mercantil* sale con sólo medio pliego, abandonada la composición por los tipógrafos poseídos del pánico general." (36)

A paisagem da cidade amesquinhava-se diante da anarquia que obumbrava os horizontes, reduzindo e delimitando a perspectiva àquelas cênas que se desenrolavam na campanha, recontadas por todos com pavor. Para o viajante, que descortinava pela primeira vez o cenário escuro e espêso que a anarquia construía, o principal a fixar não era a natureza esmorecida, mas aqueles lances revolucionários, tão típicos, de gauchos e índios, levados pelos seus chefes carismáticos a cruzar as armas com os generais e soldados, hábeis e disciplinados, que voltavam de uma guerra.

Ponte Ribeiro, em alguns ofícios, descreve então os momentos decisivos daquele processo histórico em ebulição, com a maestria e técnica de quem não tivesse feito outra coisa na vida a não ser tratar de revoluções. Ninguém dirá, lendo hoje aqueles ofícios, que são frutos do primeiro contacto que o diplomata brasileiro teve com a política platina. São dignos de especialista

aclimado ao meio, por longos anos de experiência. Ele apanha com precisão o ambiente em que vive, exacerba-se pelos acontecimentos excepcionais, a que assiste, e o reproduz da maneira objetiva por que o faria como cirurgião, se se tratasse de um processo patológico qualquer, sem demonstrar simpatias, quer pelos micróbios causadores do mal, quer pela parte do corpo inficionada. Mas, na verdade, os pormenores dos sucessos narrados, que lhe proporcionavam a possibilidade de visão exata e rápida do conjunto, eram-lhe fornecidos por dois entendidos em assuntos do Rio da Prata. O segredo do êxito de Ponte Ribeiro, como informante dos acontecimentos políticos dos países por onde passava, residia justamente na idoneidade das fontes a que recorria, como se vê, para Buenos-Aires em 1829, do seguinte trecho: “A recomendação de Mr. Tudor — afirmava êle a Aracati — tem contribuído muito para as atenções que devo a Mr. Forbes; e tanto a êste cavaleiro, como a D. Tomás Guido devo parte do conhecimento que vou tendo do país.” Mr. Tudor era o ministro americano no Rio de Janeiro; Mr. Forbes, o seu colega em Buenos-Aires, conhecedor do ambiente platino, e o general Guido, já então dos mais notáveis estadistas argentinos. Impossível seria obter-se informantes melhores e mais dignos de fé. (37)

Assim, com o auxílio dos dois e observando cuidadoso os acontecimentos que, em parte, se desdobravam aos seus olhos, já no dia 19 de abril se referia aos partidos argentinos, que se devoravam entre si, descrevendo as principais figuras do Unitário dêste jeito: “Rivadavia é a alma do Partido Unitário, mas não dá a cara; as suas idéias e conselhos são recebidos pelo Vigário General D. Julián Segundo Agüero e comunicados em um conventículo composto de dois dos principais

Vigários, do Cónego D. Valentim Gomes, dos Generais Cruz e Álvares, Doutores Varela, Secretário Dias-Vélez e o seu irmão Letrado etc. Alvear entra neste partido e lhe dá impulso por via do General Álvares, mas não se desmascara porque conhece que nenhum partido tem confiança nêle em razão de ser ambicioso, e se alguma vez tomasse as rédeas do govêrno jamais deixaria. Guido é do Partido Unitário, mas reprova a ocasião e os meios que empregam para restabelecê-lo; está metido em casa para não comprometer-se. D. Manuel Garcia vive isolado de todo o mundo, e não é fácil conhecer a sua maneira de pensar; lamenta as desgraças de sua pátria, e mostra que podia evitá-las e não ser com êle tão ingrata. Se o Partido Unitário ganha a causa, pode-se contar que Martim Rodrigues vai à presidência e Rivadávia ao ministério; aquele por dócil e boa opinião, êste por ser o chefe do partido.”

Neste ofício, em que se espraia largamente sôbre a situação política argentina, Ponte Ribeiro, comentando a posição do Partido Federal, esclarece o fator preponderante da popularidade de Dorrego e, em consequência, da aversão que lhe votava a aristocracia unitária. “Os inimigos que tem Lavalle não são os montoneiros, — assegurava Ponte — mas sim o Partido Federal que há nesta cidade, em que entra tôda a plebe, a qual julga que a Federação lhe há de trazer sempre governos como o de Dorrego, que a nivelou com as classes distinguidas e consentiu uma liberdade licenciosa. Todos reprovam a maneira como Lavalle matou a Dorrego, mas há bem poucas pessoas que não digam que só com a morte êle podia pagar os males provenientes da ousadia e consideração à canalha.”

Não se interessa Ponte, apenas, pelas minúcias, embora as esmerilhe sempre: as descrições do conjunto,

debuxadas em poucas palavras, fazendo sobressair o quadro, também as delinea. “Este país — consigna êle em officio de 29 de maio — oferece o quadro mais triste que se pode imaginar. Os dois partidos se aniquilam, matando-se encarniçadamente; a campanha está deserta; as propriedades destruidas, e o gado que faz a riqueza da província tem sido e continua a ser levado pelos índios.” Fala também de Buenos-Aires, fazendo ressaltar aí o localismo dos seus filhos: “Sem a qualidade de ter nascido em Buenos-Aires não há merecimento.” E acrescentava: “A mocidade tem péssima moral, e quase nenhuma religião: o sexo feminino tem uma educação bizarra que lhe dá extraordinária influência sobre os homens; e toma parte ativa nos negócios públicos.” Refere-se às tropas brasileiras que se achavam ainda em Montevideo, em vários passos da sua correspondência, fazendo em um dêles, o seguinte comentário: “A demora das nossas tropas em Montevideo não tem causado a menor sensação aqui.” (38)

Ao iniciar-se na política platina, não se limitou Ponte Ribeiro aos informes que lhe prestavam Mr. Forbes e D. Tomás Guido. Enfronhou-se também na história da Argentina; rebuscou nos livros o que dela já se dissera; procurou o convívio do povo, e observou por si, esmiuçando tudo, o ambiente em que vivia. A conclusão a que chegou do que vira, lera e ouvira, foi de serem os argentinos vivíssimos, particularmente o de Buenos-Aires, de fácil percepção; reservados, persuasivos e, sobretudo, dissimulados. Durante anos guardavam recalçado tudo o que lhes desagradasse, para, oportunamente, quando o momento lhes parecesse favorável, volverem ao assunto no mesmo ponto em que o deixaram, como se o não houvessem interrompido. A valentia e a robustez, que lhes attribuia Ponte, afigura-

vam-se-lhe conseqüência indiscutível do clima e da alimentação quase que exclusiva de carne. E, a finalizar a descrição que faz dos argentinos, não tem dúvida de inserir um trecho positivamente de D. Félix de Azara. “A massa geral é sanguinária”, asseverava Ponte, por conta própria. “O comércio de que vivem provindo todo da matança de animais, os familiariza com tais atos, e a morte de um homem lhes é indiferente.” Azara já havia escrito: “Acostumados desde a infância a degolar animais, parece-lhes natural fazer o mesmo com os homens: a morte lhes é indiferente.” (39)

Lavalle, nesses momentos patéticos, que atravessa, é várias vezes mencionado por Ponte. Na verdade, era êle a figura principal do drama, muito embora do outro lado do estuário se encontrasse o General San Martin, herói da independência, aguardando a ocasião de deixar para sempre a América, inteiramente disiludido. Nos poucos dias que passara em Montevideo, não se esquecera Ponte Ribeiro de ir visitá-lo, e, em officio de 1 de maio, contava muito em particular a Aracati: “O General Lavalle, quando saiu de Santa Fé para esta Capital, enviou daí para Montevideo dois officiais, sendo um o famoso Trolé, para rogar a San Martin a que viesse para esta cidade, aonde sua presença podia ser de grande utilidade. San Martin havia já recebido outra igual mensagem de parte de Lopes, para entrar no seu partido. A um e outro respondeu aquele general que não tomava partido nenhum nas atuais circunstâncias, e que ia partir imediatamente para Europa, a fim de evitar comprometimentos. — Eu estive com San Martin em Montevideo e conheci, ou para falar mais claro, declarou-me que era unitário e estava persuadido que só debaixo dêsse sistema se podiam consolidar os governos na América, porém que conhecia a impossibili-

dade de levar atualmente a êsse fim os povos do Rio da Prata. — Já em outro officio tive a honra de participar a V. Exa. que aquele general fazia os maiores elogios a S. M. Imperial e dizia que os brasileiros não davam a Sua Magestade as graças que devem por possuírem no Brasil a Sua Augusta Pessoa e liberaes Instituições. — Sei por D. Tomás Guido, que foi seu ministro no Peru, que aquele general, vindo a conhecer a impossibilidade de estabelecer repúblicas nas Américas espanholas, e sobretudo no Peru, onde há uma antiga aristocracia, intentou aclamar-se ali Rei, e para isso trabalhou muito: porém certos excessos de sua parte e falta de constância transformou tudo. Esta comunicação pode comprometer-me com os dois individuos que nomeio, e por isso espero de V. Exa. que êles não terão motivo para arrepende-se de ma terem feito.” (40)

3

Em fins de abril, a derrocada do partido unitário já era fácil de se prever. O seu chefe, Rivadávia, estadista de gênio, que não conseguira fazer triunfar a sua obra centralista, preparava-se para deixar Buenos-Aires diante das notícias recebidas de Lavalle. Ponte Ribeiro não o perde de vista neste lance supremo, contando a Aracati: “Chegaram finalmente as participações de Lavalle, as quais calmaram os espíritos da agitação em que estavam, porém não tranquilizaram o seu partido, nem fizeram reechar o contrário. Desde êsse dia resolveu Rivadávia ir para França e tomou passagem em uma embarcação francesa que está a sair; outro tanto fez Agüero no seguinte dia, e ambos estariam já embarcados se o tempo o permitisse, e

só esperam que o vento acalme. A notícia da saída destes dois indivíduos conhecidos como diretores de Lavalle, tem esmorecido muito mais o seu partido, a quem o govêrno pretende animar com derrotas parciais de montoneiros e participações ininteligíveis de São Nicolas, publicadas em boletins. O certo é que fora da cidade só está por Lavalle o terreno que êle ocupa com sua tropa.” (41) No dia 4 de maio Ponte remetia a última notícia sôbre os dois próceres unitários: “Rivadavia e Agüero embarcaram no dia 2 na galera francesa *Ivis*, que deverá sair hoje para o Havre de Grâce.” (42)

Daí em diante a história argentina, até Caseros, se simplificaria muito. Dos próprios officios de Ponte Ribeiro, verifica-se a mudança, que se vai processando. Pela primeira vez, então, êle se defrontará com o general D. Juan Manuel de Rosas, que abria caminho no meio da anarquia para se alçar ao poder. E despreocupadamente o descreve, longe de imaginar que êsse caudilho, agora sustentado pelos índios, pelos montoneiros e pelos ricos Anchorenas, será mais tarde um pesadelo na sua vida. “Entretanto, — escrevia Ponte Ribeiro — Lopes vem caminhando sôbre a capital com sua gente, e reunindo os milicianos montoneiros desta província. Com êle está de segundo chefe um tal Rosas, mui conhecido dos índios e em que os caciques têm muita confiança, e estão prontos a fazer quanto êle queira. E’ êste mesmo Rosas aquele que em 1820 entrou nesta cidade à frente dos índios e pôs a Martin Rodrigues no govêrno, acabando a anarquia.” (43)

O tal Rosas tinha idéias próprias a respeito da anarquia, que não tolerava, fôsse qual fôsse a forma em que se apresentasse ela. Ainda que caudilho, arraigado nas tradições do *compadrito*, as ligações de paren-

tesco e amizade que o uniam aos Anchorenas, faziam-no representante também das grandes fortunas da província, que só podiam prosperar com a ordem que lhes assegurasse as vantagens financeiras. Assim, tratando da deportação dos Anchorenas pelo govêrno de Lavalle, Ponte, depois de esquadriñar o assunto, contava: “A bordo do *Riobamba* estavam os Anchorenas, pai e filho — a família mais rica da província, mui ligada com Rosas em interêsses de estâncias, e que por isso mesmo e para não se unirem a êle e fornecer-lhe dinheiro, como fizeram em 1820, haviam sido deportados para a Patagônia. Foram no brigue *Rondeau*, e o comandante levou ordem de voltar com êles passados dois meses, julgando o govêrno que tanto seria bastante para concluir a revolução. “(44) Nos últimos dias de maio Rosas, de segundo chefe, já se transformara no homem do momento, como se vê do seguinte passo da correspondência do diplomata brasileiro: “Rosas faz ao mesmo tempo girar na campanha, como moeda corrente, bilhetes pagáveis em Buenos-Aires. O comércio está inteiramente parado e a Alfândega, única renda do país, está fechada. Lavalle julga legal o seu govêrno militar... porém perde diariamente a força física e moral. Rosas quer estabelecer um govêrno eleito pela Sala dos Representantes, que existia em tempo de Dorrego, ou de outra qualquer maneira em que o povo tenha voto.” (45)

Não fôra para escrever ao Marquês de Aracati sôbre a revolução argentina, que Ponte se abalara até o Rio da Prata. A sua missão devia prosseguir. Para isso procurou o ministro Díaz-Vélez, indagando-lhe se havia inconveniência na viagem que pretendia fazer pelas províncias argentinas até o Chile. Respondeu-lhe o ministro, com franqueza, que não via inconveniente

algum, mas, se sáisse da cidade, “corria o risco de ser assassinado por qualquer partido” que o encontrasse. A curiosidade de Ponte pelos montoneiros não ia a tanto. Assim, desde 19 de abril, avisava o ministro brasileiro da impossibilidade em que se achava de cumprir as suas instruções, no tocante à viagem por terra até o Chile, “enquanto o país não ficar sossegado dos montoneiros e dos índios selvagens.” Essa mesma dificuldade encontrou quando se decidiu a viajar por mar, pois dizia a Aracati: “não tem havido navios para ir pelo Cabo de Horn.” E isso escrevia a 1 de junho, ou seja, dois meses depois de chegar ao Rio da Prata. (46)

Foi quando passou pelo Rio de Janeiro, com destino ao Peru, a fragata francesa *La Seine*, que conduzia para aquela república dois cônsules del-Rei Cristianíssimo Carlos X. Aracati, por intermédio do encarregado de negócios da França na côrte, Mr. Pontois, obteve do comandante da fragata a promessa de também levar o diplomata brasileiro, e a êste escreveu a 14 de maio, dando-lhe ciência do ocorrido e comunicando-lhe que a fragata se demoraria oito dias em Montevideo. (47)

Ponte Ribeiro passou ainda todo o mês de junho em Buenos-Aires, presenciando o desfecho das lutas entre unitários e federais com o convênio de 24 de junho, assinado por Lavalle e Rosas, que foi a porta aberta por onde êste último penetrou em Palermo. (48) Nos primeiros dias de junho, devia Ponte ter recebido aviso de que a fragata arribara a outra margem do Prata. A 9 desse mesmo mês seguiu apressado para Montevideo, aonde chegou no dia seguinte. Mal acabara de desembarcar, que encontra o comandante e com êle combina a viagem. E, no dia 11 de junho

de 1829, a fragata *La Seine* fazia-se de velas com destino ao Peru, levando no seu bôjo o Dr. Duarte, encarregado de negócios de S. M. O Imperador D. Pedro I. (49)

CAPÍTULO III

AS REPÚBLICAS DO PACÍFICO

1

Rápida foi a viagem da fragata. Se arribou a Valparaiso, como tudo faz crer, a estadia neste pôrto teria sido apenas para reabastecimento. Isso, no entanto, não prejudicou o diplomata brasileiro, porque a parte das instruções sôbre o Chile fôra revogada pelo Marquês de Aracati, naquele despacho de 14 de maio, em razão das "circunstâncias imprevistas que sobrevieram" e que lhe impossibilitavam a execução. (50) O momento, também, não era muito próprio para as complicadas sondagens ordenadas pelo ministro dos estrangeiros, pois se encontrava o país absorvido em lutas patidárias. "O Chile — avisava Ponte ainda em fins de 1829 — está submergido em guerra civil e os campeões que a suscitaram fazem votos por Ó Higgins, que se acha nesta Capital." Em agôsto acrescentava: "Em Chile o partido vitorioso se emprega atualmente em destruir o outro de maneira que não possa levantar-se." (51)

Ponte Ribeiro chegou à capital do Peru a 27 de agôsto de 1829. Logo no dia seguinte se dirigiu ao ministro peruano, entregando-lhe a carta credencial.

Houve, por parte dêste ministro, um mal entendido quanto aos têrmos da carta, mas que não passou de simples equívoco, imediatamente sanado. D. José Domingues Cáceres (que estivera no Brasil em 1827), dias depois da chegada de Ponte, foi visitá-lo, e, ao mesmo tempo, conversar de ordem do ministro sôbre a possibilidade de uma solução para o caso. (52)

A primeira questão, porém, de interêsse para o Brasil, que teve Ponte Ribeiro de enfrentar, foi a da navegação do Amazonas. Dos seus primeiros meses de trabalho em Lima e de sua estreia nessa questão, muito tempo depois êle se recordaria assim: “Quando o encarregado de negócios do Brasil junto ao govêrno peruano chegou a Lima em 1829, soube que se tinha feito um requerimento àquele govêrno pedindo privilégio para navegar o Amazonas; e que êsse requerimento havia sido aprovado pelo Congresso.” Em dezembro as comunicações de Ponte sôbre o mesmo assunto são mais positivas: “Continuam a falar da navegação do Amazonas, e esperam que chegue aqui um oficial da marinha inglesa, que desceu por êle e embarcou-se no Pará, e volta da Inglaterra por ordem do Almirantado, munido de todo o necessário para empreender nova viagem e dar dela uma descrição exata” No dia 16, depois de se referir ao interêsse que o govêrno peruano manifestava a todo momento de fazer navegar os rios e entabolar com a Europa, por via do Amazonas, negociações comerciais, prosseguia na história da viagem realizada pelo inglês: “O tenente da marinha inglesa, de quem falei, baixou pelo Huallaga, embarcou em Lamas, e fez viagem até o Pará, acompanhado sòmente de outro inglês. A carta que anuncia a vinda dêste oficial por mandado do Almirantado para repetir a mesma viagem e fazer exatas

observações, é de uma sociedade de Londres que deseja estabelecer barcos a vapor no Amazonas, e pede informações a um agente que tem aqui." (53)

Mas, com todo o interêsse, que, demonstrava o govêrno peruano pela navegação do Amazonas, era ainda prematura qualquer tentativa neste sentido, por uma razão simplíssima, da impossibilidade por parte daquele govêrno de mantê-la ou, mesmo, de navegar os afluentes do Amazonas, que dariam acesso a êste rio, nas condições em que se encontrava tôda aquela região. (54) Por êsse motivo, e não porque o govêrno brasileiro o impedisse então, é que se não fez o tratado de comércio e navegação. Contra tôdas as expectativas, a opinião do govêrno imperial, naquela ocasião, era favorável à navegação do Amazonas pelos ribeirinhos. Assim determinavam as instruções assinadas por Aracati, corroboradas pela seguinte afirmativa de Ponte Ribeiro: "Desde que me foram comunicadas as boas disposições do nosso govêrno para que se encete aquella navegação com o Pará, as dei a conhecer a êste govêrno (do Peru); notícia que lhe causou surpresa como inesperada, e por isso tanto maior contentamento. O mesmo fiz com as pessoas interessadas sempre que me falaram dêste assunto; mas tenho observado que só existiam desejos, e nada mais." (55) Por isso, embora autorizado a negociar um tratado de comércio e navegação, não o propôs Ponte Ribeiro, reconhecendo-o desnecessário no momento por falta de objetivo, "isto é, — dizia êle — que o julguei desnecessário por falta de transações mercantis." (56)

O mesmo ocorreu com os limites. Já em dezembro de 1829, escrevia Ponte ao Marquês de Aracati: "indivíduos do govêrno tem falado na necessidade de fixar os limites do Peru com o Brasil." (57) Porém, era êste assunto então matéria de conversações e não

de tratado. E' óbvio que não entrara, nem ao menos, na fase de estudos. Assim, fácil foi ao diplomata brasileiro neste passo cumprir as suas instruções, pois os próprios peruanos, também reconheciam que era muito cedo para se resolver a questão. "Tive ocasião — informava Ponte Ribeiro a êste respeito — de saber que a proposta de um tratado de limites feita nessa côrte pelo encarregado de negócios Cáceres, não foi mais que para encobrir o verdadeiro objeto da sua missão. Êste govêrno reconhece as dificuldades de um tratado, e sempre que houve conversação sôbre êste assunto não me foi difícil convencer que devia deixar-se para mais tarde." (58)

Não se limitou Ponte Ribeiro a tratar de assuntos concernentes ao Brasil. Julgava-se na obrigação de trazer o ministro sempre a par dos movimentos políticos que se tramavam na América, mesmo quando não passassem de notícia. Por êste motivo, em breve, a sua correspondência se avoluma e toma muitas vezes feição de noticiário político. Assim é que, no seu primeiro officio cifrado, escreve: "Pelo mesmo navio de que falo a V. Exa. no meu officio n. 5, veio uma carta (aqui começam as cifras) bp pf bg pj kb jk V— gh yh ——" O significado destes desenhos e letras, que nos afiguram um jôgo de paciência ou brinquedo de criança, é o seguinte: "veio uma carta do cônsul inglês em Guaiaquil, na qual diz haver recebido outra de Bogotá, de Urdoneta, ministro da guerra, em que se diz que ali se havia declarado Colômbia monarquia constitucional: Bolívar chefe dela com o mesmo título de Libertador e na falta dêle... um príncipe de França ou Inglaterra, e tinha enviado agentes àquelas potências para... protegê-las contra a fôrça dos Estados-Unidos." (59)

2

No entanto, mal passara um ano no seu novo pôsto, quando lhe chegam do Brasil notícias não muito alentadoras. O ministério, em que Aracati ocupara a pasta dos negócios estrangeiros, caíra em dezembro de 1829. Em menos de um ano passam então pela secretaria três ministros: Miguel Calmon du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes), o Marquês de Paranaguá e Francisco Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas). Este último entrara para o gabinete, justamente, em momento de compressão de despesas, com o que se pretendia contrabalançar os *dificits* orçamentários e evitar as emissões contínuas que reduziram, juntamente com os excessos da importação sôbre a exportação, o poder aquisitivo da moeda. Mas, sômente, em fins de 1833 é que o ministro da fazendã José Cândido de Araujo Viana (Marquês de Sapucaí) combateria de verdade a inflação, pondo em execução várias medidas, inclusive a quebra do padrão monetário, de 67 a 43 dinheiros. Por enquanto, fins de 1830, o ministério visava apenas ao equilíbrio orçamentário e para isso cortava e aparava despesas. (60)

Assim, em um dos primeiros ofícios que dirige a Ponte; de 18 de dezembro de 1830, já se referia Carneiro de Campos ao eterno “apuro das finanças” brasileiras e, ao mesmo tempo, comunicava-lhe ter o govêrno imperial reduzido a dois contos e quatrocentos mil réis anuais o seu ordenado. O ministro terminava o despacho, como pai que adverte o filho perdulário, prevenindo-o: “Escuso dizer a Vossa Marcê que qualquer excesso de despesa não será abonado.” (61)

Era para esmorecer o entusiasmo dos mais cren-tes. Ponte Ribeiro não se deixou abater com semê-

lhante rabugice. Estava muito acima dessas traças mesquinhas do ofício. Não abandonara, havia pouco, uma carreira já feita, para a qual se preparara desde a mais tenra infância, para seguir a diplomacia? Se assim procedeu, não foi por falta de emprêgo, mas, sim, talvez porque lhe desagradasse a tarefa monótona de cirurgião e procurasse, noutro setor muito diferente, o que lhe faltava na vida: a ação. Esta encontrou êle não só nas viagens, verdadeiras aventuras, em que se envolveu, e nos novos panoramas que avistou; mas também nas discussões, que não soube rejeitar; nos enredos que procurou destrinçar, para os contar depois minuciosamente, e nas questões de interêsse pára o Brasil, que conheceu em todos os seus pormenores. Na diplomacia, carreira que abraçara já depois dos trinta anos de idade, êle se sentirá perfeitamente bem, pois nela encontrará vastíssimo campo para exercitar as qualidades raras, que possuía, de intelligência, perspicácia, curiosidade e desprendimento. Tôdas estas qualidades lhe dariam feição própria como diplomata, bem diferente de outros que se enquistaram nas intrighadas alheias, transfigurados em velhas alcoviteiras internacionais.

Mas não deixou sem resposta a comunicação do ministro. Em ofício de 1 de março de 1831, referindo-se à dificuldade, que encontrava no Peru, para efetuar qualquer operação de câmbio, pois, por não haver em relação ao Brasil, era obrigado a sacar sôbre a legação imperial em Londres, dizia o seguinte: "Já em outros officios tenho feito ver os apuros em que me encontro para viver com 2:400\$000 nesta capital, cuja extraordinária carestia é bem constante; e julgo do meu dever fazê-lo também no presente a V. Exa." (62)

3

Três anos esteve Ponte Ribeiro no Peru. Os estudos e viagens, que fez durante todo êsse tempo, conglobou-os em interessante trabalho intitulado: *Memória sôbre as Repúblicas do Pacífico*. Foi também esta memória o início do cirurgião como escritor dos mais variados e palpitantes assuntos da época, que diziam respeito ao Brasil, principalmente os referentes aos limites, estudados e reestudados por êle, desde o Oiapoque ao Chui. Figurava-se-lhe, com razão, necessário aos dirigentes políticos do Império o conhecimento da situação econômica e política daquelas repúblicas. Não teve a menor dúvida: fez êle mesmo o trabalho. E, uma vez terminada a missão, enviou-o de Lima, a 7 de abril de 1832, ao ministro Carneiro de Campos. (63)

— A descrição que faz do Peru, país que conheceu perfeitamente bem, é interessante e nítida. “A natureza, a linguagem e os costumes — escrevia êle — parecem dividir o Peru em duas nações distintas e sempre rivais; uma que ocupa a costa, outra que habita além dos Andes. A primeira despreza a segunda, esta odeia aquela: ali se fala castelhano melhor que em parte nenhuma da América; há bastante civilização, demasiado luxo e estremados vícios. Só nas capitais do interior se usa aquele idioma. Os indígenas não sabem mais do que o quíchua; são menos civilizados, poucos viciosos e não gastam luxo. Os primeiros se ocupam muito de religião, mais por hábito e conveniência do que virtude. Os segundos, com dificuldade, cumprem com a Igreja, e a maior parte só vem a ela na ocasião dos enterros; ato o mais solene para êles, e

em que gastam quanto têm. Até o terreno tem diferente aspecto. Ainda que geralmente montanhoso, tem verdura e arvoredo a Leste dos Andes; enquanto que a parte de Oeste oferece a triste expectativa de áridos e decrépitos rochedos, terminados em terras de areia em tôda a extensão da costa, desde 3 até 22 gráus de latitute Sul.”

A parte do trabalho, em que êle trata a política da república, merece conhecida, por não menos interessante que a transcrita: Limitando-se aí a narrar principalmente fatos ocorridos depois de 1828, ou seja, pouco antes da sua chegada ao Peru, é a opinião, que emitiu, de quem presenciou ou ouviu contar os fatos, quando se conservavam ainda vivos na memória de todos.

“Nesta república não há sistema de política, — começava Ponte a sua narração — cada administração segue diferente marcha, segundo o seu capricho e interêsses pessoais: o exemplo da instabilidade dos primeiros funcionários e sua expatriação logo que cessam, é causa de êstes se empregarem pouco em fomentar os interêsses, crédito e respeitabilidade da nação. Só em dois pontos de política vão todos de acôrdo, e são: aborrecer os estrangeiros e desejar reunir outra vez as províncias do Alto Peru e Guaiquil. Conspiraram contra San Martin e seu exército, logo que se julgaram livres dos espanhóis; fizeram outro tanto com o de Bolívar, depois que lhes deu a Independência. Desde então puseram em prática as suas idéias ambiciosas, invadindo Bolívia, declarando a guerra a Colômbia, e pretendendo últimamente fazê-la àquela república.”

Dessas primeiras lutas passa Ponte Ribeira a outras mais recentes, a que assistira em parte, que consti-

tuiriam, no processo de desagregação das províncias espanholas do Pacífico, uma reação no sentido de centralizá-las. O choque das duas forças, centrípeta e centrífuga, que se verificou em tôda a América, revestiu-se nos Andes de feição própria, de guerras entre países independentes, mas, na verdade, de províncias não diferenciadas, cujos dirigentes se nos apresentariam hoje como tipos mais ou menos internacionalizados, se antes não fossem lídimos representantes daquela época de indistinção primitiva de nacionalidades, que ainda sobrevivia. Haja vista os dois candidatos à presidência do Peru, depois da constituição de 1828: Lamar, natural de Cuenca, no Equador, e Santa-Cruz, natural de Huarina, localizada à margem boliviana do Lago de Titicaca. A luta entre êstes dois generais, ex-soldados do rei de Espanha, para a reunião da Bolívia ao Peru, e a que se seguiu pouco depois entre os generais Gamarra e La-Fuente, para a posse do governo peruano, formam o tema principal da síntese histórica, que inseriu Ponte Ribeiro no seu trabalho. (64)

Os lances dos generais andinos persistiriam ainda por muitos anos. Ponte deixá-los-ia agora em suspenso por algum tempo. Gamarra, que apeara pouco antes Lamar do poder e desviara La-Fuente do seu caminho, exilando-o, substituíra o primeiro também nas rivalidades com Santa-Cruz. O final dessa emburilhada, de que presenciou o comêço, veria o diplomata brasileiro na sua segunda viagem às repúblicas do Pacífico.

4

Foi retirada a missão do Peru em 29 de novembro de 1831. A comunicação, porém, só chegou a Lima no dia 2 de abril do ano seguinte. No dia 4 despediu-se Ponte do presidente Gamarra e pouco depois dē 7 de abril, em que assinou a memória, deixava aquela capital com destino a Valparaíso, “uma cidade bonita”, como acabara de descrever, que “de 6.000 habitantes que tinha em 1820, conta hoje (1832) 20.000.” (65)

“O Chile — informava Ponte Ribeiro — está atualmente dirigido por Portales, chefe do partido Estanqueiro”. E depois de contar a história dos três partidos chilenos: o *Pelicanão*, o *Estanqueiro* e o *Pipiolo*, esclarecia que Portales recusara a presidência, fazendo-a recair em Pietro, e que, a pretexto de saúde, se instalara em Valparaíso. Porém as relações entre os dois, por ocasião da passagem de Ponte, não eram das melhores, tendo cada um dēles um exército para mutuamente se respeitarem. “Mas — acrescentava Ponte — precisam estar de acôrdo para sustentar-se, e seguir o plano de govêrno que estabeleceram.” (66)

Nos dias que passou no Chile, foi Ponte Ribeiro recebido pelo presidente Pietro. (67) Durante êsses poucos dias, é que, segundo assevera Joaquim Manuel de Macedo, arrostou Ponte mais uma vez a sua conhecidíssima inimiga, pois, atacado da cólera-morbus, novamente desenganado, conseguiu escapar da morte, “desmentindo os prognósticos dos médicos.” (68) Se, como afirma Macedo, êste caso de cólera-morbus ocorreu em 1832 na cidade de Valparaíso — o que me parece impossível — tanto a doença quanto a cura deviam de se ter processado rapidamente, visto que chegara êle

àquele pôrto a 4 de maio e a 30 do mesmo mês partia, prosseguindo viagem para Montevideo numa fragata de guerra francesa. (69) A esta cidade chegou êle no dia 3 de julho, a tempo de assistir ao motim, encabeçado pelo coronel Eugênio Garzón, contra o general Frutuoso Rivera, então presidente da República Oriental. Na véspera, propalara-se em Montevideo a notícia da prisão e morte do coronel Barnabé Rivera pelos índios, o que veio dar maior entono aos partidários de Lavalleja, e coragem de renovarem êles o golpe, que falhara dias antes em *Durazno*, contra o próprio Rivera. (70)

Ponte, ainda no dia 3, em carta ao ministro Carneiro de Campos, descreve as cenas que acabara de presenciar, de soldados a percorrer as ruas da cidade aos gritos de "viva Lavalleja" e "morra Rivera". E, à guisa de esclarecimento, acrescenta muito a seu jeito estas palavras sôbre a revolta: "Porém a verdadeira causa é a seguinte: Frutuoso Rivera, sabendo que Garzón recebera cartas de Lavalleja, exigiu que lhas mostrasse; êste se negou; os dois se insultaram, e Rivera lhe atirou um copo à cara e outras vias de fato..." Garzón foi demitido. E, em revida aos insultos recebidos, "se entendeu Garzón com Oribe e outros mais, e prepararam uma revolução." (71)

Pouco tempo esteve em Mantevideo. A 15 de agosto já se achava na côrte o Dr. Duarte, longe dos apuros que passara com o miserável ordenado de 2:400\$000, consignando em ofício dirigido ao novo ministro dos negócios estrangeiros, Pedro de Araujo Lima (Marquês de Olinda), as suas últimas impressões de viagem. (72)

CAPITULO IV

LUTA CONTRA O PASSADO

1

De 1829, quando Ponte partiu para o Pacífico, a 1832, quando regressou ao Rio de Janeiro, modificara-se muito a mentalidade política no Brasil. Assim, foi outro o quadro que se lhe deparou ao chegar, bem diferente daquele que deixara; outros os homens que encontrou escarranchados no poder, e outras as idéias que predominavam e impregnavam o ambiente daquele optimismo pegajoso, que se desprende de tôda revolução burguesa triunfante.

O processo da independência nacional não se liquidara logo após à sua proclamação. Recalcado continuou êle, nos anos que se seguiram a 1822, até 7 de abril de 1831, quando o concluiu a revolução liberal vitoriosa. Daí em diante foi que se afastou para sempre do Brasil a possibilidade de união com Portugal, não só pelo inesperado desfecho da abdicação de D. Pedro I, senão também pelo aparecimento de nova mentalidade política, liberta de todo o servilismo, confiante no messianismo de sua autoridade, crente na infalibilidade dos dogmas que pregoava, e, por isso mesmo, arrogante, infantil, excêntrica e pedantesca às vezes, alheia sempre à realidade em que vivia. Politicamente foi esta a revolução mais radical, que, até então, se operara no país.

Os homens de 31, tanto moderados ou chimangos, quanto exaltados ou jurujubas, trouxeram consigo um estilo próprio, que os distinguia dos demais, quer pela honestidade de suas intenções, quer pelas paixões e ódios que lhes advinham das lutas políticas, às quais se entregavam inteiramente, quer ainda pela abstração de suas idéias e respeito carismático às palavras, transmutadas por êles em verdadeiras entidades mágicas. (73)

Foi, assim, de 31 e não de 22, que se desenvolveu todo o nosso processo político. Foram os homens de 31 que deram feição partidária à política imperial, com os partidos moderado e exaltado, em que se dividira o liberal, logo depois de 7 de abril, e, em 1837, com o aparecimento do conservador e liberal, nascidos da cisão do moderado, que subjugara o exaltado. Foram êles que colocaram o problema de govêrno com a descentralização e centralização, e que alicerçaram o regime, que perdurou por mais cincoenta anos (1831-1889). As suas idéias — a magia do federalismo principalmente —, combatidas por uns, defendidas por muitos e aparadas e aclimadas por outros, dominaram até 1841; atravessaram, podadas, todo o segundo reinado, e continuaram ainda na República. O federalismo, pôsto pelos republicanos de 89 como solução para a República, já o fôra em 31, pelos revolucionários de 7 de abril, como solução para o Império. (74)

Os problemas, porém, êles o colocavam apenas sobre o papel, sem conseguir transformá-los em ação. As palavras, então, tinham feitiço todo especial. Era crença geral a sua onipotência. Bastava proferí-las ou inscrevê-las para que, por si sòmente, independentes de qualquer outra providência, realizassem o milagre da organização nacional. Em consequência disso, os

métodos de govêrno também sofreram alterações profundas. A ação governamental enfraquecera-se por completo. O poder deslocara-se do executivo para a câmara dos deputados, subdividida em facções, que se digladiavam com ciumes, ódios e incompreensão. A anarquia e a desordem concretizavam-se em revoltas e revoluções, que se alastravam pelas províncias; enquanto, na côrte, as rusgas e os fecha-fecha se estabeleciam como regra. (75)

Tudo isso fazia parte do estilo dos revolucionários de 31, típico inconfundível onde só existiam fórmulas vazias; onde se tropeçava a cada passo em um sem conto de palavras retumbantes, mas onde se não encontrava a ação. O resto da fôrça que se deixará ao executivo, êle o consumia em debelar revoluções, revoltas e motins, ou, como dizia o regente Feijó: "o govêrno consome o tempo em vãos clamores." (76)

Ponte Ribeiro diferia profundamente dos homens de 31. Não era mágico, nem jeito tinha para isso. Iniciara-se numa técnica que não mais admitia, embora o fizesse em seus primórdios, os sortilégios e exorcismos. Da ação imediata, e não da palavra imprecada, dependia inteiramente o êxito. Não, que desprezasse a palavra. Pelo contrário, em sua época, poucas pessoas no Brasil escreveram tanto quanto êle. Porém, tôdas as palavras que usou exprimiam uma idéia concreta, significavam qualquer coisa de real. Não enfeitou nunca as suas frases. Tudo nêle era o mais simples, o mais natural, o mais chão possível. Viu, não a vulto, superficialmente, mas de plano, com clareza, as questões internacionais que diziam respeito ao Brasil; estudou-as, como erudito, desde suas origens; expô-las minuciosa e profusamente, e sempre as apresentou com uma solução plausível. Nos seus es-

eritos não extravagou em sonhos, não se extraviou em teorias bonitas e palpitantes, nem enveredou pelo atalho perigoso das soluções utópicas. Em 1838, discutindo com o governo boliviano, êle dirá, em contraposição aos seus contemporâneos imbuídos ainda das lições de Rousseau, o seguinte: "Tôdas as *teorias sentimentais* sôbre a liberdade primitiva do homem só provam que nunca existiu a sonhada igualdade do estado natural." (77)

Ponte visou apenas, nos seus trabalhos, aos interesses brasileiros, que defendeu intransigente. Mas também, como político realista, que foi indiscutivelmente, tratou-os da maneira mais prática e razoável, por que melhor lhe pareceu no momento. Para que aqueles interesses sobrepujassem os demais, trabalhou e escreveu durante cêrca de meio século, sem se afastar da realidade em que vivia. A pergunta de Spengler: "Que é política?" — êle podia responder também: "É a arte do possível." Ou afirmar com o seu amigo Paulino, futuro Visconde do Uruguái, que muito antes de Spengler já escrevera: "Não é melhor aquela política que é a melhor abstratamente, mas sim aquela que é melhor entre as possíveis." (78)

Ponte Ribeiro devia ter estranhado bastante o ambiente que encontrava e, talvez, lamentado a mudança, porquanto os novos dirigentes não dispunham de tempo para o estudo das questões externas, absorvidos inteiramente, como se achavam, nos seus problemas caseiros, que eram os únicos então çompreendidos e intensamente vividos. Voltava êle ao Brasil pouco depois de uma das crises que se seguiram à revolução, ou seja, daquela que ameaçara de transformar em Assembléia Nacional a Câmara dos Deputados. Novo ministério organizou-se então em consequência dessa crise e depois de afastada a ameaça; promulgan-

do-se, ainda em 1832, as leis de 12 de outubro e 29 de novembro, que marcam o apogeu do liberalismo no Império. Nesse ministério, para a pasta dos negócios estrangeiros, entrara Bento da Silva Lisboa, mais tarde Barão de Cairu, oficial-maior da secretaria e amigo íntimo de Ponte Ribeiro.

Ainda que se aquietassem os ânimos por algum tempo, não era coisa muito fácil encontrar o ministro novo cargo para seu amigo. Não existia a carreira diplomática. Uma vez terminada a comissão, desligava-se o funcionário inteiramente do ministério, exonerado que era do cargo que exercera. Caso persistisse na ideia de continuar a prestar os seus serviços no exterior, cabia-lhe ensejar paciente, sem nada receber, até que se lhe deparasse outra oportunidade.

Esta oportunidade se ofereceu a Ponte Ribeiro, somente, a 12 de julho de 1833, quando o futuro Cairu o nomeou encarregado de negócios no México. Nas instruções que lhe deu, ainda redigidas sob a influência da revolução, naquele estilo característico, recomendava-lhe Silva Lisboa, em primeiro lugar, como o fizera Aracati em 29, seguisse o mais depressa possível para o seu destino. Chegado ao México, procurasse entender-se imediatamente com o ministro competente, fazendo-lhe ver "que o principal objeto da nossa gloriosa revolução, com tanta fortuna realizada em 7 de abril de 1831, fôra eximir-nos da influência portuguesa, *não havendo sido senão nominal até aquela época a independência*, que com tanto custo havíamos conseguido de uma metrópole que, por séculos, nos escravizara." (79) -

Consistia, portanto, o principal fim da missão em explicar o desfecho de 7 de abril, como verdadeira consolidação da independência. A revolução amputara os

últimos laços, que ainda prendiam o Brasil a Portugal, tornando-o país eminentemente americano, capaz de repelir sozinho ou com os outros do continente toda interferência indébita das antigas metrópoles, ou, como dizia Cairu a Ponte Ribeiro, para que este repetisse ao ministro mexicano: “não convem perder-se de vistas as artimanhas das metrópoles.” (80)

A realidade, porém, era outra. Já se não tratava das artimanhas da antiga metrópole, que, impotente, se debatia em revoluções e falta de dinheiro. Era o reaparecimento em cena de D. Pedro I o que se temia então, pois, se tal ocorresse, “a nossa gloriosa revolução, com tanta fortuna realizada”, seria liquidada irremediavelmente, ou, então, teria de entrar em nova fase, que repugnava aos homens de 31, ou seja, de combater frente à frente um inimigo descoberto.

Os caramurús não haviam esmorecido, mesmo depois das derrotas que lhes infligira Feijó. Ao contrário, nesse ano de 1833, a crise entre liberais agravar-se-ia ainda mais, cindindo-os definitivamente, o que daria ensejo para novo surto restaurador. As revoluções sucediam-se umas às outras, enfraquecendo e desmoralizando a ação do governo. Em todas elas, lobrigava-se o fantasma caramuru. Os jornais deste partido, na corte, vociferavam uníssonos, contra os dirigentes, por incapazes de subjugar a desordem, que recrescia em todo o Império. Como solução, para um estado de coisas que atingira as raias da anarquia, planeavam de muito os restauradores a volta do Duque de Bragança ao trono brasileiro. A idéia recrudescera agora e imediatamente se transformou em ação. (81)

Antônio Carlos, irmão do tutor José Bonifácio, partiu para a Europa a 7 de março de 1833. Propalou-se então, com insistência, que a viagem de Antônio

Carlos estava ligada à restauração apregoada pelos caramurus. Que entre êstes se incluíam os Andradas, é o que afirmara, em 1832, o regente Costa Carvalho nestas palavras: "Temos aqui tido rugas de tôdas as cores, em duas semanas sucessivas. Os anarquistas e os caramurús se apresentaram cada um por sua vez, e ambos com os Andradas à frente." (82)

Antônio Carlos dirigiu-se, em primeiro lugar, à Inglaterra, e daí a Portugal. Em Lisboa, avistou-se com D. Pedro I. As palavras do ex-Imperador, porém, não lhe deixaram a menor esperança, tanto assim que, imediatamente, regressou à Inglaterra, de onde escreveu negando os passos, que dera, em favor da restauração. (83). É que D. Pedro se compenetrara do novo papel, que representava em Portugal, com a mesma impetuosidade com que representara o do Brasil. Pretendia agora, como o fizera aqui açambarcar todos os louros da vitória do constitucionalismo em moda contra o abolutismo caduco.

Tôda esta conspiração se tramava, às escâncaras. Os jornais anunciavam as notícias, invariavelmente. O govêrno foi obrigado a assumir uma atitude e ver o que havia em tudo isso de verdade. Foi quando o ministro Bento da Silva Lisboa enviou à Assembléia, em 7 de junho de 1833, a mensagem que Pereira da Silva sintetiza assim: "Anunciava que o govêrno recebera da Europa avisos fundados de que ali se tramava séria e eficazmente promover e realizar a restauração de D. Pedro no trono brasileiro; que não dispendo o govêrno de recursos suficientes para se prevenir e precatar contra tão ameaçadora empresa, recorria ao parlamento, a sôlicitar providências extraordinárias com que pudesse afrontar qualquer tentame, que se medi-

tasse no sentido de revolucionar novamente o Império.” (84)

A esta mensagem e aos acontecimentos políticos a que ela se referia, estava ligada a missão de Ponte Ribeiro, que, conquanto se destinasse ao México, objetivava Portugal, principalmente.

2

Longe de seguir para Falmouth, na Inglaterra, e daí, com mais facilidade, embarcar para Vera-Cruz, no México, Ponte Ribeiro, acompanhado de sua família, já numerosa, parte diretamente para Lisboa, onde chega a 28 de outubro de 1833. (85) Nesta última cidade, imediatamente, desenvolve uma atividade pouco condizente com a de um diplomata em trânsito, não só descrevendo minuciosamente para o Brasil todos os passos do Regente, mas também averiguando o que havia de verdade a respeito da missão de Antônio Carlos.

Para esta incumbência em Portugal, dissimulada com a viagem ao México, levou Ponte Ribeiro instruções, como se depreende do seguinte trecho de um dos seus officios ao ministro: "... tendo cessado em parte — escrevia êle — os motivos de que tratam as minhas instruções, e lembrando-me a recomendação que V. Exa. se dignou fazer, tenho resolyido não manifestar ao cônsul Antônio Silva enquanto me parecer desnecessária a publicidade." (86) As instruções, a que se refere neste passo, não são as de 30 de julho, concernentes ao México, mas outras, em carácter secreto, que lhe deu pouco antes da partida o ministro brasileiro. (87) Não encontrei estas instruções. Há, no entanto, referência explícita de Bento da Silva Lisboa, em um

despacho a Ponte Ribeiro, em que declara prejudicadas as instruções, em consequência dos acontecimentos verificados *últimamente* em Portugal. Porém o motivo que devera aguardar para se desmascarar, descobrindo a verdade sobre a sua estada em Lisboa, a bisbilhotar os menores atos do regente, não me parece que seja o apontado pelo ministro, no mencionado despacho, de se conseguir "a cessação dos óbices que sofre o comércio do Império." (88)

De toda correspondência de Ponte, verifica-se que a missão em Portugal estava intimamente ligada à pessoa do ex-Imperador e à probabilidade de sua volta ao Brasil. Assim, as instruções ao agente brasileiro deviam de se referir a esta probabilidade e de lhe determinar a maneira de proceder no caso de se positivar a anuência de D. Pedro ao convite de Antônio Carlos.

O motivo, portanto, a que alude Ponte Ribeiro no trecho acima transcrito, não é o comércio do Império, em absoluto: sim, a anuência do Imperador em regressar ao Brasil. *A cessação dos óbices que sofre o comércio*, a que se referia o ministro, foi o motivo ostensivo, que achou, para encobrir o verdadeiro e secreto motivo da missão de Ponte Ribeiro. Porém, logo depois de chegar a Lisboa, soube o emissário brasileiro, que tal anuência não obtivera o enviado dos caramurús. Por isso, naquele officio de 4 de novembro, já dizia Ponte ao ministro ter cessado em parte o motivo, mas que ficava de sobreaviso à espera que cessasse de todo ou, então, recrudescesse. Não ocorreu esta última hipótese. Conseqüentemente, não passou a missão das investigações preliminares.

Não ficou Ponte Ribeiro inativo em Lisboa: observou atentamente os movimentos do regente, no meio

da luta que desencadeara, e o ambiente em que se desenrolavam os acontecimentos: “A côrte — dizia êle de Lisboa — é um foco de intrigas.” E avisava: “Há muita falta de recursos.” (89) Esmiuçou também a missão de Antônio Carlos, cuidadosamente. E em pouco tempo a esclarecia assim: “A respeito da missão de Antônio Carlos e Menezes, assevera-me pessoa digna de crédito, que não tiveram a recepção que esperavam, e saíram descontentes: também me afirma que é verdade ter o regente respondido que não atenderia a convites, a não ser por uma deputação da Assembleia, em caso de ser necessária a sua presença para salvar o Brasil... Contudo os comissários partiram sem ânimo de abandonar a empresa.” (90)

Eram outras as cogitações de D. Pedro, muito diversas da que lhe emprestara a mensagem do ministro brasileiro. Estava então absorvido com o entretenimento que arranajara no Velho Continente, esquecido inteiramente da América. O que lhe importava agora eram os problemas de Portugal. “A fama militar e popularidade do Duque da Terceira — escrevia Ponte — têm despertado ciúmes no Regente, seja por não gostar que outro leve a palma das façanhas ou por recear que algum dia se ponha à frente da aristocracia. Com frívolo pretexto tirou o comando do exército àquele general, substituindo-lhe pelo Conde de Saldanha, mais por precisão do que confiança ou amizade.” (91)

Reconhecendo Ponte a desnecessidade de sua permanência em Portugal, por ser o fantasma da restauração muito menos real do que se supunha no Rio de Janeiro, tratou de ir preparando as bagagens para prosseguir o seu caminho. No dia 25 de novembro, depois de ter escrito alguns ofícios sôbre a situação

do país, dizia a Bento da Silva Lisboa:” Vou dispor para seguir o meu destino, quando se oferecer alguma oportunidade; e se não apresentar um navio razoável, empreenderei a dispendiosa viagem daqui no paquete a Falmouth, para entrar na carreira de Vera-Cruz.” Contudo, mais dois meses se deixou ficar em Lisboa às voltas com os acontecimentos políticos e com os seus velhos amigos e parentes, inclusive o antigo mestre Mazarem. Nem as brigas lhe faltaram, principalmente com um certo indivíduo que lhe chamou de malcriado. (92)

Porém, de toda a correspondência de Ponte Ribeiro, não pôde o ministro brasileiro, que o enviara em busca de provas, coligir coisa alguma contra D. Pedro I, a não ser que recebera um convite para voltar ao Brasil, rejeitado hábil e dignamente, pois condicionara, não somente à necessidade pública, senão também à vontade do povo, representada pela deputação da Assembléa, que deveria de lhe transmitir o convite. Neste particular talvez collocasse o ex-Imperador a sua honra e orgulho. As revoluções que encabeçara viviam unicamente ao absolutismo. Transformara-se, havia muito, em paladino das cartas constitucionais. Era natural que não quisesse agora se desmentir a si mesmo. Por isso, ao Brasil, que dêle já havia recebido a constituição, não quis D. Pedro voltar como chefe de revoluções ou golpes de estado: exigia a decisão da Assembléa.

No Rio de Janeiro, Bento da Silva Lisboa, talvez por não ter conseguido a prova da conivência do Imperador com os caramurús, deixou o ministério no dia 21 de fevereiro de 1834. Mas, desde 26 de setembro de 1833, escrevera a Ponte Ribeiro, dizendo-lhe “que em consequência das ocorrências políticas que sobrevie-

ram últimamente em Portugal, não podem ter lugar as instruções que a Vossa Mercê dei antes de sua partida.” E, referindo-se ao objeto da missão, como o de conseguir “a cessação dos óbices que sofre o comércio do Império”, acrescentava que o transferira para o agente brasileiro acreditado na côrte portuguesa, visto ter o govêrno imperial encetado relações diretas com o de D. Maria II. Mas não foi o comércio o motivo verdadeiro, que levara Ponte a Lisboa, com instruções secretas. Apenas o ostensivo, para despistar. O verdadeiro objeto prendia-se à restauração, intentada pelos carâmurús, e à suposta ligação entre êstes e o Duquê de Bragança. (93)

3

Ponte Ribeiro recebeu a 8 de fevereiro o despacho, em que lhe deu o ministro por finda a missão. No dia seguinte saiu de Lisboa. Não tivera outra alternativa senão a de optar pela dispendiosa viagem de paquete até *Falmouth*, aonde chegou a 20 do mesmo mês. Apenas três dias demorou na Inglaterra. Já a 23 iniciava a monótona travessia do Atlântico com destino ao México. Esteve em São Domingos, Jamáica e Honduras, e, depois de sessenta dias de prisão em um navio, aportou a Vera-Cruz a 28 de abril. (94) Era o ambiente irrespirável nesta cidade. Logo no dia seguinte fugiu Ponte para a capital, apressado e espavorido “com receio do vômito preto”, que matava de quinze a vinte pessoas por dia. Na cidade do México, entrou a 8 de maio, “trazendo uma grande inflamação na cara”, atribuída por êle à mudança repentina de clima. (95)

Pouco mais ou menos por essa ocasião, recebia o ministro dos negócios estrangeiros do Império comuni-

cação do plenipotenciário mexicano D. Juan de Dios Cañedo, que se achava em Valparáiso, expondo-lhe que, por motivo do seu estado valetudinário, não podã vir ao Rio de Janeiro, e por isso solicitava fôsse ordenado ao representante do Brasil na Bolívia negociar com êle um tratado de amizade. Coube a Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (Visconde de Sepetiba), substituto de Bento da Silva Lisboa no ministério, responder ao diplomata mexicano; fazendo-o em officio de 4 de junho de 1834, no qual lhe participava a existência de um encarregado de negócios no México, apto a receber qualquer proposta de tratado, “na bem fundada esperança de que o Brasil muito folgaria de estreitar, com vantagem de ambos países, os laços de amizade que entre êles subsistem.” (96)

A perspectiva política, que vislumbrou Ponte Ribeiro no México, não differia muito da que se habituara a ver desde 1829. Acabara de descrever o final das lutas entre cartistas e absolutistas em Portugal. Do Brasil saíra depois de um ano de residência e aqui só assistira a arruaças e rugas, e ouvira clamar contra a impunidade e anarquia. Em Montevideo presenciara o golpe do coronel Garzón contra o presidente Rivera. Soubera de passagem pelo Chile, que os estanqueiros afastaram do poder os pipiolo, à fôrça. Durante a sua estada no Peru, vira o lanço de Gamarra contra La-Fuente e as duas tentativas dêste para desalojar o outro do govêrno. E acompanhara em Buenos-Aíres, quase que passo a passo, a luta de Lavalle contra Rosas e os seus montoneiros.

Desde o apressado fecha-fecha do comércio, no meio de correrias e do tanger de sinos a rebate, até o ruído surdo de chicotes a zurzir cavalos e passantes; desde o estrépito de balas atiradas a êsmo até os vivas triunfais ao caudilho vitorioso; as fanfarronadas que se seguiam

à vitória, e a fuga final escapando às garras do inimigo recém-triunfante, Ponte Ribeiro vira e ouvira. E a muito mais assistirá no futuro. Foi sua sina transformar em frases as mazelas da época. No entanto, politicamente era conservador por índole, com idéias monarquistas arraigadas, contrário à desordem, abominando a indisciplina, execrando a anarquia, e que se via agora, perambulando de país em país, na contingência de fazer o processo de lutas estéreis de generais e políticos irrequietos. Conformou-se com a sorte que lhe reservara o destino; habituou-se às contingências da profissão; e identificou-se a tal ponto com o meio em que viveu e as personagens com que conviveu que, naturalmente, maquinalmente, a primeira coisa que observava logo ao chegar a determinado país, era o estado político, probabilidades de revoluções e guerras. Enfim, como se ainda fôra cirurgião, apalpava a barriga do paciente, tomava-lhe o pulso e a temperatura para fazer-lhe em seguida o diagnóstico político.

Pouco depois de se achar no México, já dizia: "Os negócios desta República chegaram ao último estado de complicação, e oferecem o mais horroroso aspecto que se tem visto." E, linhas adiante, acrescentava: "... todos se dirigem ao presidente Sant'Ana para que seja seu protetor contra o partido *Yorquino*, *Demagogo* e *Aspirante*." Em fins de junho condensava nestas poucas palavras a situação política em que se encontrava o país: "Tôda esta República está hoje em revolução."
(97)

No México outros assuntos viriam à baila para modificar o estilo revolucionário da correspondência de Ponte Ribeiro. Aureliano, por exemplo, ministro de grande descortino político, não se limitou às questões meramente diplomáticas. Interessava-se também por outras coisas, não tão complicadas, porém úteis do

mesmo modo. Assim, por despacho de 21 de maio de 1834, dava ao encarregado de negócios incumbência imprevista, mas que, por certo, lhe não desagradou. A Sociedade de Medicina da Côrte estava curiosa por saber das virtudes curativas de uma planta mexicana, conhecida pelo nome de *Amopolis Silvestre*, “a qual consta ter produzido — informava Aureliano — ótimos resultados no curativo da cólera-morbus.” Para que se pudesse averiguar se existia essa planta no Brasil, recomendava o ministro a Ponte Ribeiro procurasse obter um exemplar da milagrosa planta, folhas, flor e fruto, “ou ao menos um desenho dela”. (98)

Outro fato, não muito interessante a quem assiste, como a aparição de novo vulcão, é o principal tema de um officio de Ponte, de março de 1835. “No dia 6 de janeiro — narra êle — houve aqui um violento terremoto; sentiu-se nesta capital e a distância de 20 léguas. Durou êle perto de dois minutos, e só repetiu uma vez. Porém, mais longe e particularmente em Acapulco, cuja direção seguiu aumentando de intensidade, foi mais forte, e repetiu muitas vezes no mesmo dia, causando ruína, e tem continuado depois. No estado de Oxaca appareceu um novo vulcão vomitando lava, e se crê que êle produziu êstes terremotos.” (99)

Com todo o vômito preto, vulcão e terremoto, foi com curiosidade e prazer que estudou a história do ex-império azteca, demudado em república federativa; observou o estado econômico do país; visitou vários monumentos da capital, e os recordou com simpatia. Um ano e meio demorou Ponte Ribeiro no México. Manuel Alves Branco, pouco depois de nomeado ministro dos negócios estrangeiros, no dia 10 de fevereiro de 1835, assinava-lhe a recredencial ou, como se diz hoje, a carta revocatória. (100)

Só em princípios de outubro é que lhe devia de ter chegado às mãos a recredencial. A 15 de outubro entregou-a ao govêrno mexicano. Contava partir a 16 para Vera-Cruz e daí a Nova-Iorque, no navio de novembro. Porém, por se achar doente com "ulceração e infarto das glândulas da garganta", teve que adiar a viagem. No dia 28 de outubro, continuava ainda na cidade do México, pois, nesta data, assinou a sua segunda memória — "Memória que contém as minhas observações no México", como explicava êle ao ministro Alves Branco. Nessas observações, constantes de 17 parágrafos, Ponte Ribeiro estudou os mais interessantes assuntos referentes ao México. Infelizmente, tanto esta memória como a de 32, interessantíssimas, não foram até hoje publicadas. (101)

Outro objetivo a que visou o govêrno imperial com a missão ao México, segundo afirmou Joaquim Manuel de Macedo, consistia em tomar o pulso dos plenipotenciários americanos, que, então, a convite do govêrno mexicano, pretendiam reunir-se de novo. A opinião de Ponte a respeito desse congresso foi sempre inteiramente favorável. De 38 a 41 será êle um verdadeiro propagandista da idéia no Brasil, como veremos para adiante. Ainda em 1851, tantos anos depois, dirá o seguinte: "Creio conveniente não esquecer o que lembrei tratando da possível reunião de um congresso de plenipotenciários da América, e se reduz a mostrar que o govêrno imperial não deve escusar, e sim mostrar desejos e esperanças dessa reunião, mas buscar dar-lhe direção indiretamente, e impedir que os plenipotenciários republicanos se liguem para obrigar o Brasil a reconhecer a validade de Tratados mortos para nós, e na adopção de princípios antimonárquicos." (102)

4

Ponte Ribeiro saiu da cidade do México a 30 de outubro de 1835. Em Vera-Cruz devia de ter encontrado à sua espera “três espécies da planta Guaco”, que mandara vir de Tobosco, acondicionadas em caixões, para plantá-las no Brasil. (103) No dia 8 de novembro partiu de Vera-Cruz e a 22 do mesmo mês já pisava em terras dos Estados-Unidos, na cidade de Filadélfia. (104). Nesta última cidade, mais uma vez, aquela sua antiga inimiga dos tempos dos botocudos na Praia-Grande lhe aparece. Agora, é êle mesmo, já no final da luta, quem escreve sôbre êste momento difficil de sua vida: “Na mudança repentina de um país extremamente caloroso e outro coberto de neve, regressou a minha enfermidade de garganta, com uma pulmonia, de que estive à morte, e ainda me acho de cama.” (105)

Neste lance, como nos anteriores, consegue Ponte Ribeiro escapar da morte. O motivo que o faz resistir e lutar, êle o conta ao seu amigo Bento da Silva Lisboa, em palavras simples, mas imensamente humanas, que refletem o que nêle havia de melhor, o amor de seus filhos: “Espero e preciso — diz êle — resistir a estes males para ir buscar pão para 5 filhos: faça-me V. Exa. lembrado para conseguir alguma coisa, contando que me porei a caminho logo que o médico diga que posso fazer sem risco.” (106)

Mal feito de uma aventura, pois, naqueles tempos, o simples cruzar dos mares não deixava de ser aventura perigosa, já solícita e se prepara para outra: “para ir buscar pão para 5 filhos”. Quanto tempo levou êle em Filadélfia, curando-se da pulmonia e dos infartos das glândulas da garganta, ao lado do “Liberty Bell”, não o conseguimos apurar. É certo que em março de 1836 se encontrava em Lisboa, de onde

datou, a 1 de abril, a sua terceira memória, dedicada às repúblicas da América Central, Antilhas e Estados Unidos. (107) Da América do Norte, a lembrança que conservou não foi das melhores. Esta grande nação, em fase de expansão para oeste, o impressionou apenas pela sua força. A questão do Texas era, na época, a principal e por isso a primeira de que trata Ponte Ribeiro na sua memória, quando se refere aos Estados-Unidos. “Os Norte-Americanos — dizia êle — lançaram as máscaras com respeito ao Texas. Em todos os portos há *comités* reunindo fundos, e alistando vagabundos para enviá-los com munições de guerra a auxiliar os colonos sublevados contra o govêrno mexicano, e públicamente lhes oferecem *datas* de terras, e outras se vendem por ações.”

Os meses que viveu em Filadélfia, bloqueado pela neve, prêso a uma cama, meditando sôbre a morte, fizeram-no o resto da vida desconfiar da América e dos americanos. Muitos anos depois, falando sôbre a interferência dos Estados-Unidos em Cuba e na Califórnia, concluía assim: “Deus livre o Império Brasileiro, de uma questão com os Estados-Unidos, que sirva de pretexto aos *Cidadãos Reis* para organizar expedições que venham dar *liberdade aos brasileiros e uniformiar os princípios americanos*. Neste caso buscariam o Pará, como mais próximo, e não faltariam *Ivos* para fazer o mesmo que os *Lopes* de Havana. Fôrça com êles, como fez Rosas e Concha. Desculpe V. Exa. êste desabafo contra os *Yankees*. Cuidado com êles e com os *Ivos*.” (108)

Ainda que concordasse nesse particular com Rosas, dissentia Ponte Ribeiro dos seus contemporâneos brasileiros, que acabavam de ataviar a Constituição do Império com os enfeites federalistas, buscados no modelo americano.

CAPÍTULO V

BRIGUE, CARRUAGEM E LOMBO DE MULA

1

Modesta e humilde, alojava-se então a Secretaria dos Negócios Estrangeiros em um prédio da rua dos Barbonos, quase ao chegar ao Chafariz das Marrecas, onde se aboletavam também o quartel e o hospital do Corpo Municipal dos Permanentes. Dias depois de entrar, pela primeira vez, naquele pardieiro, como ministro dos estrangeiros, Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) assinava dois atos, que muito interessariam ao Dr. Duarte. Um, datado de 6 de junho de 1836, era a sua nomeação para encarregado de negócios nas repúblicas de Bolívia e Peru, e o outro, de 29 de julho, a nomeação do seu filho, Duarte Pereira da Ponte Ribeiro, para adido de segunda classe naquelas mesmas repúblicas. (109)

Esta última nomeação poderia denotar, por parte de Ponte Ribeiro, o desejo de se afastar da carreira, fazendo-se substituir pelo filho, talvez por se sentir cansado e incapaz de enfrentar novos lances iguais aos por que passara. A realidade, porém, era outra. O adido recém-nomeado tinha somente quatorze anos de idade. E o Dr. Duarte, pôsto que aos quarenta e um, demonstrava ainda incomparável vigor e inexcedível disposição para o trabalho. A fase mais importante de sua vida iniciava-se agora. De 1836 em diante é que viverá os momentos mais decisivos e intensos de sua carreira e em que escreverá as mais notáveis obras sobre os limites do Brasil. Conservara-se êle, física-

mente, muito bem. Sôbre alguns traços fortes a vincarem-lhe o rosto e a testa, continuava o mesmo homem, magro, todo talhado em ângulos, braços e pernas compridas em desacôrdo com o resto do corpo. Porém não desagradava o conjunto. Ao contrário, os cabelos pretos e ondulados; olhos vivos e penetrantes; sobrolhos negros e carregados; nariz grande, mas proporcional à testa larga e ampla e ao queixo saliente; acentuado prognatismo facial, em parte atenuado por espessas costeletas, davam-lhe uma expressão máscula, de energia, inteligência, arrogância, e, sobretudo, de grande confiança em si mesmo. O seu aspecto, no entanto, não se assemelhava muito ao de um diplomata; antes se nos sugira agora, pelos seus retratos, a idéia de um general vitorioso, tostado pelo sol, anguloso e autoritário, sem o mais leve traço de sensualidade, que lhe desassombrasse um pouco o semblante, todo severamente delineado.

A nomeação do rapaz para adido, parece-me que a explica o officio de Ponte Ribeiro ao ministro Limpo de Abreu, datado de 12 de julho de 1836, sôbre a parte financeira da missão. (110) Já se achava Ponte escarmentado com o que lhe acontecera em 1831, obrigado a afrontar a carestia da capital peruana, apenas com 2:400\$00 anuais. Elevara-se-lhe agora o ordenado para 3:200\$000, dando-se-lhe mais a quantia de 400\$000 para os gastos da legação; porém exigiam-lhe outras despesas, bem maiores, com a designação para a Bolívia e Peru. Tudo isso ponderou êle ao ministro, no citado officio. O único alvitre de que se pôde lançar mão, presumo eu, para se remediar o mal, foi a nomeação de um dos filhos do encarregado de negócios para o cargo de adido, o que redundaria em aumento de vencimento para o pai. Assim, voltou Ponte Ribeiro ao Pacífico, na suposição de que desta vez já o não preocuparia a carestia

da vida em Lima. Enganava-se redondamente, pois coisa nenhuma seria abonada ao rapaz até o fim da missão.

Nos primeiros dias de agosto partia o Dr. Duarte, pela segunda vez, para Montevideo, onde fervilhavam os acontecimentos políticos.

2

O processo político na Banda Oriental, erigida em república, evoluiu das rivalidades de dois caudilhos de prestígio: Rivera e Lavalleja. O primeiro, eleito presidente, tivera, durante quase todo o seu governo, de arrostar as revoluções e desordens chefiadas pelo rival. (111) Encontrara Lavalleja no general Rosas, governador de Buenos-Aires, empresário disposto a custear-lhe tôdas as investidas contra Rivera. No Rio Grande do Sul, achara seguro abrigo, onde se refazia de cada derrota, que o inimigo lhe infligia, além de um aliado em Bento Gonçalves, que o auxiliava impunemente. Sustentado Lavalleja pelo argentino, ajudado pelo brasileiro, e, ainda, aqulado pela sua mulher, cujo ânimo varonil lhe não deixava esmorecer a ambição, pôde êle, durante cêrca de três anos, defrontar-se com Rivera numa luta sem tréguas. Encasquetara-se-lhe a idéia de esbarrondar o poder do adversário. Não conseguiria realizar o intento: apenas, de sua ação atabalhoada resultaria a desordem. (112)

O Brasil, onde medrara o liberalismo de 31, era arrastado para o torvelinho do Rio da Prata, sem querer nem poder envolver-se naquelas lutas, pois retalhado como se achava pelas revoluções, enfraquecido pela insubordinação geral e crise financeira, tornara-se incapaz de uma ação persistente no tocante aos seus

interesses continentais. E' erro comum a quem estuda os lances diplomáticos do Império, o de se abstrair completamente da política interna do país e de os tratar a todos, indistintamente, como consequência de uma ação governamental estável e segura, que se tivesse perpetuado de golpe com a constituição de 1824, sem que jamais se lhe descontinuasse o vigor.

No entanto, a política externa não é mais do que um reflexo da interna. Os atos desta refulgem naturalmente em todos os passos daquela. Longe de a política interna do Império ter sido uma reta de força e prestígio, foi, até 1843, ao menos, com pequenas exceções, uma linha tortuosa de revoluções, anarquia e lutas partidárias. De tudo isso ressumbrava a fraqueza na ação governamental, que percutia poderosamente na política externa, dificultando os passos da diplomacia, já pela falta de estabilidade dos dirigentes, já por se não dispor dos meios necessários à implantação de uma política externa.

Foi justamente no período de transição, de 1831 a 1842, que o processo histórico do sul do Império se precipitou. Incapaz de lhe modificar o curso, mal podendo atalhar as suas próprias crises, o governo imperial tentou então, apenas, minorar-lhe as consequências. As suas ordens, porém, não eram cumpridas pelos funcionários encarregados de executá-las na fronteira com a República do Uruguái, pois já se esboçava no Rio Grande do Sul, através da propaganda de Lavalleja e com os aplausos de Rosas, a separação daquela província do Império. A crise governamental adicionava-se agora o caudilhismo, que influiria na vida política do sul do país, preponderantemente. Assim, pôsto que as ordens do governo imperial fôsem contrárias aos auxílios prestados a Lavalleja, Bento Gonçalves, quem as devia cumprir, fazia justamente o oposto. As rela-

ções entre os governos brasileiro e uruguáio tornaram-se tensas, quase chegando a um rompimento, pois tudo quanto ao segundo afirmava o primeiro, o seu subordinado o desmentia na prática. A verdade era que o govêrno imperial não tinha mais fôrça sôbre o seu auxiliar, desde que a aliança entre Bento Gonçalves e Lavalleja já se considerava fato consumado. Enquanto se mantivesse Rivera no poder, seria a ajuda fornecida pelo caudilho brasileiro ao seu aliado oriental, na esperança de se inverterem os papeis quando os partidos se revezassem no Uruguái.

Rivera deixara o poder em outubro de 1834, ao findar o período presidencial para o qual fôra eleito. Substituiu-o D. Manuel Oribe, em março de 1835, por indicação do próprio Rivera. Ambicioso, inteligente e sagaz, não se contentou Oribe, que já havia sido partidário de Lavalleja, com o segundo lugar, que abocara como riverista, porque, embora fôsse êle, Oribe, o presidente, o prestígio de D. Fruto lhe assombrava o poder. E, immediatamente, tentou escalar o passo, que o conduziria ao primeiro lugar, afastando o rival caudilho, a quem, além de tudo, se contrapunha como homem da cidade. Não tardou muito, portanto, a que, se desmascarasse Oribe. Faltava-lhe, porém, para alijar a Rivera, um partido, visto que, politicamente, se dividiam as fôrças partidárias entre Lavalleja e Rivera. Para se livrar da tutela dêste, Oribe absorveu o partido daquele. Assim, de início, se apoiou em Lavalleja; aliou-se, em seguida, a Rosas, e, depois, herdou do mesmo Lavalleja o pacto de amizade com Bento Gonçalves. Em setembro de 1835, a revolução rio-grandense positivou-se, afastando-se do Império os revoltosos para caírem na órbita de atração do Restaurador das Leis, como um dos seus possíveis satélites. Sômente então, fortalecido, endireitou-se Oribe contra Rivera; demitiu-o do cargo que, pouco antes, criara

especialmente para êle; desalojou-lhe os partidários dos empregos que occupavam, e substituiu-os pelos contrários. Perseguido Rivera por todos os lados, antes que se lhe atassalhasse o resto do prestígio, revidou o golpe da única maneira de que dispunha: revoltou-se, por sua vez, em julho de 1836. (113)

3

Em meados de agôsto de 1836, quando se iniciara a luta entre Rivera e Oribe, chegava a Montevideo Duarte da Ponte Ribeiro. Acompanhava-o somente o seu filho adido. O resto da sua família ficara no Rio de Janeiro. A estada do diplomata brasileiro em Montevideo, que se prolongou até fins de setembro, talvez fôsse de ordem superior para se inteirar de fatos occorridos e ver até onde iam os auxilios prestados pelo governo oriental aos rebeldes do Rio Grande. (114) Bastaram-lhe poucos dias para esquadriñar aquelas traças sutis, nascidas de susceptibilidade e alergias caudilhescas. Infelizmente não o deslumbravam as paisagens, como escritor; apenas, como desenhista, esboçaria uma ou outra nas suas longas viagens. Por isso, não nos descreveu a cidade, o pôrto, as ruas, as casas, as transformações operadas nos anos decorridos, nem o progresso material realizado. Os seus olhos relanceavam penetrantes apenas os acontecimentos políticos. Assim é que a 28 de agôsto já escrevia longamente ao ministro Limpo de Abreu sobre a revolução chefiada pelo general Rivera. Trata em primeiro lugar das rivalidades entre êste caudilho e o seu émulo Lavalleja e entre Buenos-Aires e Montevideo. Segue apontando o motivo da inimizade de Rosas por D. Fruto. E enfeixa no seguinte passo os últimos sucessos: "A par

dos interesses individuais de Rosas e Lavalleja, advoga o primeiro a porfiada ambição de Buenos-Aires sôbre tôdas as províncias do Rio da Prata, e trazê-las novamente a reconhecer aquele centro como antes; a que o segundo subscreve por necessidade de apôio. A revolução que êste empreendeu em 1832 (em que entrava Oribe) foi auxiliada por aquele; e quando se viu forçado a buscar refúgio no Rio Grande, conheceu as vantagens de poder contar com aquele abrigo: em prêmio à hospitalidade recebida, aproveitou o momento crítico, em que então se achava o Brasil, para incitar algumas cabeças vertiginosas a separar a província e fazer causa comum com êste Estado. O seu projeto foi aprovado por Rosas; e êle continuou a provocar a rebelião. (115) Entretanto chegou o térmo da presidência de Frutuoso Rivera, e subiu a ela D. Manuel Oribe, de quem esperavam cooperação, e por isso votou nêle o partido de Lavalleja. Rebentou finalmente a revolução no Rio Grande, e logo se apresentou Oribe naquela fronteira, e teve conferências com o caudilho Bento Gonçalves, que não tiveram por objeto a obediência, como provam os resultados. — Logo que êste govêrno, de acôrdo com o de Buenos-Aires, se persuadiu que nada tinha a recear de Frutuoso, passou a tirar-lhe e aos do seu partido os empregos que desfrutavam, colocando nêles os partidários de Lavalleja. Não ignorando Rivera, quanto se meditava para reduzi-lo à nulidade, e que Oribe carecendo de partido acolhia o de Lavalleja e servia de instrumento à vingança e política de Rosas, resolveu pôr-se em campo antes que consumassem a sua total ruína: êstes são o motivo da atual revolução.”

Sôbre o final da luta, prevendo que esta seria longa, como de fato foi, pois a contenda entre Rivera, de um lado, e Rosas e Oribe, do outro, só terminaria em 1851, Ponte Ribeiro dizia: “Ainda que esta revolu-

ção seja impopular por falta de motivos ostensivos, e que o govêrno tenha mais recursos e gente, Frutuoso reune os homens mais aguerridos, tem bons chefes, melhores cavalhadas e oferece vantagens a quem o segue. Estas circunstâncias e a posição além do Rio Negro põem em dúvida a vitória que o govêrno espera; e tudo faz supor que a contenda há de durar muito tempo.” (116) .

As relações dos governos de Montevideo e de Buenos-Aires com os revoltosos do Rio Grande do Sul interessavam muito mais o diplomata brasileiro que as lutas entre Rivera e Oribe. Dera-se êle ao trabalho de investigar estas lutas, sòmente para poder explicar aquellas relações. E a conclusão, a que chegou, foi que tanto um quanto outro govêrno eram coniventes com a rebelião no sul do Império. “Quantos dados tenho podido adquirir — afirmava êle — todos me dão pleno convencimento de que os governos de Buenos-Aires e Oriental apoiaram a revolução do Rio Grande; e continuam a animar os rebeldes.” (117) Há nesta correspondência de Ponte com o ministro Limpo de Abreu, de agôsto a setembro de 1836, certos passos que aclaram perfeitamente os acontecimentos, que se seguiram e só teriam desfecho em Caseros.

A posição de Rosas, em relação ao Brasil, era de quem espreita o momento de lhe assestar o golpe. O mesmo que fizera a Rivera no Uruguá, êle o faria ao Brasil, em proveito do seu sonho de reconstituição do Vice-Reinado do Prata, chamando a si, primeiro, como satélite e, depois, como província, o Rio Grande do Sul. Ponte Ribeiro discerniu num relance o jôgo do ditador. E desde 13 de setembro assegurava: “O governador Rosas é o maior inimigo da união brasileira: a separação daquela província entra nas suas vistas de interêsse pessoal e nos cálculos de ambição nacional. Sob sua

influência se formou o projeto de u'a Magna Federação das Províncias Argentinas, o Estado Oriental e a Província de São Pedro do Sul, com o Congresso e Govêrno Geral em Buenos-Aires. Neste plano foram iniciados os incautos brasileiros por Lavalleja e Garzón, e outros chefes, que emigraram ao nosso território." (118).

Quantô às ligações dos rebeldes com os governos do Uruguái e Buenos-Aires, êle as evidenciava com os seguintes fatos: "De Buenos-Aires têm saído, antes e depois da revolução, armas e munições para os rebeldes; mas tudo comprado por particulares à custa dos revolucionários, e embarcado como às escondidas das autoridades. Sessenta e oito barrís de pólvora roubados do depósito, que o govêrno oriental tem em uma ilha dêste pôrto, também para lá foram, embora se dirigissem a Santa Fé o cabo e dois soldados que as guardavam, e aqui se atribuiu a roubo: até agora não consta que por êles se fizessem diligências, não obstante obrigar-se o govêrno a pagá-las ao negociante que aí as tinha depositado." (119) A êsses fatos, acrescentava Ponte Ribeiro mais alguma coisa sôbre as relações dos chefes rio-grandenses com Rosas e Lavalleja: "Enquanto Lavalleja por lá (Rio Grande) andou era o centro dos conspiradores, e dirigia as comunicações externas: depois que foi para Buenos-Aires vieram ali vários agentes de Bento Gonçalves a entender-se com êle. Êstes foram sempre acolhidos benignamente por Rosas, favor que concede a pouca gente; entra neste número Antônio Paulino Fontoura, cunhado do rebelde Côrte-Real, e Elizeu Antunes Maciel. Êste último foi mandado por Bento Gonçalves com a participação de ter negado posse ao presidente José de Araujo Ribeiro; e pedindo o apôio prometido, *visto ter já dado o passo que desmascarava a revolução*. Elizeu teve entrevistas com Rosas

em casa de Lavalleja, e o recebeu privadamente na sua. Que apoio ou socorro pedia Bento Gonçalves, não tenho podido alcançar, talvez porque a carta não os mencionava; mas é certo que o agente não encontrou co-ope-ração ativa de que lhe tinha falado no Rio Grande; e ficou pouco satisfeito com os conselhos de que fizessem esforços e lançassem mão dos recursos que lhes proporciona uma província tão abundantes de ricos proprietários." (120)

Em setembro, Ponte Ribeiro seguiu para Buenos-Aires, aonde devia ter chegado nos últimos dias do mês, para daí se dirigir, pouco depois, para a Bolívia. As informações, que obtivera em Montevideo, não favoreciam muito os seus planos, pois todos eram de opinião que Rosas lhe não autorizaria a passagem pelo território argentino. (121) Porém, deixou este negócio a cargo da legação brasileira e, enquanto o não decidia o ditador, continuou a escrever sobre os sucessos, que presenciava em parte. Ainda se achava em Buenos-Aires, quando, no Rio Grande do Sul, ocorreram dois fatos importantes: um a vitória de Bento Manuel, de 2 de outubro, sobre Bento Gonçalves e outro a proclamação da independência da província. A notícia desta proclamação, desde 18 de outubro, espalhará-se em Buenos-Aires, tanto assim que, nesta data, escrevia Ponte Ribeiro, não se iludindo com os efeitos daquela vitória diante das conseqüências da declaração: "A declaração — afirmava êle a Limpo de Abreu — da independência do Rio Grande, ainda que feita por meia dúzia de anarquistas e em pequenos lugares, aumentou as simpatias por aqueles novos republicanos. Hoje é maior o risco da separação daquela província, não obstante as vantagens adquiridas ultimamente pelas forças imperiais." (122) A 21 de outubro anunciava Ponte o final do primeiro ato da luta que se travara entre Oribe e Rivera, com

a derrota dêste. Atraído pelo coronel Ruña, que se bandeara para o govêrno, Rivera teve de ceder, refugiando-se, por sua vez, no Rio Grande do Sul, junto de Bento Manuel, à espera de melhores dias em que pudesse voltar ao Uruguái. Os papéis inverteram-se: Rivera no exílio e Lavalleja no govêrno ao lado de Oribe, com possibilidades de ajudar os seus amigos do Rio Grande. Mas, como dizia Frei Luís de Souza: "Vai o tempo trocando e dando voltas a tudo." As voltas seriam dadas e, em pouco tempo, tudo estaria trocado. (123)

4

Um mês passou Ponte Ribeiro em Buenos-Aires, mas não inteiramente inativo. Dera-lhe o ministro dos estrangeiros uma incumbência imprevista, que vem demonstrar quanto a opinião de Ponte sôbre limites e geografia histórica, já aquela época, era acatada na secretaria. Agora, onde iniciou êle os seus estudos, não o pudemos determinar. E' certo que, em 1836, já frequêntava o Arquivo Militar, conhecia-lhe as obras de interêsse, e já estudara os geógrafos antigos, sabendo distinguir-lhes as cartas. E' de se admirar mais esta faceta da vida do Dr. Duarte, e não menos importante. Êle, que poucos momentos teve fora das intermináveis viagens e complicadas missões, sempre de um para outro lado ocupadíssimo com as tricas políticas dos outros, dispôs ainda de tempo e paciência para procurar nos arquivos mapas e documentos e com êles destringar as emaranhadas questões de limites. E, de repente, sem que se lhe suspeitasse mais esta possibilidade, o cirurgião transfigura-se em conhecedor de um assunto até então desprezado, porque, sôbre ser difícil,

dependia de pesquisas e estudos preliminares. Para o futuro, já não será apenas por conhecedor da matéria, que se êle apresentará, mas sim com as características e tendências do colecionador. Um mapa ou documento revelho, que se referisse aos limites do Brasil, exercerá sôbre êle irresistível atração. Será qualquer coisa digna de todos os sacrifícios e a que o próprio furto se exculpará pela natureza e fim do objeto furtado.

Encontrava-se então em Buenos-Aires, o coronel Joseph Maria Cabrer, um dos comissários espanhóis encarregados da demarcação dos limites inscritos no Tratado de Santo Ildefonso. Já velho e doente, quase na miséria, Cabrer, depois de pretender vender os trabalhos, que possuía, sôbre aquelas demarcações ao governador Rosas e ao presidente Oribe, que os não quiseram, ofereceu-os ao govêrno imperial. Ponte Ribeiro fôra incumbido, por Limpo de Abreu, de emitir parecer sôbre a obra e o preço que o autor pretendia. Dias antes de partir do Rio de Janeiro, escrevendo sôbre os papéis remetidos pela Secretaria da Guerra à dos Estrangeiros, entre os quais se achava o *Diário Científico das Demarcações dos Limites da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, dizia êle: "O índice do manuscrito que o engenheiro Cabrer quer vender ao govêrno imperial, mostra que a sua obra contém exatamente aqueles diários e a correspondência entre os comissários de Portugal e Espanha; e só apresenta de mais alguns mapas e notícias estatísticas de Montevideo e Buenos-Aires." Mais adiante êle acrescenta esta nota, referindo-se à incumbência que lhe dera o ministro: "Deixo a S. Exa. Limpo de Abreu o Elenco Histórico como vou encarregado de examinar em Buenos-Áires o manuscrito e mapas de Cabrer, acrescentarei depois ao Elenco o que mais houver e convenha enumerar." (124) Agora, em Buenos-Aires, depois de manusear os documentos de

Cabrer, volta Ponte Ribeiro a tratar o assunto, em um longo officio dirigido ao ministro. E' êsse o seu primeiro trabalho (que eu conheço, bem entendido), que diz respeito aos limites do Brasil. "Contém esta obra — descrevia êle o manuscrito de Cabrer — as Instruções privadas e gerais dadas pela Côrte de Madrid e Vice-Reis aos Commissários respectivos, para com finura e manha arrancar dos portuguezes mais vantajosos limites, que os apontados artigos do Tratado Preliminar de 1777; refere as *Competências* alegadas por uma e outra parte, cujos debates esclarecem os fatos de possessão e os erros provenientes de nomes esquivos ou comuns a vários rios e lugares; apresenta o Diário Científico da Demarcação, desde o Chuí até a entrada do Igatemi no Paraná; e produz documentos históricos dos primeiros estabelecimentos e Domínio Espanhol até Santa Catarina e Cuiabá. É acompanhado de uma carta reduzida pelo sistema de Mercator, de 2 1/2 polegadas por grau, e compreendendo os Paralelos de 17° a 37° e os Meridianos de 316° a 33°, da Ilha do Ferro."

Depois de esmiudar outras particularidades da obra do coronel espanhol, concluía assim: "A Linha Divisória só está marcada nos lugares em que os Commissários estiveram conformes, que foi no *Chuí*, *Lagoa Mirim* e *Cochila Grande* até as cabeceiras do Ibicumirim, aonde puseram os últimos marcos; daí por diante não há sinal que indique os limites, nem se pode conhecer sem a leitura das *Competências*, cuja divergência devia ser ajustada pelas côrtes rivais. Pôsto que não haja com Cabrer comprometimento algum, contudo espera saber por esta Legação se o govêrno imperial quer ou não comprar a sua obra. Êle está velho, enfêrmo e pobre; e por isso resolvido a vendê-la mais barato: pede sete mil *pesos fortes*, mas estou bem persuadido que a dará por cinco." (125)

Seis anos depois, encontraremos novamente o Dr. Duarte, em Buenos-Aires, ainda às voltas com a obra do coronel Cabrer, que o govêrno imperial não quis ou não pôde comprar em 1836, talvez por motivo do preço.

5

Contra tôda a expectativa, não só consentiu o general Rosas na passagem, pelo território argentino, do diplomata brasileiro, que se dirigia à Bolívia, mas também lhe deu uma recomendação oficial para os governadores das províncias, por onde devia de transitar. Assim, acreditado, deixou Ponte Ribeiro Buenos-Aires a 23 de outubro, seguindo para Chuquisaca pela carreira de Salta. Nada menos de 700 léguas eram o caminho a transpor, e, por isso, num dos seus últimos officios de 1836 ao ministro brasileiro, avisava-o de que contava chegar àquela cidade boliviana no fim do mês de dezembro. Percorreu as províncias de Santa-Fé, Córdova, Santiago-del-Estero, Tucumã, Salta e Jujui, e, em tôdas elas, foi "obsequiado com extraordinárias atenções" pelos respectivos governadores, graças ao talismã obtido em Buenos-Aires. (126) Infelizmente não encontramos a descrição dessa viagem, que Ponte Ribeiro prometeu fazer e enviar ao ministro. Porém, êle mesmo supriu em parte esta lacuna, descrevendo-a em carta ao seu colega e amigo Cerqueira Lima. Assim podemos seguir o seu itinerário, que foi o seguinte: Córdova, onde permaneceu oito dias; Santiago-del-Estero, um dia; Tucumã, quinze dias; Salta, oito dias, e Jujui, um dia. Daí passou ao território boliviano, por Chichas, onde demorou um dia e meio, e Potosi, dois dias. As províncias argentinas deixaram nêle profundas recordações. O tratamento que os argentinos dis-

pensaram ao diplomata brasileiro, durante tôda a jornada, foi verdadeiramente fidalgo. Faziam-no parar nas capitais e os governadores ofereciam jantares e bailes em sua honra. A custo, desvencilhava-se êle dos festejos. Mas, para continuar, era obrigado a levar os presentes, doces e frutas e em quantidade tal que tinha sempre de deixar parte do que lhe davam, "por não haver já aonde acomodar tanta coisa." Os governadores de Salta e Tucumã distinguiram-se nas suas dádivas, pois, sôbre o comum das frutas e doces, ofereceram-lhe "soberbas cavalgadas". Até Tucumã viajara Ponte de diligência; daí em diante seguiu a cavalo 300 léguas, porque, como êle explicava, "nem os caminhos são para outra coisa." Mas, em tudo na vida, existe um senão, que se intromete, para que a felicidade não seja completa. Na viagem de Ponte Ribeiro foram as despesas que teve, a-pesar-de todos os presentes recebidos. "A respeito de despesas — dizia êle — nem falemos, e basta que saiba que o transporte de dois baús com que saí de Buenos-Aires custou-me até aqui 107 pesos." (127) Em relação aos seus amigos governadores, apenas fez um reparo e vinha ser que se não devia confiar muito nos correios, que transitavam pelas províncias, "em razão de estarem sujeitos à curiosidade e caprichos dos governadores." Isso, porém, dizia êle oficialmente. (128)

Ponte Ribeiro contou e recontou a sua viagem a todos os seus amigos. Um dêles, José Domingues de Attayde Moncorvo, official da secretaria dos estrangeiros e amigo de verdade, comodista e reumático, não comprehendia que se fizesse semelhante loucura. Respondeu-lhe, com franqueza, que lhe não invejava o passeio: mas, concluída a proeza, podia Ponte gabar-se de ser o brasileiro que mais viajara pelo continente americano, "arrancando essa palma a Câmara." (129)

Chegou Ponte Ribeiro a Chuquisaca no dia 30 de dezembro de 1836, e desde 3 de janeiro do ano seguinte, entrou em exercício das funções do seu cargo. (130) Daí em diante, com excepção dos momentos dedicados às questões de limites e de interêsse brasileiro, transformou-se êle em cronista dos lances políticos e guerreiros, que se desdobravam rapidamente nas repúblicas do Peru, Bolívia e Chile. A sua correspondência a êste respeito é imensa e forma quase que dois grossos volumes, hoje, com o inocente título: — “Lima — Offícios”. No entanto as complicadas traças do Rio da Prata, que Rosas tanto se comprazia em dramatizar, não se comparavam em complexidade à pavorosa luta que desencadeara o Marechal Santa Cruz ao impor a federação Peru-Bolívia.

Como sempre, conformado com a sorte que o destino lhe reservara, não poupou Ponte Ribeiro esforços, nem papel e tinta, na tentativa de fazer com que se entendesse, na secretaria dos negócios estrangeiros, aquele ensarilhado enrêdo, difícil de desenrascar.

CAPÍTULO VI

ENTRE OS FILHOS DO SOL

1

Ponte Ribeiro já se referira, na sua memória de 32, ao Marechal André Santa Cruz, então presidente da Bolívia e que era agora, em 37, o político mais poderoso dos Andes, ao menos na aparência, e quem pretendia, num futuro mui próximo, dirigir tôdas as repúblicas do Pacifico. Descendia Santa Cruz, pelo ramo materno, dos Incas do Peru e, pelo paterno, dos

Condes de Cañete y Pinar de Espanha. No seu aspecto físico prevaleceram os caracteres raciais dos índios de fala quíchua ou aimará: baixo, magro, tez azeitonada, exagerado prognatismo, olhos pequenos e vivos e cabelos corredios. (131) Em contraposição ao físico, a sua psicologia era complicada mescla de qualidades e defeitos, que se neutralizavam, pois, se possuidor de rara inteligência, habilidade política e perfeito conhecimento dos homens, a dissimulação, a desmedida vaidade e ambição ilimitada, reduziram-no à craveira comum aos demais ditadores. (132)

No entanto, os seus cromóssomos incásicos, que se engrazavam aos castelhanos mal ou bem ajeitados, traziam-no em constante inquietação, à procura do momento em que pudesse ressuscitar a tradição, que se lhe incorporara a êle, de mando, poder e domínio sobre os povos vizinhos, quer por parte do Império derrocado pelos espanhóis, quer do vice-reinado erigido por êstes. Optara Santa Cruz, segundo se tem escrito, pelo restabelecimento do Império dos seus avós os "Filhos do Sol", de preferência ao vice-reinado. Mas, talvez, por não ser douto em etnologia, os cenários que plagiou nos Andes, ao menos pelo que li nos officios de Ponté, assemelham-se muito mais, desde que se guardem as devidas proporções, aos que Napoleão construiu na Europa. O modêlo em que se inspirou Santa Cruz foi o do primeiro império francês; faltou-lhe, todavia, um Talleyrand andino. A obra que realizou, porém, contrastava nitidamente com a desordem reinante, pois não se contentou em instituir um govêrno regular na Bolívia, foi muito além e tentou constituir possante organização política com a junção do Peru à Bolívia, organização esta que, se constituída, teria modificado bastante a história da América do Sul. Na realidade, Santa Cruz foi um gênio político que falhou, não só porque o ma-

terial de que se serviu não se prestava a qualquer amálgama, senão também por lhe impedir a vaidade de discernir o justo valor dos seus inimigos.

Durante a sua estada no Peru, nos anos de 1829 a 1832, Ponte Ribeiro assistira ao final de um dos lances pela posse do poder, urdido pelo próprio Santa Cruz. Êste, na Bolívia, e o general Lamar, no Peru, ambicionavam ambos o protetorado federal, cada um d'baixo do respectivo guante. Apoiando-se em Gamarra e La-Fuente, dera Santa Cruz certo golpe em Lamar, desalojando-o do govêrno. Porém, quando se aprestou para nêle se instalar, os dois, que lhe serviram de instrumento para derribar Lamar, se uniram e o afastaram do Peru.

Gamarra, mestiço como Santa Cruz de índio e espanhol, era como êle ambicioso e inteligente, sem contudo possuir a sagacidade política do herdeiro dos Incas. Mas, muito mais hábil e poderoso que o seu concorrente peruano La-Fuente, fez com que êste abandonasse o Peru e se abrigasse no Chile. Ponte Ribeiro assistira, de sua primeira estada em Lima, a êste passo e, um ano depois de ocorrido, descreveu-o assim: "La-Fuente ficou ocupando a presidência (depois da queda de Lamar), rodeado de um ministério e chefes criaturas de Gamarra; e ademais dêsses, sua mulher para dirigí-los. Esta mulher varonil, sendo contrariada por La-Fuente em uma pretensão hizarra, declarou-se sua inimiga; e tendo desconfianças de que êle estava de acôrdo com Santa Cruz, e conspirava contra seu marido, deu parte a êste; o qual bem depressa enviou um coronel com instruções para se fazer a revolução, que teve lugar contra La-Fuente, no dia 16 de abril de 1831." (133) Eleito presidente, manteve-se Gamarra até 1834, quando o general Orbegoso o substituiu. Conseguira aquele, durante cinco anos, não só neutralizar as ambições de

Santa Cruz, mas também atravessar firme no poder um período de grande agitação; tendo em 32 vencido duas conspirações, ambas urdidas do Chile por La-Fuente. Não conseguira, contudo, o general Gamarra sobrepor a autoridade à anarquia. Esta se infiltrara em todo o país. E assim que o mando se transferiu a mãos menos firmes que as dêle, soçobrou irremediavelmente diante da primeira revolução. Orbegoso foi deposto por outro general, Salaverry, que se proclamou imediatamente Chefe Supremo. Este título estava muito em moda no Pacífico e, talvez, inspirasse no Atlântico o de Supremo Chefe, que se outorgaria o general Rosas, pouco antes de sua queda. Era um sintoma típico de fraqueza. Com êle se pretendia suprir a consciante inferioridade por um título estrambótico, na suposição de que apenas o rótulo amedrontaria os inimigos.

Efêmero, no entanto, foi o poder de Salaverry. Santa Cruz, que espreitava a ocasião para se intrometer novamente no Peru, fez um pacto com Orbegoso, que ainda lutava no norte, e Gamarra, para o estabelecimento da idealizada federação, e, em virtude dêsse pacto, invadiu o Peru. Gamarra saiu da aliança, passando-se para o lado de Salaverry, logo depois. Mas nem assim impediu que Santa Cruz avançasse e o derrotasse, e, em seguida, vencesse Salaverry, a quem mandou fuzilar. Á anarquia em que se encontrava o país e desassossêgo de seus dirigentes, principalmente, deveu a possibilidade de se apossar do Peru o marechal Santa Cruz. Bolívia, para êle, talvez fôsse cenário demasiadamente acanhado. Era de expandir a sua ambição em mais amplos horizontes, que lhe permitissem, quando se lhe deparasse outra oportunidade, transformar a novel federação em monarquia e o título de protetor em outro mais imponente.

Dias depois de Ponte Ribeiro deixar Buenos-Aires a caminho de Chuquisaca, em 28 de outubro de 1836, Santa Cruz declarava, por decreto expedido de Lima, constituída a Federação Peru-Bolívia, tendo, para êste fim, dividido o Peru em dois estados. E ainda que pretendesse Santa Cruz, no manifesto dirigido aos governos americanos, afastar tôda desconfiança, que aos vizinhos pudesse suscitar o estado recém-criado, inculcando-lhe os mais pacíficos propósitos, nem a Argentina nem o Chile o acreditaram. (134)

2

Ao Chile, principalmente, a reunião das duas repúblicas sob a dominação de um político hábil e astucioso, cheio de recursos e ambições, não podia agradar, nem inspirar confiança. A posição do Chile, no Pacífico, em relação aos seus vizinhos do norte, assemelhava-se então bastante à do Brasil, no Atlântico, em face dos seus vizinhos do sul. Aqui, a rivalidades de raças, presunção e soberba de muitos, que se contrapunham em grandeza e bravura aos outros, tidos por incapazes e fracos, mesclavam-se interêsses econômicos na passagem de gados do Uruguái para o Rio Grande do Sul e interêsses políticos na manutenção da independência das antigas províncias do Paraguái e da Banda Oriental. Lá, a mesma questão econômica com referência ao trigo do Chile, cuja imposição exorbitante no Peru tornava irrealizável a exportação, e a mesma questão de equilíbrio com a independência do Peru e Equador, enlevavam-se ao orgulho e arrogância de uns nas relações com os outros, como se de senhores a antigos súditos. O Peru formara parte principal do Império Incásico e fôra sede do vice-reinado na colônia: daí a tradição de riqueza e nobreza, que fazia vesguearem os entendi-

mentos no tocante ao Chile, onde se continuava a bispar apenas a rústica província de outros tempos, dependente sempre da opulência de seus antigos dirigentes. (135)

Mas, enquanto o Peru se dissolvia em revoluções e depois se constituía em dois estados para se reunir à Bolívia, o Chile, desde 1830, era conduzido por um dos políticos realistas mais notáveis da América: D. Diego Portales. Com muita clareza vira êle que a fraqueza do seu país provinha dos freqüentes pronunciamentos de quartéis, perpetrados contra a autoridade constituída, sempre no intuito de a substituir por outra mais fraca e incapaz. Reconhecera também que aquela fraqueza nascia de leis e idéias, na maior parte federalistas, transplantadas de segunda mão para o solo chileno, que reduziram o executivo a mero espectador das lutas desenfreadas entre as facções descontentes e inquietas. Da impotência do executivo, maniatado por leis inadequadas à situação, era que advinha a desordem, geral, caracterizada pela insubordinação e impunidade. Rápidamente, porém, modificou Portales aquele estado de coisas. Deu nova constituição ao país, que se distanciou das outras pelo fato de não ser simples papel escrito, mas sim de conter disposições de acôrdo com a realidade, que êle fez cumprir, punindo aqueles que pretenderam postergá-las. Em breve fortaleceu o executivo, criou a confiança, estabeleceu o regime da responsabilidade e da ordem. A nação ressurgiu, ainda que em embrião, livre e consciente.

Completada a organização interna do país, pôde o grande estadista movimentá-lo contra o inimigo externo: o Peru. É verdade que, pessoalmente, Portales não gostava do Peru. Aí estivera alguns anos como negociante e, de volta, confessava: "esa tierra que odio, por la mezquinidad de sus gentes." (136) A sua obra, porém, como a de todos os grandes políticos, foi im-

pessoal, ainda que coincidissem com os seus sentimentos particulares.

As desinteligências entre o Chile e o Peru, portanto, já vinham de longe, de causas mais ou menos renovadas. Em 1836, a situação agravara-se com a rejeição, pelo presidente Orbegoso, do tratado de comércio negociado em Lima, rejeição oposta em revide ao reconhecimento do govêrno de Salaverry, por parte do Chile. O general Freire, ex-presidente do Chile, que se achava no Peru desterrado pelo partido de Portales, foi o escolhido para assestar contra o seu próprio país a pior das armas que se podia então utilizar contra o inimigo, ou seja, a guerra civil. O govêrno peruano forneceu-lhe todos os meios de ação, inclusive os navios. Esta tentativa fallhou completamente, dando lugar a que o govêrno chileno, em represália, declarasse guerra ao Perú, e, ao mesmo tempo, pretendesse impor-lhe novo govêrno sob a chefia do general La-Fuente, refugiado no Chile.

Na malograda expedição de Freire já se divisa o dedo de Santa Cruz. Daí em diante, inicia-se a luta dêste, que se esquivava à guerra aberta contra o Chile, preferindo insuflar-lhe de longe a anarquia, e o lançar arrojado de Portales, indo provôcá-lo em sua própria casa, com um pequeno exêrcito, depois de lhe ter sequestrado a esquadra com um golpe de audácia.

Portales, ainda no comêço da guerra, caiu vil e traiçoeiramente assassinado. A sua obra, no entanto, lhe sobreviveu. (137)

3

Quando a 30 de dezembro de 1836 chegou Ponte Ribeiro a Chuquisaca, já havia sido declarada a guerra ao marechal Santa Cruz, desde os últimos dias de novembro, pelo plenipotenciário chileno D. Mariano En-

gaña, uma vez desfeitas as suas negociações em Lima. (138) Assim, ao ser recebido o representante do Brasil, pelo vice-presidente em exercício, D. Mariano Enrique Calvo, êste lhe falou longamente sôbre a guerra com o Chile. (139) Respondeu-lhe Ponte da única maneira por que podia, oferecendo-lhe a mediação do Império, como aliás lhe autorizavam as suas instruções. (140) Esta mediação ainda que renovada por escrito, não teve seguimento. O marechal Santa Cruz, agradecendo o oferecimento a 7 de março, declarava inútil tôda tentativa para uma conciliação amigável, por não admitir o Chile semelhante possibilidade. (141) E o governo imperial, ao responder às comunicações de Ponte, recomendava-lhe não passasse a mediação de officiosa, "sem que nos ligue a obrigação ou comprometimento algum." (142)

Teria sido das mais calma a estada de Ponte Ribeiro na Bolívia, se não fôra a feição peculiar ao governo boliviano de não estacionar por muito tempo no mesmo local. Assim, não era fácil o contacto com um governo que vivia, de cidade em cidade, em constantes passeios, dos mais incômodos para quem se não habituara a semelhante distração. Escarrapachado no lombo de um burro, durante horas, teve o diplomata brasileiro de seguí-lo por caminhos escabrosos, que, segundo o próprio Ponte, na estação, que era de chuvas, se tornavam intransitáveis, "em razão de serem pelas quebradas dos Andes, que nesta época são outros tantos rios." (143)

A 19 de março, Ponte Ribeiro saiu de Chuquisaca, com o vice-presidente Calvo. Passou por Potosi a 21, e a 5 de abril chegou, com a caravana governamental, a La Paz. Nesta cidade, vindo do Peru, já se encontrava Santa Cruz, que possuía, entre outros títulos os seguintes: "Gran Ciudadano, Restaurador y

Presidente de Bolivia, Capitan Jeneral de los Ejercitos, Jeneral de Brigada de Colombia, Gran Mariscal Pacificador del Peru, Supremo Protector de los Estados Sur y Nor-Peruanos." (144)

Logo que chegou a La Paz, foi Ponte Ribeiro apresentado a Santa Cruz, que reassumira a presidência. Infelizmente o nosso diplomata não era retratista, isto é, não nos deixou, em sua longa e interessantíssima correspondência, um só retrato das várias figuras importantes da América, que conheceu e com quem conviveu. A ação política dessas personagens, as suas qualidades e defeitos, e atitudes, em relação ao Brasil, foram unicamente os pontos que lhe interessaram. Agora, as feições acabocladadas de um rosto; as condecorações luzidias em um peito; as côres e modas de roupas e fardas envergadas; as mulheres bonitas e feias esgargaladas em um baile, nada disso se nos depara nas descrições do Dr. Duarte. Sòmente uma vez, anos depois em Buenos-Aires, entrará êle em minudências dessa ordem, referindo o fato de o ministro Arana receber o representante boliviano, sem o lenço no pescoço e de chinelas. Sòbre o primeiro encontro com Santa Cruz, apenas escreveu o seguinte: "Aqui se acha o presidente, que tomou a presidência para criar a Legião de Honra Boliviana, dar providências contra os argentinos, levantar recursos pecuniários e acordar as bases da federação, que hão de ser apresentadas pelo Congresso de Tacna. Como êle tomou o mando, apresentei-lhe, com as solenidades de estilo, a carta credencial do Regente, em nome do Imperador, e fiz as felicitações que ela determina." (145)

Ainda em abril, continuou Ponte Ribeiro a caminhada pelos Andes. Subira por uma das vertentes de Tarija a La Paz atravessara a Cordilheira. Agora, ia descer pela vertente oposta até o Pacífico. Santa

Cruz, deixando novamente a presidência, dirigiu-se também a Tacna, onde os plenipotenciários dos dois estados peruanos e da Bolívia discutiam as bases da federação. A comitiva devia de ter chegado a Tacna antes de 25 de abril, pois neste dia, quando já instalado nesta cidade, já criada a Legião de Honra Boliviana, o marechal Santa Cruz conferiu ao diplomata brasileiro as insígnias de comendador supranumerário daquela ordem, "atendendo a que el Encargado de Negocios de S. M. el Emperador del Brasil, D. Duarte da Ponte Ribeiro, se ha echo acredor a la gratitud nacional, por el vivo interes que toma en la prosperidad de estos Estados." Cavalheiro da ordem brasileira de Cristo, desde 1829, era agora comendador da Legião da Honra Boliviana. Foi-lhe o diploma enviado pelo ministro André Maria Torricó, em 29 de abril, do Palácio Protetoral de Tacna. (146)

O congresso dos plenipotenciários, reunidos naquela cidade, assinou no dia 1.º de maio de 1837 o Tratado Federal. Ponte Ribeiro devia de ter assistido à assinatura e seguido com curiosidade os trabalhos do congresso, pois, logo no dia 2, mandava grosso calhamaço ao ministro dos negócios estrangeiros, contendo o tratado destinado à efêmera federação. E assim descrevia as ocorrências verificadas no congresso: "Junto remeto a V. Exa. uma cópia do tratado feito pelos plenipotenciários dos três Estados da Confederação; as bases foram dadas pelo general Santa Cruz, depois de combinadas na cidade de La Paz entre êle, o vice-presidente Calvo e os plenipotenciários da Bolívia. Ainda que tudo estava disposto com antecedência e todos os plenipotenciários de acôrdo em subscrever a vontade do Protetor, contudo tomaram por modelo o Congresso de Viena, interpretando cada indivíduo a seu modo quanto ali passou, e levaram 15 dias em no-

mear comissões para o exame dos poderes, redação do projeto apresentado, e em questões de etiquetas entre si; objeto que mais os ocupou.”

Não conseguiu, porém, o Congresso de Tacna, com todo o aparato, de que se revestiu, encobrir a realidade. Ponte Ribeiro, ao menos, já no dia 2 de maio, afirmava: “Segundo as minhas observações, calculo que o Tratado Federal não há-de contentar a maioria dos três Estados.” (147)

4

· Talvez em companhia do Protetor Santa Cruz, deixou Ponte Ribeiro a cidade de Tacna a 3 de maio. No dia 28 dêste mês era recebido em Lima, em audiência pública, pelo próprio Santa Cruz, agora no seu papel de presidente do Peru.” (148)

Em menos de um ano e meio, percorrera o Dr. Duarte, quase sem descanso, léguas e léguas, na maior jornada de sua vida. Ainda em novembro de 1835 se achava no México. Daí a Filadélfia, onde a pulmonia o prendera até março de 1836. Em abril e maio estivera em Lisboa, refazendo-se da molestia. depois de pousar em Falmouth. De junho a agosto passara no Rio de Janeiro, à espera de sua nomeação e, depois, preparando-se para viagem. Em setembro revia Montevideo. Em outubro, Buenos-Aires. E de outubro a dezembro, percorrera as 700 léguas, que separavam Buenos-Aires de Chuquisaca. Seguiu então a interminável jornada pelas quebradas dos Andes até Tacna. E, finalmente, o pulo de Tacna a Lima, onde parou, depois de tanta canseira, no dia 28 de maio de 1837. Aí, na capital peruano, êle sossegaria por alguns anos.

Em Lima, ser-lhe-ia também mais fácil observar o ambiente federal, pois, de sua estada anterior, deixa-

ra ali conhecidos, senão amigos, que lhe falariam com mais franqueza. Agora estava no centro de todos os enredos, quer da política interna do país, quer também da guerra declarada pelo Chile. Sentia-se mais à vontade, quase que em sua própria casa, naquela cidade em que já vivera três anos e iria viver mais quatro. E se não fôra a mesquinhez do ordenado, que lhe pagava o governo imperial, em desproporção ao custo da vida na capital peruana, não lhe teriam sido desagradáveis aqueles sete anos de permanência em Lima. Ponte não se dera mal com os aristocratas do Peru. Ele mesmo era um aristocrata, cheio de preconceitos, e, por isso, compreendeu os preconceitos da aristocracia peruana. Anos mais tarde, em carta ao presidente D. José Rufino Echenique, referindo-se ao Peru, confessaria: "ese país de mi predilección y del que conservaré eternamente halagueñas recordaciones."
(149)

Era natural, portanto, com êsses precedentes, que a opinião de Ponte Ribeiro, em geral, coincidissem com o ponto de vista dos peruanos, contrário não só à expedição chilena, senão também à dominação de Santa Cruz. Em Lima vira melhor a realidade; reconheceu que o Protetor não desfrutava no país de prestígio algum, e, se ainda se mantinha, era somente pela força, sustentado pelos seus três generais: um alemão, outro irlandês e o terceiro inglês, que o não traíam. Como se não iludira em Tacna com o tratado, agora, em Lima, não se deixa embair com o que se propalava oficialmente, e descreve com segurança o estado em que se achava o país.

"Para dar a V. Exa. — escreve êle ao ministro dos estrangeiros — uma idéa aproximada do estado dêste país, e da opinião que nêle goza o general Santa Cruz, neçessão ser difuso. Quando aquele general veio ao

Peru, chamado pelo ex-presidente Orbegoso, era desejado para sufocar a anarquia: a atitude de conquistador, que adotou depois das suas vitórias, e a publicidade do antecipado tratado, que dividiu o Peru em dois estados para formarem com Bolívia um centro federal, despertou o orgulho nacional e converteu em inimigos seus, muitos dos que antes eram indiferentes. Depois de fuzilar os principais cabeças da rebelião contra Orbegoso, e desterrar 300 oficiais, mandando a maior parte para a nossa fronteira de Mato-Grosso, repartiu as suas tropas pelos principais pontos da república, colocou os seus generais nos pontos mais importantes, e deu a bolivianos quase todos os empregos de consideração. Dispôs a reunião e ditou as declarações das Assembléias Sul e Norte peruanas; nomeou os plenipotenciários que foram a Tacna para firmar o tratado, que elle lhes apresentou, e que há-de ser ratificado pelos conselhos de govêrno, que são seus delegados. Ofuscado com os elogios aos códigos que promulgou em Bolívia, obrigou o Peru a adoptá-los sem prévia consulta, nem revisão, que lhe desse nacionalidade, resultando opposição de corporações inteiras, desordens nos julgados, e ser necessário suspender o efeito de alguns artigos. Enfatado com as façanhas que obteve, chegou a persuadir-se que é um grande Cabo de Guerra e pode mandar no Peru pela fôrça: assim iludido entrou em Lima, dando-se muita importância, desconhecendo até os seus velhos amigos, e tratando o povo com afastamento a que não está acostumado... — Todos êstes atos tem granjeados inimigos ao general Santa Cruz, e já o teriam lançado do Peru se não fossem os procedimentos do govêrno do Chile em mandar os seus navios assaltar povoações, preparar uma expedição invasora, proteger emigrados, que são geralmente aborrecidos, e negociar com elles condições igno-

miniosas ao Peru. De um lado o amor próprio ofendido por uma potência estrangeira; por outro a falta de um homem de prestígio para opor aos emigrados com quem Chile tratou e quer pôr no govêrno contra a vontade nacional: tudo tem concorrido para desenvolver a opinião, que antes não existia e hoje se observa, apoiando o Protetor, mais por convicção de que é o único que pode salvar o país dos males que o ameaçam. Entretanto, para mim, é duvidoso o resultado da expedição; e em todo o caso nunca poderá Santa Cruz levar a efeito os seus desejos de coroar-se; e muito fará se puder sustentar a federação por algum tempo." (150)

A situação de Santa Cruz no Peru dependia, não do seu prestígio pessoal, mas, unicamente, da força que possuía e da guerra contra o Chile. Na Bolívia, por sua vez, êle perdia a ascendência, que até então tivera, porque, segundo Ponte, não se conformavam os bolivianos em ser governados de longe. Isso os desgostava; consideravam-se abandonados, e tudo atribuía à ambição do Protetor e à decantada federação. O tratado de 1 de maio provocara, em Chuquisaca, manifestações de descontentamento, "a ponto — contava Duarte — de maldizerem o general Santa Cruz, e ser seu retrato apunhalado pelos estudantes do Colégio Nacional." (151)

5

Com a morte de Portales, que nos primeiros dias de agosto já se sabia em Lima, a opinião geral nesta cidade firmou-se no sentido de que aquele acontecimento, nas circunstâncias em que ocorrera, frustrara a intentada invasão chilena. Ponte pensava dêsse mesmo modo e assim opinava: "Ainda que de Chile se diga

que continuam os aprestos da expedição, ninguém crê que ela se verifique, faltando-lhe o único indivíduo capaz de dar-lhe o impulso, e depois de perder a força física e moral." (152)

Contudo, corriam com insistência as notícias de que no Chile prosseguiam os preparativos para a expedição. A 27 de agosto, chegara a de que ela não tardaria muito. Porém, para Ponte, que se arraigara na sua primeira opinião, tais notícias não passavam de boatos. Ainda a 15 de setembro afirmava: "Continuam a anunciar a vinda da expedição do Chile, mas eu persisto na persuasão de que não vem." Outros, porém, não pensavam assim e já sentiam derruído o poder de Santa Cruz. Um deles, o vice-presidente Calvo, homem de confiança do Protetor, na suposição de que este já se achasse irremediavelmente perdido, comprometera-se com os inimigos do marechal. Ponte, ao menos, escreveu: "Calvo, por debilidade, medo e talvez persuasão de que Santa Cruz estava já às mãos com os chilenos e perdido, acaba de ser instrumento dos descontentes, dando passos que o fazem suspeito ao Protetor, que o elevou aos empregos que tem desfrutado." (153)

Pôsto que indecisa, a situação de Santa Cruz estava longe de ser desesperadora. Era um político cheio de recursos, hábil e enérgico, sabendo no momento oportuno reagir, sem, no entanto, se exceder. Além do mais conservava ainda intactas as suas tropas. Ponte Ribeiro era o primeiro a reconhecer-lhe esta vantagem. "O que lhe vale — dizia êle — é a boa disciplina e moralidade do exército e sobretudo estar comandado por chefes estrangeiros, que não tem o que ambicionar, e cujo bem estar depende dêle; tais são o alemão Brawn, o irlandês Ó Conor, o inglês Miller, e outros." As probabilidades quase tôdas eram favorá-

veis a Santa Cruz, na luta que ia empreender contra os chilenos, pois o único meio que via Ponte de o derribarem os descontentes era se conseguissem “revoltar contra êles as suas próprias tropas”.

Só em fins de setembro foi que se desencantou a tão falada expedição. No dia 24 de outubro, Ponte anunciava: “A expedição chegou finalmente a estas costas do dia 24 de setembro; e desembarcando junto de *Islay*, se dirigiu a Arequipa, que foi abandonada por ordem do governo protetoral, e entrou ali a 14 de corrente.”

O movimento subterrâneo contra Santa Cruz re-crudescce depois da invasão, tanto na Bolívia, onde “continua a manifestar-se o espírito revolucionário”, quanto no Peru, onde já se fala claramente contra o conquistador. Santa Cruz, porém, em poucos lances, domina inteiramente a situação; aquieta o desassossêgo na Bolívia; mantém o Peru subjugado; investe contra a expedição chilena, e a envolve com suas tropas depois de poucos movimentos. Não quis, todavia, Santa Cruz desbaratar completamente o inimigo, como era de supor o pudesse fazer, talvez por não confiar muito na sua vanguarda. Preferiu ajustar com o almirante Blanco Escalada, chefe da expedição, o tratado de Paucaparta, em 17 de novembro de 1837, que deixava a porta aberta à nova invasão. (154)

CAPÍTULO VII

SOLUÇÃO DE UM PROBLEMA

1

É bem possível que Santa Cruz tivesse dado ouvidos à traça forjada contra o Império, em 1834, pelo ministro uruguáio D. Lucas J. Obes. Pretendera êste

a reunião de todos os estados limítrofes com o Brasil, a fim de o obrigar a demarcar as fronteiras, de conformidade com o Tratado de Santo Ildefonso. Mas, provavelmente por falta de comezinho estudo introspectivo, não vira o político oriental, o que se evidenciava então a qualquer um menos atilado, que as tricas existentes entre aqueles mesmos estados eram mais vitais para êles, e prementes, que as remotas questões de limites com o Império.

Parece-me que Santa Cruz, inteligente e hábil como era, e com ambições voltadas em outro sentido bem diferente do que lhe indicava o ministro Obes, viu, logo depois de se despedir de D. Francisco Muñoz, o agente uruguáio que fôra a Chuquisaca insuflar a traça, que muito melhor seria para os planos, que êle, Santa Cruz, engendrara, ter o Império por neutro ou, mesmo, aliado, nas lutas que ia empreender, do que por inimigo. Por isso, presumo eu, não julgou Santa Cruz de boa política modificar a orientação que imprimira à missão boliviana no Rio de Janeiro, no tocante aos limites. Basta um ligeiro escôrcço das atividades do representante de Santa Cruz no Brasil, para afastar a hipótese fantascópica, já aventada, de se refletir na missão do general Armaza o esguelhado plano urdido por Lucas Obes. (155)

O general D. Mariano Armaza, encarregado de negócios e cônsul geral da República da Bolívia, junto ao governo de S. M. o Imperador do Brasil, desde 8 de julho de 1834, comunicava a sua chegada à côrte, ao ministro dos estrangeiros Aureliano de Souza. (156) E mal se instalara o general no Rio de Janeiro, que recebeu do Dr. Lucas Obes, datada de 14 de julho de 1834, uma exposição do plano que arquitetara contra o Império. Respondeu-lhe o representante boliviano, em 4 de agosto, que ia pedir instruções sôbre assunto

a seu govêrno. (157) Se pediu instruções, não sei. O certo é que a 14 de outubro voltou Armaza a falar ao ministro brasileiro, declarando que o principal objeto de sua missão era o de promover junto ao govêrno imperial a celebrações de dois tratados, sendo um de limites e outro de amizade e comércio. “Deseoso — afirmava o diplomata boliviano — el Gobierno del infrascrito de estrechar las relaciones que unen à la Republica de Bolivia con el Imperio del Brasil, y persuadido de que el vínculo mas fuerte, y la base mas sólida de una verdadera amistad entre las naciones son los tratados públicos, encargó al que subscribe las negociaciones de los que deja indicados; y en cumplimiento de tan justos deseos.” E terminava Armaza esta nota, solicitando do ministro uma audiência, para a realização da primeira conferência sôbre os tratados. (158)

Longe, portanto, de a missão do general se ter iniciado com o pretendido *ultimatum* ao Brasil, para que êste aceitasse os limites de 1777, iniciou-se de maneira amistosa, por livre e espontânea vontade do govêrno boliviano, e com o fim declarado de estreitar as relações entre os dois países. É de notar ainda que Armaza não esperou resposta alguma às instruções pedidas, se é que pediu, a respeito da arquitetada liga, pois a sua resposta ao Dr. Lucas é de 14 de agosto de 1834 e a sua proposta ao ministro brasileiro é de 14 de outubro do mesmo ano de 1834. (159)

Possivelmente se realizou a conferência solicitada pelo general boliviano, em fins dêste mesmo mês de outubro, visto que a 5 de novembro remetia êle ao ministro brasileiro os projetos para os dois tratados. (160) No tocante aos limites, pôsto que oferecesse em princípio a ratificação e revalidação do tratado de 1777, modificava em parte os seus bons propósitos, fazendo correr a linha divisória entre os dois países pela mar-

gem direita do rio Paraguái, a 22 graus de latitude sul, no *rio Barrigue*, fronteiro ao Ápa, até a embocadura de Jauru; daí seguia pelo Jauru e Aguapeí até a serra de Aguapeí, onde se encontravam as cabeceiras do rio Alegre, continuando por êste rio até o Guaporè. (161) Êstes pontos não foram indicados pelo boliviano porque se achassem ou não consignados no tratado de 1777. É provável que se não desse ao trabalho de averiguar o passado, de vez que a comprovação que trazia em defesa do projetô de limites se reduzia a um mapa americano, recentemente publicado, para o qual pretendia Armaza fôros de infabilidade na matéria. Assim, em sua nota de 5 de novembro, não defendeu os limites indicados no projeto com o Tratado de Santo Idelfonso, mas pretendeu o reconhecimento do mapa americano por desempatador da contenda. E para isso dava, entre outras razões, “la de separar con colores diferentes la estension y limites, ciertos ó existimados, de todos los nuevos Estados...” (162)

Depois da apresentação dos projetos, permaneceu ainda na côrte por mais de um ano a missão boliviana, chefiada pelo general. Teve, portanto, tempo de sobra para receber a resposta ao pedido de instruções sôbre o plano de Lucas Obes, ou ordens de Santa Cruz a êsse mesmo respeito. Estas ordens o ministro Calvo garantira a D. Francisco Muñoz que havia expedido ao agente boliviano no Brasil. (163) Se recebeu Armaza tais instruções ou ordens, não as cumpriu, pois nem uma só palavra escreveu, no sentido de modificar o projeto apresentado, até o fim das negociações, ocorrido em dezembro de 1835. Em conferência realizada com o diplomata boliviano, o ministro brasileiro Alves Branco declarou-lhe então que o govêrno imperial não podia prosseguir na discussão do tratado de limites. (164) Um mês depois, janeiro de 1836, retirava-se

D. Mariano Armaza do Rio de Janeiro, onde, durante o tempo que estivera, conseguira captar a estima e consideração daqueles que o conheceram. (165)

Fôra a missão boliviana de 1834 a 36, em relação ao Brasil, inteiramente amistosa. Entendera-se o seu chefe perfeitamente bem com os brasileiros. E se não conseguiu os tratados solicitados, foi somente porque os políticos brasileiros não eram tão ingênuos como se supunha, a ponto de aceitarem um tratado nas condições propostas e fundado em razões infantis. Porém, nem uma só palavra proferiu o general Almaza, de que se pudesse inferir tratar-se de um ultimato ao Império, à guisa de advertência: ou aceita o tratado de 1777 ou morre. Nem mesmo o general se fundou no revelho tratado para defender o seu projeto, senão no mapa americano. O contrário do que pretendia o Dr. Lucas Obes foi justamente o que aconteceu então, porque se o pensamento de Santa Cruz fôsse o de se ligar aos vizinhos do Império, para lhe impor os limites de 1777, outro teria sido o seu procedimento no tocante a terrenos, que não pertenceram nunca á Bolívia, mas sempre a um daqueles vizinhos do Império, parte tão interessada na liga ou, ao menos, com tanto direito à herança espanhola quanto o Uruguái e a Bolívia. Os limites, no entanto, partindo do ponto indicado pelo general Armaza, a 22º de latitude sul, na margem direita do rio Paraguái, absorviam um trecho pertencente à República do Paraguái, tal seja aquele em que se construiu o forte dos espanhóis *Borbon*, chamado então *Olimpo*, que fôra sempre de jurisdição paraguáia, desde sua fundação, e onde os bolivianos nunca estiveram. (166)

O govêrno imperial não quis discutir o assunto, pelo mesmo motivo alegado em 1826 ao representante peruano Cáceres, isto é, por não possuir ainda os dados

necessários ao estudo das questões de limites. Mas o que o Dr. Lucas J. Obes não sabia e talvez o decepcionasse se o soubesse, e mais ainda aos que estudaram este passo da nossa história, inculcando ao governo imperial em 1834 um pensamento político que não tinha então e só alguns anos depois o teria, é que os dirigentes brasileiros, aquela época, consideravam válido o Tratado de Santo Idelfonso.

2

A questão de limites com a Bolívia voltou à baila pouco depois, por força da intromissão de um tal D. Sebastião Ramos, que obtivera a concessão de terras do governo boliviano em território brasileiro. Resuscitou-a em 1836 José Antônio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente), quando na presidência de Mato-Grosso, não só escrevendo sobre os limites da província interessante trabalho, senão também endereçando ao ministro dos negócios estrangeiros longo officio a respeito dos últimos acontecimentos ocorridos na fronteira. Nesse officio de 6 de setembro, contava Pimenta Bueno as façanhas de Ramos do seguinte modo: “Presumo que muito pode concorrer para isso um tenente-coronel espanhol Sebastião Ramos, que outrora foi governador realista de Chiquitos. Este homem de carácter traidor e inquieto, em 1825, entregou a província de Chiquitos ao governo Mato-Grosso, para que fizesse parte do Brasil; foram tropas de Mato-Grosso fazer a ocupação de Chiquitos, êle realizou a entrega, e quando as tropas dali regressaram em consequência de medidas ulteriores, e enérgica reprovação do governo imperial, acompanhou as ditas tropas, saqueando as igrejas e gado da província, parte do qual foi restituído por motivo de reclamação; conservou-se em Mato-

Grosso até êstes últimos tempos, em que recebeu perdão de seu govêrno, com quem havia procurado entreter correspondência e agradar por todos os meios... — Êsse mesmo indivíduo pretende estabelecer-se junto à Larga da Nação, na embocadura do Rio Jauru, com manifesto prejuízo da Fazenda brasileira de Cais-sara, de cujo gado se pode aproveitar; convida cidadãos brasileiros para que vão estabelecer-se em terrenos vizinhos dêsse ponto, e tem o ardil de fazer constar isto ao govêrno desta Província, demandando a sua aprovação sem dúvida para que a todo o tempo o govêrno de Chiquitos possa alegar que está na posse não questionada dêsse território." (167)

A êste officio de Pimenta Bueno, respondeu em 15 de dezembro de 1836, Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, substituto de Limpo de Abreu no ministério dos negócios estrangeiros. Depois de várias considerações sôbre as ocorrências referidas pelo presidente, participava-lhe o ministro que o govêrno imperial estava resolvido "a entrar com brevidade no ajuste de um tratado definitivo de limites baseado no de 1777, para de uma vez se concluirem contestações desagradáveis." E rematava a comunicação dizendo que se não esquecera de incluir nas instruções do encarregado de negócios na Bolívia a questão de limites. (168)

Não se contentou Pantoja com o que acabara de escrever ao presidente de Mato-Grosso. A gravidade dos acontecimentos fê-lo dirigir-se ao próprio ministro das relações exteriores da Bolívia, no mesmo dia 15 de dezembro. Em primeiro lugar rememorava a proposta do general Armaza, desculpando o fato de não se tratar então o assunto pela falta absoluta de esclarecimentos. Mas acrescentava que o govêrno imperial julgava agora oportuna a acasião para se concluir o ajuste proposto, tanto que, para êste fim, expedira

ordens ao seu encarregado de negócios. E, ainda que declarasse Pantoja, reportando-se ao tratado de 1 de outubro de 1777, "que é o que está em vigor, servindo-lhe de base o *uti possidetis* daquela época", dizia também que o local em que se reunissem os plenipotenciários para a assinatura do tratado, devia ser de preferência "em um ponto da fronteira", onde "à vista de observações topográficas e dos documentos que comprovam a atualidade da posse, possam terminantemente decidir a questão de tanta monta." Ao terminar a nota, pedia Pantoja que se lhe contestasse a proposta e expedisse o governo boliviano ordens às autoridades de fronteiras "para que não deem o menor passo, que infringir possa o "statu-quo" das possessões das duas nações, que sem dúvida acarretaria a perturbação da paz felizmente existente." (169)

A resposta boliviana à proposta brasileira foi assinada pelo ministro das relações exteriores, José Inácio San-Jines. Dizia êle, de início, que o seu governo desejava também celebrar com o do Brasil um tratado de paz e de limites. E, quanto a êste último, fazia as seguintes declarações: "pero deseandó consultar todos los médios que puedan conducir al acierto en este importante negocio, cree el Gobierno del infrascrito que como una operación preliminar y preparatoria, seria conveniente establecer una comisión de individuos nombrados por ambos Gobiernos, quienes examinando personalmente y de consuno el territorio de la frontera expediesen un informe detallado para que con este documento se pudiese por ambas partes arreglar mejor las instrucciones de los plenipotenciarios..."

A operação preliminar indicada pelo ministro boliviano não estava muito longe da pretensão de Pantoja, a inculcar um ponto próximo da fronteira para

a reunião dos negociadores. Outrossim coincidia a opinião de San-Jines com a de Pantoja, quantô ao "statu-quo" dos estabelecimentos existentes nos terrenos litigiosos, pois atendia ao que êste lhe solicitara no final de sua nota. "En cuando á las posesiones que los subditos de ambos naciones tienen en la frontera — dizia ainda San-Jines — el Gobierno de Bolivia le parece justo que se conserve rigurosamente el "statu-quo"; serviendo de base el tratado preliminar de 1777, que halla vigente. En consecuencia se ha resuelto expedir inmediatamente los órdenes mas terminantes, para que las Autoridades de aquel territorio no permitan se haiga variacion alguna hasta la celebración del tratado. Ademas se dirige por separado un órden al Prefecto de Santa Cruz con una copia del preliminar de 1777." (170)

Assim, em linhas gerais, os dois ministros estavam inteiramente de acôrdo: reconheciam ambos a vigência do tratado de Santo Ildefonso e assentiam em não alterar o "statu-quo" dos estabelecimentos existentes na fronteira, ao menos, até a celebração do tratado. Com essas duas premissas, tidas por verdadeiras, é que Ponte Ribeiro tem agora de encaminhar a questão, muito embora, em agôsto de 1836, nas vésperas de partir do Rio de Janeiro, já houvesse escrito, em uns apontamentos sôbre as demarcações de limites, que a guerra declarada por Espanha a Portugal, em 1801, "anulou o Tratado Preliminar de Limites de 1º de outubro de 1777." (171) Fôra êste, aliás, o pensamento que prevalecera logo depois do Tratado de Paz de Badajoz, quando o Marquês de Sobremonte reclamara o restabelecimento da linha divisória do Tratado de Santo Ildefonso, respondendo-se-lhe então, que ficaram rotos os tratados anteriores e que o estado, em que se

achavam as coisas no momento de paz, devia passar por legítimo. (172)

Ponte Ribeiro pretendeu logo no início de sua missão, resolver imediatamente o assunto, uma vez que os dois governos tinham declarado pontos de vista idênticos sobre as bases para a negociação do tratado de limites. Mas reconheceu pouco depois a impossibilidade de prosseguir as negociações, enquanto perdurasse na Bolívia a expectativa de uma guerra, que absorvia completamente a atenção dos seus dirigentes. O momento não era, assim, oportuno à discussão de limites.

3

Reconhecendo a boa vontade do governo boliviano, Ponte Ribeiro tentou assegurar em termos mais positivos as declarações de San-Jines, não muito explícitas quanto ao caso particular de D. Sebastião Ramos. Ainda em La Paz, nos primeiros dias de Abril de 1837, aproveitando-se da boa acolhida que tivera por parte do Presidente, provocou Ponte a confirmação escrita do que lhe dissera verbalmente o ministro boliviano acerca das concessões feitas a Sebastião Ramos. Dirigiu-lhe esta segunda nota sobre limites D. Mariano Enrique Calvo, que passara a ocupar o cargo de secretário geral. Ponte Ribeiro, referindo-se a essa fase de suas negociações, avisava o ministro brasileiro do seguinte: "não podendo conseguir que tratem agora deste negócio, não por falta de vontade, mas sim por mui ocupados com os preparativos de guerra para defender-se dos chilenos e argentinos, dirigi a Nota N. 22 repetindo as reclamações e protestando em bons termos contra os novos estabelecimentos na fronteira, e particularmente o de Sebastião Ramos na boca do Jauru. A

cópia N. 23 ratifica quanto se me disse verbalmente, isto é, que serão anuladas tôdas as inovações em questão.” (173)

De fato ratificava o ministro Calvo, na sua nota datada de La Paz, em 8 de abril de 1837, o que dissera a Ponte. “El Sor. Encargado de Negocios — afirmava êle — debe persuadirse tambien de que el Gobierno de Bolivia cumplirá con lealdad todo aquello que el infrascrito lo ha ofrecido verbalmente, y que se halla contenido en la nota que se le dirigió en 15 marzo bajo el N. 10; es decir que por lo que hace á la posesión dada á Sebastian Ramos se observará estrictamente el *statu-quo*, anulandose esto y todos actos que seen contrarios al tratado preliminar ajustado em 1777.” (174)

Assim, antes de deixar a Bolívia, conseguira o diplomata brasileiro desobrigar-se do ponto principal, que se lhe incumbira, fazendo com que se anulassem as concessões a Sebastião Ramos. Em 27 de agôsto, já em Lima, resumindo as suas atividades naquela república, discriminava a parte referente aos limites nestas palavras: “Havendo prometido que seria conservado o *uti possidetis* e *statu-quo* garantido pelo Tratado de 1777; que não se dariam sesmarias na fronteira até a conclusão do tratado de limites, e que seriam anuladas as abusivas, nomeadamente a de D. Sebastião Ramos... creio, torno á repetir, ter feito quanto está em meu alcance.” (175)

Por pouco tempo, no entanto, considerou-se válido o Tratado de Santo Idelfonso, tanto na Bolívia quanto no Brasil. Menos de um ano depois, a opinião dos dirigentes bolivianos passou de um extremo ao outro, inesperadamente. Solicitando Ponte Ribeiro, fundado naquele tratado, a entrega de vários presos, fugidos de Mato-Grosso, às autoridades brasileiras, respondeu-

lhe o ministro André Maria Torrico, aquele mesmo que lhe enviara o diploma de comendador da Legião de Honra: "El infrascrito debe representar al Sr. Encargado de Negocios á quien se dirige, que los enunciados tratados no existen en los archivos de su Gobierno; que Bolivia jamás les ha dado el reconocimiento solemne que debia preceder para ligarla á su cumplimiento despues de la transformación de los territorios que antes formaban parte de las potencias que los celebraron."

A esta nota, seguiu-se outra, de 26 de dezembro de 1838, em que Torrico replicava a contestação que lhe dera Ponte Ribeiro à nota anterior. Junto a esta segunda nota de Torrico, remetia-se cópia, devidamente autenticada, de um despacho do ministro José Inácio San-Jines (o mesmo que assinara o officio de 15 de março de 1837) ao Prefeito de Santa Cruz, no qual declarava, desdizendo-se do que então afirmara: "que no habiendose celebrado tratado alguno positivo entre Bolivia y el Emperio del Brasil, ni pudiendo considerarse subsistente el de 1777, celebrado entre los soberanos de España y Portugal..." (176) O tratado, que se considerara ainda em vigor em 1837, no ano seguinte já não subsistia.

• Não fôra de todo um mal esta saída dos ministros bolivianos. Ao menos não desagradou o Dr. Duarte. Ao contrário, aproveitou-se dela justamente para demonstrar ao govêrno imperial a necessidade de se aceitar aquela negativa dos bolivianos, em não considerar válido o tratado de 1777, por vantajosa ao Império, e tratou de encontrar outra base em que melhor se assentassem as pretensões brasileiras. Os passos que havia dado, desde que chegara a Chuquisaca, para a solução do assunto, reputou-os êle como preliminares a sondar o terreno e "conhecer com que devemos contar."

Só então é que estudou detidamente a questão, procurando um meio de resolvê-la praticamente, como se vê do seguinte trecho de carta que escreveu a Pimenta Bueno, em 11 de novembro de 1837, agradecendo os trabalhos, que êste lhe remetera, sôbre os limites de Mato-Grosso: “As sublimes reflexões e idéias políticas — escrevia Ponte — que V. Exa. desenvolve na sua Memória e Ofícios, são para mim de grande socorro nesta Missão, e podem ser de maior transcendência se forem atendidas pelo govêrno imperial... — Não tenho nesta Legação mais tratados do que o de 1777; mas é de crer que em breve seja habilitado pela Secretaria de Estado com cópias dos de 1750 e 1761; assim como mapas necessários para apoiar e defender questões com acêrto.” (177)

Os mapas, êle os havia deixado, copiados dos existentes no Rio de Janeiro, na secretaria de estado, para que os remetessem com mais segurança por via marítima. Porém, como os não mandassem, Ponte lembrou-os ao ministro, pedindo-lhe providenciasse a remessa, pois eram essenciais para melhor se enfrontar nas sublimes reflexões de Pimenta Bueno. A opinião deste illustre escritor era, entretanto, a de que o tratado de 1777 ainda vigorava. Por isso, orientara a sua memória no sentido de se contornar, com cerrada dialética, todo o mal que no mesmo tratado existisse contra o Brasil, e de neutralizar a argumentação capciosa de Azara.

Ainda que muito admirasse a Pimenta Bueno, o Dr. Duarte não se convenceu muito da opinião, que êle emitira na memória, a respeito da validade do tratado. Aos poucos, afastou-se da opinião do futuro Marquês de São Vicente, até se fixar definitivamente no *uti possidetis*. Neste particular, foram os próprios bolivianos que foneceram a Ponte Ribeiro a idéia: re-

jeitou também o tratado e substituiu os rios e as serras indicadas nos seus Artigos 9º, 10º, pela posse. Em 24 de maio de 1838, logo depois da primeira rejeição do tratado, por parte de San-Jines, solicitando instruções ao ministros dos negócios estrangeiros, já dizia êle: “sôbre tudo se devo insistir em considerar válidos e obrigatórios os antigos tratados, ou consentir na sua negativa, para dessa forma se livrar o Brasil dos alegados limites, e prevalecer-se do *uti possidetis*.” (178)

Era esta, ao menos do que me foi possível averiguar, a primeira vez que se inculcava oficialmente no Império o *uti possidetis* como base para a fixação dos limites, em contraposição ao caduco tratado preliminar.

4

Por algum tempo paralisou-se a questão de limites. Outras, no entanto, sem a importância daquela, apareceram, dando ao encarregado de negócios o ensejo para se distrair, não só enquanto as discutia, senão também descrevendo-as minuciosamente na sua correspondência ao ministro. Uma delas é digna de nota, tal o imprevisto da história. Das prisões de Mato Grosso fugiram 17 criminosos, que se achavam “com grilheta, por crimes cometidos durante a revolução de 1834”. Em junho de 1837, chegaram armados a Sant’Ana de Chiquitos, na Bolívia, onde entregaram as armas ao governador. Como se opusesse êste à permanência dos prófugos naquela província e pretendesse entregá-los às autoridades brasileiras, o chefe do bando não teve dúvida de pedir proteção ao representante do Império, contra o ato do governador boliviano, em representação remetida pelo correio. Nesta representação nada mais faziam os presos fugidos do que confessarem os próprios crimes. Ponte Ribeiro, contando o caso ao ministro

brasileiro, terminava assim: "Em lugar de responder-lhe, escrevi ao Vice-Presidente de Bolívia, louvando o procedimento do Governador de Sant'Ana de Chiquitos em observância das providências que representei na minha nota de 11 de março; e instando por que êste exemplo seja seguido, particularmente com facinorosos como êstes, segundo a sua própria confissão e documentos." (179)

O certo é que o govêrno boliviano, que, no começo da questão, pretendia não entregar os 17 fugitivos, depois da representação documentada, modificou, em parte, o seu ponto de vista, entregando-os como "una prueba mas de su condescendencia con S. M. el Emperador del Brasil". (180)

Outro caso, ocorrido mais ou menos na mesma ocasião, merece também contado, porque é dêsses que retratam certas feições da época. O próprio marechal Santa Cruz, por intermédio do seu secretário geral Manuel de la Cruz Mendes, interpelou certa vez Ponte Ribeiro a respeito de uma notícia, que lera em jornal de Buenos-Aires, na qual se dizia que o cônsul brasileiro nesta última cidade concorrera com a quantia de 10 pesos, para a guerra que o Restaurador das Leis do Rio da Prata movia contra o Restaurador dos Andes. Era, pois, uma guerra entre restauradores e, por isso, os dez pesos do brasileiro não estavam muito de acôrdo com a neutralidade do Império.

De fato aquele cônsul, em determinado espetáculo da Companhia Dramática do Teatro de Buenos-Aires, cujo produto se destinava a despesas de guerra contra a Bolívia, pagara o preço do camarote em dôbro, o que fazia supor tratar-se de um auxílio dado especialmente para a guerra. Ponte Ribeiro, no entanto, em extensa nota dirigida ao secretário do Protetor, esclarece o procedimento do funcionário brasileiro em Buenos-Aires.

É interessante a explicação, porque se reporta a um costume da época, de se transformar o camarote em complemento da casa do seu possuidor, mobiliado com os seus próprios trastes e inteiramente a seu gosto. Assim, exculpava Ponte o ato praticado pelo cônsul: "é constante, e de ciência certa para o abaixo assinado que aquele cônsul tem tido sempre no sobredito teatro um camarote efetivo, com mobília própria, e que para não ser ocupado por outrem acostuma pagar dobrado por tôdas as funções extraordinárias, para evitar questões nem prejudicar os beneficiados." Por êste motivo, ou seja, para evitar que outros usassem os seus trastes, é que o cônsul concorrera para o esforço de guerra contra o Protetor. Positivamente, Santa Cruz não deixava de ter razão ao estranhar semelhante fato. (181)

Parte importante da correspondência de Ponte Ribeiro, como da maioria dos diplomatas do Império, constituia-se de tôda sorte de notícias, muitas vezes, de lugares mais ou menos distantes daqueles em que se encontravam. É que as informações obtidas dependiam muito das pessoas que as forneciam, e, também, da predileção do diplomata por certas questões debatidas então.

A questão do México com os Estados- Unidos foi das que mais empolgaram o Dr. Duarte, desde os tempos da pulmonia em Filadélfia e dos enfartos dos ganglios naquela república. Por outro lado, em Lima, uma das personagens importantes, a quem se ligou mais intimamente, foi o ministro mexicano D. Juan de Dios Cañedo, aquele mesmo que, em 1834, em razão do seu estado valetudinário, não pudera vir ao Rio de Janeiro. Esta intimidade e aquela predileção explicam os assuntos mexicanos, que, de vez em quando, aparecem na correspondência de Ponte Ribeiro. Em setembro de 1837, por exemplo, noticiava êle: "Consta-me que nas

Califórnia se vai generalizando o espírito da revolta; e tratam de fazer o mesmo que em Texas. Dizem que os Norte-Americanos fomentam mais esta rebelião para separá-los da família mexicana e realizar o premeditado projeto de ligar as suas possessões desde o Golfo Mexicano até o da Califórnia, consolidando assim o seu império nos dois mares Atlântico e Pacífico.” (182)

CAPÍTULO VIII

UM MUNDO EM EBULIÇÃO

1

Os acontecimentos políticos prosseguiam rápidos no Peru. O governo chileno, ao ter conhecimento do tratado de Paucaparta, rejeitou-o imediatamente e reiniciou as hostilidades. O navio que levou a Arica a impugnação do tratado, no mesmo dia em que fez a entrega, atacou as embarcações peruanas, que se achavam em *Islay*. Tornaram-se cada vez mais difíceis as comunicações por via marítima. Pouco depois, a embarcação em que viajava o general Balivian, do Peru para a Bolívia, onde o chamava Santa Cruz, foi aprisionada por uma corveta chilena. Deu-se o combate, que Balivian fez cessar, “por ver sua mulher em perigo de vida e grávida.”

Ponte Ribeiro comunicava a 18 de fevereiro de 1838: “Chile parece não haver desistido do plano de invasão.” E, linhas adiante, comentava a situação do Protetor, dêste jeito: “Em meu fraco entender, Santa Cruz está em vérperas de cair; e se tal succede será feliz se conseguir escapar com vida para ir desterrar-se longe de

sua pátria. Nesse caso, assaz provável, muitas desgraças haverá em Bolívia, em razão de serem seus habitantes naturalmente brutais e rancorosos contra os brancos e estrangeiros; só o mêdo os pode conter; e como não há ali homens que sejam conhecidos além de sua povoação, ou província, nenhum poderá enfrentar a anarquia.” (183)

Além de hostilizado pelos navios chilenos, Santa Cruz tem agora a fronteira de Tarija ameaçada pelo general Rosas, que, desde 19 de maio de 1837, lhe declarara guerra, como sempre soía fazer em circunstâncias tais, espalhafatosamente. Depois de bem escabichar os motivos, que o levaram àquela declaração, enfileirou-os todos em longo manifesto. Neste documento até o plano de Lucas Obes, determinante da missão Muñoz à Bolívia, figurou, como novidade; classificando-o Rosas de anárquico e próprio para despertar antipatias entre povos vizinhos. Santa Cruz respondeu às acusações de Rosas em contra-manifesto datado de 17 de agosto de 1837, no qual aceitava a guerra, que lhe declarava o Ditador, mas, em parte, retificava as acusações que êste lhe imputara. (184)

Foi, porém, de inaudita infelicidade o *Herói do Deserto*, na intentada invasão à Bolívia. Já a 21 de novembro, narra Ponte Ribeiro o seguinte fato que comprova a fraqueza militar do ditador argentino: Os governadores de Tucumã, Salta e Jujuí combinaram a organização de um exército, especialmente destinado à invasão. Para isso o último dos três enviou vários officiais às povoações fronteiras, a fim de obter recrutas. Insurgiram-se os habitantes daqueles lugares; prenderam os officiais, e os remeteram amarrados ao general boliviano do outro lado da fronteira. “Êste (o general) — refere-se Ponte já ao final da história — contando com a boa disposição dos povos, mandou uma Divisão

de 300 homens invadir o território argentino por 30 léguas para surpreender a vanguarda inimiga, forte de 900: os invasores foram surpreendidos antes de chegar ao ponto do seu destino; e deveram à boa disciplina e valor de alguns oficiais, não só evitar a derrota, mas ainda serem vencedores." (185)

Em maio de 1838, a guerra com a Argentina estava virtualmente liquidada, segundo notícias da Bolívia. Santa Cruz, que estivera na fronteira, já havia regressado e se encontrava em Arequipa. No dia 24 de junho, em Montenegro, o general Brawn fazia sossegar os arreganhos de Rosas, definitivamente. (186) Este final e as consequências advindas da guerra com a Bolívia, contrastavam com a ambição e empáfia do Grande Americano ao iniciar a campanha. Assim é que os verdadeiros fins, a que se destinava a guerra, não eram os declarados no manifesto, senão aqueles que indicara Rosas em carta a Ibarra e aos governadores de Tucumã e Salta, tais como a anexação das províncias de Chichas e Tarija e, se possível, fazer com que Tupiza e Santiago de Cotagaita ficassem também em território da Confederação Argentina. Para isso pretendia Rosas que a incursão dos argentinos se espalhasse "por todo el território boliviano, sublevando o asustando a los indios." (187)

2

Os chilenos preparavam-se com mais decisão para a nova investida. Nos primeiros dias de março, contava-se como certo em Lima o reaparecimento da expedição. Porém era opinião geral que o resultado desta segunda investida seria o mesmo da anterior, a não ser que as forças bolivianas se rebelassem contra o seu chefe ou então o atraíssem. A 11 de abril es-

crevia Ponte Ribeiro: “segundo notícias de Chile, devia sair dali em poucos dias nova expedição contra o Peru.” (188)

Os poucos dias, no entanto, dilatam-se por mais algum tempo. Só cinco meses depois é que aparece a nova expedição. Mas, ao chegar, desencadeia os acontecimentos, que se seguem rápida e atabalhoadamente, a partir de agosto de 1838. A custo descreve Ponte Ribeiro esta nova série de emburilhadas. E, como sempre fazia em tais ocasiões, não perde de vista os principais figurantes. Iniciou-se o final da tragédia com o golpe do general Orbegoso contra o domínio boliviano, que êle mesmo promovera. “O general Orbegoso, Presidente do Estado por delegação do Protetor Santa Cruz, — contava Ponte Ribeiro a 4 de agosto — acaba de consumir contra êste uma revolução há muito premeditada para libertar o Peru da sua influência e rejeitar a projetada Confederação. Muitos estão persuadidos que Orbegoso estava em comunicação secreta com o Presidente do Chile para dar êste passo, quando se aproximasse a expedição, a fim de favorecer o seu desembarque, afiançando-lhe êste que seria conservado na presidência; porém o mais certo é ter aquele conspirado com Nieto para revoltar-se e organizar um governo nacional, antes que chegassem os chilenos.” (189)

A êsse lance de Orbegoso, seguiu-se imediatamente a invasão. Já a 6 de agosto, desembarcavam na baía de *Ancon* os expedicionários; venciam a resistência do governo de Orbegoso, que pretendia se efetuar o desembarque mais ao sul, e se dirigissem os chilenos em busca de Santa Cruz; transpunham a pequena distância, que separava o ponto do desembarque da capital, e aí encurrallaram o exército peruano. (190)

Dêste segundo ato do final da tragédia, deixou Ponte Ribeiro viva e interessante descrição, pois aque-

les momentos de cêrco, de combates pelas ruas de Lima, de falta completa de govêrno, êle os viveu também, sendo assim a sua narração testemunho fiel de quem assistiu a todos os entrechoques.

“Chegou finalmente o dia 21 de agôsto — escrevia Ponte, três dias depois — e tendo os guerrilheiros e postos avançados feito fogo sôbre os chilenos, que mudavam de posição, se engajou o combate pelo lado da cidade menos guarnecido, e onde só havia um batalhão, que saiu a socorrê-los. Aquele ponto só pôde acudir a maior parte da cavalaria, mas um dos chefes fugiu vergonhosamente à primeira carga da cavalaria chilena, fôsse por traição ou covardia, produzindo geral confusão, e deixou exposto o batalhão, que pereceu quase todo. O resultado foi entrarem os chilenos na capital, depois de três horas de combate no campo e nas ruas da cidade, até que as sete da noite dispersãram todos os peruanos, fugindo uns para a serra, e retirando-se outros com o general Nieto para as fortalezas de Callao.”

“O presidente Orbegoso desapareceu, sem que se saiba se foi para o interior ou está aqui escondido. Muitos oficiais seguiram com pequenas partidas para onde se acha a Divisão Boliviana. Os peruanos tiveram 180 mortos e 170 feridos; os chilenos 150 dos primeiros e 130 dos segundos. Tão grande desastre horrorizou o povo da capital, cujo ódio contra os expedicionários creceu quando viram cento e tantos de seus compatriotas conduzidos em triunfo no meio das filas vencedoras. Três dias esteve a cidade sem govêrno por não quere-rem aceitar o mando o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Estado, a quem tocava em falta do Presidente da República... — O General em chefe da Expedição, vendo esta repugnância, dirigiu ao povo uma proclamação, exortando-o a que nomeasse um govêrno com quem entender-se; e ontem pelas nove da noite

uma dúzia de partidários de Gamarra reuniram alguma população, a quem deram archotes, e acompanhados de uma banda de música chilena foram a casa de Gamarra buscá-lo em procissão para o palácio, aclamando-o presidente provisório.”

Tôdas essas luminárias, procissão, combate e anarquia surtiram efeito contrário àquele que se desejava. Santa Cruz, nos últimos momentos de fastígio, ao menos o afirmava Ponte Ribeiro, gozaria de prestígio, que até então não desfrutara: “E’ extraordinária a disposição contra os chilenos e peruanos que vieram. Os estragos da batalha são uma verdadeira vitória para o general Santa Cruz, que hoje é desejado até por aqueles que antes eram seus inimigos.” (191)

A desordem e a prepotência, que se implantaram na capital peruana, já com o exército invasor, já com o govêrno provisório, deram ao Protetor uma auréola de glória, da qual não soube ou não pôde aproveitar-se.

3

Enquanto Santa Cruz, a cincoenta léguas de Lima, reunia e preparava as suas tropas para dar combate aos chilenos, em Lima reinava o mais intenso desassossêgo, principalmente entre os estrangeiros. “A crise atual — garantia Ponte — é a pior de quantas o Peru tem sofrido.”

O govêrno provisório pretendia ser o oposto ao de Santa Cruz. Este protegera os estrangeiros: por isso o que se lhe seguiu timbrava em os aturdir com ameaças. Iniciara o general Gamarra êsse estado de coisas contra os estrangeiros, proibindo-lhes por decreto a venda por miúdo. Pouco depois, um jornal redigido em palácio pelo oficial-maior da Secretaria das Relações Exteriores, com o título de “El Periodiquito”, deu começo aos ata-

ques, explorando a prevenção do povo contra os alienígenas residentes no país. Distribuiu-se em seguida um folheto, à guisa de proclamação, incitando o populacho da capital, em termos explícitos, a preparar-se para os atassalhar. “Limeño — dizia a tal proclamação — preparad vuestras armas y estad listos cuando se os dé la voz para repetir contra ellos las Visperas Sicilianas.” (192)

O convite fôra tão claramente formulado, que se alarmaram os indivíduos apontados, buscando imediatamente a proteção dos representantes de suas respectivas nações. Estes se reuniram em casa do ministro plenipotenciário mexicano, D. Juan de Dios Cañedo, decano do corpo diplomático; firmaram um protocolo, assinado por Ponte Ribeiro em segundo lugar, logo depois de Cañedo, seguindo-se as assinaturas dos representantes da Inglaterra, França, Estados- Unidos, Nova-Granada, Equador e Hamburgo, e enviaram o protocolo ao governo peruano, por protesto. Respondeu-lhe o ministro das relações exteriores, Benito Laso, com a mascavada desculpa da liberdade da imprensa. Longe de se impressionar com o premeditado assassinio, preconizava êle, depois de espiolhar as leis do seu país, esguedelhada teoria: “siendo como es la imprenta libre, á cualquiera que se crea agraviado, le dan las leyes de la Republica la accion respectiva en el juicio de los jurados, pues no está en las facultades del Gobierno coatar esa libertad que se ha restituido a los pueblos...” (193)

A esta resposta replicaram os diplomatas estrangeiros. E, enquanto se cruzavam as notas com as razões dos dois lados, um médico inglês, que se recusara a entregar o seu cavallo aos esbirros, que lhe exigiam, foi gravemente ferido. Esse incidente aterrorizou ainda mais os estrangeiros; que lobrigaram na agressão o

comêço da matança geral, ou seja, do assassinio prometido. O ministro inglês reclamou do governo peruano e do chefe da expedição chilena. Mas não esperou pela resposta um almirante britânico, que estava por perto. Bastou-lhe o rebusnar aflito do cavalo roubado para deixar o ancoradouro com suas fragatas e cercar a esquadra chilena, que ficou imobilizada, por algum tempo, pelos canhões ingleses. Com êste golpe, que, segundo Ponte, causou grande alarme, a perseguição contra os estrangeiros foi aos poucos esmorecendo até desaparecer completamente. (194)

4

Pouco tempo durou essa primeira fase do novo governo de Gamarra. Santa Cruz já se encaminhava para a capital peruana. Ao aproximarem-se as suas tropas os expedicionários chilenos, acompanhados pelo general Gamarra, abandonaram a cidade no dia 8 de novembro. A 10 entrava o Protetor em Lima, pacificamente, com o presidente provisório Riva Agüero. (195)

Parecia que o poder de Santa Cruz se reafirmára, depois da estrepitosa invasão e de suas conseqüências, e que, com o abandono da capital pelo exército inimigo, se consolidara definitivamente. Porém, não se iludia com as aparências o próprio Santa Cruz: sem um só navio capaz de se opor às invasões e de hostilizar os contrários, ser-lhe-ia sempre problemática a vitória final. Era-lhe, pois, para a consolidação do seu projetado império, já quase esfrangalhado, indispensável possuir dois navios de guerra, no mínimo. Encontrar êsses navios tornou-se-lhe uma obsessão. Por isso, nesses, últimos instantes de poder, passou êle o melhor do seu tempo em conferências com Ponte Ribeiro. Nestas conversações pretendeu o marechal convencer a encarregado de

negócios da conveniência de uma aliança entre a Confederação e o Império, que se destinasse à defesa das instituições, que ambos elegeram, contra as insídias das repúblicas, que os cercavam. Em virtude da aliança queria também Santa Cruz lhe cedesse o Brasil os dois ambicionados navios.

Ainda em novembro, Ponte Ribeiro comunicava a Maciel Monteiro, então ministro dos negócios estrangeiros: "O general Santa Cruz se mostra agora extraordinariamente afecto ao governo imperial, e sempre que me vê repete expressões de gratidão pelo bom acolhimento que teve nessa côrte o seu agente D. José Joaquim de Mora. Este lhe deu notícia circunstanciada do estado político do Brasil e sua prosperidade: também mandou dizer que V. Exa. mostrava veementes desejos de que se conclua pronto um tratado de limites. O Protetor manifesta igualmente vontade de que se leve a efeito logo que terminar a guerra, porque antes será impossível." (196)

Santa Cruz teve o seu momento de prestígio entre os políticos brasileiros, que reconheceram nêlo um elemento de ordem, capaz de se sobrepôr à anarquia do Peru e da Bolívia, e de constituir uma fôrça ponderável nas questões do Rio da Prata. Assim é que Maciel Monteiro escreveu a Ponte, tratando da necessidade de um acôrdo entre o governo imperial e o Protetor, em determinados assuntos políticos. A confidencial do ministro brasileiro chegara a Lima, justamente, no período de ocupação chilena. Só em novembro, quando Santa Cruz retomou a cidade, foi que Ponte lhe transmitiu as idéias políticas de Maciel Monteiro. O resultado dessa conversa encontra-se hoje em um enigmático ofício, difficil de se decifrar, que se inicia dêste jeito: "Kz. 44 — 38. um. ul. br. df. 97 — 7 — 98 — 6 — 32 —/—..." A tradução, que está ao lado do ofício, revela-nos o

sentido das cifras. Assim sabemos que Santa Cruz se mostrara muito satisfeito com as idéias do ministro brasileiro, transmitidas pelo encarregado de negócios, e respondera reconhecer a conveniência de a Confederação “uniformar a sua política com a do Império do Brasil para conter nos dois países o espírito demagógico, e adotar um sistema de governo estável...” (197)

Sentindo a necessidade de o Protetor se apoiar ao Brasil, Ponte Ribeiro pretendeu então ajustar os limites ao mesmo tempo que se acordasse o tratado de comércio e de amizade. Santa Cruz esperava, por sua vez, poder arranjar a aliança e os navios ou, ao menos, êstes. E, para isso, não escrupulizaria em desistir de suas pretensões na fronteira. Ponte prevenia o ministro Maciel Monteiro de que, se o Protetor se demorasse em Lima, buscaria conhecer-lhe o pensamento a respeito das bases do tratado pretendido. E acrescentava, quanto aos limites, que estava resolvido a apresentar o primeiro dos três projetos indicados por Pimenta Bueno, na memória de 14 de abril de 1837, desde que se iniciassem as negociações. (198)

E' de se notar que Ponte Ribeiro não tinha então instruções especiais sôbre limites, pois dizia êle ao ministro não confiar muito nos resultados da sua tentativa, visto se encontrar “sem instruções claras ou, mais bem, um esbôço de tratado, feito em virtude de mapas e outros dados necessários, que faltam nesta Legação, como indiquei nos meus anteriores officios.” (199) Assim, o trabalho que iniciará agora sôbre os limites será dêle unicamente, e, para o realizar, conseguirá suprir pelo bom senso, inteligência e notável visão política, o que lhe faltava em mapas e documentos.

5

Em novembro de 1838, Ponte Ribeiro teve várias conferências com o marechal Santa Cruz, sôbre os tratados de aliança e limites. Embora não chegassem a um acôrdo, pois eram prementes os interesses do Protector, que não admitiam delongas, essas conferências, anotadas por Pontes, têm, a meu ver, grande importância na história diplomática do Brasil, por constituírem um marco nas questões de limites. Na verdade, foi então que se declarou pela primeira vez, em discussão com um representante das repúblicas de origem espanhola, o *uti possidetis* por base para a fixação dos limites do Império com aquelas repúblicas, em contração ao tratado de 1 de outubro de 1777, que lhes herdaram Portugal e Espanha, já inteiramente caduco.

Ao remeter as anotações Ponte escrevia o seguinte a Maciel Monteiro: “Apesar destas conferências não serem das que devem constar de Protocolo, contudo tomei delas nota tão exata quanto a memória me permitia, e creio que os meus apontamentos podem ser de alguma utilidade para a futura discussão de limites, pois dão a conhecer as pretensões da Bolívia.” (200)

No dia 15 de novembro, apenas cinco dias depois de Santa Cruz entrar em Lima, realizou-se a primeira das conferências anotadas, pois “já a êsse tempo — explicava Ponte — havíamos tido uma conferência a respeito destas discussões.” (201) Começou o diplomata brasileiro reafirmando ao Chefe da Confederação o aprêço em que o tinha o govêrno imperial, garantindo-lhe o apoio do mesmo govêrno “para levar avante a sua empresa de dar aos povos Peru-Bolívia instituições estáveis capazes de enfrear a anarquia e oferecer garantias aos Estados vizinhos.” Mas, continuava Ponte, para que os dois países pudessem firmar definitiva-

mente as suas relações, sem que estas fossem arranhadas a cada passo por infundáveis discussões, tornava-se necessário se estabelecessem em um tratado de comércio as possibilidades de câmbio entre os súbditos das duas nações e se determinassem, noutro de limites, as respectivas fronteiras.

O exórdio de Ponte inspirou confiança a Santa Cruz, que lhe respondeu: o govêrno imperial não podia deixar de se interessar pelo estabelecimento, na sua vizinhança, de outros govêrnos estáveis, porque "devia estar certo que tôdas as repúblicas eram e seriam sempre suas inimigas naturais." Por isso sugeria entrasse o govêrno do Brasil em uma liga com êle, defensiva e ofensiva, não sòmente para sustentar os sistemas de govêrno que estabeleceram, mas ainda para opor uma barreira "aos avances da demagogia dominante." A resposta de Ponte Ribeiro não foi favorável à pretendida liga. Explicou o brasileiro ao boliviano a impossibilidade de o Império aceitá-la, por contrária aos seus princípios constitucionais, sôbre impolítica, visto que alarmaria toda a América.

Indagou-lhe o Protetor se o Brasil tinha muitas embarcações de guerra e se podia ceder duas. Acrescentou que pretendia mandar ao Rio de Janeiro um agente para tratar da possibilidade dessa cessão. "Respondi — escrevia Ponte sôbre êste passo da conversa — que sim, haviam; mas que essas não se vendem, e muito menos para fazer guerra a uma nação neutral." Não se deu por vencido Santa Cruz. E retrucou com o exemplo do próprio Chile em 1827, "mandando os seus barcos de guerra a Buenos-Aires, para hostilizar o Brasil." Tal procedimento, retorquiou-lhe Ponte Ribeiro, "jamais seria imitado pelo govêrno de Sua Magestade Imperial."

A segunda conferência verificou-se oito dias depois. De início tratou Ponte da necessidade de o govêrno boliviano suspender as concessões de terra em território brasileiro ou litigioso e anular as que já fizera nas margens e nas salinas do Jaurú, “repondo tudo no *statu quo* existente em 1834, até que se acorde o iniciado tratado de limites.” Objetou-lhe Santa Cruz, que, como prova de sua particular consideração ao govêrno imperial, tornara sem efeito algumas daquelas concessões, muito embora se referissem elas a território boliviano, por se achar aquê m da linha marcada pelas antigas convenções. Em seguida trataram a questão da entrega de escravos, tema êste que os ocupou longamente. E, ao concluir a conversação, voltou Santa Cruz a falar da sua intenção de mandar ao Brasil um agente para obter do govêrno imperial duas embarcações. Contestou-lhe Ponte, da maneira por que o fizera da vez anterior. Mas persistiu na idéia o Protetor. “O seu empenho por dois barcos de guerra — comentava Ponte — é nascido da bem fundada persuasão de que com êles poderia destruir a marinha chilena e impedir a mobilidade que ela apoia ao Exêrcito para que se transporte de um a outro ponto da costa, sem fadiga de longas marchas e outros riscos.”

Depois de nova pausa de oito dias, em que ambos se refocilaram nos seus trabalhos de sempre das enfa-donhas discussões, defrontaram-se os dois. A notícia, que se propalara no Chile, de premeditar Santa Cruz a invasão de Mato Grosso, foi, no comêço, motivo de animada palestra. Desmentiu-a, com indignação, o Marechal, acrescentando que, felizmente, Ponte sabia da falsidade de semelhante intriga. “Repetiu novamente e com veemência, que ao Brasil convinha ligar-se com a Confederação e tê-la pela *colla*, isto é, concorrer para que ela estabeleça um govêrno, que se lhe assemelhe

quanto seja possível.” Pensava ainda o Protetor que os dois governos deviam ir sempre de acôrdo para resistir à opposição do Chile e do Rio da Prata.

Serenada a indignação, retornou Santa Cruz ao ponto em que deixara a discussão na última conferência, confessando que julgava a Confederação em perigo, se não conseguisse imediatamente duas embarcações de guerra. E acrescentou: “estas só o Brasil lhas podia proporcionar sob qualquer pretexto, e que êle tinha a seu arbítrio dar vantajosa compensação em terrenos da fronteira por meio do solicitado tratado de limites.” Discorreu abundantemente sôbre o tema preferido de uma aliança, que pretendia agora defensiva, não só da forma de govêrno, adotada pelos dois países, senão também “da autoridade suprema”. A cessão dos navios podia realizar-se, segundo êle imaginara, em virtude do tratado de aliança, pôsto que a compensação, que daria ao Império, figurasse no de limites.

Opôs-se Ponte Ribeiro à idéia de semelhante aliança; apontou-lhe os inconvenientes, e concluiu declarando que mais fácil seria ao govêrno imperial “dar dinheiro em compensação das vantagens cedidas em limites.” Redargüiu-lhe Santa Cruz que chegaria tarde o recurso, e, então, não necessitaria a Bolívia, fazer sacrifícios. O Brasil, aconselhava êle, não devia de se ater unicamente a interêsses positivos do momento, mas consultar também a sua própria “existência política”. Ponte Ribeiro replicou-lhe: “Não obstante, estou eu certo de que o govêrno imperial não alteraria por interêsse, nem susto, o decoroso, franco e leal sistema de política, que observa com todos os Estados conterrâneos; ainda assim para convencê-lo e dar lugar a que o govêrno responda diretamente o que creia a propósito, passaria eu a participar-lhe esta conferência; porém que para mais clareza

indicasse êle por escrito o que pretende do govêrno imperial.”

Esgotado o assunto da aliança, apresentou Ponte um esbôço de tratado de comércio, que leu artigo por artigo para Santa Cruz ouvir. A cláusula referente à entrega de escravos fugidos, discutiram-na os dois largamente. Nessa discussão, porém, já não invoçou Ponte o art. 19 do Tratado de 1777, como o fizera em 1837. Indicou-o apenas como exemplo de prática internacional, “não como obrigatório”. Nesse esbôço de tratado, ainda que de comércio, constava claramente inserida a base que devera prevalecer na determinação dos limites. Não se esquecera Ponte de incluir também o compromisso de se firmar, dentro de determinado prazo, um acôrdo sôbre a navegação dos rios. Nesse sentido redigira êle o artigo 15 do esbôço assim: “Conhecendo as Altas Partes Contratantes o muito que lhes interessa proceder quanto antes à demarcação dos limites fixos e precisos que hão de dividir os territórios do Império do Brasil dos da Confederação Peru-Bolívia, prometem ambos levá-lo a efeito o mais pronto que possível fôr, pelos meios mais conciliatórios, pacíficos, amigáveis e conformes ao *uti possidetis*; procedendo de comum acôrdo, em caso de convir-lhes, na troca de alguns terrenos ou outras indenizações para fixar a linha divisória de maneira mais exata, mais natural e mais conducente ao interêsse de ambos os Povos. Igualmente se comprometem a celebrar um tratado de navegação fluvial tão logo como as outras Nações que têm direito a navegar os mesmos rios se pôrem de acôrdo sôbre êste importante objecto, como é de esperar.” (202)

Foi esta a primeira vez que se formulou no Império, e se entregou à consideração de outro govêrno,

esboço de tratado do qual constasse o *uti possidetis* por base para a fixação dos limites. Ponte Ribeiro, sobre justificar a redação estrambótica do artigo, defendeu junto ao ministro Maciel Monteiro o fato de haver expungido das questões de fronteiras entre o Brasil e as repúblicas de origem espanhola o caduco tratado de Santo Ildefonso. “Convencido como estou — dizia êle — de que é conveniente ao Brasil consentir na declaração feita pelo govêrno da Bolívia, de terem caducado os Tratados que ligavam as Potências que foram parte, segue-se que tôda a questão de limites ficará reduzida ao princípio do *uti possidetis*: a sanção dêste princípio é todo meu empenho, e o consignei como acessório a ver se passa; chamando imediatamente a atenção sobre o comprometimento de celebrar o tratado especial de navegação fluvial, que tanto desejam.” (203)

Santa Cruz não se referiu em particular ao *uti possidetis*. Disse, no entanto, quanto aos limites, que, embora julgasse indispensável o exame dos terrenos por uma comissão mixta, antes de se ajustar o tratado, estava disposto a prescindir dêsse exame e consentir desde logo nas pretensões de posse do Brasil, desde que êste lhe cedesse os dois navios de guerra.

Reconhecendo Ponte Ribeiro a impossibilidade de obter qualquer acôrdo sobre limites, se não tomasse em consideração o caso dos navios, enveredou por outro caminho. Disse então ao Marechal que seria melhor, dada a sua insistência em enviar um agente ao Rio de Janeiro, convencionarem os dois, desde já, o tratado de limites, que êle, Ponte, assinaria *ad referendum*, com a cláusula atinente aos navios, que seriam entregues como indenização de possíveis aquisições de terrenos bolivianos, por parte do Império. Desde que o govêrno brași-

leiro concordasse com o tratado, a solução seria muito mais rápida. “Depois de alguma hesitação”, aprovou Santa Cruz a idéia, incumbindo-se Ponte da redação do projeto.

Só a 18 de dezembro, reuniram-se os dois para nova conferência que foi a última. Santa Cruz mostrou-se extraordinariamente demudado, o que notou imediatamente Ponte Ribeiro. Falaram no tratado de comércio. Disse o Protetor, depois de reproduzir as dúvidas já suscitadas na anterior conferência, que o remeteria ao vice-presidente Calvo, para que consultasse o conselho de estado, visto interessar essencialmente à Bolívia. E aconselhou ao diplomata brasileiro escrevesse a Calvo sobre o assunto. (204)

Indagou-lhe, a seguir, Ponte Ribeiro, se havia feito, na forma combinada, a requisição das duas embarcações. Respondeu-lhe Santa Cruz que não, porque se convencera das objeções que lhe fizera, além de verificar a impossibilidade, mesmo no caso pouco provável de o governo imperial lhe atender à aquisição, de chegarem as embarcações a tempo. “E’ indubitável — explicava Ponte Ribeiro a mudança operada no Protetor — que em menos de quatro meses não poderia haver aqui resposta alguma, e durante êsse intervalo estará decidida a questão de permanência ou aniquilamento da Confederação e do seu autor. Porém, não êste cálculo, que devera existir antes, quem operou a mudança, e sim a proposta, que lhe fizeram alguns franceses, de armar corsários à sua custa para destruir navios chilenos, fornecendo-lhes êste governo os apetrechos de guerra, que necessitam, e pagando depois um tanto por cada peça de artilharia e toneladas de barcos que tomassem ou destruíssem; e 500 mil pesos pela total ruína da esquadra chilena, se tanto pudessem conseguir.”

À vista da transformação que a proposta dos franceses determinara em Santa Cruz, não lhe apresentou Ponte Ribeiro o projeto de tratado, que elaborara. Neste projeto consignara êle os limites de conformidade com o primeiro expediente indicado por Pimenta Bueno, na memória já citada, e com os esclarecimentos prestados em 1790, pelo engenheiro Ricardo Franco, sôbre os rios Madeira, Mamoré e Guaporé. E, a título de indenização, por parte do govêrno brasileiro ao boliviano, inserira a cessão de uma fragata com 40 canhões e uma caravela com 24. Nesse projeto, pôsto que se indicassẽm minuciosamente os pontos por onde deveria correr a linha divisória, declarava-se no preâmbulo que as partes contratantes “resolveram ajustar o presente tratado de limites, tomando por base o princípio *uti possidetis*.” (205)

De imediatamente positivo, embora nada ficasse das conferências com Santa Cruz e dos projetos de tratado, deu então o Dr. Duarte o passo decisivo nas questões de limites entre o Brasil e as antigas possessões espanholas, pois, modificando inteiramente o modo de encarar essas mesmas questões, desviou-lhes o estudo do caduco tratado de Santo Ildefonso, fixando-o na posse, que lhes indicou por fundamento. Foi esta, a meu ver, a maior obra de Ponte Ribeiro como diplomata, obra pessoal, iniciada por êle sòzinho, desde 1838; assentada em 1851 pelo Visconde do Uruguái, e concluída pelo Barão de Rio Branco em 1910. Fôra eminentemente nacional a obra, que realizara o antigo cirurgião da Praia Grande, pois, sôbre ser do Império, aceitou-a a República, defendendo-a sempre os nossos maiores estadistas,

CAPÍTULO IX

UMA ESTRÉLA QUE SE APAGA

1

Não demorou muito o desenlace do drama. Os chilenos, ao deixarem Lima, embarcaram em *Callao* parte de suas tropas com destino ao pôrto de *Huache*, seguindo por terra o almirante Bulnes, chefe da expedição, e o general Gamarra, com o restante do exército. Ainda em novembro, o marechal Santa Cruz faz marchar as suas forças sôbre *Huailas*, no Departamento de Libertad, em perseguição dos inimigos. E no dia 22 de dezembro assumiu o comando para, pessoalmente, dar o combate decisivo aos invasores. (206)

Enquanto em terra se preparavam os dois exércitos para o final da luta, no mar os corsários franceses armaram quatro barcos, que foram imediatamente considerados vasos de guerra. No primeiro encontro com os chilenos, foi-lhes fácil, de surpresa, tomar um bergantim. E de tal sorte os animou esta façanha, que se aventuraram noutra, indo atacar duas embarcações chilenas, de maior porte. Mas, já avisados, os chilenos enfrentaram-nos; retomaram-lhes o bergantim, e mataram a maior parte da tripulação, inclusive o chefe dos corsários. Frustrara-se, assim, por completo a tentativa de Santa Cruz de destruir a fôrça naval chilena. (207)

Não fôra mais feliz o Protetor na sua ação pessoal contra os expedicionários. Saíra de Lima a 22 de dezembro e já a 20 de janeiro, no povoado de *Yungay*, infligia-lhe o almirante Bulnes estrondosa derrota. Quatro generais bolivianos caíram prisioneiros e inú-

meros foram feridos, dentre êstes o general Armaza, que estivera no Brasil representando a Bolívia. (208) Desde que reconheceu perdida a batalha, não esperou Santa Cruz pelo final; fugiu em vertiginosa carreira, perfazendo a cavalo noventa léguas em três dias. A 24 de janeiro, acompanhado de alguns oficiais, chegou a Lima, de onde lançou imediatamente a proclamação de estilo, confessando a sua completa derrota, "em consequência de uma traição." (209)

Três dias apenas permaneceu na capital. Daí seguiu para Arequipa, a fim de reunir novas tropas e continuar a guerra. Antes de deixar Lima, pediu o Protetor, tanto a Ponte Ribeiro como ao encarregado de negócios da Inglaterra, os seus bons officios junto ao almirante Bulnes para que êste se prestasse a um arranjo, sob quaisquer condições, ressaltando, porém, a independência da Bolívia e a integridade do seu território. (210) Narrando o desfecho desses acontecimentos, que modificaram o cenário político dos Andes, Ponte comentava a derrota do Marechal e indicava-lhe como determinante as seguintes causas: "O grande desprezo com que Santa Cruz olhava os chilenos, a sua excessiva vaidade de entender melhor a arte da guerra, a demasiada confiança em suas tropas, e pequeno número desta ao que ficou reduzido depois de marchas forçadas para aproximar-se ao inimigo, e sobretudo descuido e traição dos chefes da vanguarda, tudo contribuiu para que, sendo atacado inesperadamente, só escapasse meia dúzia de officiais." (211)

A corrida de Santa Cruz, no entanto, continuou. Ao conhecer-se em Bolívia a derrota de *Yungay* em tôda a sua extensão, revoltou-se o general Balivian contra o Protetor, "pondo então — dizia Ponte — em efetividade a conspiração de que há muito o accusavam." E explicava êsse lance da conspiração como

conseqüência de outro, que concorrera para aquela derrota. “Segundo é constanté hoje, estava de acôrdo com êle (general Balivian) a tropa boliviana que se bateu em *Yungay*, e que só entrou em combate por havê-la precipitado o exército chileno.” (212) Mal chegou a notícia da revolução de Puno e Cuzco em Arequipa, para onde se dirigira Santa Cruz, insurgiu-se contra êle a populaça, indo assaltar a casa em que se alojara. Ainda desta vez escapou a tempo e fugiu para *Islay*. Perseguiram-no, sem tréguas, os seus inimigos até aquelle pôrto e alí pretenderam tirá-lo à força de casa do cônsul inglês. Imediatamente desembarcaram tropas inglesas, a título de proteger o consulado, mas na verdade, para garantir a fuga do Protetor. Assim, escoltado pelos ingleses, embarcou êle, acompanhado de Riva Agüero e dos generais Cerdeña e Miler, em um navio com destino a Quito. (213)

Os bens de Santa Cruz foram confiscados e os seus próprios amigos e parentes ficaram contra êle. A êste respeito, dizia Ponte Ribeiro pouco depois: “Não há insultos e desgostos que o general Santa Cruz não tenha sofrido em Guaiquil: para cúmulo da desgraça até os amigos e parentes lhe têm dado pesares.” (214) A esposa do ex-Protetor, a custo, conseguiu deixar a Bolívia para ir ao encontro do marido: A 19 de maio achava-se ela na cidade de Lima, a caminho do Equador. (215) Mas, em pouco tempo, parece, conseguiu reconfortar o marido e refazê-lo inteiramente da queda, porquanto, já em fins de 1840, escrevia Santa Cruz a Ponte Ribeiro, no seu estilo dos velhos tempos de Protetor: “Mi Señora agradece mucho sus recuerdos, y ambos tenemos la complasencia de ofrecerle un nuevo servidor que aqui hemos tenido. Desde qualquiera parte á donde su destino le traslade, pude V. S. darme sus ordenes y las ocasiones de acreditarle la estimacion y

amistad que le profesa su mui atento — Servidor — Andrés Santa Cruz.” (216)

Durante muitos anos, incumbiu-se o general Rosas, governador de Buenos-Aires, da nota cómica em vários dramas sul-americanos. Não lhe escapou a queda do seu inimigo Santa Cruz. Movêra-lhe infrutífera guerra, da qual saíra ileso o marechal boliviano. Nem ao menos lhe arranhar o prestígio conseguira. No entanto, mal soube Rosas da vitória de *Yungay*, para a qual não concorrera, abriu os salões e recebeu os parabens pela vitória alheia. Rodeado de bobos, cheios de bentinhos, resmungando sandices, o Herói do Deserto aceitou satisfeito as felicitações que lhe davam pelo acontecimento. Mas não lhe bastou refestelar-se nas zumbáias de salão. Quis festejar também a seu jeito o desaparecimento de Santa Cruz do cenário político da América. Para isso, não somente dedicou quinze dias às congratulações, mas ainda, aproveitando-se do sábado da aleluia, fez representar em Palermo uma farsa, mescla de auto-de-fé com candomblé, em que se queimou, montado num burro, o Judas, que, indecente letreiro, colocado à guisa de explicação, identificava ao marechal Santa Cruz. Para Rosas, afeito à magia, não lhe bastava caísse o Protetor, derrotado pela expedição chilena. Era-lhe imprescindível o seu esconjuro. E só as virtudes mágicas da burlesca cêna, que representara, seriam capazes de derrotar definitivamente o inimigo. (217)

2

Ao desaparecer Santa Cruz do cenário político, os laços entre o Perú e a Bolívia eram tão inexistentes quanto antes da intentada confederação. Cada um dos dois países voltou ao que era anteriormente, sem saudades da união, que ambos aceitaram contrafeitos, movi-

dos antes pela força e prestígio do governante do que por interesses e afinidades recíprocas. No governo peruano, agora independente da Bolívia, pôsto que ainda tutelado pelos chilenos, reinstalou-se o general Gamarra, definitivamente. Logo no começo dessa nova fase governamental, teve Ponte Ribeiro de sustentar longa e acre discussão com o ministro das relações exteriores, Manuel Ferreyros, "*factotum* de Gamarra"; sobre a expropriação, a título de empréstimo forçado, de que fôra vítima um cidadão brasileiro em algumas centenas de pesos. (218)

Não foi esta a única discussão que manteve com aquele ministro. Outras, em breve, apareceram, já quando lhe exigiu Ferreyros nova carta credencial, sob alegação de que não prestava mais a anterior; já, também, quando pretendeu impedir-lhe a comunicação direta com o Presidente, sob pretexto de que a categoria do brasileiro não lhe dava esta prerrogativa. Ponte Ribeiro não se deixou convencer. Às razões do ministro opôs cerrados argumentos, impugnando-lhe com firmeza as pretensões.

Era com verdadeiro prazer que Ponte aceitava uma discussão. Hoje, das suas extensas notas sobre qualquer assunto, que discutiu, sente-se que era êsse o seu verdadeiro elemento, principalmente se nas controvérsias, pudesse lóbrigar qualquer menosprêzo ao Brasil. Nesses momentos, transfigurava-se o diplomata; deixava a sua linguagem de sempre, afável e cortês, e a substituíua por outra, muito diferente, sobre intolerante, provocadora também e altiva. Procurava têrmo por têrmo, para que a resposta não ficasse aquém em desaforos. Reforçava, em seguida, a dureza das frases com palavras apropriadas, que escandia tôdas, até o final. Não havia pormenor de que se não utilizasse para recusar a argumentação contrária; a um insulto revidava com dois; os exemplos rechaçava-os com outros, e só depois

de muito escrever e miudear o assunto é que se dava por satisfeito. Mas não parava aí. Desde que se tratasse de questões importantes, transmudava-as em memórias, ofícios e memorandos, nos quais explicava profusamente o ocorrido e recontava ponto por ponto da discussão, em que se empenhara, escudrinhando e desvendando tudo.

A ação de Ponte Ribeiro, neste último período de sua missão, não se cingiu a pequenas tricas sôbre formas e precedências. Espreadiu-se além do delimitado espaço de sua representação, encaminhando problemas de interesse geral para o Brasil e que ocupariam várias gerações. De dois problemas, principais dentre êsses, deve a diplomacia brasileira ao Dr. Duarte, o início e a colocação nos devidos têrmos. O dẽ limites com as repúblicas que cercavam o Império, vimos como êle o principiou com o marechal Santa Cruz, e o veremos consolidar com o presidente Gamarra, substituindo o caduco tratado de 1777 pelo *uti possidetis*, que fôra êle buscar entre bolivianos e peruanos, muito embora já os portugueses, logo depois da Paz de Badajoz, tivessem esboçado a idéia. (219)

3

Outro problema, não menos importante, que consistia em contrabater as estrafalárias intrigas assacadas ao Império, já existia. Em ação inteiramente pessoal entre os seus amigos e conhecidos americanos, Ponte contrarrestou, desde então, os enredos engendrados pelos que tinham interesse no afastamento do Brasil da política sul-americana. Em parte conseguiu desfazer alguns. A primeira vez que se defrontou com um dos que acreditavam nas achamboadas balelas, foi com o plenipotenciário mexicano, residente em Lima, D. Juan de Dios Cañedo, que, em outras épocas, afastara o

Império dos congressos americanos. Ponte Ribeiro desvaneceu completamente a opinião desfavorável, que o mexicano se construía pela dos outros, em amistosas conversações.

Em 1838 a idéia de nova assembléa de plenipotenciários americanos voltou a figurar no cartaz. Reviveu-a o governo do México, enviando a Cañedo instruções no mesmo sentido das que lhe dera anteriormente. Ponte Ribeiro, remetendo ao ministro Maciel Monteiro cópia das circulars de Cañedo aos governos americanos, tanto a 18 de março de 1834, quanto a de 18 de dezembro de 1838, escrevia a seguinte sôbre a questão: "Pelas adjuntas cópias verá V, Exa. que o governo do México procura reviver o antigo projeto de uma Assembléa America como outrora se reuniu no Panamá. O plenipotenciário Cañedo que, em 1831, foi destinado a correr as Repúblicas do Sul a convidá-las para êsse fim, mas que só obteve resposta evasiva de alguns govêrnos e nenhuma de outros, recebeu ordens de renovar aquele convite antes de retirar-se, como acaba de fazer por meio da circular da cópia N° 1, letra E. O governo do Chile a quem foi dirigida a Nota N° 2, e contestou com a de N° 3, é o que hoje está mais empenhado na reunião da Assembléa. O general Santa Cruz respondeu imediatamente prestando-se a ela por parte dos Estados que compõem a Confederação Peru-Boliviana, mas indicando que fôsse nesta capital ou Guayaquil em vez de Panamá que é doentio, ou *Tacubaya*, por mui distante das outras repúblicas." (220)

Depois de outras considerações sôbre o estado em que se achava a questão, refere Ponte Ribeiro a intimidade com que tratou a Cañedo e as conversas que teve com êle no tocante ao projeto, que o próprio Cañedo "recordou sendo ministro de estado e veio promover pessoalmente." (221) De tudo isso, porém, o mais

interessante para o diplomata brasileiro era conhecer o que pensava o seu amigo mexicano sôbre a possibilidade de o Império figurar na Assembléa. Neste sentido foi que desenvolveu o resto do seu officio ao ministro.

“Quando o México fez reviver êste projeto — dizia Ponte — subsistiam todavia receios da Espanha e circulavam em tôda a América com glosas alarmantes as instruções dadas pelo Senhor D. Pedro I ao Marquês de Santo Amaro, ocorrência que veio aumentar a desconfiança de ingerência que alguns países europeus quiseram tomar no Congresso de Panamá; destas circunstâncias e preponderância que ali quis ter o plenipotenciário dos Estados-Unidos, surgiu a idéia de dar ao projeto carácter de família, convidando sômente às repúblicas irmãs.”

“Pude conhecer que um dos objetos principais do govêrno mexicano foi buscar apóio à sua questão de fronteira com os Estados-Unidos, fazendo causa comum com as outras repúblicas para exigir a observância dos Tratados de Limites feitos pela Espanha com as nações confinantes. Êste plano de fazer causa comum para tratar dos limites é uma das indicações que mais agradam aos estados limítrofes com o Brasil, a quem todos supõem exageradas pretensões, e não poder resistir a elas parcialmente. A realização do inculcado projeto satisfaria os desejos manifestados pelo govêrno de Montevideo em 1834, quando mandou a Bolívia o emissário D. Francisco Muñoz solicitar do presidente Santa Cruz uma liga para tratar de comum acôrdo os limites com o Império. O mesmo sucederá ao Equador e Caracas, que segundo me consta já iniciaram igual disposição. Não obstante, estou persuadido de que tal Congresso jamais se realizará, contudo, prevalecendo-me da amizade com Cañedo, e também como representante do Brasil, fiz ver que o govêrno imperial nunca abandonaria o direito que tem, por muitos

títulos, a concorrer àquela Assembléia, sempre que chegue a realizar-se.”

Daí em diante, continuava Ponte Ribeiro a tratar da posição do Brasil perante os outros países do continente. Confessara-lhe Cañedo ter sido contrário em outros tempos a que se convidasse o Brasil a participar da reunião. Mudara, entretanto, de idéia e desejava agora vê-lo concorrer entre os demais estados àquela assembléia. Afirmara ainda que, assim que chegasse ao México, faria se dirigisse o seu governo neste sentido ao imperial. “E quando — repetia Ponte as palavras de Cañedo — por consideração às outras repúblicas não tomasse sôbre si esta resolução, sempre o primeiro objeto de que se occuparia a Assembléia, uma vez reunida, seria acordar a convocação do plenipotenciário brasileiro...”

As desconfianças que faziam se esquivassem as repúblicas Sul-Americanas do Império, como ajuizadas donzelas de perigoso conquistador, que lhes zonzesse as cabeças com propostas indecorosas, estas desconfianças, segundo Ponte, quase não existiam então. Mas não por terem esmorecido as causas, que subsistiam ainda, senão verdadeiras, ao menos como justificativa para se estraçalhar o Brasil no momento oportuno, é que se pretendia agora o comparecimento de um representante do Império no futuro congresso. A história, portanto, era outra. Supunham tôdas que, desvanecido com o convíte das incorruptíveis donzelas, se prestasse êle, inocentemente, a figurar no bloco americano que se formava contrário aos Estados-Unidos, pois, como sempre foi, ao reunirem-se tais congressos, o motivo da reunião é mais o ódio e mêdo que amizade e confiança. “O geral e profundo ódio — afirmava Ponte Ribeiro — contra os estrangeiros, inclusive os Norte-Americanos, será o único motivo capaz de incitar os Novos Estados

a concorrer àquela Assembléia para acordar com uniformidade a conduta que devem ter com êles." (222)

Quase um ano depois das conversas de Ponte com Cañedo, voltou à baila a questão do Congresso Americano. O ministro chileno Ventura Lavalle fôra mandado ao Equador, justamente para tratar do assunto. Ponte, aproveitando-se de antiga amizade com Lavalle, escreveu-lhe expondo o seu ponto de vista sôbre o papel do Brasil no continente. As relações entre os dois deviam de ser íntimas, ao menos as primeiras palavras de Ponte, na carta de 28 de setembro de 1839, o fazem supor: "Mi mas querido amigo..." Diz-lhe não ignorar o objeto da missão, que o levava ao Equador, objeto êste que entendia de um modo geral com os interesses dos países continentais. Recorda-lhe as conversas que tiveram a respeito daquele mesmo assunto, acreditando ter convencido o seu amigo chileno de que a política do govêrno imperial não visava a outro fim, senão o de fortalecer as nacionalidades americanas. "A situação do Brasil na vanguarda de todos os ataques exteriores, — dizia Ponte — dá-lhe o direito não só de indicar, como o fez por meu intermédio em 1831, a necessidade de se reunir a premeditada Assembléia de Panamá, ou seja Tacubaya, mas ainda de solicitá-la. Neste particular estou de acôrdo com o Senhor Cañedo, como anteriormente já falámos. Acho-me autorizado pelo meu govêrno para o que possa ocorrer aqui a êste respeito de um momento para outro." (223)

Não se cingia Ponte Ribeiro apenas às questões do momento. A sua ação ia além, pois não só preparava o terreno para que a diplomacia brasileira decidisse mais tarde de questões que interessavam à segurança do Império, senão também afastava, em parte, as prevenções existentes contra o Brasil, graças à amizade pessoal de um Cañedo ou de um Ventura Lavalle. Por

isso não deixava passar coisa alguma que pudesse influir na política externa do país ou modificá-la. A possível ressurreição do plano do Dr. Lucas Obes, por parte do governador Rosas, agora em 1839, com a nomeação de D. Tomás Guido representante da Argentina na Bolívia, fez com que ficasse Ponte à espreita. Rosas, que explorara a traça contra o Brasil, na sua declaração de guerra a Santa Cruz, talvez se agradasse dela e diligenciasse reproduzi-la. Ponte avisa o ministro Marciel Monteiro do boato, acrescentando que, se a nomeação de Guido se positivasse com sua ida para a Bolívia, êle também iria para contraminar o golpe. (224)

Não se verificou, porém, a propalada missão. Longe de seguir para Chuquisaca, o general Guido foi designado, no ano seguinte, representante de seu país nas solenidades de sagração do D. Pedro II, a realizarse em 1841 no Rio de Janeiro.

CAPÍTULO X

A ÚLTIMA PRENDA E O PRIMEIRO TRATADO

1

No Brasil, os apuros financeiros dos tempos de Carneiro de Campos perduravam ainda. Em 1837, ao deixar Feijó a regência, substituíra-o o futuro Marquês de Olinda, que organizou o novo ministério dentre os membros da maioria da Câmara, a 19 de setembro. Entrara para a pasta da fazenda Miguel Calmon du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes), que, dias depois, comunicava ao seu amigo Ponte Ribeiro o ocorrido, nas seguintes palavras: “Não sei ainda explicar como entrei para o Ministério. O País acha-se

em crise, as dificuldades públicas recrescem... O Crédito público está nos últimos paroxismos." (225)

Semelhante notícia era desalentadora, porque, sobre ser real, não deixava a menor ilusão para o futuro. Tôda a esperança de melhoria nos ordenados desaparecia diante da realidade. No entanto, a vida de Ponte Ribeiro tornara-se em Lima uma verdadeira tragédia. Os seus minguados ordenados não lhe davam para os gastos. Em 1830, quando Carneiro de Campos lhe diminuira o ordenado, o diplomata ainda tinha alguma coisa de seu, que ajuntara na sua clínica, de onde retirava o *deficit*. Não era vultosa a quantia que economizara. E, assim, nos dez anos de idas e voltas, em viagens numerosas e longas, despendera tostão por tostão de sua fortuna particular.

A vida que levava era sóbria. Evitara os jantares, alegando doença de estomago e regimes alimentares, mas, na verdade, para evitar retribuições de delicadezas, que os seus ordenados não comportavam. Do contrário, sentir-se-ia humilhado. (226) Tudo eram despesas. Para manter um porteiro, um cosinheiro e um moço de serviço, gastava Ponte Ribeiro 49 pesos. A casa custava-lhe 68 pesos e a manutenção de dois cavalos 20, também mensais. Despendia com a comida 4 pesos por dia. (227) No fim de cada quartel tinha êle de fazer verdadeiras ginásticas, para que as despesas não ultrapassassem os seus escanzelados vencimentos. Os seus filhos cresceram: dois dentre êles haviam ficado no Rio de Janeiro, na escola. A sua mulher ficara também, por se achar grávida; tendo nascido a criança em novembro de 1836, justamente, quando o Dr. Duarte viajava no lombo de um burro, de Buenos-Aires a Chuquisaca. Era assim a sua vida. E não fôra dos piores lances êste de deixar a futura Baronesa da Ponte Ribeiro na Côrte, para, de-

pois de nascida a criança, seguir para o Peru. A vez anterior fôra muito pior. A Baronesa dera à luz um menino em pleno Oceano Atlântico, a bordo do navio que os levava de Falmouth a Vera-Cruz. E ao chegar a esta cidade, com o filho recém-nascido, vira-se no meio de pestíferos. (228)

A única despesa extraordinária de Ponte Ribeiro, no Peru, consistia na compra de documentos raros. Adquirira um exemplar da "Memória do Marquês de Grimaldi, a D. Inocêncio de Sousa Coutinho", sôbre a qual afirmara Cabrer que ninguém na América possuía cópia. Por isso, com um pouco de vaidade, pôde mais tarde glosar o trecho do coronel espanhol, escrevendo: "Diz o coronel Cabrer no Prólogo dêste Tomo (4º) que ninguém possui na América esta Memória, rara na verdade; mas eu tenho um exemplar que comprei em Lima, roubado, sem dúvida, do arquivo do Vice-Reinado na época da revolução, como sucedeu com outros escritos de igual mérito." (229) Mas, enquanto a crise não passa, os documentos, por mais raros que sejam, nada valem. E a crise continuou para Ponte Ribeiro, agravando-se cada dia mais. Recomeçou êle, em maio de 1838, os seus apelos ao ministro, para que se lhe abonasse um ordenado correspondente aos gastos que tinha. "Deve ser tão desagradável a V. Exa. — dizia êle — como doloroso para mim, a repetição que necessito fazer do estado de penúria em que me vejo nesta dispendiosa capital, tenho por ordenados e gastos sòmente 3:200\$000; com tão pouco é impossível viver." (230)

Necessitava, confessava êle, do emprêgo, pois gastara tôdas as suas economias, mas reconhecia a impossibilidade de prosseguir na carreira, nas condições que se lhe impunham, por vexatórias. Era-lhe, assim, a demissão a única alternativa que lhe restava, a

não ser que se lhe aumentasse o ordenado ou abonasse ao seu filho, adido, uma gratificação. Em princípios de 1839 voltava êle ao assunto, com mais veemência. Oficialmente dizia: "Não obstante quanto digo a V. Exa. em lugar competente, permita-me que lhe suplique também neste lugar aumento de ordenado, se devo permanecer nesta legação, e algum sôlido para meu filho adido da 2.^a classe Duarte Pereira Ribeiro..." E particularmente acrescentava: "Tenho necessidade de ser empregado porque me acho pobríssimo, havendo gasto quanto tinha durante treze anos de comissões diplomáticas, se não importantes, trabalhosas, arriscadas, longínquas, e de muitos gastos. Mas, por aquela consideração de interêsse vital para mim, não devo calar circunstâncias que infalivelmente vão reduzir-me ao extremo de ser instrumento de que o Brasil perca nestes países o prestígio que aqui muito mais que noutra parte precisa conservar. Desculpe V. Exa. esta confissão ingênua; filha da desesperação, e não de ignóbeis sentimentos." (231)

A tragédia ainda mais avulta neste ano de 1839, quando, em meados de maio, Ponte Ribeiro cai sèriamente enfêrmo. Até agôsto, volteia-lhe na cabeceira a velha inimiga. Agrava-se-lhe a situação de pobreza em que vive. Mas êle não esmorece; reage como das vezes anteriores; vende a sua última "prenda", e subsiste.

Em 1838 tomara o govêrno em consideração os apelos do diplomata, nomeando-lhe por substituto a Manuel de Almeida Vasconcelos. Mas, só um ano depois de nomeado, deixou êste o Rio de Janeiro, indo até Montevideo, de onde retrocedeu em consequência de grave enfermidade. (232) Ponte Ribeiro dirigiu então ao ministro Lopes Gama (Marquês de Maranguape) novo apêlo, expondo-lhe a situação em que se acha-

va, que era a seguinte: de um lado, conseguira a confiança do governo peruano a ponto de já ter iniciado com êste entendimentos preliminares sôbre os tratados; do outro, porém, a impossibilidade de se manter com o ordenado que recebia. Ora, o prestígio, que era pessoal, não podia ser transferido ao seu sucessor, o que forçosamente prejudicaria as negociações. Para que isso não acontecesse, prontificava-se Duarte a permanecer no seu cargo, mas desde que o governo imperial lhe acomodasse a situação, dando-lhe ordenado compatível com as despesas que fazia. (233)

A insistência do pedido de remoção não era porque não gostasse do país. Ao contrário, dera-se êle perfeitamente bem no Peru, onde desfrutou, principalmente junto do governo do general Gamarra, de incomparável prestígio. Dois fatos ocorridos em 40 e 41 sobejamente o comprovam. Um dêles é o de o ministro inglês solicitar a interferência de Ponte, para que o governo peruano assinasse com o britânico o tratado sôbre a extinção do tráfico. O outro, a escolha que fizeram do diplomata brasileiro os italianos residentes no Peru, quando necessitaram de alguém que os defendesse perante o governo peruano, para que êste os eximisse do serviço militar obrigatório. (234)

Mas a verdade é que se não vive sòmente de prestígio. Por mais notável que seja um homem é melhor o ser com um bom bife com batatas do que com um esparregado ensopadinho. O governo imperial, no entanto, não entendia assim: às necessidades materiais sobrepunha as honrarias. Pagava ao seu encarregado de negócios em Lima, cidade onde a vida era caríssima, apenas a quantia de 3:200\$000, anualmente. Em compensação, dava-lhe o título de cavaleiro, pouco depois substituído pelo de comendador, e, se subsistisse à miséria do presente, lhe daria no futuro o de barão. O

diplomata tinha os seus momentos de desânimo e de revolta ao receber os seus quartéis, e por mais que os medisse, que os contasse, que os dividisse, não davam para as despesas. Afinal, excogitava êle, para que tanta luta, tanto estudo, tantas privações, tanto trabalho? para chegar onde chegou: a miséria! Para isso não fôra preciso enfrentar mares, tempestades, navios à vela, caminhos escabrosos e lombo de burro. Bastava-lhe a êle ter ficado na Côrte, onde os próprios negros do ganho tinham vida melhor. Esses momentos de desilusão passavam rápidos. Tornava o diplomata ao seu natural, pronto sempre a arrostar todos os sacrifícios por um ideal, que poucos hoje em dia entenderão, mas que nem por isso deixa de ser menos grandioso, a delimitação do Brasil. E foi assim, com o pensamento fixo nos limites, que Pontô Ribeiro escreveu a Lopes Gama: "Permita-me V. Exa. que eu repita que estou pronto a servir aqui ou em outra qualquer parte. Preciso ser empregado, senão morrerei de fome; mas devo igualmente repetir a impossibilidade de viver em Lima com o ordenado que se destina a esta missão, seja quem fôr o chefe dela, pois a todos sucederá o mesmo que a mim, vender até a última prenda para sustentar o preciso decôro." (235)

Por mais um ano e nove meses, desde o dia que escrevera essas linhas, continuou Duarte em Lima, sem suas prendas. Porém não lhe fraqueou o ânimo para o trabalho. Ao contrário, estava em vésperas de conseguir um dos seus mais perseverantes desejos, graças unicamente ao seu esforço pessoal.

2

A correspondência entre Lima e o Rio de Janeiro era demorada. Às vezes, quando chegava ao destino,

já se referia a um passado de dois ou três anos. A que saiu da côrte em 14 de fevereiro de 1837, por exemplo, só foi entregue a Ponte Ribeiro em dezembro de 1839. Levava quase três anos no caminho! Entre os despachos expedidos então, que deviam de ter sido assinados pelo ministro Aguilar Pantoja, um continha instruções sôbre o tratado de limites, ordenando ao representante brasileiro se cingisse neste particular às fronteiras descritas no tratado de Santo Ildefonso. (236)

Depois de ler assombrado semelhantes instruções, já quando várias vezes insistira no *uti possidetis*, Ponte apanha rápido da pena e responde por aquele modo que o caracterizava, franco e intransigente em tudo que se lhe afigurasse o interêsse do Brasil. “Creio — dizia êle, em 20 de dezembro de 1839 — que os dois primeiros despachos estiveram demorados em Tucumã ou Salta, porque vêm com marca dêsses Correios. Se tivesse chegado no devido tempo o que contém instruções para me cingir ao Tratado Preliminar de 1777, ainda assim me veria obrigado a praticar o que tenho feito depois que o govêrno de Bolívia declarou que não reconhece como válidos e obrigatórios a ela os Tratados entre Espanha e Portugal; e sempre teria eu manifestado ao govêrno imperial, como fiz, a minha convicção de que em lugar de fazê-los valer pela fôrça, convém ao Brasil aproveitar-se daquela declaração e argumentar sòmente com o *uti possidetis*.” (237)

Assim se insurgiu êle contra as instruções. E, embora lhe dessem elas o ensejo para se enraizar no revelho tratado, rechaçou-o e continuou a argumentar no sentido de, apegando-se à negativa boliviana, defender o Brasil sòmente o *uti possidetis*. Convencido de que era êsse o verdadeiro caminho a seguir, emperrou na idéia a ponto de desprezar, por sua própria conta,

tudo que se lhe recomendara ali, para na primeira oportunidade, que se lhe apresentou, oferecer ao govêrno peruano, como base para a delimitação da fronteira, o *uti possidetis*.

Esta oportunidade se lhe deparou em audiência com o general Gamarra, nos primeiros meses de 1840. Falou-lhe então o presidente da necessidade de um tratado que regulasse a navegação do Rio Amazonas, apenas para o Brasil e o Peru. E, em seguida, perguntou-lhe se estava autorizado a entrar em negociações. Respondeu-lhe Ponte negativamente. Mas, diante da insistência do presidente, lembrou-lhe então a possibilidade de primeiro negociarem o tratado de comércio, para o qual tinha plenos poderes, e dêsse tratado derivar o especial destinado à navegação do Amazonas, que seria convencionado *ad referendum*. (238) Gamarra aprovou o alvitre, imediatamente; pediu a Ponte que elaborasse os projetos, e indicou, desde logo, o Dr. Lucas Pellicer para negociador.

Ponte Ribeiro minutou os projetos e, ao entregá-los, advertiu ao presidente que só os discutiria depois de se lhe dar a satisfação devida pelo atentado praticado contra o brasileiro Carmo. No dia 7 de março de 1840, já o diplomata brasileiro escrevia ao ministro enviando-lhe os projetos e esclarecia o seguinte: "No projeto B, tomei por base o *uti possidetis*... — No de letra C, busquei fazer reconhecer a disputada propriedade de Tabatinga, designando êsse ponto como última povoação da nossa fronteira e reduzi a liberdade de navegar o Rio Amazonas pelos peruanos aos pontos interiores dêle e não sair ao Oceano..." (239)

As disposições relativas aos limites constavam do Art. XIV do projeto, redigido de maneira mais ou menos empolada, muito a gôsto da época, e bastante semelhante ao que entregara a Santa Cruz, nas véspe-

ras de sua queda. Neste artigo consignara Ponte o *uti possidetis* dêste jeito: "Conhecendo as Altas Partes contractantes o muito que lhes interessa proceder quanto antes à demarcação dos limites fixos e precisos que hão de dividir os territórios do Império dos da República Peruana, prometem ambas levá-la a efeito o mais pronto possível, pelos meios mais conciliatórios, pacíficos, amigáveis, e conforme ao *uti possidetis*; procedendo de comum acôrdo em caso de convir-lhes, na troca de alguns terrenos, ou outras indenizações, para fixar a Linha divisória da maneira mais exata, mais natural e conducente aos interesses de ambos os Povos." (240)

3

Do Brasil, chegara ainda em 1840 a notícia da modificação ocorrida na política nacional. D. Pedro II fôra aclamado Imperador, e a 23 de julho de 1840 assumira o govêrno. A época das regências terminara por um golpe de estado. Em Lima, ao apresentar Ponte Ribeiro a carta do novo monarca brasileiro, revestiu-se o ato de imponência, comparecendo o encarregado de negócios com o seu fardão de gala, acompanhado do cônsul e dos funcionários da legação. Porém, de maior importância para Ponte Ribeiro, em tudo isso, foi a mudança do ministro. A Lopes Gama substituíra Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, administrador de grande visão, que muito o apreciava desde os tempos da *Amopolis Silvestre*, com a qual pretendia a Sociedade de Medicina da côrte esperar a cólera-morbo, quando aproasse à Guanabara.

As comunicações que fizera a respeito das conversações com o presidente Gamarra, acêrca dos tratados, deviam de ter chegado ao Rio de Janeiro, já com Aureliano no ministério. Agradaram ao ministro as

disposições redigidas por Ponte, referentes aos limites e à navegação. E tanto lhe agradaram, que, nas instruções enviadas a Manuel Cerqueira Lima, nomeado cônsul no Paraguái, Aureliano anexava cópia da minuta remetida por Ponte, para que aquele cônsul, no caso de um ajuste com o govêrno paraguáio, se guiasse pelas estipulações constantes da minuta. (241)

E' provável que ainda em 1840, o novo ministro autorizasse o encarregado de negócios a discutir o tratado, pois já a 1 de março de 1841, Ponte Ribeiro participava a Pimenta Bueno: "que as nossas relações com o Peru estão no pé de perfeita harmonia; e que se trata de instruí-las por um tratado de comércio e outro de navegação fluvial, compreensivo de todos os rios que desaguam no Amazonas." Pensava então Ponte Ribeiro, uma vez concluído o ajuste com o Peru, conseguir o mesmo da Bolívia, porquanto lhe escreveram desta última república, em resposta ao projeto, que enviara ao vice-presidente Calvo por intermédio de Santa Cruz, asseverando-lhe que havia boa disposição para se convencionar o tratado, desde que se apresentasse devidamente autorizado. Como se vê de sua carta a Pimenta Bueno, Ponte esperava instruções apenas no tocante às negociações com a Bolívia. (242)

Com o Peru a discussão do tratado foi morosa. O plenipotenciário não foi o Dr. Lucas Pellicer, como lhe indicara Gamarra, mas, sim, o próprio ministro das relações exteriores D. Manuel Ferreyros. Na parte referente aos limites, que, no projeto de Ponte Ribeiro, se determinava fôssem fixados de acôrdo com o *uti possidetis*, empenharam-se os dois plenipotenciários em longa discussão. Não que o peruano rechaçasse semelhante base, por contrária ao caduco tratado, já um fantasma, insurgindo-se contra o brasileiro que o revessara aos arquivos. Mas, tão somente, no fixar a

data do *uti possidetis*. Ferreyros, sem defender a validade do tratado de Santo Ildefonso, pretendeu se declarasse o *uti possidetis* do tratado de 1777, enquanto Ponte Ribeiro que o fôsse da data atual, ou seja, 1841. Ferreyros teve dúvidas em assentir na posse atual, por não entender perfeitamente a que data se referia, se à data do tratado ou à da independência do país.

De tudo quanto Ponte Ribeiro havia escrito anteriormente, era de se presumir que o *uti possidetis*, que pretendia e pretendia ainda, se reportasse à data em que o tratado fôsse celebrado. Porém, talvez por encontrar oposição no seu colega ou por se convencer das razões que êste lhe dera (aliás não muito convincentes, pois, como a própria palavra o diz, não pode deixar de ser a posse da data em que a reconheceram), Ponte Ribeiro concordou com a da Independência do Peru, ou como êle escreveu: "Convencido de que a Independência era de 1821... propús que datasse daí o *uti possidetis*..." E, com isso, o Art. XIV foi retocado no que dizia respeito aos limites, incluindo-se a cláusula peruana ao texto brasileiro, o que rematou no seguinte: que os limites seriam fixados "conforme ao *uti possidetis* do ano de 1821, em que começou a existir a República do Peru."

Ainda assim, desfigurada, era esta estipulação de maior transcendência para o Império, pois dela adviria para a diplomacia brasileira nova era. Desde então passou a examinar as questões de limites com as repúblicas espanholas por um outro prisma bem diferente daquele, que a fizera vesguear através do malsinado tratado. Ponte Ribeiro teve perfeita noção do momento em que vivia. Sentiu nitidamente que havia transposto os têrmos da questão. Previu as conseqüências. Sabia que seria combatido, pois é da natureza humana abrigar-se às velhas fórmulas já conhecidas, de preferência

a aceitar outras novas, por mais notáveis que sejam estas. Por isso escreveu minuciosas observações a respeito do tratado, analisando-lhe os artigos um por um. Sobre o Art. XIV, confessou êle o seguinte: "Contém o Art. XIV o objeto principal por que fiz o Tratado. Tôdas as questões diretas e indiretas, que os Estados limítrofes com o Brasil têm agitado sobre limites, são apoiadas sempre no malfadado Tratado de 1777." E, justificando-se da cláusula que incluía, acrescentava: "Apesar de ter Bolívia negado aquiescência aos Tratados celebrados entre Portugal e Espanha, e dos bons argumentos e uso da fôrça de que o Brasil pode lançar mão para demarcar os limites com os seus vizinhos, fazendo valer o atual *uti possidetis*, contudo, é mais político, menos arriscado, e talvez mais útil buscar por meio de tratados que as novas Repúblicas limítrofes reconheçam em *princípio* que só têm direito ao *uti possidetis* da época em que começaram a existir." (243)

No entanto, por pouco não teria Ponte Ribeiro colhido o fruto de tantos sacrifícios. O seu substituto e grande amigo, Manuel Cerqueira Lima, chegou à Capital do Peru no dia 30 de maio de 1841. De acôrdo com as ordens recebidas devera Ponte de lhe passar o cargo imediatamente. O govêrno peruano, porém, não consentiu que se trocasse o negociador, já no final da discussão. No dia 31 de maio dirigiu a Ponte Ribeiro uma nota, em que solicitava a sua permanência à testa da legação, até à conclusão do tratado. Já não podendo resolver por si sòmente, ouviu Ponte a opinião do colega, que não teve dúvida de aceder ao desejo do govêrno peruano. As negociações processaram-se então rapidamente até o dia 9 de julho, quando foi assinado o tratado. Neste mesmo dia despediu-se Ponte do presidente Gamarra e dos ministros, e Cerqueira Lima apresentou as suas credenciais. Ainda no dia 9, dirigiu-se Ponte ao

ministro Aureliano, remetendo-lhe os tratados. “Amanhã”, terminava êle o officio, “saierei para esta capital na fragata norte-americana *Constituição*, cujo comandante teve a atenção de oferecer-me passagem nela.” (244)

4

Depois de cinco anos de ausência, quase todos passados em Lima, voltava o Dr. Duarte, sem suas prendas, mas sobraçando o primeiro tratado de limites do Império. Este tratado, porém, não seria ratificado. Não o foi no Peru, porque, logo após à assinatura, sobreveio uma revolução, que impediu a ratificação dentro do prazo estipulado. No Brasil também não obteve aprovação, por ter entendido o Conselho de Estado, segundo Ponte Ribeiro, que a “navegação fluvial abria uma porta aos estrangeiros para se introduzirem no coração da Província do Pará.” (245)

O parecer do Conselho, no entanto, vociferava principalmente contra o *uti possidetis*. Semelhante novidade scandalizara os seus ilustres membros: Honório Hermeto, Lopes Gama e o Bispo de Anemuria, D. Frei António de Arrabida. O estilo do parecer, zangado e cortante, já afastava tôda a probabilidade de ratificação. No mérito, ia firme em cima do *uti possidetis*, esboroando-lhe os fundamentos: “os nossos limites, longe de ficarem melhor definidos pela cláusula do *uti possidetis*, são por ela inteiramente expostos a uma inovação das antigas convenções entre Portugal e Espanha; inovação tanto mais perigosa quanto o governo de Vossa Magestade Imperial não está, para o reconhecimento de suas vantagens, preparado com prévios e seguros exames... Além disso a cláusula *uti possidetis* implicitamente contém aquisição ou cessão de território; o que

não pode ter lugar sem a aprovação da Assembléia Legislativa." (246)

Assim, por considerar parte do tratado perigosa, inútil outra e temerária a terceira, o Conselho arquivava quatro anos de trabalho, privações e estudos do Dr. Duarte. Mas êste não se deu por vencido. A sua opinião continuou a mesma, inteiramente favorável ao tratado. Dez anos depois, em 1851, vamos encontrá-lo defendendo as estipulações de 1841, com a mesma veemênia.

CAPÍTULO XI

MINISTRO RESIDENTE

1

Ponte Ribeiro devia de ter chegado à Côrte entre 15 e 20 de setembro de 1841. Das modificações que aí encontrou, ocorridas duraute a sua ausência, a mudança da secretaria foi certamente a que mais de perto o interessou. O Ministério dos Negócios Estrangeiros já não vivia naquela vergonhosa promiseuidade, em que o deixara, de cambulhada com o hospital e o quartel dos permanentes. Saíra da rua dos-Barbonos e localizara-se eom o Ministério da Justiça no prédio número 42 da rua do Passeio. Era êste um easarão assobradado, de janelas de caixilhos de vidro (coisa rara naqueles tempos), que se abriam para o Passeio Público, a alguns passos do Largo da Lapa, e que pertencera ao Conde da Barea. E, ainda que superior ao outro, estava longe de ser modelo de confôrto e hygiene. Era para serem tomadas as devidas precauções no alojamento do pessoal. Por isso, eomunicando o ministro Aureliano ao official-maior José Domingues de

Attayde Moncorvo que incumbira a Ponte da execução de determinados trabalhos, recomendava que se lhe proporcionasse "um lugar decente", onde pudesse trabalhar "tôdas as manhãs, sem interrupção, as mesmas horas do respectivo regimento." (247)

Voltava Ponte Ribeiro à secretaria, depois de cinco anos no exterior, encarregado de escrever: memória sobre a questão do Pirara; exposição circunstanciada sobre a questão do Amapá, e extrato dos officios que remetera do Peru, "expendendo as suas idéias sobre o estado político e comercial das repúblicas do Mar do Pacífico." (248) Imediatamente deu êle início à tarefa. O extrato dos seus officios era coisa fácil, bem como reproduzir as próprias idéias sobre aquelas repúblicas. Assim é que enfeixou também, em poucas páginas, quanto havia escrito a respeito do Congresso americano. Como o extrato, as idéias sobre o mesmo Congresso, que escreveu Ponte, se prendiam à fase de sua vida que findava. Eram apenas recordações. (249)

O contrário acontecia com os outros dois trabalhos. Estes consistiam em matéria nova para êle. Teve, por conseguinte, de estudá-la. Procurou nas bibliotecas e arquivos os elementos necessários. Esquadrinhou a história dos anos decorridos desde o estabelecimento, no Rio Amazonas, de portuguezes, holandeses, inglezes e franceses. Ponte Ribeiro gostava do assunto. Tudo que se referisse a limites tinha para êle o duplo sabor de ser geografia e história ao mesmo tempo. Porém, nas questões, tendia sempre para uma solução prática. Deixava de lado, em geral, a parte erudita. Não que a ignorasse. Conhecia perfeitamente os documentos existentes no Rio de Janeiro. Mas aliviava os seus escritos de tudo quanto pudesse desviar a atenção do seu principal objetivo, que era a parte política. Porque, por mais historiador e geógrafo que fôsse, nêle sempre se

sobrepunha o político. E ao político interessa essencialmente a solução prática do litígio. A história e a geografia nada mais são que meio, de que se serve, para chegar àquela solução.

Os dois trabalhos sôbre os limites com as Guianas e outro sôbre os limites com o Paraguái, Bolívia e Peru, apresentou-os Ponte em 1842, já nomeado, desde 25 de novembro de 1841, official da secretaria e chefe da terceira secção. Não devia ser fácil a obtenção do officialato e muito menos da chefia de uma das secções. Para ser ministro bastava a qualidade de político e que o partido ascendesse ao poder. Nada mais se lhe exigia. Agora, para official da secretaria o regulamento de Aureliano era explícito: além de o candidato ter de demonstrar aptidões para o manejo dos negócios pertinentes ao Ministério, era obrigado a provar perfeito conhecimento da gramática portuguesa, da aritmética e da geografia. Tinha de saber também o latim, o francês e o inglês, sendo que as duas últimas línguas, não bastava traduzi-las com facilidade e exatidão, era essencial que as falasse corretamente. Dois requisitos mais constavam do programa: ser o candidato versado em Direito Internacional e ter bom talho de letra. Com essa bagagem burocrática se investia o cidadão no cargo de official da secretaria, com o ordenado de um conto e duzentos. Os felizardos, que chegavam a chefiar uma secção, tinham a recompensa de mais oitocentos mil réis, também anual.

Não era a chefia uma sinecura. Ao contrário, dentro de determinado plano, todo o serviço estava a cargo do respectivo chefe. Atribuições as mais diversas lhe foram conferidas, desde receber os papéis, examiná-los com cuidados, até minutar despachos e ofícios, a serem assinados pelo ministro, e fazer com que os officiais trabalhassem. Embora não constasse do Regulamento do Ministério dos Estrangeiros, era natural que

se exigisse dos seus servidores o que se exigia no da Justiça: "Os oficiais entrarão para a Secretaria, no inverno, às 10 horas, e, no verão, às 9 horas, vestidos decentemente." Isto queria dizer: de veste solene, lenço no pescoço, calças de cotim escuras e botins de verniz. Só saíam da secretaria quando não houvesse nada mais a fazer e nunca antes das 2 horas da tarde. (250)

A Ponte Ribeiro coube à chefia da terceira secção, à qual pertenciam, principalmente, os negócios referentes à América. Os trabalhos, que fez então, incluíam-se entre os de rotina da secção. Iniciou o do Amapá com um escôrço dos estabelecimentos no Amazonas; enumerou os tratados entre Portugal e França, analisando-lhe as cláusulas; deteve-se no exame dos sucessos que precederam a ocupação e neutralização do Amapá e convite de Guizot para a terminação do litígio por um ajuste, e findou por indicar quatro projetos, a serem apresentados ao govêrno francês, sucessivamente.

A meu ver esta memória tem um valor relativo. Encontra-se, por exemplo, logo nas primeiras páginas, a afirmação de que a obra de Gabriel Soares de Souza fôra "feita sob as vistas do govêrno". E' gratuita a asserção. Gabriel Soares escreveu não para fixar o pensamento do govêrno, mas, ao contrário, para dar à côrte espanhola exata noção da terra dos brasís. Foi o autor do livro em tôda a extensão do vocábulo.

A conclusão, a que chegou Ponte, no tocante à determinação do Rio Vicente Pinzón, difere da que se considera hoje como certa, propugnada pelo Visconde do Uruguái, Caetano da Silva e Barão do Rio Branco. Para Ponte Ribeiro, o Oiapoque do Cabo Orange não era o mesmo que Vicente Pinzón. Êste rio o identificava êle com o rio Calçoene. Por isso, em Utrecht, obtivera Portugal apenas o limite pelo Calçoene ou Vicente Pinzón. O tratado, que assegurara o direito ao

Oiapoque, fôra o ato final de Viena, no seu Art. 107. Parece-me que, neste passo, se deixou Ponte Ribeiro levar pela cartografia portuguesa do século XVIII. Com muita razão admirava os geógrafos notáveis que palmilharam o território brasileiro, levantando cartas preciosas de várias regiões. Mas não distinguiu êle o que era fruto de observações diretas, como, por exemplo, a parte do Pirara, que chegou a impressionar Humboldt, daquilo que era calcagem de outros anteriores, colocado apenas para arredondar os mapas, como tôda a extensão compreendida entre o Cabo do Norte e o de Orange. Êste trecho, justamente, figurava naqueles mapas de cópia tirada do ilustre geógrafo francês de la Condamine, quem, pouco antes, complicara propositadamente a questão. Há, entretanto, na memória de Ponte, passagens interessantes, como a em que expôs os sucessos ocorridos de 1836 a 1840. Na outra memória sôbre os limites com a Guiana Inglesa, referiu-se Ponte Ribeiro, principalmente, ao histórico da questão, desde a localização do pastor protestante inglês Youd, nos campos do Pirara, às discussões que acabaram por neutralizar o território. Êste trabalho, para mim, supera o anterior. E' mais conciso, pôsto que muito documentado. (251)

As duas memórias obtiveram na ocasião merecido êxito. O ministro Aureliano elogiou-as de maneira eloquente, qualificando-as de "excelentes", além de declarar (declaração esta que naqueles tempos tinha transcendental importância) que mereceram "a aprovação e especial agrado de Sua Magestade O Imperador." Foram sinceros os elogios do ministro, pois demonstrou o muito que apreciara os trabalhos de Ponte, aproveitando-os integralmente nas instruções que expediu, a 7 de março de 42, ao ministro brasileiro em Paris, José de

Araujo Ribeiro, encarregado de tratar com os governos francês e inglês. (252)

As funções de Ponte Ribeiro, na secretaria, como chefe da secção destinada aos negócios da América, não se limitavam à organização de memórias sôbre limites. De um diário particular da época, podemos ver que, em março de 42, já a influência do diplomata era grande, não só no elaborar os seus trabalhos, mas ainda no esclarecer assuntos de sua especialidade, e tratá-los em nome do ministro. Assim é que, no dia 3 de março, o novo presidente do Pará, desembargador Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, foi ao ministério para receber instruções no tocante aos limites daquela Província com as Guianas Inglesa e Francesa. O ministro Aureliano não pôde recebê-lo imediatamente, por se achar em audiência do Corpo Diplomático. Quem o atendeu foi Ponte Ribeiro. E, durante as duas horas de espera, o entreteve com a leitura da sua memória sôbre o Pirara e das notas endereçadas ao ministro inglês. A 7 de março voltou Silva Pontes ao ministério. Ponte recebeu-o mais uma vez e ficaram os dois em longa palestra a respeito das instruções destinadas à comissão brasileira, encarregada do reconhecimento do território litigioso. Sômente a 10 terminaram o negócio das instruções. Duarte já fazia exigências de certos pormenores, que julgara indispensáveis, nas questões de limites. Aureliano aprovou as instruções elaboradas por Ponte Ribeiro, apenas com um pequeno reparo na redação.

A conversa de Duarte devera ser fluente e agradável. Impressionara bastante o presidente, que a anotou minuciosamente e com certo interêsse pelos assuntos do diplomata. Assim, consignou Silva Pontes, no seu diário, o que lhe dissera Duarte, no dia 12 de março, não só sôbre o tratado que negociara com a República do

Peru, mas também sôbre a navegação do rio Amazonas.
(253)

2

De 1840 a 1844, o processo político no Brasil evoluiu rapidamente. Recresceram as lutas entre conservadores e liberais, até o final da consolidação do regime. No Peru recebera Ponte notícias do país, principalmente de seu colega Moncorvo, que, ainda em outubro de 39; lhe escrevera: "A deficiência das leis continua e as Câmaras andam prorrogadas, mui pouco têm feito nesta sessão, esgotando-se o tempo em discussões estéreis..." (254)

Ponte Ribeiro chegara ao Rio de Janeiro a tempo de assistir aos últimos lanços da luta desencadeada, justamente, por causa da deficiência a que aludira Moncorvo. De um lado estavam os descentralistas apegados a fórmulas estereotipadas de um liberalismo dengoso, fórmulas estas que se confundiam com aquela mesma deficiência. Do outro, os centralistas, a achacarem de anárquica a situação criada pela legislação de 32, que se achava em vigor. Já era antiga a quezília dos dois. Reavivara-a em 37 a interpretação do Ato Adicional. E, agora, em fins de 41, atingia o seu ponto culminante com a reforma do Código do Processo, que o ministro da justiça, Paulino de Sousa, conseguira fazer aprovãr pelas duas câmaras. Os liberais, que haviam combatido a interpretação e pugnado para reformas descentralistas nos moldes da América do Norte, esbravejavam contra o remate da obra dos conservadores, que, sôbre o Código do Processo, ostentava também o conselho de estado. A reação centralista de 41 afigurou-se aos liberais mero pretexto para o partido contrário se eternizar no poder. Mas esperavam êles, reunida a nova câmara, onde ti-

nham quase que a totalidade dos deputados, defrontar parlamentarmente com o govêrno. Este não lhes resistiria à compacta e tremenda opposição. Teria de soçobrar irremediavelmente e de restituir-lhes, escabujando de raiva, as pastas por todos cobijadas. O ministério, porém, contrarrestou-lhe o golpe, dissolvendo a câmara. A desforra liberal, no entanto, não podia ser espaçada. Meses depois perderia tôda oportunidade. Talvez, nem mesmo a platéia existisse para os aplaudir. Por isso foi a revolta o meio de que lançaram mão contra o govêrno. Pouco depois (meados de 42), as revoluções de Sorocaba e Barbacena, ressombraram ainda mais os horizontes políticos do Brasil.

Durante anos, o govêrno imperial limitara a sua ação aos problemas decorrentes da anarquia que minava o país inteiro. Dispensara-lhes todos os recursos e energias. Em consequência protelara, na medida do possível, as questões externas. A fraqueza, que lhe adviera da tarefa de debelar revoluções, embaraçava-lhe os passos noutra direção qualquer. No exterior, principalmente, tinha os seus movimentos tolhidos. Assim, buscava na política de afastamento justificativa plausível para conestar aquela fraqueza. Porém não era fácil de se manter esse afastamento entre vizinhos contíguos, quando, justamente, os acontecimentos políticos no Rio da Prata se precipitavam e emalhavam não só vizinhos, senão também ingleses e franceses. Em breve, às primitivas rixas de caudilhos enlearam-se outros novos interesses, que demudaram profundamente as questões, dando-lhes aspecto nitidamente internacional. Depois de 28, foi em 43 o primeiro encontro que teve a diplomacia brasileira com aquele emaranhado de interesses. E isso num momento em que as revoluções no Império lhe enfraqueciam a ação. A fôrça que lhe faltava teve de ser suprida pela expectativa, contemporização ou habilidade. Mas, de qualquer modo, viu-

se obrigada a entremeter-se naquelas lutas, por ser parte tão interessada quanto os demais concorrentes que ali se encontravam.

Em 36, de passagem por Montevidéu, presenciara Ponte Ribeiro a primeira fase da contenda entre Rivera e Oribe. Antes de partir para Chuquisaca, soubera da derrota do primeiro. Mas, por pouco tempo, aquietou-se D. Fruto. Logo depois voltou a zingar o poder do presidente, enfuscando a paisagem da campanha oriental com o tropel de suas cavalcadas. Oribe deixou a capital em busca do rebelde. A principal arma de que Rivera dispunha, senão a única, era a cavalaria, que lhe facilitava o jôgo de marchas e contra-marchas. Com isso se esquivou ao combate até refazer as suas tropas. Só então aceitou o desfôrço e em Palmar desbaratou o rival. Oribe resignou a presidência; embarcou para Buenos-Aires, e aí se colocou sob a proteção de Rosas. E de tal sorte o fez que se tornou impossível lhe demarcar a ação, por se baralharem os papéis que passou a representar, de general da Confederação Argentina e de ex-governante oriental que buscava reaver o poder. Rivera, vitorioso, fâcilmente se reelegeu presidente. Rosas, porém, olhava-o de esconso. Não lhe perdoava a boa acolhida que dispensava aos unitários foragidos em Montevidéu. Mas a efervescência política, em que se encontravam as províncias argentinas, não permitiu investisse o Ditador, desde logo, contra Rivera. (255)

Além das complicações internas, outras externas peavam-lhe os movimentos. Rosas aceitara uma briga com o cônsul francês Roger. A briga degenerou em franca hostilidade, da qual resultou o bloqueio do pôrto de Buenos-Aires pelo almirante Le Blanc. Bambava o poder do Herói do Deserto diante da força do francês, que se não contentou apenas com o bloqueio, mas

premeditou derrocá-lo em uma ação conjunta. Para isso concluiu Le Blanc uma aliança com Rivera e os unitários, encabeçados êstes pelos generais Lavalle e Paz. (256)

D. Frutuoso Rivera teve então os seus momentos de maior prestígio. Um pouco mais de perseverança talvez bastasse para alijar "el tirano", como êle qualificava Rosas. Mas o poder enfatuava-o. Azaranzava-se todo com os seus próprios enredos, dos quais ninguém escapou, nem mesmo os seus recentes aliados, os franceses. Sempre que se êle pilliou no poder, faltou-lhe o necessário equilibrio. O seu prestígio, consequentemente, ia esboroando-se até desaparecer de todo. E voltava a purgar no exílio os erros praticados. Na luta contra Rosas, foi dúbio o papel de Rivera. A indolência, que o caracterizou então, exasperou Le Blanc que o acusou de traição. (257) Contudo, os unitários movimentaram-se sòzinhos, num esforço supremo contra a ditadura. A conspiração instilou-se no próprio Palermo. A queda de Rosas parecia aproximar-se. (258)

Mas, nesses momentos de perigo, é quando Rosas tem mais aguçados todos os seus sentidos. O homem cresce à medida que os seus contrários se apoucam. Açula contra os inimigos da "Federación" a *mashorca*. Esta, que lhe espreita o sinal, cái, sem piedade, em cima dos unitários que são indistintamente todos os inimigos do Ditador. Persegue-os e conscientemente os liquida. Assim, vence Rosas uma conspiração tramada em Buenos-Aires. Nas províncias encarrega a Oribe do comando dos seus exércitos. Êste destroça em poucos lanços os unitários. Sossega a inquietação das províncias, quebrantando-lhes, de vez, tôda a resistência. D. Filipe Arana, mais tarde, em conversa com Ponte Ribeiro, dir-lhe-á, sem querer, qual a *clave* da política rosista de submissão das províncias, que consistia em

conservá-las sempre desarmadas. “Com êsse fim — escreveu Ponte— é que Oribe foi incumbido de trazer das províncias do interior, ou inutilizar, quantos canhões e espingardas que por lá houvessem; e executou a comissão de maneira que não ficou uma peça em tôdas elas; deixando apenas quinhentas armas de fogo em S. Juan, duzentas em Salta, e menos de cem em cada uma das outras províncias.” (259)

E' diferente a tática do Ditador com os inimigos externos. Não os enfrenta, senão em maçantes e intermináveis discussões. Azucrina-os quanto pode; xinga-os a qualquer pretexto; intriga-os a propósito de tudo, e acaba por desmoralizá-los. A Inglaterra, soprada por êle, consegue da França a suspensão do bloqueio, que, apenas, prejudicava o comércio britânico. Rosas, com isso, tem os movimentos livres, podendo mandar Echagüe invadir a Banda Oriental, com seis mil homens. Rivera entretém-lhe os passos até os últimos dias de 1839, quando o derrota fragorosamente em Cagancha. (260)

Não se desespera Rosas ante a derrota de seus soldados, por um inimigo que despreza: *el padrejon*, como o apelida. Assina em 1840 o tratado com o Barão de Macau, pondo termo à desavença com a França. De bem com esta potência e mais seguro em casa, depois do último expurgo da *mashorca*, pode o Ditador escabichar os meios de investir mais uma vez contra Rivera. Êste, depois de Cagancha, satisfeito da proeza, imobiliza-se em Montevideo. Deixa inexplicavelmente os unitários, já abandonados dos franceses, serem desfeitos a um e um pelos generais rosistas Oribe e Pacheco, numa jornada alucinante. Depois de aniquiladas as tropas de Lavalle e de La Madrid, é que Rivera se lembra de que a guerra continua, pois Rosas, do outro lado do

Prata, não se esquece de vozear contra êle um sem número de impérios. (261)

Rivera invade o território argentino na suposição, talvez, de que, com esta façanha, amedrontaria o inimigo. Em 21 de janeiro de 1842, achava-se êle com o seu quartel-general em *Calera de Berquis*, na Província de Entre-Rios. Daí lançou uma das suas inúmeras proclamações que, publicadas em boletins, se espalhavam por Montevideo. Á guisa de introito a duas proclamações de Rivera, lê-se o seguinte no boletim de 31 de janeiro: “el ilustre vencedor de Cagancha pisa los campos Entre-Rianos. Ante su lanza hugen despavoridos los miserables caudillos de Rosas. Pronto el Ejercito Oriental saludará al gran Paraná...” (262) A saudação não a faria Rivera. Os caudillos de Rosas, sim; êstes viriam em breve para o desfôrço final.

3

O general Rivera não se indispôs apenas com o Governador de Bueno-Aires. Com o Império tinha êle também as suas contas a ajustar. Assim, desde que se reinstalou no govêrno, vinha ajudando os Farrapos e perseguindo os brasileiros residentes na Banda Oriental. A legação imperial em Montevideo, em consequência dêsses fatos, mantinha com o ministro das relações exteriores, D. Francisco Vidal, desagradável correspondência.

Em meados de 41 o ministro Aureliano mudara os representantes do Brasil no Rio da Prata. A corveta nacional 9 *de Abril* partia da Guanabara a 6 de agôsto, levando para Montevideo, por ministro residente, José Dias da Cruz Lima, e para Buenos-Aires, por ministro plenipotenciário, o conselheiro Luís Moutinho de Lima Alvares e Silva.

Não muito satisfeito teve Cruz Lima de continuar a polémica, já iniciada pelos seus antecessores, com o ministro Vidal. Mas não lhe agradara a tarefa. Viera recentemente da Europa, onde a vida era fácil e alegre, muito diferente da que se levava na América do Sul, em geral. Além disso, tinha hábitos comedidos. Não lhe era possível agora, depois de velho, se acostumar às insossas controvérsias sôbre se Rivera dera ou não 5.000 pesos aos rebeldes ou às mulheres dos rebeldes. A respeito desse tema fizera êle as suas queixas. Porém, temperava-as com jantares e chás, que oferecia aos governantes orientais, por se convencer de que êstes eram os verdadeiros argumentos de um diplomata. Era também afável e social. O próprio ministro inglês Mandeville, que não gostava muito dos brasileiros, em se tratando de Cruz Lima, fazia uma excepção e jantava com êle quando ia a Montevideo. (263)

Escrevia Cruz Lima, com regularidade, a correspondência para o ministério, remetendo às vezes notícias interessantes. Interferia mesmo em casos alheios. Não compreendia, por exemplo, os fáceis casamentos de funcionários brasileiros com as *chiquitas* orientais. Era só desembarcar em Montevideo, que, instantâneamente, se namoriscava o brasileiro da oriental, fôsse *blanquilla* ou *colorada* a menina. Neste particular não existiam preconceitos. O caso, que scandalizou Cruz Lima, aconteceu com o adido que lhe mandaram. Chegara Júlio Timóteo de Araujo a Montevideo em janeiro de 1842. Em fevereiro já se deixava fisgar e participava ao chefe o noivado. Depois de se informar de que pertencia a menina a uma "família decente", Cruz Lima escreveu ao ministro, aconselhando-o: "Seria bem para desejar, que o nosso Regulamento de Legações tivesse o artigo que têm os das Legações Estrangeiras, o qual proibe aos membros do Corpo Diplomático casarem em países

estrangeiros sem licença dos seus governos. Esta exigência desmancharia muitas vezes planos infantís, e daria mais circunspecção aos engagements desta natureza.” (264)

O ministro Auréliano, porém, não se agradou da actuação de Cruz Lima, principalmente dos seus jantares extemporâneos. Em abril de 42, substituiu-o na chefia da legação pelo capitão de fragata João Francisco Régis. (265)

Ocorrera em Buenos-Aires mais ou menos o mesmo. O conselheiro Moutinho era um dos veteranos da diplomacia brasileira. Em 1827 escrevera um livro, em francês, sobre as relações comerciais do Império com as cidades Hanseáticas. Intitulara-se nesse livro “*sous-secretaire d'État*”, cargo que nunca existiu a não ser na tradução um pouco forçada de “oficial maior da secretaria”. (266) Depois de ocupar por algum tempo este lugar, estivera em Roma e Paris, de onde voltara ao Rio e daí seguira para Buenos-Aires. Mas não se adaptou êle à côrte de Palermo. Dificilmente o diplomata brasileiro, que conhecesse a Europa com a sua estabilidade política a parecer-lhe eterna, podia compreender o desassossêgo dos povos sul-americanos e lobrigar os interêsses do Brasil naquelas lutas de caudilhos. Eram demasiadamente implicadas. Enfadavam a todos, antes mesmo de serem conhecidas. As intrigas européias tinham outro sabor. Pôsto que só remotamente pudessem elas interessar o Brasil, era, sem dúvida, muito mais elegante discutí-las do que se enfro-nhar nas questões americanas. O Rio da Prata, no entanto, era então o centro principal da política externa do Império. Aí cabia à diplomacia brasileira importante papel, pois os problemas, já existentes e os que apareciam a todo momento, se ligavam a outros que

importavam não só à segurança do país, senão à integridade de seu território.

A substituição de Moutinho, desde o começo de 42, fôra resolvida e a escolha do substituto recaira em Ponte Ribeiro, que se não deixara contaminar pelo *virus* europeu. Dedicou-se êle de tal sorte aos problemas da América, que, difficilmente, encontramos no seu arquivo um só trabalho sôbre a Europa. Aos merexicos dos reis preferiu as parlapatices dos caudilhos, por serem então menos conhecidas e o estudo, por isso mesmo, mais atraente e de proveito mais immediato ao Brasil.

Parece-me que a nomeação de Ponte foi espaçada, para se lhe dar tempo de concluir os trabalhos sôbre as Guianas. Mas, no princípio de 42, já escrevia ao seu velho amigo Bento da Silva Lisboa, comunicando-lhe a efetivação que obtivera na secretaria, o recebimento da comenda de Cristo e a promessa do ministro de o nomear para Buenos-Aires. O futuro Cairú achava-se em Viena às voltas com o final de um pavoroso inverno, que o deixara derreado. "Se aqui fico outro inverno — respondia êle a Ponte — irei para algum cemitério. Tenho tidó sonhos, em que ouço cantar o meu *requien eternam*." A justiça, que o governo imperial fizera ao amigo, alegrou-o e deu-lhe ensejo de escrever êstes conceitos verdadeiros a respeito do papel que Ponte Ribeiro, já por essa ocasião, representava na diplomacia brasileira: "Receba os meus cordiais parabens por estas mercês, que lhe são devidas; pois que não conheço ninguém na nossa carreira diplomática, que tenha sofrido mais, nem feito melhores seviços ao Império." (267)

Depois de ler com satisfação esta carta de Viena, pouco tempo mais o comendador Duarte se demorou na côrte. A 12 de abril de 42 era nomeado ministro

residente em Buenos-Aires, e o seu filho Duarte Pereira da Ponte Ribeiro, adido de primeira classe. E no dia 31 de maio seguia pai e filho, pela terceira vez, a rota do Rio da Prata.

CAPÍTULO XII

**¡ VIVA LA CONFEDERACIÓN ARGENTINA!
¡ MUERAN LOS SALVAJES UNITARIOS!**

1

Delongou a viagem o mau tempo reinante. Lentamente se arrastou o navio. Em luta contra os vagalhões que se erguiam ferozes, a balouçar a carcaça, estrebuchou-se todo êle, prestes a soçobrar, num ranger sinistro de ferros e madeira. Mas aguëntou os solavancos e empuxões até Maldonado, onde se refugiou arquejante para reparar as avarias. Daí seguiu para Montevideo. Os ventos continuavam contrários. Só três dias depois pôde zarpar dêste pôrto, indo aproar a Buenos-Aires no dia 22 de junho. (268)

Neste mesmo dia Ponte Ribeiro desembarcou. Esperava-o uma casa, de antemão alugada, ao lado da residência do ministro Arana. Mal entrou em casa, veio o oficial-maior do Ministério das Relações Exteriores apresentar-lhe os cumprimentos em nome do ministro. No dia seguinte, retribuiu-os Ponte a Arana, "fazendo-lhe uma visita e a sua família, com a mesma franqueza e intimidade que antes tivemos." (269)

A apresentação de Ponte foi retardada por alguns dias. Ainda que pretendesse Moutinho apressá-la, teve de esperar reassumissem o general Rosas o poder, que se achava então delegado em Arana. Só no

dia 12 de julho, às 8 horas da noite, é que se defrontaria Ponte com o Ditador. Nesse dia, à hora aprazada, o general Corvalán, ajudante de campo do governador, foi buscar no côche do govêrno o novo ministro brasileiro. Com o ajudante ao lado, passeou o ministro pelas ruas da cidade, desapeou-se em palácio e enveredou por corredores e salas até esbarrar, em uma das portas, com Arana, que o aguardava alí. Recebeu-o o argentino e o acompanhou até ao meio do salão, onde, de pé, os esperava Rosas. Depois de poucas palavras, o governador deu a mão ao brasileiro e, de mãos dadas, ambos se encaminharam para um sofá, em que se assentaram. Ponte dirigiu a arenga de estilo e, em seguida, entregou a carta credencial a Rosas, que lhe respondeu com afabilidade. Terminadas estas cenas protocolares, despediu o governador o ministro Arana e passou a conversar familiarmente com o representante do Império. “Ficamos sós — dizia Ponte Ribeiro — por mais de uma hora, falando de política geral.” (270)

O comêço da missão em Buenos-Aires parecia augurar dias de bonança e de sossêgo. Se não fossem as notícias alarmantes do Brasil, onde deixara a família, a vida de Ponte Ribeiro seria inteiramente feliz. Mas, no Império, alastravam-se as revoluções por duas principais províncias, sem falar na do Rio Grande, que se tornara crônica. Boatos, procedentes de Montevideo, com viso de verdade, já davam por certa a vitória dos rebeldes na Côrte e a fuga da família imperial para bordo de uma embarcação estrangeira. Ponte tratou de desmentir semelhantes notícias. Porém, na realidade, ignorava se eram ou não verdadeiras. Contudo redigiu um desmentido, que fez inserir no “British Packet”. E ficou na expectativa até que o seu amigo Mr. Turner, o *commadore* americano que o

trouxera do Peru, aportou a Buenos-Aires e desfez inteiramente os boatos. (271)

2

A política no Rio da Prata, que se estagnara por algum tempo, movimentava-se de novo. As notícias de guerra reapareceram a partir de agôsto. A 27 dêste mês, Ponte Ribeiro comunicava que o exército argentino ia mover-se da baixada de Santa Fé. Mas, nesse mesmo dia, depois de fechar a sua correspondência, assistiu êle ao espetáculo de um povo em guerra. A cidade transformara-se de repente: salvas de artilharia, repiques de sinos, estampidos de foguete, zoaram pelos quatro cantos de Bueno-Aires, estridentes e arrogantes, ao mesmo tempo que se embandeiravam as ruas. Com isso se comemorava a vitória do almirante Brown sôbre a esquadilha de Garibaldi. (272)

Tratou Ponte Ribeiro de ambientar-se na cidade. Aos poucos foi contando o que via e o que escutava. De Rosas, no comêço, pouco falava. É certo que, se o não admirava, ao menos lhe era simpático e estava convencido de que a aliança com o governador seria a política mais segura que o govêrno imp̄rial poderia seguir. Para isso não se descuidava de procurar o general Rosas sempre que podia. Também não fazia êle mistério de sua opinião, nem dos passos que dava para conseguir reforçar a amizade do Ditador. "Persuadido como estou", escrevia êle a Aureliano, "de que convém muito ao govêrno imperial ter êste chefe por amigo, e captar a sua difícil confiança, tenho-me esforçado por ganhá-la desde a primeira vez que lhe falei; e creio poder certificar a V. Exa. que levo conseguido o meu objeto; tendo contribuído muito para êste resultado, os bons officios que daí nos fez

o general Guido. Vou a miúdo a sua Quinta de Palermo, aonde me recebe e fala com distinção, sem jamais usar diante de mim as palavras e ações de que outros se queixam; e sendo raro ter êle aí conversações sérias, sempre as teve comigo, principiando pelas tendentes a mostrar a necessidade de sufocar a rebelião do Rio Grande, e o muito que convém ao govêrno imperial uniformar a sua política com êle e Oribe, para evitar revoluções ali e nestes dois Estados." (273)

Por mais alguns meses, persistiria a lua de mel entre o ministro brasileiro e o governador argentino. Êste, segundo escrevia Ponte nessa fase de franca cordialidade, não queria *tratados ostensivos*, senão que *marchassem de acôrdo* o Império, êle e o seu pupilo oriental. (274)

Com o ministro Arana tinha Ponte Ribeiro intimidade. Conhecera-o das outras vezes que estivera em Buenos-Aires, e isso antes de o ter Rosas revestido do cargo, um tanto extravagante numa república, de camarista. Neste abstruso título é que se lhe embiocava a função de ministro das relações exteriores. Não foi surprêsa alguma para o brasileiro a nulidade do seu amigo argentino. (275) Era uma expressão imponderável na vida política do país, simples moço de recado do Ditador, a quem só se dirigia quando interrogado, de cabeça baixa e olhos pudicamente postos no chão. Porém êsse meneio de olhos, que parecera a Ponte sinal de respeito, era já cacoete para um agente paraguáio que, pouco depois, esteve em longas palestras com Arana. Talvez, com os anos, se lhe transformasse em cacoete o hábito respeitoso de fechar os olhos diante do governador. (276)

O ministro inglês Mandeville era um parlapatão enfatuado, que Rosas movia entre os dedos como a um fantoche. Uma das primeiras coisas que fez Ponte foi brigar com o inglês. Todos os dias, às 2 horas da tarde, ia Mondeville a casa de Arana. Entrava sem se

fazer anunciar até o gabinete do ministro, estivesse quem estivesse lá dentro. Era esta intromissão uma das prerrogativas da poderosa Grã-Bretanha. Poucos meses depois de sua chegada à Buenos-Aires, Ponte Ribeiro caiu doente e ficou dez dias de cama. Assim que melhorou, saiu para tratar com Arana a respeito de uma reclamação que havia feito. Quando falava com o vizinho, embarafustou pela casa a dentro Mandeville. Assomou o carão inexpressivo à porta, que abriu, sem que se lhe autorizasse empurrá-la. Entrou na sala. Acercou-se de Arana. Tirou do bolso uns papéis. Levou o argentino, mais ou menos à força, para um canto: resmuneou-lhe aos ouvidos uma tramóia qualquer. Ponte ofendeu-se. Antes que terminasse o cochicho britânico, levantou-se amuado, dizendo aos dois uns desaforos diplomáticos. De noite, como bons vizinhos, Arana e Ponte voltaram às boas, pondo aquele todo a culpa sôbre as costas largas do inglês. (277)

Mas não ficou aí a inimizade entre Ponte e Mandeville. Com a chegada do Conde de Lurde, ministro da França, a quezília se exacerbou. Mandeville deu um jantar ao conde. Estava no seu direito. Ponte, porém, não aceitou o convite por considerar desafôro não o ter obsequiado o inglês, da mesma forma, quando chegara êle a Buenos-Aires. Também, coerentemente, não compareceu ao jantar de retribuição, que o francês ofereceu a Mandeville. As coisas entre Ponte, de um lado, e Mandeville e de Lurde, do outro, não iam bem, principalmente depois de não comparecerem os dois à Legação Imperial no dia do aniversário de D. Pedro II. Estranhou Ponte o comportamento do francês, porque outro fôra o seu modo de proceder quando soubera da morte do Duque de Orleans, mandando hastear a meio pau a bandeira bra-

sileira, que acabara de comprar por 10 pesos fortes para substituir outra velha, descorada e em trapos. Mas não perdia o conde por esperar: “Conto”, afirmava Ponte, “porém, fazer outro tanto no dia do aniversário dos seus soberanos...” (278)

3

Vivia Buenos-Aires um período de relativa tranquilidade. Desde julho que se não apontava um só caso de prisão ou fuzilamento. Havia mesmo certa satisfação. As notícias vindas das províncias não destoavam muito do quadro pacífico da capital. Apenas em Mendoza, o padre Aldáo decretara a loucura dos unitários, proibindo-lhes gastassem mais de 10 pesos mensais. E, em Catamarca, punham-se fora da lei as mulheres que ocultassem os unitários, fôsse o foragido seu próprio filho, pai, marido ou irmão. Mas eram distantes essas duas províncias, e não chegaram a impressionar tais notícias, mesmo porque, na capital, havia muito que providências iguais tinham sido tomadas. A principal questão era de se viver alegremente, de se aproveitar a estiada de tristezas e apreensões para um sorriso, que, por mais passageiro e amargo, nem por isso deixava de ser sorriso. Ponte compreendeu o sorrir de Buenos-Aires nesses momentos de pausa da tirania. Porém não perdoou a percussão dêsse mesmo sorriso nos rapazes brasileiros, oficiais de marinha, que chegavam ao Rio da Prata. E com a mesma caturrice de Cruz Lima, anotava em um diário seu: “Deve haver uma proibição para que os oficiais não possam casar-se ali sem licença...” E linhas diante consignava rabugento: “É insuportável ver chegar a êste Rio da Prata os barcos de guerra brasileiros e lançar duas ou três âncoras por ano sem

mover e fazer mais que passear, namorar..." Ora, que podiam os rapazes fazer, em tempo de paz, em uma terra em que o número de mulheres devia exceder de muito o de homens, senão passear, namorar e casar? (279)

Contudo, Ponte Ribeiro viveu contente os seus primeiros meses em Buenos-Aires, ora indo a Palermo, onde o recebia Rosas no meio de uma cambada de bobos e mulheres, ora a casa de Arana, em que era tratado com familiaridade pelo ministro e sua mulher D. Pascoela. A época foi também de bailes e divertimentos. O ministro brasileiro procurou conhecer todos os aspectos da vida buenarense. Assistiu a um dos bailes públicos, qualificando-o de magnífico. Mas, dizia êle, os bailes da Polícia e da Marinha só tiveram destas corporações o nome, custeados que foram por contribuições forçadas, arrancadas aos comerciantes e ricos proprietários. Este pormenor era insignificante e não chegou a desmerecer o baile. Por isso pôde o Dr. Duarte atestar a magnificência do que presenciou. Nos teatros também se apresentou êle. Sem manter camarote trasteado a sua custa, como um dos seus antecessores, não deixa de ir aos espetáculos. A cêna que se lhe depara é incrível. A companhia em péso, antes de iniciar a representação, forma no pros-cênio e uiva para a platéia arripiava os "vivas" a Rosas e à Representação, que se alternam com os "morras" ao *mulato* Rivera, ao *manco* Paz, ao *maskarilha* Lopes e a todos os selvagens unitários. Como posses-sos, os atores vozeam, estrugem, urram as imprecações de estilo, até que, cansados e roufenhos, dão começo a modestíssima comédia. A vida corria ao compasso dêsses gritos de ódio e arrogância. Um simples leilão de camisas e chapéus ou de pipas de vinho e vinagre, tinha seu início obrigatório naquela frioleira remelo-

sa e monótona, quer se tratasse do anúncio no jornal, quer do pregão do leiloeiro. O ritmo rosista era aquele. Não comportava outra alternativa: a morte para os inimigos, e a vida eterna só para êle. Assim é que, por êsses dias, comentava Ponte a questão de Rosas com os jesuitas, por se negarem êstes a colocar-lhe o retrato no altar, "com se fez em tôdas as igrejas e ainda hoje se pratica em algumas." (280)

4

Nos primeiros meses de estada em Buenos-Aires, Ponte Ribeiro pôde dedicar-se a outros assuntos. Conheceu então Pedro de Ângelis (que já se achava como chefe da publicidade de Rosas), possuidor de notável livraria sôbre a América do Sul. É provável que conversassem ambos, desde essa época, da possibilidade de o govêrno imperial adquirir a livraria do napolitano. Em 1846, ao oferecer de Ângelis a venda de seus livros e documentos ao cônsul brasileiro em Buenos-Aires, declarava-lhe que o comendador Duarte conhecia perfeitamente o valor da sua coleção. (281)

Foi por essa ocasião que aconteceu ao diplomata brasileiro singular aventura no tocante à aquisição de documentos para a secretaria de estado. Encontrava-se em Buenos-Aires a viuva do coronel Cabrer, D. Casemira Ximenes Cabrer, herdeira dos manuscritos do marido, referentes à demarcação dos limites de 1777. Em 1836 examinara Ponte êsses mesmos documentos, oferecidos pelo próprio Cabrer ao govêrno imperial, e não os adquirira então, talvez por causa do preço, que pedia o espanhol. Agora, com a morte do coronel a situação piorara muito para a viuva. Por isso, logo que chegou Ponte, foi procurado por um intermediário, que lhe solicitou, de parte de D. Casemira, urgente

solução para a proposta feita pelo falecido coronel Cabrer. Em carta dizia ela achar-se “em estado que não tenho absolutamente do que subsistir”. O preço que pedia era de 1.500 pesos fortes. Respondeu-lhe Ponte lhe remetesse os documentos para verificá-los com vagar, comprometendo-se a não tirar cópias. A viuva acedeu à proposta e mandou-lhe os papéis. Em 20 de agôsto Ponte escrevia a Aureliano, narrando o ocorrido e emitindo opinião a respeito do valor da obra. “Tenho lido com vagar êste volumoso manuscrito”, dizia êle, “e comparando os mapas com a descrição científica dos lugares aludidos, resultando dêsse exame ficãr eu cada vez mais convencido de que é obra de bastante mérito; pôsto que não tanto como julgava o seu autor.” Depois de elogiar as cartas constantes da obra, acrescentava: “Entretanto, devo advertir que Cabrer viu sêmpre os portuguezes com olhos de Castelhana Velho, e propendeu sempre a prejudicar o Brasil em limites, e a referir fatos e observações que nos são desfavoráveis; mas até por isso convém que a obra não passe a outras mãos.” (282)

Aureliano, um dos mais capazes ministros que ocuparam a pasta dos estrangeiros, viu a necessidade de adquirir a obra, ainda que o momento nacional, de revoluções, não autorizasse outra coisa senão a mais estrita economia. À margem do officio de Ponte, minutou êle mesmo a seguinte resposta: “Responda que se a viuva quizer *mil pesos fortes* por essa obra a compre logo, e saque por essa quantia, sendo de esperar que atento o seu estado ela não recuse essa soma.” Ponte Ribeiro que rogara, no final de sua comunicação, pela resposta “que hei de dar a essa infeliz”, logo que recebeu a ordem do ministro, iniciou as negociações, concluídas pouco depois. A 10 de outubro de 42 rece-

bia D. Casemira Ximenes os mil pesos fortes e firmava o recibo, no qual declarava a venda dos manuscritos ao govêrno imperial. Mal sabia Ponte a peça que lhe pregava a "infeliz". Só dez anos depois se verificou. Em 1853, teve Paranhos de se utilizar da obra de Cabrer, em discussão com o govêrno do Uruguái sôbre determinada dúvida na demarcação dos limites. De Buenos-Aires chega-lhe a Montevideo um intermediário da viuva do coronel Cabrer, a pretender vender-lhe *outro original* do falecido marido. Paranhos pensa apenas no engano ou conto do vigário, em que caíra Ponte, e pretende pagar as 40 onças solicitadas pelo intermediário, para obter o original de verdade. Escreve ao ministro, que era então Paulino de Souza, solicitando autorização para compra. Paulino, porém, não autoriza a aquisição. Paranhos, por sua vez, desiste do negócio, antes de receber a resposta do ministro, pois conhecera a existência de um *terceiro original*. Quase que ia também no embrulho. Êste terceiro original da obra de Cabrer fôra vendido por Pedro de Ângelis a D. Manuel Oribe, que acabara de presentear à biblioteca de Montevideo. Viu-o Paranhos em casa do presidente Giró, depois de o ministro Castellanos lhe ter falado, com certa ironia, a respeito do original. Êste exemplar, por assim dizer, pertencente ao govêrno uruguái, foi publicado então, em um jornal de Montevideo, sob a direção de Pedro de Ângelis. E quanto ao verdadeiro original da obra, dizia êste erudito escritor a Paranhos que estava "em poder de um frade ou padre de Buenos-Aires, e que não foi escrita por Cabrer, que era disso incapaz, e sim pelo comissário principal D. Diego Alvear." (283)

Não se limitou a esta aquisição a atividade de Pontes em recolher documentos. Para a secretaria re-

meteu três cadernos, contendo valiosíssimos trabalhos relativos às demarcações decorrentes dos tratados de 1750 e 1777. Ao Imperador, nessa mesma ocasião, presenteou com quatro caixotes de fósseis e objetos antigos que lhe mandaram da Bolívia. E ao Instituto Histórico e Geográfico, do qual era sócio desde 1840, enviou um manuscrito da “História da Capitania de São Vicente”, de Pedro Tacques de Almeida Paes. Essa série tôda de documentos e objetos adquiridos por êle, foi remetida, já em 43, por intermédio do seu filho mais velho José Duarte da Ponte Ribeiro, 2.ª tenente do brigade *Imperial Pedro*. (284)

O trabalho mais importante que fez então Ponte Ribeiro, nesse particular, foi a recuperação de vários mapas portugueses do fim do século XVIII, que haviam sido furtados da presidência do Pará. Ponte não trepidou em retribuir com a mesma moeda, porquanto nada mais fazia do que reaver certos originais que esclareceriam as fronteiras do Pirara e de Tabatinga. Êle explicava assim a premeditação do lance: “Este mapa — reportava-se a um do Rio Branco — que eu não pude encontrar nessa côrte... veio agora ao meu poder por uma casualidade assaz rara, cujas circunstâncias devo calar todavia, com outros que constam da lista que tenho a honra de mandar a V. Exa. Todos êles são trabalho original da Comissão de Limites de 1777, pelo Norte e Oeste do Brasil... — Tenho a convicção de que foram subtraídos do Arquivo da Secretaria do Govêrno do Pará; mas esta circunstância é ignorada pela pessoa que mos confiou para ver. O meu intento é não largá-los mais de mão, porém não descubro por ora o modo de verificá-lo, sem comprometimento pessoal.” (285)

Em março de 43, com os documentos de Cabrer, mandava Ponte apenas um mapa da série recuperada.

Êste era referente ao Rio Branco. Na secretaria, imediatamente, tiraram uma cópia para a comissão de limites que partia para o Pará. Moncorvo, que continuava interino no cargo de oficial maior, felicitou o amigo: "Fez V. S. relevante serviço em pilhar os mapas, que pela boa fé desse bom empregado se haviam sumido do Arquivo do Pará: eu estou persuadido de que êle nem boquejará, mas se fizer pode achar-se mal." (286)

Ponte remetera o mapa que se lhe afigurara o mais importante no momento. Reteve os outros para, em caso de necessidade extrema, os restituir. Moncorvo, porém, escrevia-lhe: "Já foi cópia do mapa que remeteu, com os novos comissários que partiram para o Pará... — Será bom que possuíssemos os outros, quando puder desembaraçá-los, e conheço mui de perto o tratante que os abafou." (287)

O nome do bom empregado que se deixou roubar, do tratante que chatinou com os mapas e da pessoa que os emprestou a Ponte, não foram revelados nem por êste, nem por Moncorvo. No entanto, a recuperação dos mapas já levava alguns meses. Parecia mesmo que Ponte Ribeiro acabara com escrúpulos de consumir o seu crime, quando entrou para o ministério Paulino de Sousa, que lhe mandou possivelmente ordem de remeter com urgência para a secretaria os restantes mapas furtados. Ponte, ao cumprir a ordem, sossegava o seu próprio escrúpulo e o do ministro, com estas palavras: "Os motivos porque os não mandei logo ainda não estão alhanados; porém uma circunstância há pouco ocorrida me dá fundadas esperanças de me ver exonerado do comprometimento de devolvê-los a quem mos emprestou para ver." (288)

CAPÍTULO XIII

ONDE A HISTÓRIA SE COMPLICA

1

Em novembro de 1842, depois de ouvir a Sala dos Representantes, rejeitou Rosas a mediação oferecida pela Inglaterra e a França. A discussão no legislativo buenarense fôra concorrida. Ainda que se não atrevessem os representantes a emitir outra opinião, senão aquela já firmada pelo governador, apinhara-se o povo diante da casa em que funcionava a Sala rosista, enchera-lhe as dependências, espraicara-se pela vizinhança à espera da decisão, como se de uma novidade. Logo o primeiro dia, em que se debateu a questão, quando mais exaltados se achavam os ânimos, o ministro Mandeville lembrou-se de passar a cavalo por uma daquelas ruas ocupadas pela população. Depois da assinatura do tratado com Rivera, vinha o inglês perdendo o seu prestígio em Palermo. Assim, reconhecido que foi o cavaleiro, prorromperam impetuosos os gritos de "morra aos amigos do mulato Rivera". Fugiu Mandeville o mais apressado que lhe permitiram as patas do cavalo. Nada sofreu além do susto. À noite dêsse mesmo dia houve passeata, encabeçados os bons federais por uma banda de música. Os vivas a Rosas e à Representação e os morras aos loucos selvagens unitários, aos gringos (ingleses) e aos bascos (franceses), reboaram mais uma vez por tôda a cidade. (289)

Enquanto isso ocorria em Buenos-Aires, Oribe marchava sôbre Entre-Rios. A 3 de dezembro já se propalara naquela cidade a notícia de estrondosa vitória argentina. Ponte Ribeiro tratou imediatamente de saber das novidades com o seu vizinho ministro. Êste,

como sempre, de nada sabia. Mas a ignorância de Arana era natural e dela se não podia deduzir não houvesse acontecido alguma coisa, “porquanto sendo Rosas quem tem as comunicações, só dá conhecimento delas quando quer.” (290)

Três dias depois é que se deu a vitória propalada. A 6 de dezembro foi Rivera surpreendido em *Arroyo Grande* e as suas tropas inteiramente desbaratadas pelo general Oribe. Nos últimos dias de 42, Ponte já escrevia a Aureliano sobre a derrota de Rivera, acrescentando que este general correria risco de ser morto e que “todos os chefes prisioneiros e não poucos soldados foram passados a espada”. Os pormenores da batalha ainda eram desconhecidos. Rivera conseguira escapar, atravessando o Uruguái à altura de Salto, com o resto do seu exército. Mas, quinze dias depois da desastrada refrega, ninguém sabia ainda ao certo em Montevideo da sorte de Rivera. Ao menos o comendador Régis, encarregado de negócios do Império, assim o afirmava: “muitos o julgam morto, e outros com os rebeldes do Rio Grande, opinião com que me conformo.” (291)

Pôsto que esperado em Buenos-Aires, o sucesso de 6 de dezembro causou em Montevideo verdadeira surpresa. Achava-se a população desta cidade embafda a tal ponto com as proclamações de Rivera, que, difficilmente, acreditou nas primeiras notícias sobre a derrota de *Arroyo Grande*. O pânico foi geral em se confirmando a verdade. O desânimo e a confusão apoderaram-se dos próprios dirigentes. A reação afigurou-se-lhes impossível. Tudo parecia perdido nos primeiros momentos. Fora da capital a notícia do inesperado acontecimento estarreceu também. Aí se fez sentir imeditamente o desassossêgo, sobretudo no litoral do Uruguái, nos pontos mais próximos da luta. Populações inteiras — diz um documento oficial da época —

fugiam em massa, espontâneamente. De Salto a Paisandú até à capital, cobriram-se os campos de famílias que abandonavam seus lares, a pé, a cavalo ou em caruagem, cada uma levando consigo o pouco que conseguira salvar. Velhos, mulheres, crianças vagueavam espantados, de olhos esgazeados, e aflitos, sem rumo certo. Manadas de gado, alvoroçadas também pela confusão geral, entulhavam os caminhos. As casas ficavam para traz, abertas e abandonadas. As lojas e os armazens, desertos, expostos ao primeiro que os quisesse depredar.

No meio do alarme geral, porém, um punhado de orientais enfrenta o invasor na capital. Aparece ainda a tempo a reação. O presidente em exercício D. Joaquim Suárez e o ministro D. Francisco Vidal, já no dia 12 de dezembro, lançam patética proclamação, anunciando a derrota de Rivera e concitando o povo à defesa.

Oribe continuou, sem tardança, a sua marcha até às portas da capital. Apoderou-se de quase tôda campanha. Fixou-se em Cerrito ao lado de Montevideo. E contentou-se em bloquear os caminhos que dali seguiam para o interior, na esperança de ocupar em breve a nova Tróia, que se erguia à sua ambição.

2

Mal se espalhara em Buenos-Aires a notícia da vitória de Arroyo Grande, que Mandeville e de Lurde voltaram a falar de mediação. Porém, não na forma de uma interposição amigável entre os beligerantes; sim, na de ultimato ao general Rosas, para que suspendesse as hostilidades. A 16 de dezembro exigiam os dois diplomatas não sòmente a imediata cessação da luta entre as forças argentinas e uruguáias, mas ainda

a retirada das primeiras do território oriental. Ao menos na aparência era de se esperar que, desatendidas aquelas imposições, a fôrça da França e da Inglaterra viria em breve pulverizar o governador desobediente. (292)

Ponte Ribeiro ignorara, até à publicação das notas, a intromissão dos dois. E não lhe fôra possível, mesmo depois, bispar as verdadeiras intenções dos europeus ao intimarem o govêrno argentino. No dia que Mandeville e de Lurde se reuniram em casa dêste, para rumiarem as respectivas notas, lá estava também Ponte Ribeiro, e nem uma só palavra lhe disseram sôbre o assunto. No entanto, era natural que o fizessem, por se tratar do único diplomata que formava com êles o Corpo Diplomático em Buenos-Aires e representante de um país interessado nas questões que se debatiam no Rio da Prata. Ponte atribuía essa falta de franqueza “ao desprezo com que êstes senhores olham tudo quanto pertence à América.” (293)

Rosas acreditou na ameaça dos dois. Mas tratou de contornar a situação, que lhe pareceu difícil à primeira vista. O golpe a desferir contra Rivera tinha de ser imediato e certo, antes que as fôrças anglo-francesas se pusessem em ação. Para isso premeditou um plano, sem divisar o verdadeiro objetivo daquelas notas: apenas de o amedrontar. Era a primeira vez que as duas potências se juntavam para se entremeter no Rio da Prata. Por isso todos se enganaram com as notas de 16 de dezembro, na suposição de que a prometida intervenção seria efetivada. “Com efeito — lê-se em um folheto da época — quem atendesse ao contexto das notas... devia contar que a intervenção se verificasse imediatamente.” (294) Não foi somente Rosas a enganar-se. Rivera esperou também a intervenção em seu favor. O seu ministro Vidal inutilizou-se, justa-

mente, por acreditar na intervenção. Reprocharam-lhe depois os seus partidários essa crença, nas seguintes palavras: "No obstante su docilidad á prestarse y adoptar las medidas salvadoras que se le indicaban, mui luego caia en el marasmo. Su caballo de batalla era la mediación anglo-francesa que le ofrecia el cabállero Mandeville. Su fé ciega en las promesas de aquel sutil diplomático, le condujeron á errores lamentables." (295)

O engano de Rosas, portanto, fôra compartilhado de todos. Ninguém pudera duvidar da palavra de senhores tão abespinhados e arrogantes. Para lograr os dois, idealizou o Ditador novo plano contra Rivera, no qual concedia um lugar ao Brasil. Mas nem sempre fôra êsse o seu pensamento. Em resposta a Ponte, que lhe explicava as razões que impossibilitavam a aliança do Império com a Confederação contra Rivera, afirmou-lhe Rosas, em 20 de agôsto de 42, que conhecia "as justas razões" do Brasil para não entrar na aliança, "nem êle a pretendia, e sòmente solicitava do govêrno imperial que, reconhecendo a Frutuoso Rivera como causa e sostém da revolução do Rio Grande, lhe fizesse já a guerra ao mesmo tempo que êle." (296) Os sucesos subsequêntes fizeram-no mudar de idéia. E a aliança foi formalmente aventada pelo ministro argentino no Rio de Janeiro, em nota de 4 de janeiro de 1843. Pôsto que negada mais tarde a solicitação da aliança por parte de Rosas, ela se patenteia da correspondência de D. Tomás Guido com os ministros brasileiros e Arana, e de Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná) com Ponte Ribeiro e o mesmo Guido.

Na citada nota de 4 de janeiro, indagava o general Guido do ministro Aureliano: "Si auxiliado el ejército imperial con caballadas por orden del Gobierno Argentino, y bajo las condiciones que por separado se estipu-

larian, el Gobierno Imperial se decidiria á obrar separadamente ó *de acuerdo con la Confederación* contra el intruso Gobernante del Uruguay, Frutuoso Rivera, aliado notoriamente de los insurreccionados del Rio Grande." Mas, sôbre exterminar Rivera, pretendia também o general Guido que se opusessem os dois aliados às intervenções européias. O silêncio do Brasil, nesse caso, seria funesto, bem como a sua indiferença diante da ameaça. "Acabaria — afirmava com vigor D. Tomás — la Independencia para los nuevos Estados de la America Meridional, si una ó mas potencias europeas se reserban el derecho de asestar sus cañones, e imponer las condiciones de su voluntad ó de su intereses." A linguagem do ministro argentino era, portanto, clara e convincente e não podia deixar de ser escutada. (297)

Porém, pouco depois, caía o ministério de 23 de março de 1841. Aureliano deixava a pasta que ocupara desde a maioridade. Conseguira, durante os anos de ministro, não só melhorar as instalações da secretaria, localizando-a na rua do Passeio, mas ainda imprimir uma feição mais firme à política externa do Império, e iniciar o estudo das questões de limites. Não seria, pois, com Aureliano, que o general Guido iria entabular as negociações para a solicitada aliança, sim com o seu substituto, Honório Hermeto, nomeado ministro interino dos negócios estrangeiros em 20 de janeiro de 1843.

3

Em Buenos-Aires continuava Ponte Ribeiro as suas idas a Palermo, onde, amistosamente, se entretinha com o governador. Nos primeiros dias de janeiro, reportava-se êle a conversações de fins de.42, antes da mediação anglo-francesa, nas quais lhe dissera Rosas "não

querer tratados ostensivos” com o Império, mas que marchassem ambos de acôrdo em não dar asilo aos revolucionários perseguidos. Nessa ocasião repetira-lhe Rosas que o Brasil nada tinha que recear de Oribe, “porque estava outro homem depois que veio a Buenos-Aires corrido em consequência do mau sistema de política que seguia.” Também lhe falara de Rivera. Recapitulara os atos dêste caudilho contra o Império, para concluir que à vista de tantas provas contra D. Fruto, forçosamente “acabaria a perplexidade do governo imperial em declarar-se contra aquele caudilho, e que esperava ver expedir ordem ao Barão de Caxias para fazer-lhe também a guerra.” (298)

Ainda que considerasse Rosas a Rivera um homem perdido, já sem influência alguma na Banda Oriental, temia contudo que se lhe desse asilo no Rio Grande do Sul, bem assim aos unitários, para, mais tarde, já refeitos orientais e argentinos, voltarem-se contra êle em incursões no Uruguái e Entre-Rios. Daí o interêsse que demonstrava agora o Ditador para que o Exército Imperial, provido de cavallada, pacificasse ainda em 43 o Rio Grande do Sul. Rosas, que animara, aconselhara e recebera amigavelmente os rebeldes no início da revolução riograndense, tornara-se um dos seus mais renitentes inimigos. A razão dessa mudança era simplíssima. No comêço, fôra Lavalleja o aliado dos Farrapos, e quem transferira essa aliança a Oribe, quando êste subiu à presidência. Com a fuga de Rivera para o Rio Grande e depois a sua volta ao poder, os papéis inverteram-se. Rivera passou a ser o aliado dos Farrapos, enquanto Oribe, apeado do governo, viu-se obrigado a hostilizar os seus antigos amigos do Rio Grande e apoiar os inimigos. Em abril de 43 era a seguinte a situação na fronteira do Império com o Estado Oriental, descrita por Honório Hermeto: “Segundo as notícias

dadas pelo Barão de Caxias, em 21 de abril, a fronteira desde o Uruguái até o Taquarembó, obedecia à autoridade do partido de Oribe, e a restante às de Fruto Rivera. No partido de Oribe achamos coadjuvação, e o contrário no de Fruto, sendo pela fronteira sujeita a êste que os rebeldes passaram para o dito Estado, e repassaram para a Província do Rio Grande. Além disso avisa o mesmo Barão de Caxias de ter sido coadjuvado por um coronel Galan, comandando uma força de cavalaria entrerriana postada à margem do Uruguái.” (299) O auxílio, por parte das autoridades oribistas e do coronel Galan, não se daria sem ordem expressa de Rosas, bem como, sem esta ordem, não existiriam, nos ofícios de Arana a Guido, “trovoadas de descomposturas aos nossos rebeldes do Rio Grande.” (300)

Ponte Ribeiro, por sua vez, entendia-se perfeitamente bem com o governador Rosas e o seu ministro Arana. Se houve uma época em que o Império e a Confederação Argentina seguiam par a par numa verdadeira lua de mel, foi esta. Tudo concorria para que o govêrno imperial fôsse levado instintiva e naturalmente ao encontro da política de Rosas, por coincidirem os interêsses de ambos em dois pontos principais: pacificação do Uruguái e Rio Grande do Sul, e a inutilização da ameaça anglo-francesa.

Em fevereiro de 43 Buenos-Aires repousava. Das notícias remetidas por Ponte não era possível se prever outra coisa senão bonança. No dia 2 falava de um agente paraguáio que se dirigia à côrte de Palermõ, para tratar do reconhecimento da independência do seu país e da possibilidade do comércio livre pelo rio Paraná. A 13 chegou êste agente: um rapaz de 30 a 35 anos, de nome André Gil, doutor em leis e muito vivo. Arribou numa escuna intitulada “República do Paraguái”, arvorando a bandeira nacional. (301) Dois fatos

ocorridos em fevereiro vinham demonstrar o perfeito entendimento entre o Império e a Confederação. E' provável que o comendador Régis, favorável inteiramente a Oribe, tivesse interferido para que os mesmos se verificassem. O brigue argentino *San Martin* estivera em perigo de naufragar nas proximidades de Montevideo. O Chefe das Fôrças Navais do Brasil, estacionadas no Rio da Prata, comandante Mariath, imediatamente mandou socorrer a guarnição do *San Martin*. O socorro brasileiro foi aceito pelos argentinos. Além disso, o mesmo chefe Mariath prestara os seus bons officios ao almirante Brown, chefe naval argentino, junto ao almirante francês, em certa desinteligência havida entre os dois. Rosas reconheceu os serviços desinteressados e leais do Chefe das Fôrças Navais do Império e ordenou a Arana expressasse a Ponte Ribeiro "os mais vivos sentimentos de gratidão", em nome do govêrno argentino e no seu particular, tanto pelos bons officios, quanto pelo socorro. (302)

Ainda em fevereiro, Arana entregou a Ponte cópias autenticadas da correspondência de Rivera com os rebeldes do Rio Grande. Essa correspondência fôra surpreendida pelo general Oribe entre os destroços de Arroio-Grande, e enviada a Rosas com o seguinte bilhete: "Exmo. Sr. Gob. Gñal. D. Juan Manuel de Rosas — Cuartel General en el Quebracho. — Enero 3 de 1843. — Mi distinguido y buen amigo. Remito á V. las adjuntas de Bento González y otros Farrapos al Pardejon y secuaces, para que si V. lo tiene a bien, haga de ellas, el uso que jurgue conveniente. Sin otro objeto, me repito de V. affmo., leal y constante amigo — Manuel Oribe." Pouco depois, mostrou Arana a Ponte os originaes dessas cartas, dizendo-lhe que ia mandar registrá-las pelo "notário" do govêrno para, em seguida, remetê-las ao general Guido. (303)

Nos primeiros dias de março Ponte Ribeiro appareceu com esscarlatina. Durante dez dias ardeu em febre. Foi justamente em um desses dias que o agente paraguáio lhe retribuiu a visita. Encontrou o ministro brasileiro delirando, vermelho e inchado, sem poder falar. No dia 30, aniversário de Rosas, Ponte já se achava restabelecido. Neste ano, segundo noticiava êle, inovara o ditador as solenidades, proibindo as manifestações populares. E, por decreto, determinou que se não denominasse mais o mês de outubro mês de Rosas, nem tampouco que se lhe atribuissem a êle os títulos de *Herói do Deserto* e *Restaurador das Leis*. Contudo isso, Ponte Ribeiro, acompanhado do bacharel Lisboa, do adido e do cônsul, rumou para a quinta de Palermo, a cumprimentar o Governador. Êste recebeu os brasileiros "com muita afabilidade, agradecendo cordialmente a nossa atenção." Conversaram por muito tempo. O enviado paraguáio, que se encontrava também em Palermo, entrou na conversa, parecendo a Ponte que Rosas e Gil estavam mutuamente satisfeitos um do outro. (304)

4

Honório Hermeto Carneiro Leão fôra o substituto de Aureliano. Político sagaz, inteligente e operoso, tinha, no entanto, para ministro dos estrangeiros, três defeitos graves: a impaciência, irascibilidade e boa fé. A sua linha de conduta era sempre uma reta. Êle a percorria apressadamente, aos empurrões, aos gritos, mas sem se desviar um milímetro da reta que delinear. Como era leal e franco não admitia a possibilidade de que os outros não fôsem como êle.

Em 20 de janeiro entrara para o ministério. Já a 3 de fevereiro havia conferenciado duas vezes com o general Guido. Nessas conferências, disse Honório ao

argentino que resolvera fazer o govêrno sair da inação em que estivera até então nas questões do Rio da Prata, por se convencer "da aliança de Fruto com os rebeldes". Aceitava, portanto, as aberturas de Guido, para um entendimento entre a Confederação e o Império, mas condicionava-o ao tratado definitivo de paz. A Honório pareceu-lhe, na primeira conferência, que, depois de certa relutância, concordara Guido não só em que a aliança contra Rivera emanasse daquele tratado, mas também que dêle constasse a determinação dos limites com a antiga Cisplatina. Tanto assim que, ainda em 3 de fevereiro, pediu ao representante argentino minutassem as cláusulas do tratado, no qual se incluíssem os pontos acordados entre ambos. (305)

A 5 de fevereiro enviou-lhe o general Guido, não a minuta combinada de um tratado de paz, mas a de uma simples aliança contra Rivera. Da correspondência de Guido, viu Honório que mudara êle inteiramente de opinião; inculcando uma série de dificuldades à celebração do tratado. Assim, no memorando com que remeteu o projeto, reportava-se o general diplomata ao convite que lhe fizera o brasileiro, para declarar que o não aceitava por não ter poderes suficientes. Mas não fazia a mesma declaração no tocante à aliança contra Rivera, a que se referia no seu projeto. Pelo contrário, no memorando de 5, dizia D. Tomás: "Felizmente o ministro argentino teve de deduzir das duas conferências com que o honrou o Sr. Honório, ser chegada a hora de se entenderem os governos de S. M. e da Confederação Argentina." E, finalmente, adiantava: "O ministro argentino se terá por feliz se acertou combinar com justiça e reciprocidade o que possa convir à glória e segurança do Brasil e da Confederação." (306)

As idéias do ministro brasileiro, porém, não figuravam inteiramente na minuta do argentino. "Na nota

verbal — escreveu Honório a Ponte Ribeiro — declara o general Guido ter formulado o projeto de convenção, segundo minhas próprias idéias, devo porém significar a V. Sa. que a maior parte dos artigos do dito projeto de convenção não estão em conformidade com as idéias que expendi francamente perante aquele general. Olvidou-se êle de muitas cláusulas, que me parecem necessárias no caso de que se viesse a efetuar semelhante convenção.” (307)

A 9 de fevereiro, respondendo às notas de Guido dirigidas a Aureliano, Honório esclarecia que a aliança pretendida por êle, D. Tomás, não devera ser objeto principal de acôrdo entre os dois governos, senão parte do tratado definitivo de paz, o que lhes competia pactuar. (308)

No dia seguinte, 10 de fevereiro, em longo officio a Ponte Ribeiro, repassava o ministro dos negócios estrangeiros ponto por ponto as suas negociações com o general Guido, e declarava francamente o objetivo do govêrno imperial. Não visava êle, com a aliança, à pacificação do Rio Grande. O estado em que se encontravam as fôrças legalistas naquela província presagiava a pacificação, “sem nenhum auxílio de parte de Rosas ou de Oribe.” Inteiramente diversa se lhe afigurava a situação de Rosas, cujo triunfo sôbre Rivera lhe parecia problemático. O pensamento dominante de Honório era o de “concluir o tratado definitivo de paz, com estipulações sôbre o tempo e o modo de o Império e a Confederação cumprirem as obrigações já contraídas.” A fixação dos limites do sul do Império e a navegação dos rios pelos ribeirinhos eram as cláusulas principais que o ministro pretendia inserir no tratado que planeava. A aliança contra Rivera, pleiteada por Guido, constaria de artigos adicionais. Esta aliança, porém, era coisa dispensável para o mi-

nistro brasileiro, que a estipularia só para obter os dois pontos essenciais: os limites e a navegação dos rios.

Nesse mesmo dia 10, em outro officio, continuava Honório a tratar o assunto das negociações, recomendando ao ministro residente instasse com Rosas para a celebração do tratado definitivo, ao mesmo tempo sondasse a opinião de Arana a êste respeito. (309)

A correspondência entre Honório e Guido prosseguiu. Em duas notas de 12 e 21 de fevereiro, pretendeu o general demonstrar a impossibilidade de ser assinado o tratado definitivo de paz, sem que se provelasse a aliança contra Rivera. "Não é sòmente — afirmava D. Tomás — a conveniência de immediatas vantagens a que aconselha a liga entre os governos do Brasil e da Confederação Argentina; não só para sufocar a insurreição do Rio Grande e para desbaratar o plano anárquico de Rivera, deveriam mancomunar-se os esforços de um e outro Estado. A aliança de ambos para restabelecer a ordem legal da Banda Oriental e para destruir nela tôdas as sementes perniciosas à paz das nações limítrofes, serviria também para fazer entender às potências marítimas que ousaram com a sua intervenção armada no Rio da Prata, que ao Brasil e à Confederação incumbe unicamente velar sôbre a independência da Banda Oriental." (310)

Êste último trecho de Guido revelava o verdadeiro motivo de sua pressa em concluir o acôrdo: a intervenção anglo-francesa. Honório, porém, manteve o seu intento. Nas suas notas de 17 e 27 de fevereiro, insistia êle na idéia do tratado definitivo de paz, abrindo mão apenas dos limites, em atenção à alegada urgência. No entanto, as opiniões do general Guido não coincidião. Verbalmente, nas conferências, dizia uma coisa, enquanto, nas suas notas, escrevia outra muito diferente.

Isso percebeu o ministro brasileiro e cuidou desconfiasse o argentino da boa fé do govêrno imperial, supondo-lhe talvez o intuito de se aproveitar das negociações para aumentar o seu território, e que, com essas mudanças, quisesse Guido "provocar explicações a êste respeito". Por isso inseriu Honório, na sua última nota, longo trecho sôbre os limites do Império. (311)

Para esta nota de 27, com que pretendeu desanuviar o cenho refogado de D. Tomás, indicando-lhe os limites, buliu Honório com meio mundo à procura dos originais da convenção de 1819, assinada pelo cabildo de Montevideo. Não os encontrando na secretaria dos estrangeiros, pediu que se procedesse a uma busca nas secretarias da guerra e do império. O resultado foi nulo. Ninguém sabia para onde tinham ido aqueles originais. Supunham alguns que a côrte portuguesa os levasse para Lisboa. Até o Visconde de São Leopoldo teve de escrever, a pedido do ministro, refazendo as suas lembranças daquele convênio. E, enquanto escrevia, uma ordenança lhe apressava a resposta. Foi da carta de São Leopoldo que Honório tirou os dados necessários à determinação dos limites consignados na sua nota de 27 de fevereiro. (312)

A secretaria dos estrangeiros viveu os meses de fevereiro e março em constante reboliço, para atender aos trabalhos do ministro. Moncorvo, que continuava no cargo de oficial maior, andava esbaforido e foi quem deixou descrita aquela "atividade extemporânea". Hemorroidário e reumático o oficial maior seguia praguejando o ministro, cujo "gênio ativo" revolucionava a secretaria inteira. A própria correspondência com Ponte Ribeiro ressentira-se da demasiada atividade, não no sentido de apressá-la, mas de espaçá-la e embaralhá-la. Moncorvo, desculpando-se com seu amigo Duarte, dizia-lhe: "Eu tenho-me esforçado por lhe responder à

tempo aos seus officios... para lhe não acontecer o mesmo que a Guido que nada sabe do seu país. Mas o que posso eu fazer, se, pela multidão de negócios, ficam os seus officios em poder do ministro imenso tempo?" O pior era que lhós entregava o ministro, desordenadamente: uma verdadeira desolação para um funcionário obediente à cronologia dos fatos. "Ainda não vi uma linha do que escreveu pelo "Paquete do Sul", — dizia Moncorvo, indignado e curioso — e por aqui concluirá se posso ser regular, e nem ao menos responder cronologicamente, pois muitas vezes recebo os últimos officios antes dos primeiros, com falta de documentos." (313)

A atividade no ministério recrudescia, longe de afrouxar. As negociações acentuavam ainda mais o ritmo apressado dos trabalhos. Honório e Guido defrontaram-se, até 24 de março, em novas conferências. As razões escritas do argentino não demoveram o brasileiro do seu propósito de assinar o tratado definitivo, com certeza, até 6 de março. Pelo contrário, Guido é que se mostrou na última conferência, anterior àquela data, inteiramente favorável às idéias do ministro, e assim, novamente, divergindo do que escrevera em suas notas. Acreditou Honório ter desvanecido os escrúpulos de D. Tomás, com a sua franqueza, e por isso se esforçasse êle junto de Arana para "obter os plenos poderes necessários para a celebração do tratado definitivo de paz, com tôdas as condições que a êle pretende anexar o govêrno imperial." (314)

Porém, como o avisasse Ponte Ribeiro de que Rosas não queria "convenções ostensivas", julgava Honório que, apesar da boa vontade de Guido, o tratado exigido pelo Brasil gorasse. Por isso, no dia 6 de março, escreveu minucioso officio ao ministro residente em Buenos-Aires, dando-lhe conta do estado das negociações e recomendando-lhe tentasse convencer o ditador Rosas

das vantagens que adveriam do tratado, principalmente como medida para sobrestar a influência européia. “Deve V. Sa. — escrevia Honório a Ponte — demonstrar-lhe que para os dois governos do Brasil e da Confederação Argentina, é mais funesta e ominosa a dominação européia em Montevideo, do que a dominação de qualquer dos dois governos.” E, ao terminar o officio, já sem esperança de conseguir o tratado, determinava o seguinte a Ponte Ribeiro: “Quando não seja possível persuadir ao general Rosas da conveniência do tratado de paz definitivo, com tôdas as condições já mencionadas, nem por isso V. Sa. deve desistir do fornecimento de cavalos, que foi expontâneamente oferecido ao governo imperial pelo representante da Confederação nesta côrte... E pode V. Sa. assegurar que, ou êste fornecimento seja gratuito ou seja por compra, o governo imperial saberá em todo o caso apreciar essa demonstração de benevolência da Confederação, e consequentemente independente de convenção, se Fruto ou seus partidários se acolherem à província do Rio Grande, o governo imperial tomará contra êle tôdas as medidas que a segurança dos dois Estados exigir.”

Assim, até 6 de março, Honório preferia coadjuvar Rosas na sua luta a favor de Oribe, independentemente de qualquer convenção, a assiná-la reduzida a uma aliança contra Rivera e sem que se concluísse o tratado definitivo. Até êsse momento, a ação do ministro fôra certa e equilibrada. Porém a sua reação repentista, sempre colérica, diante de certas contingências fatais, principalmente nas relações externas, iria atrapalhar os passos. A deslealdade ao Império considerava-a êle como um desafôo pessoal, cujo desfôrço devera ser immediato. Não pensava, antes de revidar o insulto, no modo mais seguro e eficaz de se desafrontar. O primeiro que lhe apparecesse era rapidamente escolhido e

pôsto em execução. Elle mesmo se capacitara disso. E, em outro passo difficil de sua vida politica, afirmava a um amigo particular o que faria se determinado fato occorresse: "Achariam êles assim um meio de me contrariar, e de fato provavelmente eu faria despropósitos." (315) Foi o que aconteceu pouco depois de 6 de março, em uma conferência com o general Guido, quando êste lhe entregou os originaes da correspondência de Rivera com os rebeldes do Rio Grande, que comprovavam a aliança entre riveristas e farrapos. Irritou-se o ministro à vista de tal prova apresentada pelo govêrno de uma outra nação. E aceitou o primeiro meio que se lhe deparou de revidar o insulto, sem esperar ao menos, como tudo aconselhava, a resposta de Ponte Ribeiro aos officios de 10 de fevereiro e de 6 de março.

As cartas de Rivera, encontradas entre os destroços de Arroio-Grande, levaram o ministro Honório a aceitar a aliança procurada por Guido desde 4 de janeiro: "Assim, — diria Honório, pouco depois — tornava-se impossivel occultar-se as hostilidades cometidas por Frutuoso Rivera e seus sectários contra o Império, tornando-se estas manifestas e parecendo vergonhoso tolerá-las ou pretender enfraquê-las perante os governos estrangeiros." (316) Resolvido o ponto principal, de aceitar a aliança, fâcilmente chegou a um acôrdo com o general Guido sôbre os artigos já minutados por êste. Em poucos dias, a aliança foi concluída e de maneira tão rápida "que quase me fez arrebeutar e teve de ir tudo com o asseio que devia ver" — escrevia desconsolado Moncorvo. (317)

A 24 de março os plenipotenciários brasileiros, Honório Hermeto e Rodrigues Torres, e o argentino, D. Tomás Guido, assinaram o tratado de aliança contra Rivera, e a 27 um protocolo do qual constava: "que não obstante haver exposto S. Exa. o Enviado Extra-

ordinário e Ministro Plenipotenciário da Confederação Argentina, o general D. Tomás Guido, achar-se sem poderes especiais para assinar o tratado, se procedesse a ajustá-lo e concluí-lo, como se tais poderes existissem, oferecendo o Sr. Guido que, submetendo êste ato à ratificação do seu govêrno, pederia plenos poderes correspondentes." (318)

No mesmo dia 27, Honório concluiu o expediente que devia remeter para Buenos-Aires, acompanhando o tratado. Escreveu a Ponte Ribeiro, ao comendador Régis, ao Barão de Caxias e ao chefe Mariath. Todos êstes seus ofícios tinham o mesmo objetivo, de iniciar imediatamente a luta contra Rivera. Ponte Ribeiro, a quem remetera todo o expediente, ficava incumbido, uma vez referendado o tratado pelo governador Rosas, de enviar a cada um dos funcionários brasileiros o seu respectivo officio. Ao comendador Régis ia, além de instruções sôbre a nova política do govêrno imperial, minuta do expediente que devêra passar ao govêrno de Montevideo, ao romper as relações. Ao chefe Mariath, a quem cabia nos planos de Honório papel importante, foram enviadas instruções para o bloqueio dos portos do Uruguái. Fôra rápida e apressada a resolução do ministro, mas completa, pois determinava o immediato bloqueio de Montevideo ou de qualquer outro pôrto "ocupado por forças ao comando de Frutuoso Rivera." Pelo ministério da marinha, expediram-se ordens ao mesmo comandante das Forças Navais Brasileiras para o pagamento do sôlido da tripulação dos navios de guerra e sôbre o abastecimento da mesma tripulação. Ponte Ribeiro ficaria encarregado dos saques contra o Tesouro Nacional, para o pagamento das despesas. (319)

No dia 28 de março, uma barca a vapor, especialmente preparada, saía da Guanabara, levando apressada o expediente da véspera. A 7 de abril, chegou a Buenos-Aires, tendo apenas arribado no Rio Grande para se abastecer de carvão. (320)

CAPÍTULO XIV

ALIANÇA FRUSTRADA

1

Em Buenos-Aires, recebeu Ponte Ribeiro os officios de 10 de fevereiro e 6 de março, nos quais lhe contava o ministro as suas negociações com o representante argentino. Atrasou-se, porém, na resposta a êstes officios, principalmente ao primeiro, não só por causa da escarlatina, senão também pela “genial morosidade de Rosas”, que protelava tôda e qualquer iniciativa. (321) Vencendo êsses contratempos, conseguiu avistar-se com Arana e chegar até ao Ditador. Na conferência com o primeiro, pergunta-lhe se recebeu comunicação do general Guido sôbre as negociações na côrte. Arana dá a entender que não. Adianta-lhe Ponte que acabavam de lhe chegar despachos e cópias da resposta de Honório às notas de Guido e do projeto de aliança, apresentado por êste. Arana ignorava tudo isso ou fingia ignorar. Á vista desta ignorância, Ponte forneceu-lhe cópias daqueles documentos. Dois dias depois esteve com o governador. Êste, logo no comêço da conversa, declara que ainda não havia tomado conhecimento das negociações de Guido; mas que fez vir o seu ministro, ali presente, para o inteirar do ocorrido. Em março, Rosas fingia ignorar as instigações de Guido, para uma aliança com

o Império, como se isso fôsse possível! A conferência continua. Falam muito o governador e o diplomata. Misturam outros negócios. A discussão torna-se acalorada, mas sem resultado positivo algum. Rosas, afinal, não adiantou coisa alguma sôbre a aliança. Não disse que sim, nem que não. (322)

Voltou Ponte Ribeiro a conferenciar com Arana. Cauteloso, o ministro argentino antes de falar, frisou bem que a sua opinião não era a do seu govêrno, nem a dava como tal, senão depois "de receber para isso autorização do governador". Contudo se entreteve Arana, por algum tempo, com Ponte. Mas, quanto às negociações, disse apenas que Rosas vira no esbôço apresentado por D. Tomás um projeto de aliança e não de tratado definitivo de paz. E concluiu aconselhando esperasse o próximo paquete para ver o que escrevia Guido. Em outra ocasião, encontrando-se os dois vizinhos, Ponte e Arana, êste, espontâneamente, disse ao outro que esperava se explicasse melhor o general Guido "sôbre a insistência do govêrno imperial em concluir o tratado definitivo." (323)

As últimas conversações com Rosas e Arana, reproduziu-as Ponte nos officios de 21 e 28 de março, em resposta ao de 10 de fevereiro de Honório Hermeto. Esta resposta chegaria ao Rio de Janeiro muito depois de concluídas as negociações e de assinado o tratado de aliança.

2

A 7 de abril a barca a vapor, conduzindo o expediente necessário ao rompimento com Rivera, arribava a Buenos-Aires. Imediatamente a correspondência foi entregue na Legação Imperial. Com espanto devia de ter lido Ponte o officio do ministro. A mudança repentina

da política brasileira, da qual resultara o tratado, pareceu-lhe inexplicável. Do último officio de Honório, de 6 de março, fôra impossível inferir-se semelhante desfecho, por ser outra a hipótese, que nêle se formulara. No fundo da mala, divisou Ponte o tratado de 24 de março, ratificado pelo Imperador, com o sêlo imperial e as fitas verde e amarela, pendentes e lustrosas. Não se iludiu um só instante. Pesou bem a responsabilidade, que se lhe transferia, passando-lhe o ministro o encargo de obter a aprovação para um tratado já ratificado pelo Imperador. Reconheceu a necessidade de uma ação imediata. Assim é que, à tarde do mesmo dia 7, entregava êle os autógrafos do tratado a Arana, que os recebeu friamente. Tal foi a frieza da recepção que Ponte descoroçoou. E embora tivesse recebido ordem para lhe mostrar as instruções do comendador Régis, referentes ao bloqueio de Montevideo e rompimento com o govêrno da Praça, achou melhor ler apenas alguns trechos e prometer-lhe cópia para mais tarde. Arana, porém, não se interessou por coisa alguma. (324)

Novamente se avistou Ponte com Arana a 9 de abril. Êste, sem mais preâmbulos, disse-lhe redondamente que o tratado continha *algumas coisas*, que impediam ao governador de aceitá-lo. Com veemência lhe observou Ponte: “a rejeição de um tratado ratificado por S. M. O Imperador era objeto que devia ser bem considerado, porque a não haverem poderosas razões, poderia olhar-se a rejeição como ato desatencioso; e que talvez se pudesse conciliar êsse tal qual motivo que impedia a ratificação.” Retrucou-lhe Arana “que os motivos eram poderosos e seriam presentes ao govêrno imperial pelo general Guido.” E, com bastante razão, ponderou ao brasileiro não devia de estranhar não fôsse ratificado um tratado *sub spe rate*.

Ponte Ribeiro indagou então quais eram as coisas “que não podiam passar ao governador.” Revelou-lhe Arana que o motivo principal consistia em “disporem os dois contratantes da sorte dos orientais e do seu território, sem ter parte ou ser ouvido o Sr. Oribe, seu presidente legítimo e reconhecido atualmente em todos os pontos da república.” A esta saída de Arana, respondeu Ponte: “a contradição estaria em considerá-lo já como presidente de um Estado aonde entrou, e está ainda como general em chefe do exército de outra nação.” Depois desta tirada, muito a seu gôsto, prosseguiu em novas razões, que punham ainda mais à mostra a calva da política de Rosas, ao insistir no hibridismo de Oribe. Arana escutou-o paciente até o fim, dando-lhe a impressão de que concordava com os seus argumentos; porém redarguiu-lhe que era invariável a política do seu govêrno no tocante ao reconhecimento de Oribe como presidente do Estado Oriental. Alegou ainda Arana, como motivo da rejeição, o fato de o tratado determinar o número de cavalos oferecidos por D. Tomás Guido, quando, segundo Rosas, devera apenas mencionar a possibilidade do fornecimento, sem torná-lo obrigatório. Ao findar a conferência, Arana avisou a Ponte de que o governador enviaria instruções a Guido para um novo tratado.

Dias depois recebeu Ponte Ribeiro, de volta, os autógrafos do tratado. Imediatamente os restituiu à secretaria, com minucioso ofício explicando o que acabava de suceder. Neste ofício, de 13 de abril, êle se detém especialmente em retratar o ministro Arana. “Ninguém que não tenha estado nesta capital — afirmava Ponte — e em immediato contacto com o govêrno, poderá acreditar o triste papel que fazem junto do governador

Rosas os chamados seus ministros. Algum há que leva êsse nome e passa meses sem falar-lhe; nenhum tem a ousadia de acercar-se a êle sem receber para isso ordem positiva, e todos têm bom cuidado de não abrir a boca senão quando êle os interroga. Envia-lhe os expedientes cuja remessa não lhe seja proibida, como succede a respeito de vários assuntos, e só Arana lhe escreve diariamente mandando a correspondência, que recebe dos agentes estrangeiros, e noticiando o que passa com êstes. Quando vai falar-lhes (sempre chamado) espera pacientemente que êle lhe dirija a palavra. Responde de cabeça baixa às perguntas que lhe são feitas, e no sentido que há de agradar. . .”

Em razão dessa nulidade de Arana, é que Ponte não dava importância alguma às palavras dêle como ministro, senão quando repetidas de ordem de Rosas. Nem ao menos o que se passara na conferência de 9, entre Arana e Ponte, o governador saberia, a não ser que demonstrasse desejo de saber. “Por isso — acrescentava Ponte — se Rosas lhe não perguntar o que passou comigo, apenas dirá por monossílabos que eu não me conformo com *as razões da ilustrada política*, porque a convenção não é ratificada. E estou seguro de que há de acrescentar: “mas siga V. Exa. com a sua política, que afinal *todos hão de amoldar a ela*, porque as massas não querem outra, como se vê dos progressos que ela vai fazendo por tôda parte.” — Estas adulações são repetidas.”

Na opinião de Ponte, o Art. 6.º do tratado fôra o responsável pela recusa do governador, por êste não concordar com os limites ali determinados. Depois de se alongar sôbre os limites e de se referir aos esforços que fizera para evitar a rejeição, confessava a Honório, francamente, não atinara com as vantagens do tratado para o Império. E arrematava o seu pensamento com

a afirmação “de que talvez esta rejeição fôsse um bem para o Brasil.” Isto dizia Ponte Ribeiro, não só com receio dos corsários, mas também de o bloqueio decretado pelo govêrno imperial não ser reconhecido pela Inglaterra. (325)

3

A franqueza do ministro residente desagradara a Honório Hermeto. Nessa época, já o tratavam os seus contemporâneos por “el-Rey Honório”. Assim o vemos mencionado em um diário, justamente de 1843, escrito por um ilustre baiano, então deputado pelo Pará. (326) Ora, os reis não gostam de que lhes censurem os atos, principalmente, como aconteceu, em um documento oficial assinado por um subordinado. Irritaram-no certas proposições de Ponte, por lhe parecerem descabida repreensão e crítica injusta ao seu trabalho. Imediatamente pegou da pena e no seu estilo peculiar de briga: arrogante, desdenhoso, agressivo e ríspido, escreveu-lhe estirado ofício, revidando-lhe as razões contrárias ao tratado e arguindo-o de não ter feito tudo para evitar a rejeição.

O motivo de não ter o ditador ratificado o tratado, para Honório, não residia no inocente Art. 6.^o, apontado pelo ministro residente. Neste artigo não se estabeleceram limites entre o Brasil e o Uruguái, senão uma fronteira destinada unicamente aos comandos, a fim de lhes demarcar a respectiva ação. Ora, se o artigo se não reportava a limites, não foi êle o responsável pelo ato do ditador. Êste não tivera nunca intenção de se aliar ao Império: “suas instâncias para tomarmos um partido — escrevia Honório — nasciam talvez da persuasão em que estava de que poderia por êste meio aquietar-nos acêrca de suas intenções de agregar o

Estado Oriental à Confederação.” A aceitação do tratado pelo governo imperial colocou Rosas numa situação que não esperava e da qual escapuliu com as razões “improcedentes e insignificantes”, transmitidas pelo ministro Arana. Inaceitáveis essas razões, era de se procurar no mesmo tratado o verdadeiro motivo da rejeição. A conclusão, a que chegou Honório, foi que se não insurgira o ditador contra o Art. 6.º, mas sim contra o 10.º, por se estabelecer aí nova garantia à independência do Uruguái. “Lastimo — dizia êle — que isso aconteça, o que no estado das nossas finanças é uma calamidade.”

Também não concordava Honório com a opinião do ministro residente no que dizia respeito ao bloqueio brasileiro. O decretado pelo general Rosas fôra desrespeitado, não sòmente pela feição estrambótica de que o revestiram, mas também porque o responsável pelo ato de Purvis, que fôra Hamilton, (327) não gostava de Rosas. “Apesar da malevolência de Hamilton para com Rosas (pois a Hamilton se atribui a opposição de Purvis a Mandeville) entendo que o nosso bloqúeio seria reconhecido.” Desta afirmação inferia Honório várias consequências favoráveis ao Império, inclusive a pacificação do Rio Grande do Sul, sem outro auxílio, além dos cavalos. Por êste motivo, e outros que mencionava, é que, para êle, longe de ter sido um bem, a rejeição do tratado fôra um mal.

Não se limitou Honório a rechaçar as críticas ao tratado. Investiu também contra Ponte Ribeiro, reprochando-lhe em primeiro lugar o fato de não ter procurado entender-se diretamente com Rosas. “A exposição que V. Exa. me faz — observava-lhe o ministro — da baixaza de Arana, sua nulidade ministerial, suas farpes adulações ao governador, são razões que parecem o devêram persuadir a não preterir neste caso um

entendimento pessoal com o dito governador. Se eu não estivesse completamente capacitado da sua lealdade e do conhecimento que deve ter de que lhe não cumpre seguir suas opiniões e política particular, sim a do govêrno de que é agente e a quem representa perante a Confederação, pudera persuadir-me de que a sua convicção de que o tratado não era vantajoso ao Brasil, lhe resfriara o zêlo, que devera ter nesse negócio, pois crer e afirmar que Arana nada faz aí, e nada pode; e confiar um negócio dêstes sòmente a êle e não procurar entreter pessoalmente o governador parece inexplicável, principalmente quando recorde que V. Sa. tem obrado de outro modo a respeito de nossas reclamações que tem feito valer perante o governador." Irritara-se Honório a ponto de interpelar o diplomata a que declarasse, na primeira ocasião, quais os motivos que o convenceram de que o bloqueio brasileiro não seria reconhecido e "uma aluvião de corsários", armados no estrangeiro, viria enxamear as costas e portos do Império. Este officio, assinado a 4 de maio, demoraria ainda alguns dias a chegar ao seu destino. (328)

4

Ponte Ribeiro continuava no seu empenho de conservar as boas relações entre o Brasil e a Confederação, "sobretudo em quanto existir a calamitosa rebelião da província do Rio Grande do Sul." (329) No domingo de Páscoa, 16 de abril, procurou Arana para cumprimentá-lo e felicitar a D. Pascoela, esposa do ministro, pelo seu aniversário. Não os encontrando, voltou para a casa e aí, ao subir as escadas, resvalou num degrau e caiu de cheio sôbre a espinha. Durante al-

guns dias ficou êle em repouso, de pernas estendidas e em uso de defensivos. (330)

Sòmente a 5 de maio, num jantar oferecido pelo Conde de Lurde, avistou-se Ponte com Arana. Festejava o conde o aniversário do Rei de França. Ponte, esquecido do juramento que fizera em despique ao dia 2 de dezembro, compareceu à legação francesa para beber a saúde de Luís Felipe. Lá estava também Arana, tão satisfeito, alegre e tratável, que surpreendeu a todos. “E como se êste homem quisesse demonstrar àqueles agentes que tinha íntimas relações com o Brasil — comentava Ponte, depois da festa — conversou comigo a maior parte do tempo, e até sòzinhos em uma sala. A conduta por não lhe ser familiar surpreendeu-me, mas também me fiz de desentendido, e tratei de aproveitá-la.”

Mas a loquacidade de Arana serviu-lhe apenas para conhecer alguns passos de mágica, executados pelo general Rosas nas províncias. Ponte pretendeu saber o estado em que se achava a questão suscitada pelo *commodore* Purvis, ao desconhecer o bloqueio de Montevideo. Só alguns dias depois lhe contou Arana os pormenores dessa questão. Antes de entrar no assunto, disse-lhe então que entre os seus patrícios cada vez aumentava mais a simpatia pelo Império e aversão pelos rebeldes do Rio Grande, “a quem chamam de selvagens unitários.” (331)

Em meados de maio recebeu Ponte Ribeiro o officio de Honório, datado a 4. Acompanhava-o um bilhetinho sem data e sem assinatura, mas do qual, facilmente, se reconhecia o autor. Neste bilhete, Moncorvo dizia: “Paciência e moderação meu amigo, cá e lá mais fadas há.” Ponte, sem saber direito de que se tratava, anotou: “Qual será o motivo da moderação?” Pouco depois, chegou-lhe carta de Moncorvo,

completando o bilhete. Falava-lhe o oficial-maior do ministro Honório e do seu gênio ativo e tempestuoso. Confessava francamente que não podia prever como sairia o ministro daquele labirinto. E, em *post-scriptum*, noticiava a substituição de Régis por Cansansão de Sinimbu e a dêle, Ponte, por Chaves. Por isso o aconselhava a não deixar seguir para Buenos-Aires, como pretendiam, a sua mulher e filhos: continuassem em São Domingos, Niterói, ao menos até serenar a tempestade. Findava a carta dando parabens ao amigo pela futura demissão, "porque lugares de responsabilidade nesta época não servem." E tão atarantado via-se Moncorvo, com a atividade do ministro, que chegava a implorar: "Peça nas suas orações a Deus que me tire quanto antes desta posição." (332)

Ponte Ribeiro aceitou o conselho. Na sua resposta ao ministro, foi moderado. Porém, nem por isso deixou de ser sincero e franco. Tudo quanto escreveu foi no seu mesmo tom de sempre e nem uma só palavra, que denotasse receio. Pelo contrário, o seu ofício de 2 de junho, dirigido na suposição de que seria Honório o ministro, que o iria receber, refletia unicamente a convicção de quem havia cumprido o seu dever, muito embora discordando do tratado. Começou por agradecer o ministro a revelação que lhe fizera dos mais íntimos pensamentos do governo imperial ao firmar a aliança. Agradeceu-lhe também, não só a advertência de não ter procurado o governador para lhe desvanecer as dúvidas, mas a "urbana declaração" de que êle, Ponte, conhecesse os seus deveres. Seguiu na justificação dos atos, que praticara para obter a ratificação desejada, narrando nesse passo, ao vivo, as agruras de um diplomata na côrte de Palermo. O recurso de falar a Rosas, indicara-o

êle várias vezes a Arana. Êste repelira o alvitre, por escusado, chegando até a recordar ao ministro residente a cena, que ocorrera com êle, ao tentar discutir com Rosas assuntos diplomáticos. De fato, certa vez, pretendendo o brasileiro tratar com o governador a solução de reclamação que fizera, esquivara-se êle. Como insistisse o outro, advertiu-lhe Rosas, “com demasiada acrimônia e pouca polidez”, que o fato de admitir lhe falasse uma vez de negócios, não lhe dava direito de repetir a façanha. Isso fôra apenas concessão, que jamais outorgara a outro agente estrangeiro. A Arana é que se dirigiam todos os diplomatas, “como praticava Mandeville”, mesmo no caso de favores particulares. Ê, aproveitando-se do assunto, descreveu então Ponte Ribeiro a recepção do seu amigo D. João Manuel, na sua magestosa quinta: “Ora êste homem — referia-se Ponte ao general Rosas — que só ali se deixa ver de relance e sempre rodeado de mulheres e de um bando de loucos, que mantém junto de si, creio que de propósito para não darem lugar a que alguém trate de coisas sérias, não recebe em particular, nem há quem se atreva a aproximar-se dêle senão está no meio dêste círculo ridículo. Ê, aí, assim rodeado, que de tarde em tarde tenho falado com êle, mas nunca de maneira conveniente.” Esta pintura de Palermo não era uma crítica. Nada tinha êle com a pragmática da quinta do ditador. Apenas para mostrar que o alvitre de se recorrer a Rosas, mesmo se o conseguisse, não daria resultado algum, pois não seria no meio de mulheres e bôbos que poderia convencer alguém das vantagens do tratado. O próprio lugar acanalhava o assunto. Mas, contudo, a opinião de Pontê Ribeiro não mudara; era ainda inteiramente favorável ao governador. “Cumpre-me — escrevia êle — declarar também V. Exa. o meu convencimento de que, ainda

assim, é a administração de Rosas a que mais convém ao Império, enquanto durar a rebelião do Rio Grande.”

Argüira-o também o ministro sôbre o que êle dissera a respeito do tratado. Êste ponto deixou Ponte Ribeiro para o final da resposta. Asseverara, dizia êle, que a rejeição talvez fôsse um bem para o Brasil, à vista do que estava sucedendo com o bloqueio intimado pelo governador Rosas, imediatamente desconhecido pelo *commodore* Purvis. A nossa situação, no caso de se verificar o bloqueio brasileiro, não efetivado em consequência da rejeição, seria agora a mesma daquele governador, de se ver na contingência de se encolher e ajeitar o bloqueio à maneira por que a Grã-Bretanha o consentisse; por mais abstrusa e sáfara que fôsse a nova fórmula autorizada. Assim, todos os benefícios, que poderiam advir do tratado, seriam anulados pelo desconhecimento do bloqueio. E as consequências ineludíveis e imediatas seriam males e desasar, piores, sem dúvida, que a rejeição. “O justo sentimento — dizia Ponte — que me causava a caprichosa rejeição de um tratado que tinha a ratificação do meu soberano, era suavizado pela idéia de que a não ratificação evitava aqueles males, que eu julgava positivos: nessa suposição é que avancei a duvidosa asserção de que *talvez fôsse um bem* para o Brasil não ter sido ratificado. Êste meu juízo era fundado na declaração explícita do *commodore* Purvis a Mandeville, de que *não reconheceria bloqueio algum...* — Era no momento de maior exaltação de Purvis, que o bloqueio imperial ia ser intimado; e tanto por aquelas declarações, como por conhecer que todos os indivíduos do círculo que o dirigiu são inimigos encarniçados do Império, devi crer, e ainda hoje estou convencido, que o nosso bloqueio não seria reconhecido.” (333)

Dias depois de remeter Ponte Ribeiro a sua defesa, deixava o ministério dos negócios estrangeiro o futuro Marquês de Paraná. Moncorvo deu um suspiro de alívio. O inverno chegara. As chuvas, a humidade e o frio exacerbavam-lhe o reumatismo do joelho esquerdo. Não lhe era possível, capengandô, seguir os passos apressados do ministro. Por isso, com indisfarçável contentamento, avisou o amigo da novidade: "Pelas folhas e despachos verá que se completou o ministério, e certifico-lhe que não vejo ficarem saudades do que deixou, cuja atividade extemporânea e maneiras não podiam servir para esta repartição, apesar de ser sem dúvida dotado de extraordinário talento." (334)

O novo ministro era Paulino de Sousa, político fluminense, um dos chefes *saquaremas*, que acabara de ser ministro da justiça. Conhecia Ponte Ribeiro, com certeza, do tempo em que estivera êste na secretaria como official e em que escrevera as suas memórias sôbre as guianas. A referente ao Amapá fôra levada então à decisão do conselho de ministros, onde Paulino, ministro da justiça, e Aureliano, dos estrangeiros, haviam votado inteiramente de acôrdo com a opinião de Ponte. (335) Assim, já tinha Paulino júzo formado sôbre o diplomata, tanto que Moncorvo também lhe escreveu: "Posso assegurar-lhe que o atual ministro, que é dotado de muita prudência, lhe faz justiça, avalia os seus officios que guarda cópias na pasta relativa a limites, e cuida estar passada a borrasca." E sôbre o caso pessoal de Ponte, adiantava: "não receio tanto que lhe venha cair o raio em casa", porque tudo lhe fazia crer que ia haver "agora mais estabilidade no corpo diplomático." Sômente o caso dêle, Moncorvo, é que não obtivera a desejada solução. O ministro, por ser "dotado de grande polidez", não

lhe dera a demissão do cargo de oficial-maior. Assim continuava êle com aquela prebenda. (336)

Foi Paulino, portanto, que recebeu e leu o officio de 2 de junho de Ponte Ribeiro, e não Honório, a quem fôra em particular endereçado. A lapis, no próprio officio, minutou a resposta. Longe de ser uma censura, foi completa aprovação do procedimento do diplomata: "que fico inteirado — escreveu o ministro, à margem do officio — de tudo quanto expõe neste seu interessante officio, certo de que fez de sua parte quanto lhe era possível para o bom êxito dos negócios, que lhe foram encarregados." (337) Ponte Ribeiro exultou não sòmente com esta resposta, mas ainda com a comunicação do seu amigo official-maior, de que mandara lançar no registro aquella resposta, para lhe evitar "um estigma futuro." Ao dar-lhe êsse aviso, Moncorvo encerrava o assunto, dizendo-lhe: "fez bem em responder com dignidade e moderação porque o despacho anterior de censura foi parto do gênio ardente do último ministro, com razão zangado com o inesperado resultado das negociações tão reclamadas." (338)

5

No final deste capítulo é justo que se indague por um dos illustres actores, que figuraram na cena. D. Tomás Guido, o instigador da aliança, como ficou depois de tudo, isso? Naturalmente fez êle o possível para se desenrascar com dignidade da posição dúbilia em que fôra colocado. "Conhece-se bem que Guido tem andado envergonhado", informava Moncorvo. (339)

Procedera o general de boa fé. Ao menos para Honório Hermeto, Guido "ignorava as intenções de Ro-

sas” e tratara com lisura. Paulino afirmava, por sua vez, que o diplomata argentino era “franco e leal”. Porém, dez anos mais tarde, lembrando-se do trabalho que lhe dera a espionagem de Guido em 1850, já não escrevia o mesmo e dizia a um amigo comum: “Gostei muito de saber o que faz e diz o matreiro do Guido, maganão do qual nunca me hei de esquecer. Peço que lhe dê lembranças minhas e lhe diga que não me esqueço d’ele apesar das más horas que me fez passar e do trabalho que me deu.” (340)

É bem possível, pois, que, em se tratando da primeira demonstração política de Rosas, por intermédio de Guido, não se tivesse instruído o plenipotenciário de certas minúcias da ilustrada política. Talvez não lhe dessem a confiança de revelar os planos concebidos no todo: apenas indicassem a parte que lhe cabia executar. Vinham-lhe as ordens de Buenos-Aires. Guido cumpria-as religiosamente, sem conjecturar as intenções do ditador. O desfecho, porém, da comédia não agradou a Guido. Fizeram-no representar um papel, quando julgava representar outro. Por isso, em carta a Arana, delicadamente, mas com dignidade e inteligência, exprobrou o procedimento que tiveram com êle. “A los 33 años de carrera, — começava D. Tomás o seu protesto — de experiencia y de estudios he tenido el disgusto de ver desaprobado por mi Gobierno un ato de mi vida pública, en el que creía haber hecho un servicio no común. Mi error llegaba al punto de quedar persuadido que echaba un puente al abismo abierto en la Banda Oriental por la traición interior y la iniquidad extranjera.”

Nesse estilo elevado, prosseguiu o general na sua estiradíssima carta de 28 de abril. (341) Demonstrou a improcedência das razões alegadas para a rejeição do tratado, porque não defraudara direitos da Repú-

blica Oriental, como se lhe imputavam, nem deprimira a autoridade do presidente Oribe. A verdade, porém, era que nem o Brasil reconhecera êste general por presidente do Uruguái, nem o mesmo Oribe, nas condições em que se achava, poderia assinar tratados. Por isso não pusera cláusula alguma em que se mencionasse Oribe com aquele título de empréstimo, porque, assim, não conseguiria o acôrdo com o Brasil. Demais seria desnecessária semelhante cláusula, por ser um dos principais fins do tratado o restabelecimento no poder da autoridade legal, depois de exotado Rivera do território oriental. Livre dêste caudilho, Oribe estaria mais seguro do título de presidente, do que apelidado assim, mas tendo Rivera a solapar-lhe a autoridade. As dificuldades que havia encontrado, por parte dos ministros brasileiros, para um entendimento com Rosas, eram bem conhecidas. “No me avergüenzo — escrevia Guido — de declarar, que cuando el Ministerio del Brasil se rendió de improviso a mis incesantes instigaciones, (342) un pensamiento mas fuerte que las razones comunes dominaba toda mi moral. Via delante de mi un Gabinete amagado de disolución por su calidad interina y por los embates de la prensa y de la tribuna. Era el único en 12 años entre las combinaciones ministeriales de diversas creencias, que se lanzaba con denuedo a extirpar con mi Gobierno la raíz de las revueltas y de las intrigas mortíferas fraguadas en la República del Uruguay, y no estaba seguro le reemplazase ningún otro con iguales principios.”

No final de sua defesa, apontou Guido os pesados encargos que o tratado atribuía ao Brasil, enquanto que, à Argentina, apenas, o de fornecer cavalos ao exército brasileiro. “El bloqueo, por otra parte, obligaba desde luego al Brasil a los ingentes gastos de

una escuadra, a la responsabilidad de las cuestiones inseparables de la interdicción del comercio extranjero con la República del Uruguay, y a todas las consecuencias del corsariage sobre a la numerosa Marina Mercante del Imperio. Al lado de estas condiciones tan onerosas, la Confederación reconocia solamente como inmediata y positiva la de proveer al Ejército imperial de un número fijo de caballada..." Não aceitara, porém, êste trabalho, síntese do zêlo e habilidade de D. Tomás, o ilustre governador, a quem o diplomata servia com tanta humildade. Por isso, com a amargura daqueles que se sentem ludibriados pelo seu próprio destino, Guido deixava escapar certas frases melancólicas, mas que diziam muito por explicar a origem rosista da aliança, "que arranqué — segundo êle confessava — de este Gobierno en honra de mi Pátria y de su digno jefe." (343)

Por cúmulo da ironia foi o próprio Guido encarregado de defender as achavascadas razões de Rosas contra o tratado. Viu-se o general, ainda em 1843, na obrigação de desdizer-se de tudo quanto dissera, não só ao govêrno imperial nas suas intermináveis notas do comêço do ano, senão também na sua carta a Arana. Argumentos de que usara para demonstrar ao seu amigo D. Felipe o valor do tratado, teve de contrariá-los em notas que dirigiu ao ministro Honório. Assim, na de 25 de abril, comunicava os motivos que levaram o general Rosas a não ratificar o tratado. Êstes motivos eram os mesmos já declarados por D. Felipe Arana a Ponte Ribeiro. Honório respondeu ao plenipotenciário argentino com franqueza. Relembrou-lhe a urgência, a que se êle apegara, para conseguir o tratado da maneira por que fôra feito. E a essa urgência, tão choramingada pelo general Guido, o seu govêrno respondeu com a rejeição. Desapareceram, co-

mo por encanto, todos os motivos apregoados por D. Tomás, desde que o govêrno imperial aceitou a proposta argentina. Era para se estranhar semelhante procedimento, principalmente, quando, para o coonestar, foram rebuscar os mais improcedentes argumentos. Os motivos da rejeição, alegados pelos Ditador, eram apenas ostensivos. Os verdadeiros, Honório apontava-os a Guido no Art. 10 do tratado, que, uma vez observado, daria nova garantia à independência e integridade da República do Uruguái. Com esta cláusula é que Rosas não concordara. (344)

Guido retrucou, mas fracamente, às palavras de Honório. Deteve-se principalmente em responder ao passo do ministro brasileiro sôbre a entrada de tropas brasileiras no território uruguáio, sem autorização de Oribe.

A questão suscitada pelo tratado ficou oficialmente encerrada com essa troca de notas entre Honório e Guido. Falta-nos, porém, averiguar qual o motivo verdadeiro da rejeição, por parte de Rosas, de um tratado insistentemente solicitado pelo seu representante. Quatro versões encontramos entre as próprias personagens da história: A primeira, a oficial, é a escanifrada desculpa dada pelo ministro Arana a Ponte Ribeiro, em Buenos-Aires, e repetida no Rio de Janeiro pelo general Guido a Honório Hermeto. Esta versão o próprio Guido se incumbiu de invalidar na sua carta a Arana.

A segunda versão é a consignada por Ponte Ribeiro no seu officio de 13 de abril, restituindo os autógrafos do tratado. Esta versão destruiu-a Honório com as ponderosas razões apresentadas no seu officio de 4 de maio. Mas inculcou êle a terceira versão neste mesmo officio e nas instruções de Sinimbu, de 6 de junho. (345) Para Honório a causa da rejeição

foi não querer o general Rosas comprometer-se mais uma vez a garantir a independência da República do Uruguái. Ora, esta garantia já existia no tratado de 1828. Se a pretendesse Rosas esbulhar, teria de fazer tábua rasa dêste acôrdo. E, por certo, não escrupulizaria em atentar contra a existência de outro qualquer tratado, desde que o fizesse contra o principal, que era o de 1828.

A quarta versão foi aventada pelo general Guido. Pôsto que em suas notas o traço característico do diplomata argentino fôsse a deferência pelo *Herói do Deserto*, nas suas conversas particulares, usava de maior franqueza no tocante às atitudes do seu amigo D. João Manuel. A intimidade que teve e mesmo a amizade que desfrutou entre os políticos brasileiros, autorizava-o a certas revelações sôbre o gênio tortuoso e difícil do Ditador. Além disso, o enfeitamento do tratado tomara-o Guido como um acinte pessoal, pois o fizeram dizer uma coisa para depois, volteando lèpidamente, determinarem o contrário. Assim, em conversação particular com Honório, dizendo-lhe êste o seu pensamento sôbre a rejeição, isto é, que Rosas não pretendia respeitar a independência do Uruguái, Guido discordou do ministro brasileiro. "Supôs êle — referia Honório a opinião particular do general — que Rosas não ratificara o tratado por entender poder conseguir só com as fôrças da Confederação a pacificação da República, por isso que na época da chegada do tratado a Buenos-Aires, supunha-se que o bloqueio, modificado como tinha sido, seria reconhecido pelos ingleses, e que, reconhecido, a Praça de Montevideo se renderia só às fôrças argentinas e não teria Rosas de partilhar a glória da pacificação do Estado Oriental com o Império." (346)

A Honório não lhe pareceu admissível esta explicação confidencial de Guido. Porém, foi êste, a meu ver, o motivo verdadeiro, não tanto no que respeita ao bloqueio, senão em referência à mediação. A aliança com o Império foi procurada pelo general Rosas para contornar a mediação. Desde que Rosas teve a certeza de que as notas de Mandeville e de Lurde não reproduziam o pensamento de seus respectivos governos, a aliança deixou de ser uma necessidade e transformou-se num verdadeiro empecilho.

O plenipotenciário argentino em Londres, Moreno, teria, forçosamente, avisado o governador Rosas do que lhe dissera Lorde Aberdeen sôbre o ultimato de Mandeville. Não seria admissível o referisse Moreno ao ministro brasileiro José Marques Lisboa, e o não tivesse feito, em tempo oportuno, ao seu próprio govêrno. Moreno, em conversa, deu a conhecer a Marques Lisboa o resultado satisfatório de uma entrevista, que tivera com Aberdeen. Nessa entrevista, affiançara-lhe o lorde que havia desaprovado completamente a nota ameaçadora de Mandeville e ordenara a êste seu subordinado considerasse “nula e de nenhum efeito” aquella sua façanhuda atitude. Além dessa declaração de Aberdeen, reportou-se Moreno à que fez Guizot ao representante argentino em Paris, em têrmos semelhantes, a respeito da nota do Conde de Lurde. (347)

A mediação, portanto, não passara de um espantinho criado apenas pelos dois diplomatas europeus. Não refletia, em absoluto, a política de Aberdeen e Guizot, que a reprovaíram. Isso libertava inteiramente o general Rosas, que pôde daí em diante azoiar os intrometidos diplomatas e continuar sòzinho a sua guerra contra Rivera, sem depender da ajuda que solicitara ao Brasil.

A versão de Guido foi também a que esposou Limpo de Abreu, em 1845, quando fez publicar vários documentos relativos ao tratado de 43, com uma introdução feita por êle mesmo ou, ao menos, de acôrdo com o seu pensamento. "Para nós a explicação é óbvia" — lê-se nesta publicação. "O receio de intervenção anglo-francesa aconselhara a aliança com o Brasil que o general Guido solicitou de ordem e com instruções do seu govêrno; mas êsse govêrno, a quem cegara a ambição, julgando-se desassombrado da intervenção européia, crendo-se com sufficiente poder para conquistar o Estado Oriental, conquista que poderia oferecer a facilidade de realizar seus planos ambiciosos, desistiu de uma aliança com o Brasil, que assegurava a independência do Uruguái..." (348) O próprio Ponte Ribeiro, em 1844, numa memória sôbre as ocorrências suscitadas pelo tratado, pôsto que indicasse a versão que lhe pareceu então mais provável, inseriu também a propalada por D. Tomás. (349)

CAPÍTULO XV

APROXIMA-SE A BORRASCA

1

Mal acabara a questão do tratado que se iniciou outra. A 20 de março de 1843, Arana comunicou a Ponte Ribeiro a resolução do governador de mandar bloquear o pôrto de Montevideo. Imediatamente remeteu Ponte ao ministro brasileiro a comunicação do argentino. Recebeu-a Honório Hermeto, que determinou a 26 de abril o reconhecimento do bloqueio. Nes-

se despacho acrescentou o ministro procedessem os agentes brasileiros no Prata, desde que se positivasse o bloqueio, "da mesma maneira que praticarem os comandantes das Fôrças Navais da Inglaterra e França." (350)

Ainda que, descartando Mandeville com a música do Ditador, concordasse desde logo no bloqueio, o seu compatriota Purvis, chefe da esquadra inglesa, dissentiu do diplomata. E instigado por Hamilton, segundo se propalou então, desconheceu o ato do *Herói do Deserto*. A repulsa do *commodore* foi como se explodisse uma bomba em Palermo. Afigurou-se a Rosas coisa tão terrível, que abandonou a sua quinta e as suas ocupações para se transformar em jornalista militante. Escrevia êle mesmo os artigos contra Purvis. Cuidadosamente os corrigia e depois os fazia publicar. Em fins de junho persistia inalterável nas suas decomposturas contra o inglês. Nesse jeito o descreveu Ponte: "Desde que o governador Rosas veio para esta capital no fim de abril, de nada mais se tem ocupado senão de escrever e imprimir na Gazeta artigos contra o *commodore* Purvis e contra os unitários. Os que tratam a questão de direito pertencem a D. Tomás Anchorena; menos algumas adições do mesmo Rosas, que por mal a-propósito se fazem notar. Os relativos aos unitários são puramente seus. Nesta tarefa, e revendo provas da imprensa, passa todo o tempo. Antes empregava três quartas partes dêle em dar ordens e receber partes sôbre o estado dos cavalos que tem reunidos em diversos pastoradoures, cuidados como as jóias preciosas. O *commodore* Purvis até lhe fez esquecer êste trabalho predileto." (351)

Ao mesmo tempo que Rosas escrevia as suas diatribes, os jornais portenhos voltaram a incitar o Brasil à guerra contra Rivera. Por essa ocasião teve Pon-

te o ensejo de assistir ao aparecimento de um jornal rosista de fama, o *Arquivo Americano*. “É um novo periódico escrito por D. Pedro de Ángelis”, dizia Ponte, remetendo os primeiros número. Mas as coisas com Purvis, por êsse tempo, andaram de tal sorte que o próprio Arana, em um momento de desabafo e certo da reserva do seu amigo brasileiro, deixou escapar esta confissão ingênua, por impotente diante da vontade do Ditador: “É uma calamidade para a Confederação a sua política de reconhecer ao Sr. Oribe presidente legal, como sempre reconheceu. Neste particular é preciso concordar que a política do Império é mais ajustada aos princípios gerais...” (352)

A mudança de Honório por Paulino, no ministério, esbatera pouco a pouco as sombrias perspectivas do ministro residente. A aprovação do seu procedimento, no tocante ao tratado, dissipara-lhe a-final tôdas apreensões. Assim, mais traquilo, pôde dedicar-se Ponte Ribeiro, novamente, às notícias. Fala então dos brasileiros que, na guerra da Cisplatina, tomaram parte na expedição frustrada à Patagônia e haviam sido presos. Desde essa época, vinham aqueles infelizes sendo martirizados a todo momento. Um deles acabava de ser fuzilado. E Ponte, visivelmente impressionado, tenta repatriar os sobreviventes.

Outro tema retomou Ponte em suas conversas com o ministro. Deparou-se-lhe rara oportunaidade para saber notícias do Paraguái, enclausurado ainda como o deixara o Dr. França. Proporcionou-lhe esta oportunaidade um espanhol, que vivera vinté e seis anos na-quele país. Fôra para lá em 1817, com treze anos de idade, e só agora deixava Assunção, descendo o rio até Buenos-Aires. Dizia êste indivíduo ter privado com o ditador França e com os cônsules. A verdade é que o veremos mais tarde em íntima ligação com um

agente paraguáio. Ponte conheceu-o logo depois de êle chegar a Buenos-Aires e teve várias conversas, principalmente sôbre a estada de Gordon no Paraguái. A êste respeito, entre outras coisas, contou-lhe o espanhol o seguinte: "Nesses dias tanto Gordon como os seus companheiros falavam a gritos de política; emprestavam livros, e o naturalista vacinou uma família sem *prévia licença* do govêrno. Êstes procedimentos tão contrários aos atuais costume do Paraguái, causaram escândalo. Os cônsules mandaram recolher a família vacinada a um quartel até ver o final resultado da vacina." (353)

Porém os negócios da legação traziam últimamente o ministro residente irritado. Recebera, ainda de Honório Hermeto, carta de D. Pedro a Rosas, em que lhe participava o casamento de D. Francisca com o Príncipe de Joinville. A 8 de julho pedira a Arana lhe marcasse audiência com o governador, para pessoalmente entregar a carta. Arana estava bem doente. Desde 19 de maio se afastara dos negócios, pois lhe recomendara o Ditador tratasse apenas da saúde. Por êste motivo, segundo alegava Arana, atrasara a audiência. A verdade, no entanto, era outra. Rosas não queria saber de audiências. Pretestava, às vezes, muito trabalho; outras, a doença de Arana; e não raro se desculpava com a repugnância em se vestir "de etiqueta". Estava o negócio nesse pé, quando Ponte Ribeiro soube ter sido Mandeville recebido para fazer a entrega de carta mais ou menos igual à dêle. E isso, tendo solicitado a audiência dias depois. No Peru, a mofina do diplomata brasileiro fôra, como confessara a Miguel Calmon, a falta de dinheiro. (354) Agora, em Buenos-Aires, era positivamente Mandeville. Mas não tolerou calado a desconsideração. As questões de precedências foram sempre coisas seríssimas. Zan-

gou-se, exprobrou semelhante procedimento e, pôsto que também enfêrmo, protestou com energia. Rosas, diante da reação de Ponte, mandou o general Corvalán fazer-lhe uma visita. Às dez e meia da noite de 14 de agôsto chegou Corvalán à legação, com o seguinte bilhete amoroso de Rosas: "El General Edecán Dn. Manuel Corvalán pasará á Casa del Exmo. Señor Ministro Duarte da Ponte Ribeiro y le manifestará que hoy hé tenido el sentimiento de saber su restablecimiento. Que ayer regresaré de la Quinta con el objeto de recibir la carta de S. M. I." No dia 16, às nove horas da noite, liquidava-se a rusga provocada pela carta. Ponte entregava-a ao Ditador, espenicado êste no seu fardão de gala. Arana faltou à cerimônia, por continuar doente. Fez-lhe as vezes o ministro da fazenda. (355)

2

Em Montevideo os sucessos prosseguiam: de um lado, o govêrno, que se apegava a tôdas as possibilidades para subsistir; do outro, os sitiantes, que tentavam desmoronar a defesa. As iniciativas, no entanto, não partiam de Montevideo. Aí se contraminavam apenas os planos engendrados, geralmente, em Buenos Aires. Por isso, a legação brasileira nesta última cidade tinha importância muito maior do que a de Montevideo.

Honório Hérmeto tentara modificar êsse estado de coisas. Os seus últimos atos de ministro foram no sentido de transferir para Montevideo o centro da política imperial no Rio da Prata. A 8 de maio determinara ao encarregado de negócios, que era ainda o comendador Régis, não auxiliasse de modo algum a

entrada de Oribe na praça: ao contrário, a obstasse por todos os meios ao seu alcance, sem comprometer diretamente o govêrno imperial. Mandara também insinuasse Régis ao govêrno oriental a possibilidade de o Brasil auxiliar a República a repelir a invasão de Oribe. É verdade que êste auxílio sòmente se realizaria no caso de Rivera se mostrar favorável aos legalistas no Rio Grande do Sul e depois de destruídos completamente os rebeldes riograndenses. (356)

Pouco depois teve Honório de mudar outra vez o plano que traçara. Por isso foi necessário substituir o executor. Pretendeu o ministro colocar em Montevideo uma representação mais autorizada, mais atenta, menos favorável à política de Rosas e capaz de se aproveitar de um ou outro movimento para demudar a situação precária da República em outra mais estável. Para representante do Império em Montevideo, escolheu de preferência um político. E a escolha recaiu em João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, moço de talento, que já havia sido presidente de Alagoas e Sergipe, e deputado por esta última província. Foi êste um dos traços característicos de Honório: o de procurar dentre os jóvens de talentos aqueles auxiliares de que necessitava. A ocasião e o lugar eram, porém, impróprios para experiência. Sinimbu desconhecia inteiramente o ambiente. E não conseguirá distinguir os interêsses e valores, que se entrechocavam no Rio da Prata.

Nos primeiros dias de junho saiu a nomeação do novo ministro residente em Montevideo. A 6 dêste mês, enviou-lhe Honório as instruções. E' um documento importantíssimo para a história diplomática daquela época. A clareza e franqueza do ministro explicam todos os lances da política brasileira, desde o ministério de 23 de março. Nada lhe escapa na apreciação dos

fatos, que antecederam à missão. As conclusões a que chega são precisas, bem como as determinações no tocante à ação do novo diplomata. Modifica em dois pontos a política que planeava no seu ofício de maio ao comendador Régis. Aí admitira a aliança somente com a Praça. Agora não: prevê não só a aliança com os sitiados, mas igualmente com os sitiantes. Conforme o procedimento futuro de Rivera, deveria o ministro residente manifestar-se favorável ou não ao governo de Montevideo. Inicia Honório o seu notável despacho de 6 de junho, com um retrospecto da política imperial no Rio da Prata. "A administração anterior — diz êle, referindo-se ao ministério de 23 de março — havia adotado na luta entre a República Oriental do Uruguái e a Confederação Argentina uma política de neutralidade: se alguns súbditos brasileiros, ou mesmo agentes da administração, algumas vezes pareceram separar-se desta linha de conduta, favorecendo por manobras ocultas um ou outro beligerante, deve ser isso attribuído a suas particulares inclinações ou interesses, e não a alguma insinuação ou instigação do governo imperial."

Em seguida, expõe Honório o motivo principal, que o levava no comêço do ano a romper a neutralidade. Consistia êste motivo na prova inconcussa, que lhe fornecera D. Tomás Guido, da conviência de Rivera com os farrapos. Refere-se às negociações do tratado, à sua rejeição pelo governador e às conferências que teve com o ministro argentino. Diz a razão pela qual não rompera com Rosas. E vinha ser a seguinte: embora, no início da revolução riograndense, influísse o ditador para que se declarassem os rebeldes e os animasse durante o tempo da presidência de Oribe; com a ascensão de Rivera, transmudara-se Rosas em acérrimo inimigo da revolução. Isso porque se aliara o general Rivera aos revoltosos brasileiros.

Concluído o histórico dos fatos que antecederam à missão, entra o ministro na parte política das instruções. E' extenso e minucioso nas suas ordens. Porém, antes de limitar a ação do diplomata em vários parágrafos, resume assim o seu pensamento: "parecendo que o atual encarregado de negócios na República do Uruguái, pela sua conhecida inclinação ao partido de Oribe, não está em posição de poder sustentar adequadamente a política que ora parece conveniente, julgou o govêrno imperial devê-lo exonerar daquele emprêgo e nomear a V. Sa. ministro residente perante o mesmo govêrno, e espera do seu conhecido zêlo, intelligência e discrição, o completo desempenho de suas vistas. Estas vistas são: *entreter os dois partidos, exprimir-lhes a benevolência do Império, obstar a que coadjuvem com os rebeldes, obter que sejam desarmados os que entram no Estado Oriental, que não seja embaraçada a saída de cavalos cômprados para o nosso exército.*" A êste resumo, seguem-se os parágrafos delimitando-a ação de Sinimbu. A política de expectativa é a que indica, principalmente enquanto se não pacificasse inteiramente o Rio Grande do Sul. Depois, conforme o comportamento de Rivera, o govêrno imperial se aliaria ou não ao da Praça, para repelir Oribe. Mas, se não se aquietasse aquele general, imediatamente se entenderia com êste, pois já se achava fatigado das tropelias de D. Fruto.

Quarenta anos depois, quando todos os seus contemporâneos de 43 já povoavam os cemitérios, em minucioso discurso o próprio Sinimbu sintetizou fielmente a parte política das instruções nas seguintes palavras: "Neutralidade dos beligerantes; favorecer quanto possível, sem quebra dela, a causa da soberania nacional oriental, ameaçada com a invasão argentina; conseguir

separar o govêrno de Montevideo dos revoltosos do Rio Grande, a fim de que, pacificada a província, pudesse o govêrno imperial assumir no Rio da Prata a posição que lhe impunham compromissos internacionais e a própria segurança das nossas fronteiras." A neutralidade, portanto, predominou nas instruções como tema principal. E, então, não se referiu Honório ao bloqueio, não só porque já determinara a política do Império diante dessa medida, senão porque o seu desconhecimento importaria na quebra daquela neutralidade, que mandava seguir. (357)

3

Um mês depois de nomeado partiu da Guanabara Cansansão de Sinimbu. A 16 de julho, pelas sete horas da noite, aportou a Montevideo. (358) Aí chegava, justamente, quando novas ocorrências acabavam de implicar as relações do govêrno imperial com o da Praça. O comendador Régis, a quem ia substituir, achava-se a bordo de um navio brasileiro, com o arquivo da légacão. Isso era o fim de outra história. Em Montevideo, formaram-se as legiões estrangeiras: os franceses, comandados por Thiebault e Brie, e os italianos, por Garibaldi. Quando os brasileiros foram intimados a constituir um batalhão, Régis opusera-se terminantemente. Em represália o bando de Garibaldi invadiu a casa de um brasileiro, de nome Porciúncula, no saladero de Lafon, a fim de lhe arrebatam os filhos para servirem nos lanchões a cargo do italiano. Ao saírem os agressores deixaram a casa do brasileiro saqueada. (359)

Régis fez a reclamação em têrmos. Ao ato praticado êle deu o merecido epíteto. O govêrno da Praça, porém, mostrou a nota do Encarregado de Negócios a

Garibaldi, que, imediatamente após a leitura, se dirigiu à Legação do Brasil. Aí interpelou, arrogante, o comendador a respeito de certas palavras que lhe desagradaram. E como não obtivesse as explicações pedidas, desafiou-o para um duelo. Ao desafio respondeu-lhe Régis com pesado desafôro. Garibaldi exaspera-se; saca de dentro da bengala um estoque, e deixa a Legação ao ver os criados do diplomata, já prontos a pô-lo na rua. Sempre praguejando, aos berros, de estoque na mão, ainda ameaça os criados e os adverte de que o não toquem. Esta cêna, final de ato de ópera cómica, ocorreu na manhã de 21 de junho de 1843. Régis, não encontrando apoio do govêrno e ameaçado de morte, retirou-se para bordo de um navio da esquadra. (360)

Este fato veio colocar o govêrno imperial em difícil posição. Não lhe seria possível reagir contra a Praça, porque, com isso, faria apenas o jôgo de Rosas, abrindo mais depressa a porta a Oribe. A política, que se ia iniciar com a missão de Sinimbu, tinha objetivo inteiramente contrário àquela reação, que vinha ser o de criar em Montevideo um centro capaz de se contrapor à fôrça de Rosas. Sômente depois de completamente desenganado de Rivera, é que o govêrno imperial tentaria um entendimento com Oribe. O principal agora era contrabalançar, com os próprios elementos do Rio da Prata, o prestígio do Governador de Buenos-Aires. Posta assim a questão pelo ministro Paulino, condescendeu êle com Magariños, ministro oriental na Côrte, em um acôrdo, no qual se exigia o comparecimento de Garibaldi na legação brasileira, para a retratação do seu procedimento. Abandonava-se o pedido inicial, formulado pelo comendador Régis, de castigo ao italiano. Esta solução do caso foi muito criticada na ocasião, inclusive por Ponte Ribeiro. (361) Mas o único fim, a que visava o acôrdo, era o de recompor a situação de

maneira compatível com a fraqueza da Praça, diante de seus próprios defensores. Todos os chefes juntos não possuíam forças suficientes para vencer os inimigos. No entanto, cada um em separado tinha de sobra para fazer cair a Praça. Sinimbu, que conversara a êste respeito longamente com Santiago Vasques, ficou satisfeito com a solução, tanto que escreveu a Paulino: “folguei de ver, que as considerações que a respeito dêste objeto tive a honra de aventurar... são idênticas a que moveram o govêrno imperial tomar sôbre êste negócio a resolução que V. Exa. foi servido comunicar-me; resolução que me parece justa e razoável, atendendo-se ao delicado estado das coisas dêste país.” (362)

As instruções para a liquidação dêsse caso, na forma do pactuado, foram remetidas a Sinimbu, pelo paquete *Viper*, a 21 de julho, e a segunda via a 26, pelo vapor *Ardent*. A intenção de Paulino fôra a de aplainar as dificuldades antes de Sinimbu ser recebido pelo govêrno de Montevideo. Porém, por se achar ausente o comendador Régis e o ministro Vasques não ter dúvida em cumprir o acôrdo, antecipou Sinimbu a sua recepção. E' verdade que na opinião do diplomata o caso de Garibaldi não lhe prejudicaria a recepção. Embora se sentisse em *posição embaraçada*, não achava Sinimbu *inconveniente algum* em apresentar a sua credencial. (363)

Assim, a 7 de agôsto, à uma hora da tarde, já se repotreia êle no côche oficial, em demanda da casa do govêrno. Ao seu lado leva o oficial-maior do ministério das relações exteriores e um ajudante de ordem. Escolta-lhe o côche um piquete de cavalaria. Em palácio, recebem-no o presidente D. Joaquim Suárez e vários membros do govêrno, como se fôra representante de um aliado na contenda. E longe de desvanecer o engano, Sinimbu, satisfeito do papel que representa, faz um

discurso em que deixa transparecer a hipótese da aliança. Ao discurso do diplomata responde o presidente Suárez com outro, feito de encomenda, ajeitando ainda mais o vislumbre de aliança. (364)

Daí em diante os entendimentos entre o novo ministro brasileiro e o governo de Montevideo seguiram rapidamente. Desde a chegada de Sinimbu, o ministro Vasques entretinha-o em longas conferências sobre as vantagens de possível acôrdo entre os dois governos. A 17 de agosto, um mês depois de estada na capital uruguáia, já dava Cansansão de Sinimbu estirada súmula de suas conversas com Vasques. (365) Este conseguira dominar inteiramente o brasileiro. E em pouco tempo se entenderam perfeitamente os dois. Muitos anos depois diria Sinimbu: "A um homem da experiência e talento de Santiago Vasques não era difícil fazer compreender as vantagens dessa política, pois mais do que nenhum outro ele já previa que só do Brasil poderia vir a salvação da República." (366) O entendimento, porém, exacerbou-se em demasia. Cambava para completa uniformização de pontos de vistas, contrários, no entanto, às instruções, por se limitarem apenas aos interesses da Praça, sem atentarem para o procedimento de Rivera. Agora, este General, sobre se mostrar hostil ao Império, blasonava de suas façanhas, depreciava a suposta aliança e zombava de Sinimbu. A aliança do Brasil com a Praça só poderia existir depois de pacificada a província do Rio Grande e de se separar definitivamente o governo de Montevideo de Rivera. Isso já o afirmara Honório Hermeto, sem ambages, determinando declarasse Sinimbu o seguinte: "O interesse do governo imperial é (V. Sa. o dirá) pacificar o Rio Grande, conservar esta província e manter a independência do Estado Oriental; mas, sendo secundário o interesse da manutenção da independência em relação à

pacificação do Rio Grande, o govêrno imperial o deve preferir, e coadjuvará a Rosas, se com isso poder pacificar o Rio Grande, antes do que continuar a conservar-se benévolaente para com o Estado Oriental, pondo em perigo aquela pacificação.” (367)

No momento, porém, nada mais via Sinimbu, senão ao longe bruxolear a luz que — pensou — em breve iluminaria o Rio da Prata. Que valiam as suas instruções se derrubasse Rosas? E isso é que ia tentar agora. Imediatamente iniciou o trabalho. A 22 de agosto descreve ao ministro Paulino, em longo e interessante reservado, a situação dos defensores da Praça e dos seus agressores. Tece vários comentários a respeito da política e termina asseverando: “Tudo quanto tive a honra de expor à consideração de V. Exa. me habilita para tirar uma conclusão: esta vem a ser que o fim do mês de outubro ou princípio de novembro deve presenciar o desfecho desta sanguinolenta contenda.” Segue indagando: “Qual deverá ser a posição do Brasil nesta grave circunstância?” Porém não responde a esta pergunta. Promete, no entanto, fazê-lo na próxima vez. Mas passam-se alguns dias sem que Sinimbu responda à sua própria pergunta. Nos reservados seguintes trata da situação militar de Oribe, que melhorara com a junção das forças de Urquiza, e da de Montevideo, que piorara. As coisas, para êle, não iam bem, principalmente pela falta de dinheiro. (368)

4

A recepção de Sinimbu imediatamente repercutiu na Côrte. Já a 20 de agosto o general Guido referia o fato a Paulino, como precursor de outros que afastariam definitivamente o Brasil da Confederação Argentina. “Na audiência de hoje — escrevia Paulino,

naquele mesmo dia, a Ponte Ribeiro — apareceu-me, segundo o seu costume, o general Guido, e entre outras coisas me disse que o recebimento de Cansansão e o seu discurso haviam de fazer muito má impressão sobre o governador Rosas, o que não duvido. Disse-lhe eu que essa recepção e discurso eram formalidades de cortesia, que não tinham maior consequência, e por si só nada indicavam.” Nessa conversação com D. Tomás, seguiu Paulino demonstrando não ter Rosas a menor razão de se queixar. Se o Brasil não se encontrava “mais decidido a seu respeito”, a culpa era d’ele, Rosas, exclusivamente. Fizera-se o tratado. O Governador não o ratificara. Prometera, logo depois, enviar um substitutivo pela escuna *Legalidade*, conforme nota do próprio Guido, de 25 de abril. Já haviam decorrido quatro meses e coisa alguma se dignara propor. Oferecera cavalos ao Barão de Caxias e se êste os não tivesse obtido por outro meio, “estaria o exército imperial a pé.” E, além de tudo, a prisão do coronel Azambuja e a degolação de súditos brasileiros provavam de onde partia a má vontade. “Fiz ver — dizia ainda Paulino — que, na presença de tais fatos, o govêrno imperial não pode deixar de encontrar-se na posição em que está.”

Concordou o general Guido em vários pontos com o ministro brasileiro. E, então, não sòmente lhe declarou reputava “muito importante para a Confederação Argentina a aliança e amizade do Brasil”, mas ainda acrescentou se convencera de que se achava nas mãos do Brasil a sorte do govêrno oriental. Paulino, por sua vez, não queria rompimento algum com a Confederação. Para êle era Rosas, com todos os defeitos e excentricidade, preferível a Rivera. Neste particular a opinião do ministro coincidia inteiramente com a de Ponte Ribeiro. Assim é que lhe recomendava no final do des-

pacho de 22 de agosto: “Convém conservar sempre aí as coisas dispostas de tal modo, que não sòmente o governador Rosas não nos seja hostil, mas que a todo o tempo não encontremos indisposições enraizadas para uma aliança, se a nossa posição, se as vicissitudes da guerra ou procedimento de Rivera o exigir. Seja esta a mira que V. Sa. deve ter nas suas palavras e procedimento.” (369) Por isso a recepção de Sinimbu estava longe de significar o comêço de uma aliança.

Em Buenos-Aires, dias antes da conversa de Paulino com D. Tomás, o general Rosas teve longa e amistosa conferência com Ponte Ribeiro. Foi esta a primeira ocasião, depois dos arrufos do tratado, que lhe proporcionava o Ditador, para completa reconciliação. Ponte aproveitou-se do momento. Não dissimulou o desgosto que a rejeição do tratado causara ao govêrno imperial. E lamentou ter sido frustrada a tentativa, que fizera então, para lhe falar pessoalmente sôbre assunto de tanta importância. O fato de não se ter acercado da pessoa do Governador fôra-lhe exprobrado pelo govêrno imperial.

Rosas explicou prolixamente o motivo que o levava a não receber o diplomata, por ocasião do tratado. Ponte sintetizou assim a fala do Governador: “Declarou que Guido nunca foi autorizado para fazer o oferecimento de 6.000 cavalos, e menos para concordar um tratado de aliança: que tinha ordens para insinuar que o govêrno argentino desejava entrar em uma convenção com o de S. M. o Imperador para fazer a guerra a Rivera, como inimigo da tranqüilidade de ambos os estados.” Repisou o Governador, em seguida, o negócio da rejeição e disse não devera Guido ter assinado o tratado, nem mesmo com a condição *sub spe rati*, por se não admitir “a Oribe como parte beligerante”. D. Tomás não podia desconhecer, principalmente em um tratado, a invariá-

vel política do seu govêrno, que sempre reconheceu o general Oribe por presidente da República do Uruguái. Com a humilhação, que se pretendera impor a Oribe, naquele tratado, êle, Rosas, não concordara, nem podia concordar. Imprestável, assim, o tratado pelos seus fundamentos, não reparara muito nas outras condições, que lhe pareceram todavia aceitáveis. Por êste motivo também julgara dispensável ouvir o diplomata brasileiro, uma vez que não podiam os dois remover o obstáculo. Às insinuações de Arana no sentido de receber o ministro, excusara-se êle a fim de evitar se demorasse o navio. Daí passou Rosas a filosofar sôbre o direito do Brasil de encarar de um modo diferente do dêle a questão da presidência do Uruguái. Ambos estavam certos. Porém não era razão para que se não entendessem os dois em outros pontos de interêsse comum. “Nem esta discordância — continuou êle — era motivo para variar de política, que neste sentido oficiou a Guido, e se não foi com mais clareza é porque nem tudo se deve lançar no papel; nem era decoroso baixar as explicações que pudessem ser interpretadas como mendigando aliança.”

Ponte Ribeiro deixou o Ditador falar à vontade, como era de seu gôsto, sem interrompê-lo. Apenas, quando êle se excedia contra o seu representante no Rio de Janeiro, é que Ponte, em rápido aparte, o defendia. Os papéis inverteram-se. Enquanto Rosas vituperava o seu ministro, justificava-o Ponte. Depois de se calar o Governador, esboçou o brasileiro uma tese sôbre a inconveniência de se considerar guerra civil e não internacional a invasão argentina em território oriental. Rosas desviou a conversa de Oribe para a Praça. E tentou explicar a suposta aliança do Brasil com Rivera, propalada em Montevideo, pelo fato de o govêrno imperial acreditar na derrocada de Oribe dian-

te da intervenção anglo-francesa. (370) Porém que se dissuadisse, porque a intervenção não se realizaria. Enganava-se neste passo o Ditador. Em agosto, quando Rosas conversava com Ponte, o governo imperial sabia que Aberdeen e Guizot haviam desaprovado a intervenção. E isso o soubera do próprio ministro argentino em Londres. Ao contrário do que dizia Rosas, se o governo imperial previa então uma derrota, era da Praça e não de Oribe. (371)

A conversa continuou animada. Repassaram outros assuntos. Mas, pouco depois, retornaram ao principal. Ponte sentiu que as antigas desconfianças do Ditador haviam reaparecido. Convencera-se êle, pela propaganda de Montevideo, de que lhe era adversa a política imperial. A uma pergunta de Rosas sobre a aliança com Rivera, retrucou-lhe o diplomata que os fatos provavam o contrário. A ida de Câmara ao acampamento de Oribe era a prova mais cabal. Rosas mostrou-se admirado deste fato. Acreditava êle, ou fingia acreditar, que o Barão de Caxias dava armas aos correntinos, para lhe fazerem a guerra, em troca de cavalos. Por isso disse ainda a Ponte: "Pois bem os fatos nos mostrarão de que lado está o Barão de Caxias. Eu estimorei que Oribe não só efetue quanto prometeu, mas também que mande averiguar os fatos que se diz cometidos por Barbata, ou outro qualquer que esteja às suas ordens, como eu faria se pertencesse à Confederação, para mostrar ao governo de S. M. I. que tenho princípios fixos e sou amigo do Império; assim como também os tem hoje o Sr. presidente Oribe a respeito da integridade do Brasil."

Fixa-se em Oribe a conversa. Lembra Ponte Ribeiro o passado. Reguinga-lhe o Ditador, em apoio de sua assertiva, que, apesar do passado, era Oribe quem oferecia mais vantagens ao Império. Recapitula nomes.

Reconta lances e traças antigas. Deixa “entrever a sua atual indisposição contra Lavalleja”. E finaliza a conversa, indicando êste general por culpado das queixas que o Império tinha contra Oribe. (372)

De tôda essa descrição, feita pelo próprio Ponte Ribeiro, observa-se o tom familiar e amigável de Rosas. Deu-lhe êste explicações mais ou menos plausíveis sôbre a rejeição do tratado. Demonstrou vontade de se entender com o Brasil naqueles pontos que lhes interessassem, desde que se não reportassem à legalidade da presidência de Oribe. O único, para êle, em que os dois discrepavam. Chegou mesmo o Ditador a desculpar o seu pupilo, transferindo de Oribe para Lavalleja as queixas de que o arguía o Império. Não era em absoluto a fala de um homem zangado. Ao contrário, as suas palavras eram de quem, ao menos no momento, não queria desinteligência com o govêrno brasileiro. Êste, por sua vez, não cogitava na aliança com Rivera contra Rosas. Semelhante aliança não passava de boatos, propalados pelos que tinham interêsses em atirar o Império na fogueira. Nada havia. porém, nos inúmeros despachos do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que confirmasse tais boatos. Ao contrário, ainda em fins de agôsto, respondendo a Ponte, que o avisara de certas notícias, Paulino dizia: “o govêrno imperial prosseguirá, não obstante, na marcha que julgar mais útil, mais conducente para que o Império, não gastando as suas fôrças em lutas estranhas e que não lhe podem trazer vantagens certas, possa para o futuro preponderar sôbre aqueles que hoje affectam fazer pouco caso dêle.” (373)

CAPÍTULO XVI

UM LANCE DESENCONTRADO

1

A 5 de setembro chegou a Buenos-Aires o paquete inglês, com a ordem de lorde Aberdeen a seus subordinados, para que reconhecessem o bloqueio. Imediatamente Mandéville correu a avisar o Governador da novidade. Palermo rejubilou. A sua antiga alegria, roubada pelo *commodore* Purvis, era-lhe afinal restituída. Mal se espalhou a notícia, que se reuniram os admiradores de D. João Manuel e festejaram o successo com um baile, que varou a noite de 8 até a manhã de 9 de setembro. (374)

Ponte Ribeiro, logo que soube da existência da ordem, procurou Arana. Este se esquivou, porém, a uma declaração franca. As suas primeiras frases foram evasivas e rodeios. Mas acabou por dizer que o seu govêrno pensava notificar novamente o bloqueio, nos termos do que acordara com Mandeville. Ponte tentou demovê-lo da idéia, por lhe parecer que a modificação introduzida, sobre transformar os neutros em beligerantes, amesquinhava a própria potência bloqueadora. Na verdade, as esquadras, que se achavam em Montevideo, é que iriam ser incumbidas de revistar os navios de suas respectivas nações e impedir a entrada dos efeitos proibidos. Arana, como era de esperar, não aceitou ponderação alguma de Ponte; rejeitou-lhe até o pedido para a dilação do prazo por alguns dias, a fim de lhe dar tempo de consultar o govêrno imperial. A Inglaterra concordara com o bloqueio. Era o bastante. E, antes que ela se arrependesse, o bloqueio, por mais estrafalário que fôsse, seria renovado. (375)

Em Montevideo, foi bem diferente a reação diante da ordem da Grã-Bretanha. O paquete inglês aportara às 11 horas da noite do dia 4. Ao partir para Buenos-Aires, no dia seguinte às 9 da manhã, deixara a cidade estarrificada com a notícia de que o bloqueio seria reconhecido. Três horas depois — meio dia de 5 — aparecia na legação brasileira o ministro Santiago Vasques. Pela sua fisionomia, que denotava grande agitação, reconheceu Sinimbu que as coisas não iam bem. (376) Porém não lhe deu tempo o uruguáio para maiores cogitações, pois, assim que o viu, exclamou aflito: “Está tudo perdido. Não há salvação para esta infeliz república.” E dramaticamente lhe perguntou: “O que fará o Brasil?” (377)

A paisagem da Praça sitiada, que fôra triste e monótona, agora, sob a ameaça de desaparecer a defesa, chegava a aterrorizar. Foi justamente êste fator — o terror que se nos transmite à expectativa de um perigo — o que devia de ter influído muito nas decisões do ministro brasileiro. Não é impunemente que assistimos a uma tragédia. O pânico geral apodera-se também daqueles que, normalmente, poderiam ser meros espectadores. Quarenta anos depois, ainda se lembrava Sinimbu, com tôda nitidez, daquele quadro que se lhe fixara para sempre na retina. Quadro melancólico, na verdade, o que recordou nestas palavras: “Por aqueles tempos a cidade de Montevideo oferecia lúgubre aspecto: a única distração que havia para seus habitantes era observar de cima das sotéias os recontros que quase diariamente se davam entre fôrças sitiadas e sitiadas.” A perspectiva longínqua dos acontecimentos estilizara na memória do velho as cenas recontadas. Eram bem mais prosáicas as informações que, em 1843, mandava ao ministro dos estrangeiros. Assim, no dia 20 de agôsto, depois de fechar a mala, ocorreu um dêsse

raros recontros, a que assistira. De Montevideo, saíram tropas para atacar os sitiados. Estes, pelo lado do "Serro", investiram também contra a cidade. E, afinal, concluía Sinimbu: "Depois de um ligeiro tiroteio, em que tiveram poucos mortos e alguns feridos, recolheram-se as tropas aos seus acampamentos." (378) Porém, das recordações sombrias do velho, é fácil deduzir ambicionasse o moço, com um gesto apenas, demudar aquele quadro, entenebrecido pelo nevoeiro recém-chegado de Londres, em outro radiante de luz. Empolgado do papel que ia representar, crente na vitória das palavras a serem proferidas contra Rosas, não teve dúvida de responder a Santiago Vasques, justamente o que este queria ouvir: o bloqueio não será reconhecido. A cena entre os dois perdeu a dramaticidade que lhe deram as palavras do oriental, com este final rápido e inesperado: "Vasques saltou de prazer e foi de carreira dar parte a seus colegas que o esperavam com ansiedade." (379)

Mas não se satisfiz Vasques com a declaração de que o bloqueio não seria reconhecido. Pretendeu também comprometer o brasileiro no tocante à aliança. Viu a facilidade com que obtivera a primeira e imediatamente prosseguiu para o conseguimento da segunda. Dias depois voltou a procurar Sinimbu. A fisionomia já recomposta do amigo não espertou novo reparo por parte do ministro residente, que esperou lhe falasse Vasques. Este lhe diz então que era tempo de entrarem os dois em negociações. Os empecilhos, que lhes haviam impedido de chegar a um acôrdo, não existiam mais. Enumera os empecilhos, que vinham a ser: a Inglaterra e Rivera. Quanto ao primeiro, já não se esperava coisa alguma da Inglaterra; e no que dizia respeito ao segundo, podia garantir pelo que ouvira da senhora do General, havia pouco chegada do acampa-

mento do marido, que as intenções de D. Fruto seriam em breve comunicadas a Sinimbu. Assim, sabendo por Magariños que se achava o diplomata brasileiro autorizado a entrar em negociações, convidava-o a apresentar as bases para essa negociação e a trocarem os dois “algumas notas nesse sentido.”

Sinimbu, nesse passo, resistiu. Respondeu a Santiago Vasques que se enganara Magariños, pois não tinha poderes para negociar. Julgava também a ocasião azada para o acôrdo, mas necessitava solicitar instruções ao seu govêrno. Para isso ia expedir um navio ao Rio de Janeiro. “Entretanto — acrescentou Sinimbu — seria bom que alguma coisa conversássemos sôbre o objeto.” E passaram os dois à conversa, que se cingiu aos limites e à navegação do Uruguái. (380)

Só depois de declarar que o bloqueio não seria reconhecido e da conversação sôbre o acôrdo é que Sinimbu escreve ao ministro dos negócios estrangeiros. A 9 de setembro lhe envia longo arrazoado que faz em defesa da política, indicada por êle, a ser seguida pelo Império. E’ trabalho interessantíssimo pela vivacidade do estilo e pormenores que revela sôbre várias fases da luta de Rosas contra Rivera. Mas as conclusões a que chega, perigosíssimas, por fugirem à realidade e se assemelharem muito às conclusões de Vasques e de Florêncio Varela. Nesta memória é que se encontra a opinião de Sinimbu sôbre a posição do Império, prometida desde agôsto. “Á vista de quanto tenho exposto — afirmava êle — não duvido manifestar a minha opinião, e esta se funda em profunda convicção. O Govêrno Imperial deve intervir nos negócios do Rio da Prata e intervir de u’a maneira forte e decisiva em favor do Govêrno Oriental.” E isso, continuava o diplomata, porque: “Agora, só agora, é que o Brasil pode abater o crescente e maligno poder de Rosas. As Pro-

víncias do Império estão sossegadas, temos na fronteira do Rio Grande um exército poderoso, disciplinado, bem comandado e coberto de loiros.” (381) Sòmente no dia seguinte volta Sinimbu a tratar do assunto principal. Conta a visita de Vasques, a pergunta feita por êste e a resposta que lhe dera. Esta se resumia nas seguintes palavras: “Já e já.” Confessa também o motivo que o levara a tal conclusão: “Sendo minha opinião, — dizia êle — já manifestada, que o Govêrno Imperial deve intervir nos negócios do Rio da Prata; faltava-me sòmente saber quando e por quem. O comportamento do Govêrno inglês veio esclarecer-me sòbre dois pontos: Pelo Govêrno Oriental, pelo Govêrno Oriental, e já.” A 12 escreve de novo. São frases rápidas que traça, de superior dando instruções ao inferior: “Fique pois sabido — comunica êle ao ministro Paulino — que a Esquadra Imperial não reconhecerá o bloqueio.” Ainda nesse mesmo dia envia a Paulino a nota original de Vasques, datada de 10 de setembro, em que solicitava, por intermédio do ministro residente, a mediação do Brasil. (382)

A Ponte Ribeiro também participa Sinimbu á sua resolução. Avisa-o, no dia 10, da chegada do navio, trazendo a ordem da Inglaterra. A notícia dêsse fato, acrescenta êle, ràpidamente se espalhara pêla cidade sitiada, causando geral consternação e terrível efeito no govêrno. Reconta como Vasques o procurou para saber qual a atitude do Brasil, e termina com estas palavras: “Devo pois prevenir a V. Exa. que estão disposto a não reconhecer o bloqueio, caso seja restabelecido, sem que não tenha recebido ordem expressa do govêrno.” (383)

2

Antes mesmo de Ponte Ribeiro receber a comunicação do seu colega, já corria em Buenos-Aires a notícia de que Sinimbu não reconheceria o bloqueio. Trouxeram-na de Mosteideo dois navios chegados à 10. Ponte ria-se a ouvi-la. Pilheriava. E aos que o interpelavam, dizia duvidar da autenticidade da informação, pois a atribuía a mais uma das mentiras espalhadas pelo *Club Lafone*, para envolver o Brasil na guerra. (384)

Dois dias depois chega o patacho *Argus* com o ofício de Sinimbu. Perplexo reconhece Ponte a verdade. A surpresa é tal que o deixa atordoado e indeciso, sem saber o que fazer. Mas, em breve, reage e tenta sobrestar o ato apressado do seu colega, por julgá-lo inútil e perigoso. No mesmo dia faz Ponte retornar o patacho, com a resposta a Sinimbu. E' um apêlo para que não precipite os acontecimentos. Cita-lhe o ofício de 26 de abril, no intuito de o convencer de que a política imperial era no sentido de se reconhecer o bloqueio, pois não somente concordara com o anterior, mas também determinara procedessem os seus agentes de acôrdo com a França e a Inglaterra. Ainda nesse dia escreve Ponte a Paulino: "A ânsia que tenho — diz êle, visivelmente nervoso — de fazer chegar aquela resposta ao meu colega, a ver se a toma em consideração antes de dar passos que, sem utilidade provável, nos arrastarão infalivelmente males positivos, é causa de eu não ser mais extenso." Mas foi o suficiente para que se veja a sua opinião sôbre êsse lance descontraído da legação de Monteideo. "Vamos cair em uma rêde — continua Ponte — armada pelos mesmos ingleses, para ser o Império o pato da boda." Assim, não era possível expressar com maior clareza o seu pensa-

mento. E tão contrário aos interesses do Império se lhe afigura então o ato de Sinimbu, que pretende ir a Montevideo na esperança de lhe impedir a consumação: "Ainda assim, apesar de doente, talvez me abalance a dar êste passo, correndo o risco de perder a minha carreira e o pão de minha numerosa família para evitar ao Império um perigoso conflito." (385)

O ambiente em Buenos-Aires transformou-se para Ponte. Bastou a notícia, havia pouco chegada, para que tudo mudasse. Esquivavam-se-lhe os conhecidos. Já se ouviam ameaças ao Brasil. Os jornais iniciavam as agressões. Ponte não era homem que aturasse por muito tempo semelhantes afrontas, resignadamente. O revide pairava no seu subconsciente. Esmorecia-lhe o antigo empenho de evitar o rompimento com a Confederação, diante da arrogância geral. Além disso, do outro lado do estuário, estava Sinimbu a enfraquecer-lhe a ação com procedimento inteiramente contrário ao dêle. Mas, ainda que irritado e com os nervos esfrangalhados, persistiu Ponte Ribeiro no firme propósito de contornar o movimento partido de Montevideo, até chegarem do Rio de Janeiro instruções, que aclarassem o passo enigmático do seu colega. Porém, exacerbavam o seu mau humor as intrigas e boatos. Soube, dias depois da chegada do *Argos*, que Purvis escrevera ao cônsul inglês em Buenos-Aires, avisando-o de que "haveria um segundo Purvis Brasileiro para Rosas se divertir". Contaram-lhe também que se lançara Vasques aos pés de Sinimbu, oferecendo-lhe em troca do não reconhecimento do bloqueio um tratado de limites favorável ao Brasil. Êsses mexericos traziam-no ainda mais irritado. Em um caderno de notas, consignou Duarte o seguinte: "Sinimbu deixou-se rodear da cáfila *farrapol* tal como ex-major farrapo Faria: êste e o redator Indarte (foi aqui secretário da *Mashorca*) eram

efetivos à sua mesa. E' êste mesmo Indarte quem dias antes tinha insultado no *Nacional* o Brasil, o encarregado de negócios Régis e todos os brasileiros, chamando-lhes raça de mulatos etc. Todos os bons brasileiros fugiram. O Secretário Leal é culpado de muitas coisas; dominava Sinimbu." (386)

Em Montevideo, no entanto, o comendador Sinimbu não se dava por achado. Desagradou-lhe profundamente a resposta de Ponte sôbre o bloqueio. A 18 de setembro, ao escrever sôbre o que ocorrêra, confessava Sinimbu a Paulino que os agentes brasileiros não encaravam da mesma maneira as questões do Rio da Prata. Por isso tôda e qualquer correspondência entre os dois seria inútil, pois não chegariam a um acôrdo. (387) A verdade é que não esperou Sinimbu pela resposta de Ponte, para efetivar a sua façanha. A 12 de setembro o chefe da esquadra brasileira, Frederico Mariath, comunicou-lhe ter recebido a intimação do bloqueio. Imediatamente lhe ordenou o ministro residente não o reconhecesse. O almirante Brown, ao saber da contestação de Mariath, mostrou-se muito agoniado e perguntou ao oficial, que lha entregara, se demoraria muito a resposta do govêrno imperial. No dia 14 expediu o almirante argentino um barco com a notícia para Buenos-Aires. E a 15, contando a Paulino êsses sucessos, dizia-lhe Sinimbu: "Pelo patacho *Argos* que foi a Buenos-Aires, e que não voltou ainda, saberemos a impressão que ali fez a medida e como Rosas se pretende haver." Nêsse patacho é que chegaria a resposta de Ponte: porém depois de consumado o ato. (388)

Montevideo reviveu por algumas horas. Restituíra-lhe o diplomata brasileiro êsse dom divino, que é a possibilidade de um futuro. Bandas de música percorrem as ruas. Param defronte da Legação do Império. Tocam para o ministro suas comovidas charangas. O

povo, que as acompanha, estruge aos gritos de contentamento. Escutam-se insistentes vivas ao Imperador do Brasil. De uma janela, saboreia Sinimbu os festejos em sua honra. Talvez meditasse então no poder que tem de espertar os mais descontraídos sentimentos o alinhar de meia dúzia de frases num pedacinho de papel. Aí, em Montevideo, festas, vivas e bandas de música. Ali, em Buenos-Aires, insultos, ameaças e guerra. (389)

No dia seguinte à passeata, 15 de setembro, asobiando com certeza as melodias que na véspera lhe tocaram à porta, Sinimbu escreve a Paulino: "O Brasil é hoje para êles tudo. E' preciso não desperdiçar esta ocasião." E, radiante, acrescenta: "Vasques não faz nada que me não comunique. O primeiro passo está dado, se o govêrno de S. M. aproveita o momento estabelecera os fundamentos de sua influênciã neste país." (390)

Na política interna é possível a palavra sobrepor-se à realidade. Mas, na externa, ninguém presta a menor atenção a semelhante engôdo, a não ser acompanhado da fôrça. Iludia-se Sinimbu ao supor tivessem as suas palavras a virtude de implantar uma política externa, de carácter nitidamente belicoso, sem ao mesmo tempo criar uma fôrça capaz de mantê-la. Mas, dias depois, trazia-o Vasques à realidade, pedindo-lhe vinte cinco mil patações não só para acudir certos apuros da Praça, senão também para ocorrer às despesas até meados de outubro. "Podria V. E. salvarnos de este apuro proporcionandonos una suma, la sola necesaria para las urgencias de estos dias?" (391)

3

Ao contrário de Sinimbú, Ponte Ribeiro era um político realista. As palavras, para êle, só tinham valor ao exprimir uma realidade. Apenas, às vezes, para contrabalançar a fôrça, que lhe faltava, usou da palavra, mas não em frases bonitas, senão em desaforos e ironias. Era êsse o único feitio que admitia o transformar da palavra em ação. Por isso não se enganou com a vitória fácil sôbre Rosas, alcançada pelo colega, sòmente no papel. Não era o Ditador homem que se deixasse intimidar com palavras. Por experiência própria lhes conhecia o valor. Natural, portanto, não desse o menor crédito à dos outros. Ponte Ribeiro, desde logo, previu-lhe a reação. Mas pensou poder aquietá-la até que o govêrno imperial confirmasse ou não o ato de Sinimbu.

No dia 16 de setembro chegou a Buenos-Aires o emissário de Brown, com a contestação de Mariath. Imediatamente apareceram os boatos. Todos êstes vaticinavam ao Império um fim próximo e pavoroso. Os comerciantes brasileiros, estabelecidos na capital, temiam o presságio e, amedrontados, esperavam a visita da *mashorca*. Foram à legação e aí contaram a Ponte que Rosas estava furioso, a tropejar insultos contra Sinimbu e protestando que faria respeitar o bloqúeio. A 18, sob qualquer pretexto, Ponte Ribeiro procurou Arana. Encontrou-o já de carranca formada. Parecia outro homem, tal a mudança que nêle se processara nos últimos dias. As valentias do Governador tinham de ser imitadas. Por isso se achava o camarista possuído de considerável dose de belicosidade. As suas palavras têm o entono das de um *Aberdeenzinho* da América. Sem outro preâmbulo, diz que Sinimbu tinha

lançado a luva. A Confederação estava no dever de levantá-la, pois sustentaria de qualquer modo as regalias comuns a tôdas as nações. Ponte tenta acalmá-lo com estirada explicação. E conclui por mostrar a diferença que havia entre o caso de Purvis e o de Sinimbu. Estavam próximos do Rio de Janeiro “e dentro de alguns dias saberia o govêrno argentino se deve queixar-se do de S. M. Imperial, ou de si próprio por não ter usado em plenitude, de um direito cuja execução não haveria suscitado as dúvidas do representante brasileiro.”

Aranã retruca com veemência: “Crê você que havemos de aguardar que venha do Rio de Janeiro essa resolução?” E respondendo à sua própria interrogação, acrescenta: “Não senhor, havemos de pôr em prática o nosso direito. Sinto que as coisas apresentem um aspecto que ameaça envolver-nos em uma luta, que não pode resultar senão males ao Brasil e à Confederação.”

“E que culpa tem o meu govêrno nesses males, — indaga Ponte, com vivacidade — que a prudência pode evitar?” “Eu não falo do govêrno imperial, — rememora-lhe Arana, precipitadamente — nem ainda expressei o seu nome. Quero persuadir-me que o bom juízo do ilustrado govêrno de S. M. o Imperador não dará cabida a ofertas irrealizáveis, manejadas pela intriga inglesa. Mas se as coisas se enredam aqui, entretanto por culpa do Sr. Sinimbu; não terá o govêrno imperial de continuá-las? E não será uma calamidade que duas nações vizinhas, que ganham em ser amigas, se vejam arrastadas a uma guerra, quando se acercavam do momento de descansar de suas respectivas fadigas.” (392)

As notícias alarmantes continuavam a correr. Agora ameaçavam o Império com um enxame de corsários. Ponte achou melhor voltar a casa de Arana. O principal motivo da visita era desvanecer suspeitas

de um rompimento. Aproveitou também para falar do boato espalhado pelo capitão do pôrto, de que já expedira oitenta patentes de côrso contra o Brasil. Assim, em tom de pilhéria, Ponte perguntou ao ministro argentino se era verdade o que havia dito o capitão. Arana respondeu-lhe rindo que não duvidava ter aquele funcionário falado a Ramos ou a outro brasileiro medroso a respeito das patentes, nem estranhava o fato de já as terem solicitado os *carcamanos*, gente sempre inclinada à semelhante vida. Com esta resposta se esquivou Arana a uma declaração positiva. Porém conversou largamente com o brasileiro. Desanuviara-se-lhe o semblante. Parecia bastante mudado, quase disposto a uma reconciliação. Ponte saiu satisfeito de casa do argentino. Achara-o mais calmo e ponderado ao referir-se ao bloqueio. Julgara, pela fala macia de Arana, haver serenado o ímpeto do Ditador. Tanto que, no dia 22, já se vangloriava Ponte de ter conseguido abrandar a cólera, não somente do ministro, senão a do próprio general Rosas. A Paulino, dizia nesse pressuposto, depois de contar a conversa da véspera com Arana: “Observei ontem e hoje que a alarma tem calmado um pouco: porém o comércio ficou paralisado e não há quem venda uma onça ou pêso forte: tal é o mêdo de que o papel venha ter menos valor.” (393)

· CAPÍTULO XVII

A BORRASCA

1

Arana iludira o ministro brasileiro. Deixara-o na convicção de que sossegara, ao menos por algum tempo, a situação. Porém, a 21 de setembro, já se achava

preparada a nota que remeteu a Ponte Ribeiro, no dia seguinte. Nesta nota transbordava o despeito e o rancor de Rosas contra Sinimbu. Ponte leu-a com espanto. Concluída a leitura, repassou rápidamente os anos de estada em Buenos-Aires, e cansado, exausto, saturado de tudo, não se conteve. Afinal, merecia outro tratamento, principalmente por parte de Arana. A falta de lealdade, com que êste o tratara, esgotara-lhe a paciência. Não estava obrigado a aturar calado o acervo de tolices e desaforos daquela nota, sem reagir. Além disso Sinimbu fôra hábil no redigir a sua comunicação a Mariath. Fizerá-o de tal sorte que chegara a convencer Ponte Ribeiro da existência de ordens secretas. De outro modo só como loucura explicaria o ato do representante do Brasil no Uruguái. Se não estava louco o seu colega, concluiu: havia ordem para o rompimento. E o rompimento estava ali naquela nota.

Contudo, o seu primeiro movimento ainda foi no sentido de apaziguar os ânimos enfurecidos do governador e do ministro. "Confesso a V. Exa.", dizia êle dias depois a Paulino, "que a primeira inspiração que tive foi de devolvê-la, dizendo que não a entendia, menos podia recebê-la, a não ser que a considerasse como uma declaração hostil da Confederação..." Desistiu, porém, do intento, porque o seu ato poderia ser explorado pelo próprio govêrno de Buenos-Aires. Aceitou a nota e respondeu-lhe. Mas os desaforos rosistas não lhe passaram na garganta. Entravaram-lhe a ação no sentido da delicadeza e cortesia. Já não era possível semelhante meio. (394) Agora nada mais tinha que fazer senão revidar, principalmente a êste arrevesado período: "Menospreciando con insolita estupidez las relaciones del Gobierno Imperial con el de esta Republica, los intereses del Brasil, los deplorables desastres y perdidas imensas á que expone en una nueva guerra a que

desacordadamente provoca, e insensible no menos a la degradación en que constituye á sua Soberano, aliándose al autor de las calamidades que ha experimentado el Imperio...”

. Este trecho representa o auge da nota de 22 de setembro, a qual terminou Arana com a ameaça de que seria levada ao conhecimento da Sala dos Representantes a questão provocada por Sinimbu. Isso acabou por engulhar o ministro residente. Não viu mais nada diante de si que o papel e a tinta, até concluir a resposta. Mas não usou Ponte de linguagem grosseira como o fizera Arana. Ao contrário, em todo o contexto de sua resposta não existe uma só palavra que não seja protocolar. Nem necessitava apegar-se a semelhante recurso para bulir com os melindres de Rosas. Bastou-lhe trazer à baila a maneira de êle, Ponte Ribeiro, encarar o bloqueio autorizado pela Inglaterra, para levar o Ditador ao desespero. Era, aliás, mestre o brasileiro em azucrinar os outros, só com o esmiuçar-lhes os erros. Assim repisou o fato de o bloqueio fugir às normas traçadas pelo direito internacional. Com isso justificou o ato de Sinimbu, uma vez que não fôra contrário ao bloqueio, mas à maneira *sui generis* de o decretar. Sôbre êste particular é que o ministro tivera dúvida. Portanto, se tudo isso acontecera o o único culpado havia sido o govêrno argentino, que preferira semelhante meio de ação. Estas palavras nada tinham de ofensivas. Ainda que o argumento fôsse contrário à opinião de Rosas, não era inconveniente. Porém o tom irritante, que conseguira Ponte Ribeiro transmitir até à pontuação desta nota, era de enfurecer. Dera o perfeito entono de um professor que admoestasse o aluno desobediente e máleriado, por lhe desatender à lição. Sômente depois de concluir o caso do bloqueio é que muda de tom: aponta os têrmos

agressivos de Arana; censura-os, e tracha-os de incompatíveis com o carácter da nota. Termina com uma ironia. Fingindo agradecer a comunicação de que seria levada a questão ao conhecimento da Sala dos Representantes, emenda o nome que dera Arana àquela representação provincial.

A nota de Ponte foi entregue a Arana a 25 de setembro. Feriu mais fundo as veleidades de Rosas que o próprio Sinimbu. Ninguém contava com esta reação de Ponte. Sabiam-no contrário ao ato do seu colega e propenso inteiramente à política rosista contra Rivera. Por isso, tanto o governador quanto o seu ministro esperavam tudo, menos estas fisgadas que lhes avivavam as recordações do odiado Purvis. (395)

A 27 de setembro replicou Arana. Ainda que nervoso deu margem a uma reconciliação, pois solicitava retirasse Ponte a sua nota. Se acedesse Ponte ao pedido, desde que o argentino fizesse o mesmo com a sua, talvez evitasse o rompimento. É ao menos o que se deduz do seguinte trecho de Ponte Ribeiro, reportando-se, dias depois, ao que lhe dissera Arana: “que êste (Rosas) não havia de querer retirar a nota de 22, que talvez tivesse feito, se em lugar de haver eu dito na minha de 29, que já tinha levado aquela ao conhecimento do govêrno imperial, e estava convencido de que a minha lhe deve andar anexa, houvesse então proposto essa retirada.” (396) Assim foi a resposta de Ponte, de 29 de setembro, à replica de Arana. Longe de aceitar a proposta, declara que a sua nota “deve andar anexa à que a motivou, nem pode ter jamais outro valor que não seja aquele do seu contexto e de que será sempre monumento comprovante.” A 30 devolve-lhe Arana a nota da véspera, “por considerala irrespetuosa, desatenta, é impropria de figurar entre la correspondencia de S. M. El Emperador del Brasil.”

Com esta nota corta o argentino as relações com o ministro residente, definitivamente. A 1 de outubro Ponte Ribeiro pede o seu passaporte. (397)

No final da luta sucedeu o imprevisto. Ponte Ribeiro foi vítima de um desastre. A maneira pela qual ocorreu não conseguimos desvendar. É certo que nos últimos dias de setembro caiu gravemente enfermo com muita febre, dores atrozes no braço direito, onde se manifestou um princípio de gangrena. Se foi fratura exposta ou se ferimento, não conseguimos apurar. Porém, durante meses, seguirá êle gemendo de dores, ardendo em febre e na iminência de amputar o braço. Parece-me, no entanto, que a cena contada por Macedo, como ocorrida em 1824, da explosão de uma espingarda, que lhe espedaçasse o braço e a mão esquerda, se verificou não em 24, mas em setembro de 43 em Buenos-Aires. Também não foi o lado esquerdo o atingido, sim o direito. (398) Ao rompimento com Rosas, acrescia agora o sofrimento. Ainda hoje, ao lermos os officios de Ponte Ribeiro, escritos pelo seu filho e assinados por êle, talvez com a mão esquerda, temos nítida a impressão da tragédia, que viveu o diplomata naqueles meses de agonia e de luta contra Rosas. Este, por sua vez, caíra doente: no comêço, um resfriado, seguido de dores no pescoço e nos rins. O Conde de Lurde, que se mostrou amigo do brasileiro, pois o não deixou de visitar durante toda a sua doença, disse-lhe que o Ditador estivera bem mal. Isso atrasaria por alguns dias a resposta de Arana ao pedido de passaporte, formulado por Ponte Ribeiro. (399)

2

As comunicações sôbre o não reconhecimento do bloqueio chegaram à Côrte a 21 ou 22 de setembro. E' de se notar que estas comunicações só alcançavam os fatos ocorridos até o dia 15. Assim, o govêrno imperial teve ciência apenas: primeiro, que Sinimbu não reconhecera o bloqueio, e, segundo, que Ponts Ribeiro, inteiramente contrário ao procedimento do colega, lhe opusera tenaz resistênciã, escrevendo não só a Sinimbu, mas ainda ao chefe Mariath, lembrando-lhes o despacho de 26 de abril, não revogado. Da exacerbação da questão, em consequência das notas de Arana e Ponte, soube o govêrno imperial muito depois. Nem podia suspeitar então degenerasse o ato de Sinimbu numa briga com o ministro residente em Buenos-Aires, uma vez que se demonstrara Ponte em franca opposição àquele ato.

A chegada das comunicações coincidiu com a insistência, por parte de Magariños, para a celebração de um tratado de aliança entre a Praça e o Império. (400) Os limites, a navegação dos rios, o trânsito pelas fronteiras, tudo isso seria resolvido, de acôrdo com os oferecimentos do ministro oriental, num abrir e fechar de olhos, favoravelmente ao Brasil. Porém o pensamento de Paulino era contrário a qualquer aliança com Frutuoso Rivera. Sabia o ministro brasileiro, de notícias que acabara de receber por via do Rio Grande do Sul, que Rivera andava agora a zombetear de Sinimbu e do seu gesto um tanto teatral. Além disso, continuava no sul a luta contra os remanescentes de Piratinim. Pôsto que em fase de liquidação dos rebeldes, a pacificação da Província ainda levaria algum tempo. Assim persistiam os motivos que,

desde 1841, haviam levado o Império a optar pela neutralidade no tocante às contendas do Prata.

O ato de Sinimbu causou espanto geral, principalmente ao ministro que estava longe de poder imaginá-lo. Por isso, ao ter conhecimento de tão imprevisível decisão, imediatamente a desaprovou. A 23 de setembro já escrevia a Sinimbu, determinando-lhe reconhecesse e fizesse reconhecer “pelo Chefe das Forças Navais Brasileiras o bloqueio feito ao pôrto de Montevideo pelas Forças Navais Argentinas, nos mesmos termos em que o reconhecem ou reconhecerem a Inglaterra e a França, e em conformidade das ordens de 26 de abril próximo passado.” Em seguida, focaliza Paulino não só a situação do Rio da Prata, mas igualmente a do Império, para concluir afirmando que o governo imperial estava decidido a não se afastar da política de neutralidade. O não reconhecimento do bloqueio, por parte do Império, importaria no rompimento imediato com a Confederação Argentina, e na aliança com um “governo exausto de recurso.” A guerra, que adviria de tudo isso, seria custeada somente pelo Brasil. E nem ao menos seria possível qualquer previsão para o futuro, pois o homem que se buscava derrocar, além de vingativo, se achava “ensoberbecido pela maneira vitoriosa com que tem saído nas lutas contra a França e a Inglaterra.” A dominação tirânica de Rosas dar-lhe-ia uma repidez de ação, que, dificilmente, se poderia obter no Brasil, em consequência de sua forma de governo e extensão do seu território. O principal, porém, é que se não fazia guerra com palavras, mas com recursos financeiros. Montevideo, como o próprio Sinimbu comunicara no seu ofício N. 4, vivia de empréstimos e de antecipação de receita. O Brasil, por conseguinte, seria o único a arcar com as despesas. (401) E isso quan-

do o estado das finanças do país era dos mais precários. Os gastos extraordinários com a pacificação de revoluções, durante anos consecutivos, aconselhavam um período de economia. “Ora o Império — escrevia Paulino — está muito ameaçado pelo lado das finanças e vai acodindo aos consideráveis *deficits* dos seus orçamentos com empréstimos e emissões de papel... Uma crise financeira é tanto para reccar, pela decadência que ameaça o nosso quase único ramo de indústria, a agricultura, pela deficiência de braços com a cessação do tráfico.”

Para o ministro dos negócios estrangeiros não se fazia uma guerra para piorar a situação do país. Embora fôsse política a independência do Uruguái, não se devia esperar coisa alguma da traça em que se pretendia atirar o Império, atabalhoadamente. Porque, mesmo no caso da vitória, o Brasil sairia tão enfraquecido da luta, que não conseguiria manter o seu prestígio nem entre aqueles a quem ia ajudar. Os Rivas e os homens que perderam a República continuariam, mesmo depois, a disputar-lhe o mando e a provocar novas rixas com os seus vizinhos. Era também de se procurar conhecer, em tôda essa marulhada, a ação da Inglaterra e da França. De cartas, que lhe mostrara Hamilton, representante britânico no Rio de Janeiro, previa Paulino a intervenção daquelas potências no Rio da Prata. O que se devia fazer, portanto, era evitar e não buscar a guerra. Para isso ia mandar instruções ao ministro residente em Buenos-Aires, a fim de que procedesse de acôrdo com aquelas duas nações, interessadas também na independência do Uruguái. “Nas circunstâncias melindrosas, em que se acha o Império — dizia Paulino — principalmente pelo lado das finanças, aconselha a prudência que não dêmos passos que nos possam arrastar a uma guerra, senão

no último caso depois de esgotados todos os meios." A guerra, no momento, podia ser evitada. Por isso e porque as propostas do govêrno da Praça não tinham valor algum, nas condições em que eram feitas, determinava o ministro declarasse Sinimbu a Santiago Vasques: "que o govêrno imperial persiste na decisão constante da nota junta por cópia dirigida por meu antecessor a Magariños, em data de 10 de fevereiro próximo passado." (402)

No mesmo dia 23 de setembro escreveu Paulino a Ponte Ribeiro. A política que defendera foi a que prevaleceu. Isso dispensava o ministro de entrar em pormenores, pois ambos estavam de acôrdo. Assim, apenas, contou Paulino o ocorrido: recebera officios de Sinimbu, na mesma ocasião que os dêle, Ponte Ribeiro. Dêsses officios e das proposições que lhe fizera pessoalmente Magariños, verificara "que o govêrno oriental resolvera lançar-se nos braços do Brasil, entregando-se-lhe quase à discrição e prometendo-nos concessões muito vantajosas quanto à fixação de limites, e facultando-nos a livre navegação do Uruguái." (403)

"O govêrno imperial, porém," afirmava Paulino, "entende não dever variar a política até agora seguida e que convém dar às insistências do govêrno oriental a mesma resposta já dada a Magariños em 10 de fevereiro próximo passado, e que remeto a V. Sa. novamente por cópia." Avisava-o também de que mandara reconhecer o bloqueio e dissesse Ponte a Arana que outra não podia ser a intenção do govêrno imperial, pois retirara parte de suas fôrças navais de Montevideo. "E ainda quando", terminava Paulino, "os princípios de sã política não aconselhassem êsse procedimento ao govêrno imperial, não seria possível ligar-se com Fruto Rivera." O procedimento de Ponte Ribeiro

ro, tentando evitar o não reconhecimento do bloqueio, o ministro aprovou-o inteiramente, por concordar com a ordem de 26 de abril de 1843. (404)

3

Não havia na Guanabara navio a vapor, pertencente ao govêrno, que levasse com urgência os despachos do ministro. Foi preciso fretar o *Imperatriz*, que partiu imediatamente e em poucos dias se achava no Rio da Prata. A Montevideo devia de ter chegado a 29 de setembro, logo depois de Sinimbu ter escrito a Ponte Ribeiro. Nesta carta ainda conservava êle o tom vitorioso, que lhe dera a façanha do bloqueio. Porém, já ressumbrava a dúvida de uma ou outra frase, que lhe escapou. As notícias sôbre a reação de Rosas, por exemplo, inquietavam-no. Por isso pedia lhe informasse Ponte o que existia de verdade. No dia seguinte, a mudança era completa. Havia recebido as instruções de Paulino, em que rejeitara a aliança com a Praça e ordenara o reconhecimento do bloqueio. Sinimbu volta a escrever a Ponte. O estilo, sôbre melancólico, é pessimista. O futuro que prevê é tenebroso. A consternação apossara-se de Montevideo com a notícia trazida pelo *Imperatriz*. Já se sente constrangido o ministro. “Receio — diz êle — que algum ato de desesperação me faça tetemunho de alguma terrível cena nesta cidade! Deus sabe o que terá de acontecer nestes dias. A frieza com que o govêrno recebeu o desengano da não intervenção do Brasil, me faz conceber as mais sérias e tristes apreensões.” (405)

Em Buenos-Aires fervilhavam os acontecimentos. As ameaças contra os brasileiros recrudesciam. O mais apontado já não era Sinimbu, senão o próprio Ponte Ribeiro. Arana fizera a comparação dos pri-

meiros atos do diplomata imperial, tão amigáveis em relação ao governador Rosas, com as suas últimas notas, para concluir com o seguinte dilema: "ou que tinha dissimulado até agora grande falsidade ou estava de cabeça transtornada." (406) Aumentavam as rugas contra o ministro residente. Não se limitavam às ameaças: iam à escolha do suplício. No dia 1 de outubro, às 8 horas da noite, ou seja, pouco depois de pedir seu passaporte, Ponte Ribeiro recebia o despacho de Paulino, de 23 de setembro, que acabava de chegar pelo *Imperatriz*. Achava-se o diplomata em estado quase desesperador. A gangrena manifestara-se no braço direito. Ardia em febre e as dores extenuavam-no. Não dormia, nem descansava um só instante. Contudo, quase como um sonâmbulo, providenciou imediatamente. Mandou o seu filho, secretário da Legação, levar a correspondência destinada a Arana e dizer-lhe necessitava falar-lhe; mas, como se achasse de cama "em perigo de perder um braço", pedia-lhe viesse até à Legação. Por hábito, respondeu Arana que sim. Mas lembrou-se depois das brigas e atrapalhadas existentes, e retificou, ainda a tempo, que mandaria uma resposta. O general Rosas, porém, consentiu na visita do seu camarista ao brasileiro. Às 6 horas da tarde do dia 2 de outubro, apareceu Arana na Legação do Império, pela última vez. Aí esteve êle até às 9 horas da noite em animada discussão. É de se notar que, no comêço da visita, disse Arana que o encarregara Rosas de expressar os seus sentimentos pela doença de Ponte Ribeiro. (407)

Não contente com êste recado, dias depois, Rosas mandou o general Corvalán visitar o ministro brasileiro. Chegara o governador de Palermo, com dores nos rins e no pescoço. Isso ocorrera, segundo Ponte, no

dia em que o navio *Imperatriz* deixara Buenos-Aires, ou seja, 3 ou 4 de outubro. Os médicos prescreveram-lhe banhos e sangrias. Com isso o Ditador havia melhorado muito. No dia seguinte (4 ou 5 de outubro), Rosas enviou o general Corvalán em visita a Ponte. O general obedeceu e de manhã cedo lá estava êle na Legação. Durante três noites, porém, Ponte Ribeiro não dormira. Justamente, naquela manhã, havia conciliado o sono e descansava pela primeira vez depois do acidente. Foi o secretário quem recebeu o general e se desculpou de não acordar o doente. Contudo aceitou satisfeito os amáveis votos que fez então Corvalán, em nome de Rosas, pelo restabelecimento do diplomata. Esta visita, no entanto, não significava voltasse o Ditador às boas como o ministro residente. A história era complicada. O *Herói do Deserto* nada fazia em vão. E, se mandara visitar o ministro, o que determinara semelhante amabilidade fôra a notícia, recebida de Entre-Rios, de andar Urquiza às turras com Echagüe e Mansilla. Por isso, sem saber direito a posição de Urquiza, não quis o governador piorar a questão com o Brasil. Mas, em breve, recebeu carta de um irmão daquele general, que lhe desvanecera as dúvidas. Assim não houve necessidade de repetir a visita. Esqueceu-se da doença de Ponte Ribeiro. E continuou zangado. (408)

Como tôdas as brigas de Rosas, a com Ponte Ribeiro teve o seu auge, para, dias depois, passar a um estado crônico de picuinhas e nugas, provôcadas pelo Ditador. O mais aceso da pendência durou até chegar o *Imperatriz*. A notícia do reconhecimento do bloqueio arrefeceu a belicosidade de Rosas. Porém, enquanto persistia a dúvida, tramou-se um sem número de golpes contra o Brasil. Um dêles consistia em reforçar, com 4.000 cavalos e alguns cavalheiros de Ur-

quiza, os exércitos revoltosos contra Caxias. Outro, em fomentar revoluções nas províncias do norte, oferecendo-lhes a proteção de Rosas, para se libertarem do Império. Idealizou-se também um lanço de Brown sôbre a esquadra brasileira, estacionada em Montevideo. Arquitetou-se a constituição de uma sociedade com o objetivo de levar o côrso aos mares do Brasil. As ações dessa sociedade seriam subscritas pelos bons federais. Porém o que de mais característico se inventou então, foi o castigo reservado a Ponte Ribeiro: seria sufocado na Legação com os cadáveres dos brasileiros residentes em Buenos-Aires. Isso se soube com certeza, porque, ao reunir-se a Sala dos Representantes, um dos oradores, que receberam de Rosas a devida lição, regougou furioso a ameaça. Várias vezes Ponte Ribeiro referiu essa fanfarronice e numa delas escreveu a Paulino: "A suspensão das garantias aos brasileiros foi encomendada pelo general Rosas ao oficial-maior Garrigos, para insinuar ao atrevido deputado Torres, a fim de a propor como inspiração própria, e fazer acreditar que nascia da irritação popular." E linhas adiante continuou: "Sou informado de que Rosas tem chamado os quatro deputados que costumam falar na Sala, os dois irmãos Torres, Baldomero Garcia e Garrigos para redatarem os seus discursos, ou antes verem como êle os tem redatado, a fim de que não apareçam com as asserções pronunciadas por Torres, de que se não tivesse chegado o vapor *Imperatriz* tão a propósito, haveria sido o ministro brasileiro sufocado na Legação com os cadáveres dos brasileiros aqui residentes." (409)

Sòmente a 4 de outubro mandou Arana a resposta que prometera a Ponte, na conversação do dia 2. Resumia-se esta resposta na remessa do passaporte e

na desculpa da demora, com a doença de Rosas. Ponte Ribeiro, em officio de algumas páginas, escritas de 2 a 4 de outubro, contou a Paulino os sucessos dos últimos dias. No final, assinou um nome tremido e desfigurado. Não bastasse a desordem em que foi redigido o officio, a simples assinatura comprovaria o drama mais pungente de tôda a sua vida, cheia de lances dramáticos, mas não tão intensos quanto êste.

4

Sinimbu não quis continuar em Montevideo. No mesmo vapor que lhe trouxera as ordens do ministro, partiu no dia 7 de outubro para a Côrte. A Paulino, em rápido officio, apresentou por justificativa da viagem a necessidade de prestar pessoalmente informações ao govêrno, e o estado de sua saúde incompatível com a vida que levava em Montevideo. (410) Pouco antes de partir, recebera de Ponte Ribeiro a continuação da história do bloqueio. Em poucas palavras, para justificar a demora da resposta, referiu-se Duarte ao acidente que sofrera. Êsse fato impressionou profundamente Sinimbu. A final viera de tão longe, apenas para atrapalhar a vida do outro! Arrependido talvez, escreveu a sua despedida. Deixou de lado aquele tom altaneiro, que até então usara, e expressou todo o seu sentimento em palavras, senão de amizade, ao menos de respeito: "Sinto particularmente os sofrimentos de V. Exa.", assegurava-lhe Sinimbu, pon-do sua casa em Montevideo à disposição do novo amigo. E, ao findar a carta, revelava a insegurança de sua posição: "Ê duvidosa a minha volta..." (411)

Não regressaria Sinimbu ao Rio da Prata. Dias depois de chegar à Côrte, foi exonerado. E Ponte Ribeiro saberia notícias dêle por Moncorvo, que lhe di-

zia irreverente: “É êste o resultado das asneiras do Sr. Cansansão, que quis fazer uma política sua, e parece que nem leu as Instruções que existem no Arquivo: no entanto, foi-se mui lampeiro para a sua província.” (412)

Substituiu interinamente Sinimbu o secretário Felipe José Pereira Leal, a quem apontava Duarte como o principal responsável pelo não reconhecimento do bloqueio. Porém, ainda em outubro, iria Leal reconhecê-lo, em cumprimento das ordens expressas do govêrno imperial. No dia 14, pelas 8 horas da manhã, fundeou a esquadra argentina: uma corveta e dois brigues. A 16 o almirante Guilherme Brown fez a intimação a Frederico Mariath, “por la tercera y ultima vez.” Mariath, no mesmo dia, respondeu ter recebido ordens do seu govêrno para reconhecer o bloqueio, como o fazia. Antes do reconhecimento por parte do Brasil, já haviam feito o mesmo os comandantes norte-americano, sardo e dinamarquês. Depois se seguiram os da França e de Portugal. Só o inglês Purvis procrastinou a resposta. Deixou se propalarem os boatos. Então a 19 de outubro respondeu reconhecendo o bloqueio. (413)

O nome das coisas, às vezes, causa-nos um susto maior do que as próprias coisas em si. Assim aconteceu com o bloqueio de Montevideo. Nos primeiros momentos assustou bastante. O govêrno deu ordem de se pescar, em dias alternados, especialmente para as fôrças que defendiam a Praça. Os gêneros principais escassearam e acabaram por faltar alguns. A emigração de franceses, espanhóis, italianos e brasileiros, para o Rio Grande do Sul, que se processara desde a derrota de Arroio-Grande, ainda mais se acentuou. A barca de vapor *Thetis* e o brigue *Eolo* levaram em algumas viagens os fugitivos de Montevideo. Longe

de ser prejudicial êsse êxodo, foi o melhor que podia acontecer no momento. Diminuiu de muito a necessidade da importação de mercadorias a serem consumidas por indivíduos, que não faziam parte da defesa. (414)

O inacreditável, porém, sucederia a êsse bloqueio, intimado com tanto escarcéu. Meses depois, de passagem por Montevideo, o descreverá Ponte Ribeiro. Agora, um último traço do panorama oriental, que não podemos expungir, sem delimitar a visão. De uma carta de um *blanquillo* temos a descrição do drama que viveu uma família de brasileiros, martirizada por um tal *Zorro*, conhecido assecla de Rivera. É para notar que a cópia desta carta foi remetida ao ministro Paulino pelo encarregado Pereira Leal, inteiramente favorável aos governantes de Montevideo e contrário a Rosas, pois se casou Leal com uma Lavalle, parenta do general. “Los selvajes estan furiosos, y cada vez cometen mayores y mas espantosos crímenes: por onde pasan tudo arrasan... El 25 del mes pasado, degollaran cinco brasileiros... que estaban reunidos en lo del respectable ciego Dutra (uno de los degollados en el acto de ponerse en marcha por esta Villa): llevaron sus cuatros hijos, siendo lo mayor de 19 años, dejando a la Sñra. Madre de esta virtuosa e distinguida familia, Esposa del ciego Dutra, anciana de mas de 50 años, toda lastimada con porcion de tapos y lanzazos de tal modo que será milagro si escapa. El que capitanea esta pãrtida es un de los riveristas llamado lo Zorro.” (415)

5

Durante muitos dias esteve Ponte Ribeiro em luta contra a gangrena e a morte. Era uma agonia sem

fim, de dores e febre e de incertezas. A amputação do braço direito parecia inevitável. Ainda em novembro corria a notícia em Montevideo, de que fôra obrigado a sacrificar o braço diante da morte certa. Pereira Leal escrevia a Paulino o seguinte sôbre Ponte: "Talvez a esta data tenha feito a amputação do braço direito, em que dizem já se divisavam sinais de gangrena, e isto para ver se escapava da morte." (416)

A incomunicabilidade em que esteve Ponte Ribeiro foi quase completa. Além do seu filho, de um ou outro brasileiro, do médico que o tratou, de que não conseguimos saber o nome, apenas o Conde de Lurdes e os seus auxiliares o visitaram. O *commodore* americano Turner, amigo de longa data de Ponte, só a 30 outubro chegou a Buenos-Aires. Nesse mesmo dia foi procurá-lo, oferecendo-se para ver se aplainava a situação do dipomata com o governador. Porém, o que acontecia agora a Ponte Ribeiro acontecera ao representante dos Estados-Unidos em 1832. Desde então, nem ao menos representação diplomática americana existia em Buenos-Aires.

Na segunda quinzena de outubro Ponte Ribeiro reagiu e, aos poucos, principiou a melhorar. A 20 já se acentuaram as probabilidades da cura. Aliviou-se das dores e acalmou-se bastante ao saber que estava "livre do susto" de perder o braço. Tão animado ficou que aproveitou o tempo em ditar um officio ao ministro Paulino, em complemento ao de 2 de outubro. Repassou então tudo o que lhe acontecera a partir de 21 de setembro, data da sua última conferência com Arana, e na qual não lhe tocara êste na desafortada nota, já engatilhada. Os lances, que se seguiram a essa nota, foram também narrados minuciosamente. Êste officio a Paulino é dos mais interessantes, que escreveu Ponte, por se assemelhar a um exame de cons-

ciência. Para não se esquecer de todos os pormenores, tomara êle, durante a sua doença, um infinidade de notas, que se encontram alinhadas nesse officio. Os seguintes pontos, comentados e esmiudados por Ponte Ribeiro, explicam-lhe a ação: 1º, o espanto que lhe causou a nota de Arana, enviada silenciosamente, depois da partida do paquete; 2º, a suposição em que estava, deduzida da correspondência de Sinimbu, de que êste procedera de acôrdo com ordens secretas; 3º, a convicção de que a sua nota, em resposta a Arana, fôra em têrmos delicados, e, 4º, a certeza de que Mandeville havia sido o principal conselheiro dos atos praticados contra êle, Ponte Ribeiro. Sôbre êste último ponto, dizia claramente a Paulino: "Apesar de que não posso provar a parte que tem tido Mr. Mandeville em todos êstes procedimentos hostis, e particularmente os que me são relativos, não por isso omitirei participar V. Exa. que tenho dados suficientes para convencer-me de que apoiou, como ato merecido e regular, a devolução da nota, porque nela se contraria o peregrino Bloqueio do *Memorandum* inspirado por êle." (417)

Era mútua e já antiga a antipatia. Logo depois da chegada de Ponte, desaviera-se com êle o britânico. Porém não se tratava de um privilégio do brasileiro. Até entre os seus patrícios inspirava Mandeville aversão e desagrado. Hamilton, ministro inglês no Brasil, parece que não ia muito com êle. Purvis desacatava-o a qualquer pretexto. O cônsul da Inglaterra em Buenos-Aires, que em tudo apenas divisava o interesse do seu país, vivia às turras com o ministro. Mandeville envidara esforços para o afastar de Buenos-Aires. Porém o cônsul tinha os seus padrinhos em Londres e continuava impertubável no seu lugar, para maior desepêro do outro. (418)

CAPÍTULO XVIII

RESSURREIÇÃO

1

Embora de passaporte na mão, não pôde Ponte Ribeiro deixar Buenos-Aires. No estado em que ainda se encontrava, seria temeridade empreender a viagem. Além disso, enquanto pudesse coonestar a sua permanência com a moléstia, êle ia ficando até receber ordens do govêrno imperial. Estas chegariam sòmente em novembro. Ponte, porém, não era homem de esperá-las em repouso, retemperando seus nervos para outra refrega. No próprio trabalho buscava novas fôrças e distração. Deitado na cama ou recostado numa cadeira, podia continuar a sua tarefa predileta. Assim é que contou e recontou a história da troca das nótas, até esgotar completamente os pormenores da luta. Mas havia novidades em Buenos-Aires. E, como eram de interêsse, mudou por algum tempo de assunto.

Chegara a Buenos-Aires, no dia 20 de outubro, um enviado Paraguái, acompanhado de dois adidos. Era Manuel Pedro de Peña o enviado, e um dos adidos, Francisco Solano López, filho mais velho do cônsul López e sobrinho do meşmo Peña. (419) Partiram de Assunção a 6 de setembro de 1843, no brigue de guerra *República del Paraguay*, de oitocentas toneladas, "por cuenta y comisión del Supremo Gobierno de la República". Era mixta a missão de Peña, de diplomata e mercador. Ao mesmo tempo que se lhe incumbiram os negócios da independência paraguáia, abarrotaram o navio de mercadorias, para serem vendidas a bom preço. Aportaram nas proximidades da capital. A

noite enviou-lhe Rosas dois coches: um destinado a Peña e outro a D. Francisco Solano. (420) Assim chegaram a Buenos-Aires, onde foram alojados numa esplêndida casa, de antemão preparada. Pusera Rosas, à disposição do enviado, dois ajudantes de ordem. No dia 24, pela manhã, o paraguáio esteve em casa de Ponte Ribeiro, mas acompanhado do ajudante rosista, muito mais espião que ajudante. Foi uma visita muito amável. Peña entregou-lhe uma comunicação dirigida pelos cônsules ao ministro brasileiro em Buenos-Aires. (421)

O paraguáio era atilado e inteligente. “É homem de 50 anos”, descrevia-o Ponte, “e parece-me de mais alcance que Gil.” Para escapar à espionagem de Rosas, viu-se Peña obrigado a enganar Ponte Ribeiro, pois até na legação o ajudante o acompanhou acintosamente. Para despistar o espião, disse Peña certas coisas a Ponte, que, não atinando com o motivo, fez um juízo apressado do outro. Assim é que escreveu a Paulino: “Estou persuadido que nenhum paraguáio entende o que é ser Nação Independente; e que se contentarão com a liberdade de baixar e subir o Paraná até Buenos-Aires e governar-se sem intervenção estranha. Creio que se amoldarão a que Rosas se encarregue também das Relações Exteriores.” (422) Porém as coisas não eram bem assim.

Ainda em outubro chegou outro diplomata a Buenos-Aires. Foi um enviado da Bolívia para tratar de questões de fronteiras. Em pouco tempo se engulhou de tudo aquilo. Arana recebera-o em chinelos e sem lenço no pescoço. O boliviano tomou como ofensa ao seu país. Depois, viu protelado o seu negócio. Reparou no que acontecia a Ponte e acabou por pensar no regresso à Bolívia, antes que lhe sucedesse o mesmo. (423)

O paraguáio, no entanto, não era como o supunha Ponte Ribeiro. A 28 de outubro, dias depois da visita, mandou à legação brasileira aquele espanhol que vivera no Paraguáio e chegara a Buenos-Aires pouco antes de Peña. O espanhol perguntou então a Ponte, muito em segredo e em nome do enviado paraguáio, se era possível incumbir-se de remeter até Itapúa um ofício destinado aos cônsules. Pontes respondeu que sim: mandasse o ofício, que seria entregue com toda a segurança. Em seguida conversou o hóspede mais à vontade. Peña — disse o espanhol — já sabia o que poderia esperar de Rosas. Queria, por isso, avisar o seu governo do que ocorria, mas sem que os espiões pudessem bispar à sua correspondência. Afirmou ainda o mensageiro levariam os cônsules, sem dúvida alguma, adiante a independência da província. Estavam apenas temporizando com Rosas, até que outras nações reconhecessem aquela independência. (424)

Só na manhã de 11 de novembro voltou Peña à Legação do Império. Ainda não havia sido recebido pelo governador. No entanto não perdera o seu tempo. Vendera grande parte das mercadorias trazidas e já por duas vezes estivera em Palermo. Recebera-o Manuelita, com quem Peña se deliciou em conversa muito mais agradável do que com o Ditador. No final, solicitou a Manuelita (“la supliqué”, escrevia Peña) dissesse ao general Rosas que estava às suas ordens e desejava uma entrevista. (425)

No dia 11 de novembro, festejava Buenos-Aires o seu padroeiro, São Martinho. Os funcionários rosistas, inclusive os espiões, atulhavam a catedral, assistindo às solenidades em louvor ao santo. Aproveitou-se o paraguáio dessa oportunidade para conversar melhor com Ponte Ribeiro. Falou então muito em segredo

do, porém com tôda a confiança. Referiu-se ao afastamento em que o mantinham das pessoas não pertencentes aos círculos rosistas, e ao pavor que pretendiam incutir-lhe dos estrangeiros. Enganavam-se, no entanto. Já encontrara um meio de burlar a vigilância e vinha ser o de ir tôdas as manhãs à missa. Para a missa, deixavam-no sair sòzinho, sem o acompanhamento obrigatório. E graças a êsse expediente, falava com quem bem entendia; mas, sempre, de manhã. Peña explicou assim a sua missão a Buenos-Aires: embora trouxesse o "Sêlo da República", não lhe dera o seu govêrno categoria de ministro por não ferir os melindres de Rosas. Os cônsules evitariam defrontar com "êste homem" até que, reconhecida a República pelos estados vizinhos, obtivessem a segurança de que fariam causa comum nô tocante à defesa da independência do Paraguái.

"O Paraguái", continuou Peña a explicação, "não teme a Confederação; mas pelo isolamento que tem estado até agora seria perigoso entrar já em contenda com Rosas por não querer reconhecer categòricamente a sua Independência; porém que há de ser nação como outra qualquer, porque tem quase tanta população como a da Confederação e tôda disposta a ser livre." Falou ainda Peña da navegação do Paraguái e dos limites, e voltou, já no final da conversa, a insistir no pedido feito por intermédio do espanhol. "Tornou a pedir-me", consignou assim Ponte Ribeiro, êste passo da entrevista, "encarecidamente o favor de fazer chegar quanto antes uma comunicação aos Cônsules; mas que fôsse com seguridade até ser entregue ao Comandante de São José ou Itapúa." (426)

2

Somente em meados de outubro chegaram ao Rio de Janeiro as comunicações de Ponte Ribeiro sobre o rompimento com a Confederação. O ministro Paulino estava longe de supor semelhante desfecho. Pouco antes, ainda escrevera a respeito de possível entendimento com Rosas e Oribe. Previra de uma nota de Aberdeen, que este interviria no Prata, com a intenção de pacificar os dois partidos em luta. Caso não conseguisse o apaziguamento, sacrificaria o lorde o governo de Montevideo, entregando a Praça, mediante convenção, ao general Oribe. "Ora o Brasil", escrevera então Paulino a Ponte Ribeiro, "tem na questão que se pleiteia com armas no Rio da Prata interesses muito mais imediatos e importantes do que aquelas duas potências, e cumpre não os abandonar. É portanto indispensável que V. Sa. tome uma posição, que não se isole, e que desenvolva a maior atividade." Em outro despacho da mesma data, Paulino enviara instruções ao ministro residente, no sentido de interessar Rosas e Oribe numa convenção destinada a inutilizar a ação subversiva de Rivera. (427) Os últimos acontecimentos afastavam, no entanto, a possibilidade de qualquer entendimento com Rosas e Oribe. Com Rivera esta possibilidade já havia sido afastada desde o reconhecimento do bloqueio. Nem tampouco o desejava Rivera. O Brasil ficara isolado, como se estranho àquelas lutas, que já se haviam infiltrado no seu próprio território. Por isso, principalmente, as comunicações recebidas de Buenos-Aires desagradaram ao governo imperial. Com os argumentos aduzidos, Ponte Ribeiro, embora pretendesse rebater os desaforos de Arana, justificara um ato praticado à revelia daquele

gôvêrno e em desacôrdo com o seu pensamento. As razões dadas por Ponte, nem mesmo Sinimbu as utilizara. Êste assumira pessoalmente a responsabilidade do que fizera. Não se apoiara em razão alguma, senão na de que o momento se lhe afigurava propício a uma intervenção brasileira no Rio da Prata. Agora, se a maneira de se proceder ao bloqueio era imposta pelos ingleses ou se estrafalário o pensamento que o ditou, nada disso havia influído na decisão; nem se apegara Sinimbu a semelhantes razões para justificar o seu ato.

A 21 de outubro responde Paulino aos officios de Ponte Ribeiro. Ainda que contrário à reação do diplomata, por extemporânea, não muda o seu estilo habitual, de conversa entre amigos, mas em que diz tudo o que tem de dizer, com calma, serenidade e longe de transformar em questão pessoal um assunto de interêsse nacional. "Sinto ter de dizer-lhe", começa o ministro o seu officio, "que a maneira por que V. Sa. procedeu não concorreu pouco para colocar o govêrno imperial na desagradável posição em que se acha. Portanto V. Sa. não podia razoavelmente supor, mórmente à vista da ordem de 26 de abril próximo passado... que o govêrno impérial mudasse repentinamente de política sem o comunicar a V. Sa." Diz-lhe, em seguida, Paulino o que devera ter feito ao receber a nota argentina, uma vez tivesse dúvida do pensamento do govêrno imperial. E nunca aceitar a discussão, naqueles têrmos, sem estar certo daquele pensamento. "E o mais é que o procedimento do commendador Cansansão e o de V. Sa. puseram o govêrno imperial na alternativa ou de explicar-se com o govêrno argentino, como faz, quando podia deixar de dar essas explicações, ou de romper com êle por azedume

de palavras e discussões, nascidas de um fato que o govêrno imperial reprovava...”

Quanto aos artigos publicados em jornal portenho, que tanto scandalizaram Ponte e motivaram em parte a sua resposta a Arana, não chegaram a impressionar o ministro. Este era de opinião que devera o diplomata dar-se por satisfeito com as explicações de Arana e não esperar confessasse o govêrno argentino a sua participação naqueles artigos. “Além disso”, acrescenta Paulino, “devia V. Sa. recordar-se de que tendo o *Jornal do Comércio* aqui, no qual se publicam atos officiais, publicado artigos violentos contra Rosas, as queixas e reclamações de Guido tiveram a mesma resposta, que hoje dá Arana, e que com ela se acomodou o govêrno argentino.” Diz ainda Paulino que ia tentar repor as coisas no estado em que estavam antes da troca de notas, por não concordar se atirasse o país a uma guerra, sem previamente o preparar. Para isso escrevia também a Arana, propondo-lhe uma solução. “Se o Governador aceder às proposições... continue V. Sa. a exercer as suas funções, segundo as ordens que tem, com maior reserva e cautela... — Se o govêrno argentino não aceder embarque V. Sa. o Arquivo e retire-se com o seu secretário para esta Côrte.” (428)

No dia 22 assina Paulino a sua nota a Arana. Aí expõe com clareza e sinceridade os acontecimentos, que antecederam o bloqueio. E’ longa a exposição, principalmente no ponto em que trata da suposta aliança do Império com Montevideo. E termina por indicar a solução prática para o caso, que vinha a ser a retirada das notas. Esta solução coincidia em parte com a apontada pela próprio Arana em conversa com Ponte Ribeiro. O govêrno imperial, escreve Paulino ao ministro argentino, não aprovara o ato de Sinimbu.

Coerentemente, não podia concordar com razões que o justificassem. Vira, com prazer, que o govêrno argentino, mesmo no mais aceso da discussão, não lhe atribuíra aquele ato. “Por isso não duvida ordenar ao seu ministro residente que retire a sua nota de 25 de setembro próximo passado, e as mais que se lhe seguiram, contanto porém que o govêrno argentino haja de retirar também a sua de 22 do mesmo mês, é as mais que se lhe seguiram... — O govêrno imperial pretende também que, retiradas essas notas, o comendador Duarte da Ponte Ribeiro continue a exercer as suas funções... — No caso porém em que o govêrno argentino entenda não dever aceitar tão justas e razoáveis proposições, o sobredito Comendador tem ordem para retirar-se.” (429)

3

A corveta *Bertioga* chegou a Buenos-Aires, com a correspondência do ministro, a 6 de novembro. No mesmo dia Arana recebeu a nota, que lhe fôra endereçada. Não tinha muita pressa na resposta. Ponte Ribeiro esperou paciente, como lhe recomendara Paulino. Mas, decorrido oito dias, insistiu pela solução, lembrando ao vizinho que a corveta se achava no porto à espera da resposta. Esta, segundo Arana, já estava pronta, dependendo apenas da aprovação de Rosas. Porém, até nas suas brigas, era moroso o Ditador.

A Paulino, em resposta ao despacho de 21 de outubro, Ponte não escreveu imediatamente. Continuava doente. As palavras do ministro entristeceram-no. Não podia compreender como empiorara a situação, se acabava de desmascarar o Ditador. Só no dia 15 de novembro dita a seu filho a resposta. É com profunda

melancolia que diz estas frases, com que inicia o seu officio: "Como súbdito e empregado do governo imperial tenho a resignar-me com a desaprovação, que por êste despacho teve a bem fazer da nota com que, a 25 de setembro, respondi à que me dirigiu o ministro argentino com data de 22; ficando-me todavia a consoladora esperança de poder justificar-me de havê-la escrito, oferecendo desde já como documentos de defesa à correspondência que, em original e por cópia, tenho dirigido ao Governo Imperial, e outras provas, que oportunamente elevarei ao seu conhecimento." (430)

A 22 de novembro à noite, o secretário da legação foi a casa de Arana e, não o encontrando, deixou mais um lembrete. Nesta mesma noite, recebeu Ponte o último bilhete de seu ex-amigo e vizinho argentino, enviando-lhe a sua resposta a Paulino e, em poucas palavras, dizendo não ter o Governador accedido aos desejos do governo imperial, diante de gravíssimas dificuldades. (431) A 27 de novembro, na corveta *Bertioga*, deixava Ponte Ribeiro a cidade de Buenos-Aires, acompanhado de seu filho. No dia 30 já se achava em Montevideo, muito doente e com muita febre. Pereira Leal foi buscá-lo a bordo. Ponte recusou-se a desembarcar. Mas, como ameaçasse o *Pampeiro*, resolveu saltar em terra e hospedar-se na Legação do Brasil. Aí o procurou Santiago Vasques. Ponte não o recebeu. Estava passando mal, com muita febre e em banhos continuados. O general Paz também quis falar-lhe. Desculpou-se o diplomata com Paz, como o fizera com Vasques. Ponte Ribeiro estava resolvido a não dar o menor pretexto a explorações políticas. Por isso os não recebera. Pensara partir de Montevideo pelo *Pavuna*, que devia sair por aqueles dias. Porém, pouco depois, mudou de idéia.

Mr. Turner, o *commodore* americano, logo que soube da chegada do seu amigo brasileiro, visitou-o e conseguiu persuadí-lo de adiar por alguns dias a partida e ir com êle no *Adams Smith*, onde além de fazer uma viagem mais rápida, ficaria aos cuidados do cirurgião de bordo. Ponte aceitou mais uma vez o oferecimento desse oficial americano, que sabia ser amigo nos momentos de dificuldade. O *commodore* Purvis também procurou o ministro brasileiro e tratou-o com tanta consideração que parecia querer dissipar a triste impressão deixada pelo seu compatriota Mandeville. Facilitou no que pôde a estada de Ponte em Montevideo, inclusive mandou abrir a mála do pacote inglês, para lhe entregar a correspondência destinada a Buenos-Aires. (432)

O navio americano demorou um pouco a aparecer. Ainda que doente, Ponte não era homem de ficar parado. Assim, tomou várias notas, tanto dos últimos sucessos de Buenos-Aires, quanto do que via e ouvia em Montevideo. Sôbre a situação desta cidade ditou longo e interessante officio. “A meu ver”, comentava êle, “nunca esteve tão carregado o horizonte político do Rio da Prata.” Parecia-lhe que a França ia separar-se da Inglaterra, porquanto Cleval ameaçava bloquear Montevideo, se os franceses não depusessem as armas. E, enquanto isso, Purvis espalhava pelos quatro cantos que o bloqueio argentino acabara. Na verdade, morrera de inanição. A medida intentada pelo general Rosas frustrara-se completamente. Ponte, ao tratar a situação da Praça, escreveu longo trecho sôbre o bloqueio. Dêle se vê que nem Cleval, nem Purvis, nem Turner, revistavam os navios de suas respectivas nações, de conformidade com a intimação do almirante Brown. Mariath mandava perguntar ao comandante dos navios brasileiros, se êstes traziam ou

não os efeitos proibidos. E acreditava sempre na resposta. "Presumo", acrescentava Ponte, "que daqui por diante nem esta pergunta mandará fazer." A tendência, portanto, era para desaparecer o bloqueio. A população habituara-se a passar a feijões, pão e vinho, que existiam em abundância. O dinheiro era que andava escasso. Mas, opinava Ponte Ribeiro: "quando não o houver, irão buscar aonde se achar." O governo havia lançado mão da prata das igrejas e dos particulares, a título de donativos patrióticos. Conseguira arrebanhar umas 90 a 100 arrôbas, que, em breve, seriam transvestidas em moedas. "Não falta", comentava ainda Ponte, "quem creia que se as coisas se puserem a mal, entretanto, se aproveitarão os governantes dêste dinheiro para levá-los consigo para o destêrro." (433)

Outro tema de officios de Ponte, datados de Montevideo, é ainda o agente paraguáio. Escrevera-lhe Peña para pedir-lhe enviasse outra comunicação para os cônsules, via São Borja e Itapúa. Participara-lhe então o paraguáio que o seu govêrno havia mandado uma escuna para saber notícias dos seus agentes em Buenos-Aires. As relações de Rosas com Peña foram boas até a partida de Ponte. A 16 e 25 de novembro, o Ditador recebera em sua quinta os representantes do Supremo Govêrno, com muita distinção. No dia seguinte, Peña escrevia contente ao cônsul López: "Todos lo pasamos muy bien, y somos muy obsequiados, y estamos con completa salud." Falava de Ponte Ribeiro e de sua partida. "No sé lo que sucederá por esto con el Imperio y Buenos Aires, yo me sospecho algo, aunque nada se dice." Era inteligente o paraguáio e pegou fâcilmente as coisas. O sossêgo de Buenos-Aires, que o espanta, não o engana, pois acrescenta: "pe-

ro aunque nada se sabe de cierto, no estan las cosas como para pacificarse pronto, segundo mi sentir." Do diplomata brasileiro diz com franqueza: "es un hombre que se ha portado conmigo, como un hombre verdaderamente de buen, está en esta reputación, y es lleno." (434)

Pouco depois da partida de Ponte, as relações de Rosas com Peña implicaram-se. O paraguáio fôra de visita a corveta inglesa *Pearl*. Aí o recebeu o comandante, com a bandeira do Paraguái hasteada no mastro, com salvas e banda de música. Rosas e Mandeville não suspeitavam de coisa alguma. Foi um escândalo para os dois e, talvez, a primeira vez que se salvasse, no estrangeiro, a bandeira paraguáia como a de um país independente. Isso amuara o Ditador, que passou a demonstrar o seu mau humor a Peña. E Mandeville brigou com o comandante, seu patrício. De tudo isso avisou Ponte Ribeiro a Paulino, de notícias recebidas de Buenos-Aires. (435)

Assim, com tôda a febre, banhos mornos e prolongados, a anotar com a canhoto e a ditar os seus officios, continuava Ponte Ribeiro, sempre, com um sem número de novidades a contar. É, ainda de Montevideo um longo officio que enviou a Pimenta Bueno, nomeado cônsul no Paraguái. De conversas com Gil, com o espanhol e com Peña, conseguira Ponte várias notícias sôbre aquella república. Agora as transmitiá a Pimenta Bueno, até com indicações a respeito dos caminhos a perlustrar. Da passagem de São José a Itapúa, por exemplo, dizia: "é de trinta e tantas léguas, que se fazem em dois dias sem experimentar risco, por parte do governador Rosas." Para Ponte, que havia percorrido de Buenos-Aires a Chuquisaca em lombo de mula,

as trintas léguas não passavam de brinquedo de criança. (436))

Finalmente, pouco depois do Natal, chegou o navio americano. Não o *Adams Smith*, como esperavam, mas o *Columbus*. A 27 de dezembro Ponte Ribeiro deixa a Legação Imperial com o seu filho. Acompanham-no o *commodore* Turner, o encarregado Leal, oficiais da marinha brasileira e funcionários da Legação. O *Columbus* fundeava ao longe. Embarcaram na *Thetis* e seguiram em direção ao navio americano. A passagem pela esquadra brasileira foi saudada pela capitânia. Prosseguiu a barca até parar junto ao *Columbus*. A custo, com o braço ainda inutilizado, foi o Dr. Duarte transportado para bordo. Aí lhe preparara o seu amigo Turner esplêndida recepção. A entrada estava uma guarda em continência; na tolda aguardavam os oficiais o momento da apresentação, e nas vêrgas os marinheiros enfileirados. Para completar o quadro, os canhões do *Columbus* salvaram com dezessete tiros o ministro de Sua Magestade o Imperador do Brasil, enquanto a banda de música tocava o nosso hino nacional. (437)

A 28 de dezembro, às 8 horas da noite, velejou a nau em direção ao norte. Ao longe ainda divisou Ponte Ribeiro o *Banco dos Ingleses*, o último ponto do Rio da Prata que avistou então. Depois, o mar e a incerteza... Talvez um dia voltasse êle a Buenos-Aires. Mas, aos quarenta nove anos, ninguém pôde ter prazer em sondar o futuro. E mesmo muito pouco se deseja, além do sossêgo. É já do passado e das recordações que se vive.

CAPÍTULO XIX

MINISTRO PLENIPOTENCIÁRIO

1

Ponte Ribeiro aportou à Guanabara, a bordo do *Columbus*, a 19 de janeiro de 1844. Havia mais de um ano e meio que se separara de sua família, na esperança de poder em breve levá-la para junto de si. Porém as coisas no Rio da Prata foram de mal a pior até o trágico desfecho. A esposa e os filhos do diplomata tiveram, por isso, de esperá-lo em São Domingos, na cidade de Niterói. Agora o reviam em condições especialíssimas, como um ressuscitado que, antes de retornar à terra, tivesse sofrido as penas do purgatório e conhecido de perto os horrores do inferno.

Infelizmente não encontrei uma só carta de Ponte Ribeiro a sua família. No entanto, as dessa época dariam, por certo, a conhecer o que representou para êle, no fim da borrasca, o retôrno ao lar. O seu arquivo sofreu positivamente uma poda no tocante à correspondência particular. O homem notável, para o gôsto da época, era apenas o de portas afora. O de portas a-dentro perdia todo o prestígio, por cair na craveira comum. Assim, para que êste lado da vida não ensombrasse o outro, se mutilavam os arquivos, rasgando-lhes as cartas íntimas, que revelavam o que de mais humano e interessante existia então, que era justamente a vida de família. Mas a par da vida pública, segue passo a passo a particular. Uma se enlaça de tal sorte à outra que não podemos demarcar-lhes o limite. Falta-nos a respeito de Ponte Ribeiro documentação referente a êsse lado mais humano da vida. Temos de supri-

la, na medida do possível, por um ou outro trecho da sua correspondência política. E dêles somos levados a concluir que o melhor do seu eu, Ponte Ribeiro transformou em amor de seus filhos e de sua mulher. O pão — como escreveu êle — ou a educação dos filhos foi a obsessão de tôda a sua vida. Nos momentos de incerteza, de luta desesperada contra a morte, o que mais o atormentava era a lembrança de seus filhos: a possibilidade de sua *numerosa familia* ficar ao desamparo.

Em 1844, porém, a maior parte de seus filhos já eram homens feitos. A única filha do casal morreu muito cedo. O filho mais velho, José Duarte, já se achava encarreirado. Era da marinha de guerra brasileira e contava 24 anos de idade. Talvez já houvesse casado, ou pouco depois se casaria, com uma filha de Evaristo Ferreira da Veiga. O segundo, Duarte Pereira, já contava 22 anos e desde os 14 era diplomata. Foi êste o companheiro do pai e o único que assistiu à tragédia de outubro de 43. Levou-o consigo Ponte Ribeiro em tôdas as suas missões. E, coincidência interessante, a carreira diplomática dêste segundo Duarte terminará com a do primeiro em 1853. O velho será pôsto em disponibilidade e o moço se transferirá para a Secretaria do Império, por imposição de sua noiva D. Maria da Glória Xavier de Brito. Mais dois filhos de Duarte estavam também encarreirados: Antônio Marcelino, de 20 anos de idade, na marinha mercante, e João Duarte, de 17, na marinha de guerra. Êste, também em 53, deixará a marinha pela diplomacia. A numerosa família de Duarte reduzia-se então a sua mulher e dois filhos: Henrique, de 10 anos, e Luís, de 8. (438)

2

Exonerado do cargo de ministro residente no dia seguinte ao de sua chegada, voltou Ponte Ribeiro a ocupar o seu lugar efetivo na secretaria, de chefe da 3a. secção. O braço direito ainda não se achava completamente curado. De vez em quando lhe apareciam as dores, a lembrar-lhe aqueles dias aziagos da missão. A sombra de Rosas não se afastaria tão cedo de suas recordações. *El Ministro Sangrador*, como o apelidara Rosas, (439) aludindo por cento à cirurgia do diplomata, não se esqueceria do *Tirano Fanfarrão*, comõ se aprazia Ponte em qualificar o Ditador. Este, por sua vez, não perdoaria ao brasileiro as suas notas irreverentes. Estas seriam parte importante das queixas, que formularia o general Rosas contra o Império. (440)

Dias depois da exoneração, caía o ministério. Os conservadores deixavam o poder. A política interna do país modificava-se a 2 de fevereiro de 1844. Aureliano passou a orientar a nova organização partidária, que assumira o govêrno, constituída dos conservadores dissidentes e liberais. Entre os políticos, que voltavam agora ao poder, além de Aureliano, mais dois, com certeza, eram amigos de Ponte Ribeiro. Um dêles, Limpo de Abreu, aliava ao prestígio de revoltoso de 42 notável talento. O outro, Bento da Silva Lisboa, pouco depois ministro, reaparecia com a ajuda de Aureliano, de quem se demonstrara amigo, mesmo diante do gênio ríspido de Honório. Ao menos, o desembargador Silva Ponte consignou no seu *Diário de um Presidente* o seguinte fato: "O Abrantes diz que por morte do Palma o Aureliano escreveu confidencialmente ao Lisboa para que êste solicitasse a Grã-Cruz destinada àquele para Paulo Barbosa: mas que isto

posteriormente foi revogado por Aviso de Honório, que o Lisboa julgou com menos força que a carta confidencial do Aureliano. Os amigos do Lisboa dizem que quando êste recebeu tais avisos, já em virtude da confidencial, a Grã-Cruz tinha sido pedida e dada." (441)

Depois das últimas ocorrências em Buenos-Aires era natural se voltasse Ponte Ribeiro para os seus antigos amigos e êstes o aproveitassem em novas comissões, como acontecera em 34, 36 e 42. Embora fôsse êle francamente favorável ao novo regime partidário, a ponto de em uma memória referir certos atos de Paulino e Honório com azedume, os seus amigos não lhe aproveitaram os serviços. Ao contrário, arquivaram-no definitivamente na secretaria. Os ministros dos negócios estrangeiros sucedem-se uns aos outros, em profusão, de 44 a 49. Todos se apóiam em Ponte Ribeiro; ouvem-lhe os conselhos; encomendam-lhe pareceres, e enviam minutas de despachos a corrigir; mas nenhum o nomeará então para o último pôsto da carreira, a que não podia deixar de aspirar o diplomata, de ministro plenipotenciário.

A vida de burocrata, que levou durante sete anos, no fundo de uma sala sombria, como devera ser a da rua do Passeio, em que se abrigava a 3ª. secção, diante da mesa cheia de mapas e papéis, não é das que se projetam fàcilmente no futuro. Informações e pareceres passam ao anonimato imediatamente, pois ou são aproveitados e tomam a autoria de quem os aproveitou, ou rejeitados e esquecidos de todos, no fundo do arquivo ou da cesta mais próxima. Porém, homens do estilo de Ponte, até numa repartição pública, das 9 da manhã às 3 da tarde, conseguem deixar rastos proficientes de sua passagem. A ação domina-lhe inteiramente a vida e faz com que êle se sobreponha ao

remanchar ronzeiro daqueles dias sonolentos da rua do Passeio.

Ponte Ribeiro trabalhou como sempre, não apenas porque fôsse obrigado, mas por necessidade de produzir, curiosidade de conhecer e satisfação de saber. Escrevia e reescrevia várias vezes os seus trabalhos. Sempre com uma letra muito característica e num estilo todo pessoal. Nada menos de vinte e dois trabalhos, realizados de 44 a 49, se encontram fichadas no *Arquivo Histórico do Itamarati*. Além disso possui no *Arquivo do Visconde do Uruguái* inúmeros escritos de Ponte, relativos a essa época.

A meu ver os dois trabalhos mais importantes, concluídos no período liberal, estão ambos datados de 1844. O primeiro tem o seguinte título: *As relações do Brasil com as Repúblicas do Rio da Prata, de 1829 a 1843*. E foi escrito pouco depois de voltar de Buenos-Aires. Divide-se esta memória em duas partes distintas. Uma é interessante síntese de ocorrências verificadas no Prata e das quais o autor não fôra parte. A outra é extensa relação dos sucessos de 42 e 43, em cujo cenário político figurava êle. Aí visou principalmente à defesa de atos seus, como ministro residente. Mas não se encontravam entre as suas qualidades a modéstia. (442) Assim, tudo que cõtrariasse ou não confirmasse a sua opinião, êle afastou do trabalho. Deixou, por exemplo, sem mencionar alguns dos antecedentes do Tratado de 24 de Março. Um dêles, a meu ver, essencial para se entender a história do tratado, foi a maneira de o ministro residente narrar as suas relações com o general Rosas e Arana. Afer-rara-se Ponte na idéia de que era possível obter a amizade do Ditador. E inadvertidamente deixava transparecer, nos seus officios ao ministro Honório, a

idéia, como se já fôra realidade. No entanto, Rosas não era amigo senão do meu próprio jôgo. Só depois de frustrada a aliança é que Ponte Ribeiro se abre e fala com franqueza do modo acanalhado de Rosas o receber. Iludira-se o diplomata até o fim da missão. A nota, que lhe endereçou Arana, caíra-lhe como um raio, de surpresa, justamente quando julgara ter aquietado a tempestade. Contudo, a memória do ex-ministro residente é interessantíssima e documento indispensável ao estudo da época. Mas, como depoimento apenas de uma das partes, está longe de ser síntese completa dos sucessos políticos de 1843. Faltam-lhe, para que se possa descortinar a paisagem inteira, certos dados, como a correspondência de Honório com o Conde de Caxias e com o próprio Ponte, e as notas do general Guido; não, apenas, em determinados trechos, mas completas.

Depois dêsse desabafo natural, escrito ainda sob a impressão da tragédia, que vivera em Buenos-Aires, voltou Ponte Ribeiro ao estudo dos limites. E antes de terminar o ano de 1844, consegue repassar os pontos das fronteiras, em trabalho complementar a outro que fizera em 42. (443) Mas não fôra êle o primeiro a empreender a tarefa. O Visconde de São Leopoldo já o havia feito em 1839, em resposta a quesito formulado pelo *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Fizera então o Visconde um esbôço muito resumido. Porém, sem conhecer as conclusões de Ponte Ribeiro, nas suas negociações de 38 e 39 com o marechal Santa Cruz, chegou ao mesmo resultado no tocante ao *uti possidetis*. Ponte Ribeiro buscara a idéia entre os próprios peruanos e bolivianos, enquanto São Leopoldo, mais tradicionalista, o fôra encontrar entre os portugueses. Indicou-nos êste último a fonte em

que se inspirara para esboroar o tratado: o Marquês de Sobremonte, depois da paz de Badajoz, pretendeu reivindicar amigavelmente as raias de 1777; mas obteve em resposta terminante recusa dos portugueses, “pelo princípio universal de Direito Público de que, pela guerra, ficam rotos os tratados anteriores e o estado em que as coisas se acham no momento da Convenção de Paz, deve passar por legítimo.” (444)

Ponte Ribeiro também era de opinião que a posse deveria prevalecer em todos os futuros limites, com excepção da Guiana Francesa, cujo direito nascia do Art. VIII do Tratado de Utrech. Porém asseverava que êste modo de entender a questão de limites era universal na América. “Tôdas as repúblicas que cercam o Império“, escreveu então, “cuidam de fixar a sua fronteira com êle pelo único meio valioso de que tem de lançar mão, o *uti possidetis*.” Mas, se o Peru e a Bolívia pensavam na posse para a solução dos limites com o Brasil, outras repúblicas tinham idéias contrárias, como provava a missão Muñoz. A própria Bolívia já cambava inteiramente para o grupo favorável ao tratado de 1777, como se verifica de trabalho publicado, em 1843, no jornal *El Restaurador*, de Sucre. (445)

Na maneira de encarar a questão é que Ponte Ribeiro difere de São Leopoldo. Êste a tratou mais como erudito, acadêmicamente. Enquanto Ponte, mais realista talvez, esmiuçou as posses do Brasil, demonstrando que as nossas fronteiras haviam recuado em vários pontos. Previdente, quis ver se conseguia, quando não refazer as antigas posses, ao menos conservar firmemente as que então existiam.

3

De 1844 em diante, vamos encontrar Ponte Ribeiro transformado em consultor obrigatório dos assuntos sul-americanos. Ernesto Ferreira França pedira-lhe parecer sôbre os limites do Brasil com o Uruguái. Ponte, em carta de novembro de 44, emitiu sua opinião com franqueza e acêrto. O ministro, porém, pretendia aproveitar-se do momento para obter determinada linha divisória, mediante indenização. Por isso desaprovou o parecer do chefe da 3a. secção e insistiu no seu intento. Ponte, no entanto, não gostava de ser contrariado, muito menos quando se lhe figurava estar com a razão. Fez uma nota sôbre o ocorrido, criticando o procedimento do ex-ministro, pois logo depois saía Ferreira França do ministério, e a enviou a Paulino de Souza, então na opposição. Desta mesma época é outro trabalho de Ponte, também remetido a Paulino, sôbre as peripécias da viagem do general Paz, até Corrientes. É trabalho no gênero do anterior, em que faz sobressair o ridículo de certos fatos acontecidos, como, por exemplo, a prisão do general em Santa Catarina, pelo presidente da província, que ignorava completamente a intenção do ministério. (446)

Longo seria resumir todos os trabalhos de Ponte Ribeiro, durante o período em que esteve na secretária. Apenas, para demonstrar a influência que exerceu, apontaremos alguns. Em memória datada de 10 de agosto de 1845, tratou da navegação dos rios e lagoas. De início escrevia: "A navegação interior dos rios e lagoas, em todos os países é privativa da nação a quem pertencem. A tolerância ou permissão aos estranhos para fazerem essa navegação interior em um

ou mais lugares, estabelece precedentes que serão alegados como renúncia daquele direito privativo.” Daí seguiu estudando a navegação das lagoas dos Patos e Mirim, e concluiu o seguinte, no tocante à última: “Tudo se remediará se desde já o Governo Imperial proibisse que as embarcações estrangeiras vão do Rio Grande e Pôrto-Alegre; e mandasse que a Alfândega não aplique os regulamentos e leis respectivas, destinadas à navegação internacional, às embarcações nacionais, que navegam para a Lagoa Mirim, nem consinta que levem gêneros sem pagar primeiro os direitos de importação na Província, como destinados ao consumo dela, embora passe para o Estado vizinho.” A nota de 17 de janeiro de 1846, que o ministro Limpo de Abreu enviou a Magariños, ministro uruguáio, justamente sôbre a navegação da lagoa Mirim, foi inspirada, a meu ver, nesse trabalho de Ponte Ribeiro. (447)

O auxílio que prestou o chefe da 3a. secção ao seu velho amigo Bento da Silva Lisboa, agora Barão de Cairu, foi dos mais eficientes. Nem mesmo em convalescença, retirado em Niterói, numa chácara no Fonseca, conseguiu Ponte alhear-se daquele emaranhado de notas e pareceres. Cairu não o deixava refazer-se da doença, longe do bulício da secretaria. Assim, de uma carta do diplomata ao ministro, datada de 11 de agosto de 1846, sabemos dos vários trabalhos, que lhe incumbia Cairu. “Espero”. terminava Ponte esta carta, “que V. Exa. se dignará me desculpar, que eu lhe mande as minutas emendadas, em vez de passá-las a limpo, pois devo confessar a V. Exa. que não me acho ainda em estado de trabalhar aturadamente. Conto ir à Côrte um dia dêstes, mas não para lá ficar de vez, porque estou certo que recairei. (448)

É ainda de 46 importante trabalho de Ponte Ribeiro, intitulado: *Pro-Memória de alguns incidentes de política externa do Império que tem relação com a Província do Pará, feito para informação do novo Presidente*. Refere-se aos limites do Pará. Constituía-se então esta províncias dos atuais territórios do Amazonas e Pará. A extensão de limites a demarcar era imensa, além de ser a província que confinava com maior número de países. No entanto, ainda que resumidamente, Ponte Ribeiro assinalou uma a uma as posses do Império naquelas paragens e tocou no ponto, para êle, principal da questão, repetindo o que já várias vezes havia dito: "Não havendo tratado entre Espanha e Portugal que designasse os limites na América, carece o Brasil de direito positivo para ir buscar a linha fronteira que deseja, e por conseguinte só pode argumentar vitoriosamente apoiando-se no princípio *uti possidetis*." (449)

Assim se passaram os anos de secretaria, no casarão da rua do Passeio, bem defronte ao jardim, entre a rua das Marrecas e o Largo da Lapa. O homem continuava o mesmo ao traspasar os cincoenta anos: trabalhador, ativo, minucioso, sempre atento a tudo que se reportasse a certos assuntos de sua predileção. Nesses anos todos, nem as doenças e brigas lhe faltaram.

Os liberais em 1848 caíam e voltavam ao poder os conservadores. O Visconde de Olinda esteve no ministério dos negócios estrangeiros até outubro de 49, quando no dia 8 foi substituído por Paulino de Souza, o ministro que desaprovava o não reconhecimento do bloqueio e as notas de Ponte. Este, porém, estava agora intimamente ligado a Paulino, a ponto de lhe dar informações sobre as ocorrências no ministério, durante a gestão de Ferreira França. Era natural

que fôsse Ponte Ribeiro lembrado, depois de tantos anos de estudo, pareceres e memórias.

Paulino teve uma visão integral das grandes questões do seu tempo. Por mais importante que fôsse uma delas, não conseguia desviar-lhe a atenção das outras, não menos importantes, embora não exigissem solução tão imediata. Entre estas se incluíam os limites do Brasil, que foram considerados, pela primeira vez, não apenas como motivo de estudos, mas de negociações e tratados. Ponte Ribeiro, no tocante aos limites, foi, desde o início, encarregado pelo ministro de um sem número de tratelhos. Em 1849, iniciou êle pacientes pesquisas, verificando os mapas, memórias e diários científicos, que, de ordem do Conde de Linhares, tinham sido trazidos, em 1813, de Lisboa para o Rio de Janeiro, onde, só a partir de 1842, êle, Ponte, reconhecera existir ali *preciosidades*. (450)

Nesse trabalho esteve ocupado até janeiro de 51 e, depois, de 53 em diante. Porém não se limitou a esta verificação. Data de começo de 1850 o plano que esboçou para a criação da "Comissão de Limites". Na exposição que apresentou ao ministro, dizia Ponte: "Suposto realizável a *Comissão de Limites*, lembrada por S. Exa. o Sr. Paulino, para colher escritos e mapas, e levantar uma Carta da Fronteira do Império, acompanhada de uma exposição histórica dos dados em que estiver fundada, sou de opinião que se tome por base a "Resenha do Estado da Fronteira do Império", que escrevi em 1842, e foi analisada pelo General Andréa em 1847." Em síntese determinava a maneira de se dividir o trabalho, que seria a seguinte: "Se fôsse adotada essa base, seria bom dividir a *Carta* em quatro secções, a saber: 1a. — Desde o *Oyapock* (ou *Calceone* se não de prevalecer as exigências da Fran-

ga) até *Tabatinga*; 2a. — De *Tabatinga* até a confluência do *Mamoré* com o *Beni*; 3a. — Da foz da *Mamoré* até o *Salto Grande* do *Paraná*; 4a. — Do *Salto Grande do Paraná* até o *Chuy* no Oceano.” Continuava a exposição discriminando os principais pontos de cada uma das secções. Junto à exposição, encontram-se outros papéis, que completam o trabalho, como, por exemplo, a minuta do decreto, a ser assinado pelo Imperador, em que se criava a comissão constituída de Paulino, presidente, Pimenta Bueno e Ponte Ribeiro. (451)

A comissão de limites não chegou a ser criada. Mas isso não impediu que o ministro e o diplomata continuassem a estudar as questões. Em carta de 26 de outubro, Ponte escrevia a Paulino: “Levei ao Arquivo Militar os Mapas indicados por V. Exa. para serem ali copiados; e passando a examinar os constantes da relação que a V. Exa. enviou o respectivo Diretor, achei entre êsses, outros que também esclarecem pontos importantes da Fronteira do Império.” Terminava Ponte esta comunicação com um elogio à carta do rio Paraguái, levantada por Leverger. As palavras do diplomata são de profunda admiração pelo futuro Barão de Melgaço, para quem solicita a comenda de Aviz, em recompensa dos relevantes serviços prestados em Mato-Grosso. (452)

4

Por pouco tempo mais se entretteve Ponte em examinar mapas. Desde fins de 1849 o ministro Paulino encaminhava a política do Brasil, em relação ao Rio da Prata, no sentido de uma intervenção. O quadro, na aparência, não mudara muito, embora fossem inúmeros os sucessos ocorridos desde janeiro de 1844.

As intervenções anglo-francesas, de 1845 em, diante conseguiam apenas exacerbar as rivalidades. Continuavam ainda Rosas e Oribe, de mãos dadas, numa luta de intrigas e descomposturas contra Montevideo, que morria de inanição. Apenas se verificava a falta de um dos contendores: o general Rivera, depois de definitivamente derrotado, vivia pacificamente, desde 1848, no *Hotel de Itália*, Largo do Rocío n. 1, com a diária paga pelo govêrno imperial. (453)

As relações do Império com o general Rosas, a partir do bloqueio e das notas de Ponte Ribeiro, pioraram muito. Novas queixas formulara o Ditador. A missão Abrantes e a fuga do general Paz, em breve, aumentaram o volume das notas mal-humoradas de D. Tomás, que, contudo, vivia satisfeito no Rio de Janeiro. O Visconde de Olinda fez o possível para contornar as quezílias engendradas pelo general Rosas e chegar a um acôrdo com D. Tomás. Porém novo motivo de queixa esgaravatou o Herói, a fim de impedir qualquer entendimento e de engrossar as suas reclamações. Êste motivo desencavou-o no Paraguái. O presidente desta república, D. Carlos António López, teve, por êsse tempo, veleidades de brigar com o Governador de Buenos-Aires. Fez invadir a província de Corrientes. Porém, meditando melhor, ordenou recuassem os seus soldados. Isso foi o suficiente para se inculcar o Império responsável pela façanha. Rosas trombeteou o boato de Buenos-Aires. Repetiu-o aqui, freneticamente, o general Guido. (454) Até em Entre-Rios, D. Justo José de Urquiza fulminou o Império pelos maus conselhos que dava ao pacífico Supremo. Nada menos do que pulverizar o Paraguái e desmantelar o Brasil, pretendia D. Justo. Assim, escreveu, de *Guaqueguaychu*, em 31 de julho de 1849, a

Domingo Duarte Monçores: (455) "La imbecilidad suma del Gobierno Paraguayo es á la que debemos atribuir su loca resolución... Aseguro á Vd. que seran pulverizados, dejandoles una terrible lección para el escarmiento del resto de sus comprovecianos, pero es necesario convencerse de que no son los Paraguayos los mas criminales en esta empreza: Los Brasileiros mi amigo son los principales autores de tales tentativas sobre nuestra Republica, son mas culpables todavia."

Depois de expandir seu ódio contra o Império, perguntava Urquiza: "Quienes mas invitan nuestra venganza? certamente el Brasil..." "Y en esto caso", proseguia indignado o general, "la guerra será con el furor que nos inspiran sus hechos: la venganza tan terrible como impulsada sin consideración y con demasiada perversidad." Mas, no final, adocicava um pouco as ameaças: "Dios quiera que asi no suceda." Deus, na sua imensa bondade, ouviu a súplica de D. Justo, sorrindo-lhe talvez às bravatas. A exterminação não se verificaria. Ao contrário, alguns anos depois, o ministro Paulino diria: "Continua o namoro de Urquiza, mas receio que êle creia tão pouco em mim como eu nêle, apesar de que seria isso uma injustiça." (456)

À invasão dos paraguaios, atribuida graciosamente a maquinações do Brasil, veio juntar-se outra ocorrência. O Rio Grande do Sul, pacificado pela ação calma e enérgica de Caxias, em breve refez a sua economia. Os interesses dos riograndenses cresceram durante os anos de paz, decorridos até 1849. Extendiam-se as suas estâncias não só às zonas limítrofes, mas ao próprio território da República Oriental. Interessava-os a passagem do gado, pela fronteira, livre de qualquer tributo. Oribe, senhor de toda a campanha oriental, além de taxar essa passagem com impostos, usa-

va e abusava das estâncias e gados dos riograndenses, localizados no Uruguái. Quando se opunham os riograndeses às arbitrariedades, Oribe exaltava-se e os mandava à degola. Dêsse conflito de interêsse sobreveio a luta entre riograndenses e oribistas. (457) Pouco antes de Olinda deixar o ministério, o Barão da Jacuí, chefiando a reação gaucha, invadira o Uruguái. Outras incursões se seguiram. O presidente da Província, general Andréa, não pôde dominar o movimento. Dias depois de informar o govêrno imperial de que Jacuí estava quieto em sua estância, perto de Pôrto-Alegre, entrava o Barão mais uma vez em território oriental, para novo conflito com as autoridades oribistas. (458)

Na Côrte, o ministro argentino exultou diante da consumação de um fato, que previra, e cuja repetição tentara evitar. Nada mais o deteve na sua correspondência com o ministro brasileiro. Desabridamente xingava o chefe riograndense, descompunha o govêrno imperial e ameaçava o Brasil inteiro. Paulino, já então no ministério, não lhe reconheceu o direito de zombetear de todos, por qualquer motivo, sem atentar para coisa alguma. Replicou-lhe à estrafalária linguagem com muita calma, porém de tal maneira que o general Guido se viu obrigado a pedir o passaporte. Imediatamente lho remeteu Paulino. Mas, na hora da partida, relutou Guido o mais que pôde em seguir o seu destino. Apegou-se a todos para ver se ainda desta vez, como das anteriores, continuava firme no seu pôsto. Mas acabou por convencer-se de que fôra o adeus definitivo. E com saudades deixou a sua casa da rua Matacavalos 20, seguindo para Buenos-Aires ainda em 1850.

A princípio a luta contra o Ditador pareceu difícil ao ministro Paulino, uma vez que a França, com as negociações Le Prédour, pretendia desembaraçar-se da Praça a qualquer preço. Porém, nem Le Prédour, nem Rosas, nem Oribe, estiveram à altura da situação. O jôgo, que fizeram em 50, foi péssimo. Tudo quanto diziam, combinavam, pactuavam, sabia-o o ministro brasileiro em sua casa da rua dos Invalidos. Isso lhe possibilitou o domínio da situação no tocante à Praça e o ensejo de se aproveitar de tôdas as brechas deixadas pelos três, para colocar uma peça do seu próprio jôgo.

Os acontecimentos foram aos poucos desvanecendo as apreensões do ministro. Facilitaram a ação da diplomacia brasileira. Por um lado Rosas, fazendo sem querer o jôgo de Paulino, rompia as relações com o Brasil e assumia o papel passivo de pupilo da Inglaterra. Assim anulou tôda a sua decantada agressividade. Por outro lado, a mesma incapacidade no conservar o apoio dos seus próprios correligionários. Perdeu o auxílio de Urquiza; abandonou Oribe sôzinho, à sua própria sorte; aconchegou-se cada vez mais ao seio protetor de Mr. Southern, e acabou cercado de inimigos, na impossibilidade de se defender dos golpes por tabela, que lhe desfechava o ministro brasileiro.

A luta teve suas fases nítidas. De uma carta de Paulino a Pimenta Bueno, de 6 de maio de 50, já o vemos formular hipótese, logo no começo da execução de seus planos. (459) Aos poucos, os primeiros passos do ministro se firmam. D. Andréa Lamas, na Côrte, e Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em Montevideo, de acôrdo com Paulino, desenvolvem e ampliam-lhe a ação. Rosas não reage. Espera quieto a ajuda

da Grã-Bretanha. Isso melhora a situação do Brasil; aumenta-lhe o prestígio, e faz os indecisos, que espreitavam os acontecimentos, deixarem o general Rosas à procura do Império. Os horizontes do Rio da Prata aclaravam-se finalmente. (460)

Nos primeiros dias de 1851 a intervenção brasileira já estava decidida. Mas necessitava-se de alguém que, representando o Brasil nas Repúblicas do Pacífico, fôsse capaz de neutralizar as insídias dos jornais rosistas contra o Império, explicando-lhe os verdadeiros motivos da intervenção. Não só pelo conhecimento que tinha daquelas repúblicas, mas ainda pela amizade que lhe dedicava o ministro, o escolhido para esta importante missão foi Duarte da Ponte Ribeiro.

CAPÍTULO XX

O TRATADO COM O PERU

1

Com entusiasmo preparou Ponte Ribeiro a viagem. Discutiu com o ministro ponto por ponto da missão, com antecedência e calma. Minucioso como era, não se esqueceu dos pormenores mais insignificantes. Esmiudou tudo em um sem número de papéis, que entregava ao ministro. Previu, orçou, calculou, com alguns erros de soma, é verdade, os gastos de viagem. A passagem do Rio de Janeiro a Valparaíso, por exemplo, foi calculada em 500\$000. E o proseguimento da viagem até Santiago, em 400\$000. A instalação nesta última cidade da legação saía por 4.000\$000. Mas a minúcia do diplomata ia além. De

Valparaiso a Lima, o preço da passagem, sem os baús que faziam as vezes das malas, era de 306\$000. Com os baús acrescia mais a quantia de 200\$000. No Peru, “para pôr casa em Lima habitável por uma legação”, a despesa atingia a 8:000\$000. A continuação da viagem até Chuquisaca importava em 7:292\$000. Nesta parcela englobava não só os gastos com equipagem, criados e arreios, mas ainda “para pôr casa sofrível como permite o país.”

Também, com a mesma antecedência, tratou Ponte Ribeiro dos principais assuntos da sua missão. Em 21 de fevereiro escrevia: “Depois da conversação que V. Exa. se dignou ter comigo ontem, julgo necessário chamar ainda a sua atenção sôbre dois pontos essenciais da missão a que sou destinado junto dos governos do Peru e Bolívia, isto é, *comércio* pelas fronteiras do Império com aquelas Repúblicas e a *navegação* dos rios.” Em seguida desenvolveu as suas dúvidas em quatro páginas de papel almaço, escritas até a última linha. Mas não ficou nesses dois pontos a conversa do plenipotenciário com o ministro. Outros papéis, repletos de sua letra escarrapachada, remeteu êle a Paulino, formulando hipótese, relembrando casos, apontando dificuldades e pedindo soluções. Em um dêles, entre outras coisas, indagava: “Prevalece o mesmo Tratado com o Peru, ou faz-se outro?” “No caso de se poder alcançar um razoável Tratado de Limites com Bolívia, despendendo algum dinheiro, está o Governo Imperial disposto a gastá-lo sempre que se realize o Tratado?” “Quer o Governo Imperial que a Legação vá também ao Equador?” (461)

As conversas entre o ministro e o plenipotenciário e as dúvidas por êste suscitadas ficaram tôdas consubstanciadas e resolvidas nas instruções de 1 de mar-

ço de 1851, em que Paulino determinou os objetivos da missão. Dois fixou êle como principais: primeiro, contrarrestar a influência de Rosas nas Repúblicas do Pacífico, e segundo, aproveitando-se Ponte de sua estada nos países fronteiros ao Império, negociar os respectivos limites e a navegação dos rios. Nas instruções sintetizou Paulino êsses dois objetivos da missão, com muita clareza e notável descortino político. De início tratou do primeiro, que no momento era o mais importante, salientando o fato de o general Rosas se conelamar "exclusivamente americano", e, com isso, fazer uma "cruzada contra o Brasil" em tôda a América Meridional. Como era de seus hábitos, Rosas, na propaganda que fazia do seu americanismo de fachada, torcia, adulterava e inventava fatos no intuito de suscitar inimigos ao Brasil, "não esquecendo para despertar o ciúme e a desconfiança, a disseminação das Instituições monárquicas." Com o rompimento verificado em fins de 1850, em consequência da retirada de Guido, previa o ministro "ter subido de ponto" essa série de intrigas do Ditador, a que êle chamava de "pérvido afã". "O fim principal da missão de V. Exa.", escrevia Paulino, "é destruir e contraminar as insídias de Rosas, explicar a política larga, franca e generosa do Govêrno Imperial, bem como os fatos que deram lugar ao rompimento diplomático, que pode ser considerado como precursor de uma guerra."

Ponte Ribeiro deveria providenciar rapidamente a fim de que as Repúblicas do Pacífico olhassem com simpatia, desde a declaração de guerra, a causa do Império, aliado de Montevideo e do Paraguái. É de se notar que, no momento em que Paulino redigia essas instruções, a posição do general Urquiza ainda era in-

certa. Pôsto que o seu emissário já houvesse procurado o encarregado de negócios do Brasil em Montevideo, só a 11 dêste mesmo mês de março é que Paulino, impugnando as proposições de Urquiza, fixou as bases para o futuro acôrdo. Sòmente em princípio de abril aceitaria Urquiza as bases indicadas pelo ministro brasileiro. Por isso, quando escreveu Paulino as instruções de Ponte Ribeiro, apenas contava com a aliança do Paraguái e de Montevideo.

A ação de Ponte Ribeiro seria no sentido de procurar “desmascarar a marcha insidiosa e a ambição de Rosas, tornar palpável a supremacia que se arroga sôbre os outros Estados Americanos e que o Brasil nunca quis exercer.” Para que se evidenciasse aquela ambição, citava Paulino alguns casos ocorridos no Chile e Bolívia, que provavam sobejamente a pretensão de Rosas de “impor a sua vontade e os seus caprichos não só às Províncias Argentinas, mas ainda às outras Nações da América.”

Em contraposição à política do Ditador, traçou o ministro, em linhas gerais, a política do Império no que dizia respeito à América: “Fará ver que a política do govêrno imperial consiste em não intervir de modo algum, nem direta, nem indiretamente, nas questões internas dos outros países. Pôsto que a forma do Govêrno do Brasil seja monárquica, êle respeita as outras, e entende que cada Nação deve ser governada como quer e por quem quer.” E depois de indicar os pontos essenciais da política externa do Império, concluía Paulino esta parte principal das instruções, com o seguinte paralelo: “Estas são as feições gerais da política do govêrno imperial, que V. Sa. comparará com a política ambiciosa, egoística, violenta, exigente e insultuosa do Governador Argentino. A política do govêrno im-

perial é uma política liberal e civilizadora, a de Rosas é uma política retrógrada, tirânica e de barbarismo.”

Dessas determinações gerais passou a particularizar os casos. No Chile incumbia o plenipotenciário de verificar, se a atitude do ministro do Chile em Paris, Rosales, de verdadeiro agente rosista, era em consequência de ordens do seu govêrno. Recomendava Paulino a Ponte Ribeiro embarçasse semelhante procedmientto e também evitasse a repetição do que acontecera na guerra da Cisplatina, em que se armaram corsários nos portos chilenos, contra o Império. Em séguida, tratou da ação do diplomata na Bolívia. Aí as questões de limites e navegação sobreexcediam tôdas as outras. As pretensões da Bolívia — dizia Paulino — reduziam-se aos três itens seguintes: 1.º, o reconhecimento do tratado de 1777; 2.º, o direito de navegar os rios que nascem no seu território, e 3.º a construção de uma estrada, pelo Brasil, das salinas do Jauru a Cuiabá, evitando as voltas do caminho de Vila-Bela. Aos três quesitos respondeu assim: a pretensão a validar o tratado, afirmava o ministro, “é absolutamente inadmissível”; a navegação dos rios, admitia-a “por direito convencional, e concessão nossa e salvo os regulamentos fiscais e de polícia.” Quanto à última pretensão mandava aceitar, com as mesmas restrições no tocante à polícia e ao fisco. A navegação dos rios afigurava-se-lhe matéria a ser tratada imediatamente. Não admitia delongas nesse particular, mas desejava garantias. “Pelo que toca a navegação dos rios, — escrevia — tôdos os territórios encravados no meio da América Meridional conspiram contra o Brasil para obterem uma saída para o Atlântico... — A concessão aos ribeirinhos da navegação dêsses rios, por meio de convenções, e portanto por direito convêncional, pode trazer alguns inconve-

nientes, mas êles desaparecem diante de muitas vantagens. Demais o trancamento dêsses rios é incompatível com a civilização e tendência do século.”

Quanto aos limites, indicava os consignados pelo próprio Ponte Ribeiro, num trabalho de 1842. Mas o principal fito do ministro era não só o de firmar o *uti possidetis*, senão também o de afastar o caduco tratado. “Se no correr das discussões,” continuava êle, “aparecerem algumas exigências, que se oponham à exata concordância da fronteira com a indicação dos ditos projetos, mas que em seu parecer sejam de pouco valor, poderá V. Sa. remover êsse embaraço em benefício da conclusão do tratado. Se nem assim puder convencionar o tratado definitivo, procurará obter o reconhecimento do atual *uti possidetis*, ou por uma declaração categórica, ou por uma convenção feita a título de regular o comércio da fronteira, ou a navegação de rios.” (462) Das instruções vê-se que a Bolívia, em 1851, já havia voltado ao seu antigo ponto de vista sôbre o tratado de 1777. Porém, o Império repelia agora, mais do que nunca, o tratado, fixando-se definitivamente na posse atual.

Com relação à República do Peru as determinações eram mais positivas. Fôra o govêrno peruano quem convidara o brasileiro a renovar as disposições do tratado de 1841. Era, pois, a aceitação de um convite, e, assim, com probabilidade de um acôrdo. “O govêrno peruano”, escrevia o ministro, “se dirigiu por três vias em data de 12 de maio p.p. ao govêrno imperial, propondo a renovação dos tratados ajustados por V. Sa. em 1841, e que não foram ratificados.” Mas não interessava o Brasil restabelecer o tratado, principalmente as cláusulas referentes à paz, ao comércio e à amizade. “Semelhantes estipulações”, comentava Paulino, “eram

necessárias entre as antigas Nações, que não se consideravam obrigadas a coisa alguma para com as outras, que não fossem aliadas... O Brasil reconhece, assegura e aplica liberalmente os princípios de Direito das Gentes, com igualdade a tôdas as Nações, que com êle se relacionam, sem necessidade de os escrever em tratados, o que sômente pode servir para dar lugar a interpretações e exigências exorbitantes, e como fundadas em Direito Convencional. A experiência tem-nos dado a êsse respeito lições que cumpre aproveitar."

Sôbre as fronteiras com a República do Peru prevalecia o critério do *uti possidetis*. Tabatinga era o principal ponto de referênciã. Para o norte a linha até a foz do Apaporis. No restante serviria de base o citado trabalho do plenipotenciário, de 42. Sôbre a navegação do Amazonas dizia Paulino: no caso de o govêrno peruano julgar não ser possível a navegação por uma companhia, sem o auxílio dos dois govêrnos, e desde que estivesse resolvido a coadjuvá-la, assegurasse Ponte que o govêrno imperial concorreria com "auxílio pelo menos igual." (463)

2

Em companhia dos seus dois filhos, Duarte Pereira, secretário, e João Duarte, adido, deixou o conselheiro Ponte Ribeiro o Rio de Janeiro, a bordo do vapor americano *Monumental City*, no dia 8 de março de 1851. Ia visivelmente satisfeito por ter voltado à antiga atividade, com o imponente título de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Sua Magestade O Imperador do Brasil. Em Montevideo descansou por alguns dias. Incumbira-o Paulino de missão secreta junto ao govêrno da Praça, que consistia em

declarar ao ministro Herrera y Obes que o Império sustentaria Montevideo e romperia com o Ditador, no caso de o tratado Le Prédour ser ratificado. Ponte Ribeiro cumpriu satisfeito a missão e a 29 de março deixava mais uma vez a Praça sitiada. (464)

O *Monumental City* rumou em direção ao sul. A 9 de abril ancorou no pôrto de *Famine*, colônia chilena localizada no Estreito de Magalhães. Aí o plenipotenciário teve tempo de fazer um esbôço a lapis da colônia, no alto do promontório; do pôrto, onde um navio descarregava carvão e outro ardia em chamas, e do próprio *Monumental City*, incluído também na paisagem. Em maio já se achava Ponte Ribeiro em Santiago. Chegara a essa capital pouco depois de se verificar o motim de abril, do qual fôra um dos chefes o coronel Arteaga. Êste se refugiara na Legação dos Estados- Unidos. O govêrno chileno reclamara a entrega do militar; sob a alegação de se tratar de um incendiário, que lançara fogo no quartel de artilharia, em risco de arder a pólvora e destruir parte da cidade. O ministro americano, Mr. Peyton, negou-se a entregar Arteaga, considerando-o asilado, e justificou a recusa com as imunidades da legação. Instou, no entanto, o govêrno chileno pela entrega do coronel, ou consentimento para que a justiça o levasse da legação. No caso contrário, ameaçava de retirá-lo à fôrça. Peyton ouviu o Corpó Diplomático e retrucou, em seguida, que não entregaria o revoltoso.

Estava a questão nesse pé, quando chegou Ponte Ribeiro. De um lado o govêrno chileno, que, depois da ameaça, não podia retroceder; mas certo de que o seu procedimento acarretaria um conflito. Do outro lado, o ministro americano, não muito convencido da causa que esposara, mas já sem poder recuar. Assim,

mal chega Ponte à capital que o procura Mr. Peyton. Desculpa-se da liberdade de o importunar antes da visita oficial, porém conta-lhe o ocorrido e acaba por solicitar a mediação do brasileiro, a fim de liquidar tão desagradável contenda. Ponte aceitou o encargo. Procurou imediatamente o ministro das relações exteriores do Chile e disse-lhe com franqueza do pedido de Peyton, ponderando-lhe a necessidade de se encontrar um expediente capaz de apaziguar a questão. Depois de algumas conferências, deixou o chileno ao arbítrio de Ponte a fuga de Arteaga, mas de maneira por que o próprio coronel ignorasse o fato de o seu govêrno ter consentido na fuga. Ponte combinou então o expediente. O coronel, disfarçado em oficial americano, deixou a legação em companhia de um americano e seguiu para Valparaíso. Aí embarcou em um navio dos Estados-Unidos, que, imediatamente zarpou para Calláo. No dia seguinte, o ministro americano participou já se não achar Arteaga na legação. E o govêrno chileno retirou os guardas que a cercavam. “Cumpre-me asseverar a V. Exa.”, escrevia Ponte a Paulino, oficialmente, “que não sòmente recebi do ministro dos Estados-Unidos agradecimentos por haver mediado neste negòcio, mas também o govêrno chileno mostrou contentamento por sair da posição dificultosa em que se achava.” (465)

3

Pouco tempo se demorou Ponte Ribeiro no Chile. Em agòsto já se encontrava, devidamente instalado, em Lima. No dia 4 dêste mês comunicou ao govêrno peruano que estava habilitado a entrar em negociações do tratado, para o qual o mesmo govêrno convidara o imperial. Imediatamente lhe respondeu o ministro ge-

ral D. Juan Crisóstomo Torrico se entendesse com D. Joaquim de Osma. No dia 8 de agosto, reuniram-se os dois plenipotenciários pela primeira vez e convieram em que o brasileiro redigisse as bases do tratado. Na segunda conferência, a 11 de agosto, Ponte apresentou apenas cinco bases. Nelas não incluiu os limites. Osma levou o trabalho ao presidente Echenique, que, de sua própria letra, acrescentou mais duas bases: uma sôbre os limites e outra sôbre depredações. A 17 de agosto, na terceira conferência, o plenipotenciário Osma apresentou os acréscimos feitos pelo presidente. Disse-lhe Ponte não ter mencionado os limites, nas bases apresentadas, porque estavam êles determinados pelo *uti possidetis*. Porém, como o presidente Echenique o desejasse, não duvidaria em precisar a linha divisória entre os dos países, mas sempre de conformidade com o *uti possidetis*. A outra base rejeitou-a Ponte por se incluir na segunda, que se referia à extradição de criminosos. (466)

Entre a primeira e a segunda conferência, no dia 10 de agosto, Ponte Ribeiro escrevia particularmente a Paulino: "O Presidente e mais indivíduos influentes na sua administração, mostram-se convencidos das vantagens que hão de resultar do estabelecimento de barcos a vapor no rio Amazonas, e que para isso é necessário fazer alguns sacrifícios pecuniários; mas não querem que êstes sejam grandes, nem prolongados." Concorravam em dar 15.000 pesos anualmente, durante cinco anos, para que a navegação se fizesse. Não residia aí a dificuldade, mas na aceitação do *uti possidetis*. "A nossa dificuldade — afirmava Ponte — está no reconhecimento do *uti possidetis*, mas conto vencê-la." E acrescentava à guisa de explicação: "As coisas não são aqui tão fáceis como parecem aí. Esta gente é mais velhaca do que se crê, e só com manha poderá ser levada." (467)

A quarta conferência realizou-se a 2 de setembro. Ponte apresentou o artigo sobre os limites, a serem regulados de acordo com o *uti possidetis*. Em consequência, tomou *Tabatinga* como o ponto principal. Daí para o norte uma linha reta até o Japurá, na confluência do *Apaporis*; e para o sul, o leito do *Javari*, desde a sua foz, sem precisar ao certo até aonde. Esta indeterminação foi propositada, pois, mais tarde, Ponte esclarecerá: “Na mesma Convenção foi designado vagamente pelo rio Javari a fronteira do Amazonas para o sul, sem indicar até que ponto chegam por esse lado os domínios de ambas as nações contratantes; nem podia fazer-se coisa que mais vantajosa nos fôsse.” (468)

D. Joaquim de Osma, sem impugnar a indicação do brasileiro, diz-lhe que a opinião corrente no Peru era de que *Tabatinga* estava em território da República, e este se estendia pelo Amazonas até o canal *Avati-Paraná*. Mas concluiu por declarar que julgava vencer as dificuldades, fazendo ver as vantagens da convenção. Foi esta a última conferência que teve o plenipotenciário brasileiro com D. Joaquim de Osma. Avisou-o este de que, continuando na presidência da câmara, não podia ser nomeado plenipotenciário. A nomeação recairia em D. Bartolomé Herrera, ministro do interior e interino das relações exteriores. (469)

Com a mudança de plenipotenciário as conferências foram suspensas por alguns dias. Aproveitou Ponte o descanso para passear e escrever. A 18 de setembro, encheu várias linhas de considerações sobre Rosas. O seu estilo, que se arreliaava diante de tal assunto, desde 1843, agora se tornava alegre e prazenteiro. “Se V. Exa. recordar”, dizia êle a Paulino, “que eu ainda estava em Montevideo em 28 de março quando alí veio o *Golfinho*, reconhecerá que me não surpreenderam as

notícias do Rio da Prata depois de 3 de Abril... — Não há quem não acredite por elas que está próxima a caída do *tirano fanfarrão*, por todos desejada. E' também geral a opinião de que as Províncias Argentinas não ganharão com a volta dos emigrados; tal é o conceito que êstes turbulentos têm adquirido em todos os países, que lhes dão asilo." O general Rosas continuava a inspirar o plenipotenciário brasileiro. Tudo quanto se referisse ao Ditador era assunto de conversa para Ponte Ribeiro. "O novo govêrno chileno — continuava a carta — seguirá com Rosas a mesma política do atual, isto é, não estará com Rosas, nem o auxiliará para que vença; será perfeitamente neutral. O govêrno do Peru olha Rosas com horror apesar de reconhecer que só êle pode conter os Argentinos; e pode contar-se com a sua neutralidade. Quanto ao govêrno de Bolívia devemos rezear que dê ouvido às sugestões de Rosas para que nos hostilize ao mesmo tempo por Mato-Grosso."

Depois de duas páginas dedicadas a Rosas, contava Ponte ao ministro um passeio que dera com o presidente Echenique e alguns ministros às ilhas de *Chincha*. Entusiasmado com a esterqueira milionária, que acabava de ver, explicava a Paulino: "São três ilhas e por um cálculo razoável têm 16 a 20 milhões de toneladas de *Huano*. A base dêste cálculo é o espaço donde tem tirado desde 1838 seiscentas mil toneladas. De tempo a esta parte há ali 50 a 90 navios carregando *Huano*, ou esperando turno para carregá-lo. E' o govêrno peruano quem afreta êsses navios, e remete o *Huano* a banqueiros seus em Inglaterra e Estados-Unidos. O preço médio são 10 a 13 libras esterlinas por tonelada, e dá líquido 5 a 6 libras, conseqüentemente é uma mina de estêrco que vale mais de 500 milhões de libras."

Todo o mês de setembro e parte de outubro pôde o plenipotenciário continuar os seus passeios pela cidade, onde vivera tantos anos. Adquiriu livros e objetos de barro, fabricados pelos índios, e os remeteu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Mandou também dois chapéus de palha, um para o Imperador e outro para o ministro Paulino. O do Imperador era “dos mais finos que por cá se faz. e grande porque Sua Magestade tem cabeça grande.” Mas adiantava o diplomata: “Deixo porém ao arbítrio de V. Exa. não falar de semelhante oferta se lhe não parecer que ela não é digna de Sua Magestade O Imperador.”

Ora, o chapéu de palha, leve e cômodo, era tão digno da imperial cabeça quanto a própria corôa. e muito mais que os desagradáveis chapéus de castor, que se vendiam nas lojas inglesas da rua da Alfândega, verdadeiros suadores. Assim, ao falar-lhe Paulino da oferta do chapéu, respondeu-lhe D. Pedro: “Mande-mo. que me há de servir para Petrópolis, para onde parto amanhã.” Mas o chapéu seguira com os livros e os objetos de barro num brigue de guerra francês, *Entrepreneur*. Este não aparecia na Guanabara, nem havia no Rio quem soubesse notícias dêle. Dois meses depois perguntava Paulino a Ponte Ribeiro: “Diga-me o que é feito do tal brigue?” “Sinto que o *Entrepreneur*”, respondia-lhe Ponte, em abril de 52, “tivesse a V. Exa. em tão longa expectativa. Depois de ter saído de Valparaíso soube da revolução de *Coquimbo*, e regressou ali, aonde se demorou até janeiro. Oxalá que os chapéus alcançassem ainda S. M. O Imperador em Petrópolis.” (470)

4

A negociação do tratado dependia de autorização do Congresso Peruano ao Executivo. Esta autorização foi concedida no dia 17 de outubro. No dia seguinte, reuniu-se Ponte com o novo plenipotenciário, D. Bartolomé Herrera. Começou este por impugnar a 7a. base, relativa aos limites, apresentada pelo brasileiro na última conferência, que tivera com D. Joaquim de Osma. Admitia o peruano se regulasse a fronteira de acôrdo com o *uti possidetis*, porém não como fôra determinada na minuta brasileira, mas se rebuscasse a posse consignada no tratado de 1777. E quando se não pretendesse mencionar o tratado de Santo Ildefonso na convenção, que discutiam, incluíssem os limites descritos em 1777, como prevalecendo ainda, embora não fôsse nomeado o caduco tratado. Rechaçou Ponte imediatamente semelhante ginástica, demonstrando que a discriminação dos limites ficaria em contradição com o *uti possidetis*, princípio reconhecido para aquela discriminação. Não podia aceitar tal cláusula, uma vez que o Brasil estava resolvido a sustentar o princípio na falta de direito escrito.

Apareceram então vários mapas de D. Francisco Requena, comissário das demarcações de 1777. Esses mapas, segundo disse então Herrera, haviam sido adquiridos em Bruxelas pelo cônsul do Peru. Ponte fingiu não dar importância ao mapa do Brigadeiro espanhol, e exibiu, por sua vez, dois mapas, um de 1826 e outro de 1831, nos quais se encontravam as fronteiras delineadas da mesma maneira por que havia êle feito na base apresentada. Herrera declarou que os mapas

apresentados por Ponte não mereciam o menor crédito. E insisti pelos limites consignados em 1777, muito embora se não mencionasse o tratado. Rebateu Ponte novamente. Discutiram os dois por algum tempo e acabaram por um acôrdo: os limites não seriam então discriminados, apenas estabeleceriam o *uti possidetis* como base da futura determinação. Em seguida, marcaram novo encontro para o dia 20.

Da conferência o diplomata brasileiro foi para casa. Aí ficou a remoer a cláusula. Afinal, magicava êle, não dizia nada. Como fazer a entrega de criminosos? Onde começava o Império e acabava o Peru, para o efeito de se demarcar a navegação do Amazonas? Positivamente aquela cláusula não tinha jeito. A incerteza perduraria. Era essencial se designar um ponto como território brasileiro. E êsse não podia deixar de ser Tabatinga. O seu amigo Paulino, forçosamente, lhe reprocharia semelhante conclusão, pois não se esquecera de lhe advertir nas instruções: "uma vez reconhecido por essa República o princípio do *uti possidetis* dar-nos-á êsse reconhecimento direito à margem esquerda do Amazonas, de Tabatinga para baixo, e por consequência para repelir as pretensões que, por ventura, possa ter outro qualquer Estado do território compreendido entre o Amazonas e o Japurá, aquém de uma reta tirada do Tabatinga à foz do Apaporis." Ora, o *uti possidetis* fôra reconhecido. A sua imediata consequência era de que, até Tabatinga, se estendia o território brasileiro, pela razão simplíssima de se não poder contestar a posse do Brasil a Tabatinga. Ponte, por certo, não dormiu direito. Talvez passasse a noite a refazer os mapas.

No dia seguinte correu o plenipotenciário brasileiro a casa do seu colega peruano. Confessou-lhe o motivo

de sua visita inesperada. D. Bartolomé Herrera respondeu-lhe que também tinha pensado no assunto e justamente estava à procura de uma solução. “Efetivamente — contava Ponte a cena — estava rodeado dos mesmos Mapas de Requena. Tomou um que mostrava em grande escala Tabatinga e o território leste daquela povoação, compreendido entre os rios Amazonas e Japurá, mostrando-mo perguntou se o Brasil queria receber em compensação dêle outro em algum lugar, porque aquele era necessário ao Peru, para se comunicar com a Nova-Granada, baixando o Amazonas e subindo o Japurá. Respondi que de certo não, porque, não sendo seu êsse terreno, ficavam expostos os muitos estabelecimentos que temos na margem direita do Amazonas e esquerda do Japurá, fronteiros àquele território.”

“Mostrando-me então um canal que o mesmo Mapa apresenta a leste de Tabatinga à distância de 8 a 10 léguas, comunicando o Amazonas com o Rio Içá, e um pequeno rio que vem do norte desaguar no mesmo Içá, defronte daquele canal, perguntou se eu podia estipular na Convenção que os limites do Brasil com o Peru fossem pelo referido canal e pequeno rio, como balizas mais naturais. Respondi-lhe que eu não estava autorizado para adquirir nem ceder terrenos, e sim para sustentar os que pertencem ao Brasil.”

Pretendera o plenipotenciário Osma por limite o canal Avati-Paraná. Agora Herrera pretendia todo o território entre o Japurá e o Amazonas, mas acabou por se contentar com umas 8 ou 10 léguas além de Tabatinga, passando os limites por um canal e um pequeno rio, que hoje ainda podemos facilmente identificar na carta de Requena. O plenipotenciário brasileiro não cedeu, nem podia ceder, Tabatinga, em face das suas instruções. Assim a discussão continuou entre os

dois diplomatas, “larga e porfiada”, segundo escreveu Ponte. Acabaram afinal por manter a primitiva redação do artigo, em que a fronteira fôra determinada de Tabatinga para o norte por uma reta à foz do Apaporis, e para o sul pelo Javari. A pedido do peruano inseriram o seguinte acréscimo à cláusula: “a Comissão Mixta, já estipulada, proporá a troca de terrenos para que a fronteira tenha limites naturais.”

Ponte percebeu onde o seu colega peruano queria chegar, com as suas propostas. Esquivara-se Herrera de “ferir o alvo”, porém Ponte compreendera-o e a êste respeito dizia a Paulino: “O terreno em que está edificada Tabatinga é o mais elevado de ambas as margens do Amazonas, por grande distância. Com a cessão pelo canal, como limite natural, perderia o Brasil a chave do Rio, que é Tabatinga, e ficaria também abandonada a embocadura do Javari.” (471)

A última conferência realizou-se a 21 de outubro. Chamado por D. Bartolomé, compareceu Ponte, com um montão de notas, para combater o tratado de 1777, que julgava, pelo que soubera, reapareceria em cena. Porém nada disso aconteceu. O plenipotenciário peruano disse-lhe ter o seu govêrno ouvido a opinião de vários senadores e deputados sôbre o projeto de convenção. Em geral haviam concordado com a reta até o Apaporis, mas desde que esta reta continuasse para o sul em substituição do Javari. Encurvando-se de leste a oeste e depois em sentido oposto, perdia o Peru muito terreno com a delimitação por aquele rio. Ponte Ribeiro replicou não poder fazer mais nada no tocante aos limites, pois “não podia recuar um ápice do *uti possidetis da atualidade*, e que o Brasil tem o do Rio Javari.” Longe de contrariar a asserção do brasileiro, Herrera, honestamente, confessou ser isso verdade, “pois se via

nos Mapas que temos ali duas povoações.” Esta confirmação alegrou muito o diplomata brasileiro, que ignorava a existência das povoações. Dizia mesmo a Paulino que o peruano fôra “induzido erradamente” àquela confissão, “pois não me consta que haja povoação alguma Javari acima.” (472)

No dia 23 de outubro foi assinado o tratado pelos plenipotenciários. Três dias depois escrevia Ponte ao ministro Paulino: “Aí vai a convenção, e se ela não agradar, podem estar certo que é o melhor que tem a esperar.” A convenção, porém, agradou muito. “Dou-lhe os parabens”, respondia-lhe Paulino, “por ter concluído a convenção com o Peru, e faço idéia das dificuldades que venceu... — A convenção está com Sua Magestade O Imperador, que me pediu para estudá-la. Parece-me porém fora de dúvida que será ratificada por nós. Assim do Peru não nos façam alguma estrangeirinha.” (473)

CAPÍTULO XXI

UM GOVÊRNO VOLANTE

1

Para Ponte Ribeiro o prosseguimento de sua viagem ia transformando-se em pesadelo. Qualquer coisa havia que lhe pressagiava alguma desgracia. Em agôsto, pensando poder estar na Bolívia até fins de setembro, escrevia: “receio que até êsse tempo rebente ali outra revolução. Em todo o caso seguirei para lá, porque qualquer que seja o Govêrno não pode ser pior para o Brasil do que Belzu.” (474)

Belzu, no entanto, estava firme. Longe de cair, continuava como um espantalho no mais incrível dos governos. Em Lima, ia sabendo Ponte das ocorrências na Bolívia e cada novidade, que sabia, o fazia desconfiar ainda mais das possibilidades de um entendimento com semelhante personagem. “Oxalá que eu pudesse obter outro tanto do Govêrno da Bolívia!” Referia-se êle à convenção assinada com o Peru. “Nem pensar nisso quero, tal é o desânimo que me inspira o Sr. Belzu e seus Ministros!” O que lhe haviam contado ùltimamente era para entibiar a coragem de qualquer um. E assim suspirava êle, a pensar em Belzu: “Deus queira que êle não faça comigo o que praticou há pouco o Prefeito de Chuquisaca com os Agentes Diplomáticos; que os convidou para uma função de Igreja, e como não comparecessem, assinou uma ordem para serem todos conduzidos para a cadeia. Por fortuna houve quem o convencesse de inutilizar o seu decreto.” Não lhe saía o tal Belzu da cabeça, nem da pena. Poucas linhas adiante tornava um tanto enfadado: “Creio que Belzu é incapaz de arranjo algum a respeito de limites com o Brasil, mas ainda quando alguma coisa se fizesse, de nada servirá não estando reunido o Congresso para dar a sua aprovação, e sem esta tudo é nulo.” E, ao terminar esta carta, acrescentava: “A minha saúde padece desde que cheguei ao Chile contínuas constipações, mas não por isso me acovardo; vou espirrando e andando. Não creia V. Exa. que isto é preparatórios para pedir dispensa da comissão: antes bem morrerei nela.” (475)

Depois de assinado o tratado, ainda se demorou Ponte alguns dias em Lima, à espera da autorização do Congresso Peruano ao presidente Echenique, indispensável à ratificação. Mas, somente a 15 de novembro, seria esta autorização concedida. Ponte não quis

esperar o final da discussão no legislativo peruano e embarcou a 10 para Bolívia, convencido de que não obteria coisa alguma, apenas “para observar o gênero de relações que possa ter Belzu com Rosas”. Na véspera da partida escreveu largamente a Paulino, narrando-lhe as últimas fases da convenção. Reportou-se também à sua próxima partida, mas com visível pessimismo. Estivera em Lima com dois ex-ministros bolivianos e na opinião de ambos o Tratado de Santo Ildefonso deveria prevalecer na fixação definitiva dos limites. “Entretanto como Belzu é louco, — filosofava Ponte — poderá suceder que em algum intervalo lúcido abrissemos caminho; porém não devemos contar com tão grande milagre.” (476)

Na Côrte, o ministro Paulino lia com muito interesse as cartas do seu amigo Duarte. Não tinha também a menor esperança de obter qualquer entendimento com Belzu, mas animava o plenipotenciário a prosseguir o seu caminho, pois não queria deixar de sondar o terreno. Assim respondia a Ponte Ribeiro: “Estimarei que seja tão feliz na Bolívia como no Peru. É muitíssimo mais difícil. Entretanto faça tãda a diligência, que aliás não é preciso recomendar-lhe, para salvar as nossas questões de limites. Os embarços com que se tem visto Rosas e a sua esperada queda hão de tornar Belzu mais tratável, mas nem por isso tenho fé. É difícil fazer alguma coisa estável com semelhante gente, desconfiada, orgulhosa e o mais possível exigente... Adeus meu caro Sr. Duarte dê-me sempre notícias suas, e se conseguir alguma coisa em Bolívia (o que torna a repetir é de dificuldade quase invencível) *erit mihi magnus Apolló*. Eu o desejo de todo

meu coração até porque isso aumentará muito a sua glória." (477)

2

Ponte Ribeiro seguiu o seu caminho. A 10 de novembro deixou Lima, acompanhado do seu filho mais moço, com destino a Tacna, onde o esperavam o secretário da missão especial e Rêgo Monteiro, nomeado encarregado de negócios na Bolívia. A 21 já se achava em Tacna, às voltas com um coronel Álvarez, exilado argentino, que tinha uns planos contra Rosas. O Rio da Prata trazia o plenipotenciário ansioso. Não acreditava muito nas notícias dos jornais, por se lhe figurar aí tudo muito fácil. Conhecia Rosas e não podia supor terminasse o *Tirano Fanfarrão* o seu reinado com a mansidão de um cordeiro. De Lima escrevera a Paulino: "conheço as manhas de Rosas e temo que nos arme alguma com êsses mesmos que hoje estão com o Brasil. Se sua queda se demora, tôdas as vantagens são dêle." Ponte esperava muito da ação do coronel Álvarez, com quem se relacionara no Peru, e agora se preparava para a investida contra o Ditador. Êste mandara comprar 2.000 espingardas em Valparaiso, para daí passar a Tucumã, pelo território boliviano. Já se entendera a êste respeito com Belzu. O coronel Álvarez soubera do desembarque das espingardas em Arica. E imediatamente projectou surpreendê-las. Saltou em Arica, onde conseguiu algum dinheiro a fim de afervorar seus planos. Com essa traça se entreteve Ponte por alguns dias, distraí-

do não só em conversas, mas ainda em a descrever para o Rio de Janeiro. O coronel planeava tudo com um major Gotica, que se achava em Cobija. Ponte Ribeiro concorreu, prazenteiro, com 12 onças para o lôgro que, o coronel Álvarez pretendia pregar ao Ditador. (478)

Porém estava ali a Bolívia para azedar os prazeres do diplomata. Tinha de continuar o caminho. Subir, subir sempre. E sabe lá para que? Não lhe era desconhecida a escada. Ao contrário, havia quase vinte anos que a descrevera: "Bolívia está de tal forma situada que não pode receber de fora objetos, cujo pêso e tamanho excedam a carga de uma mula. Por Cobija tem que subir desde o pôrto um caracol de três léguas, que mais é escada do que caminho; depois há quarenta léguas por cima da Cordilheira. A passagem desta não é menos difícil por Arica e Arequipa, mas sim mais breve. Pelo lado de Buenos-Aires há os mesmos inconvenientes, e mais distância. É por essa razão que Bolívia não pode ter máquinas e outros objetos estrangeiros, que não possam dividir-se em pesos. Para conduzir um piano a Chuquisaca, vieram vários índios e gastaram dois meses." (479) A diferença agora era para pior. Naqueles tempos, depois da caminhada, fôra com Santa-Cruz, político inteligente e civilizado, que o diplomata se encontrara. Agora, depois da penosa subida, se lhe depararia a desalentadora figura de Belzu. Não seria possível idear-se, na mais inconcebível comédia, tão sáfaro governante. Até o nome não passava de imagem sincopada de Belzebu.

Em novembro inicia Ponte Ribeiro a ascensão. É triste e penosa. "Esqueci-me — confessa êle — de

que quando fiz noutro tempo tinha 15 anos menos." Aparecem-lhe os primeiros sintomas da asfixia. Esmorecem-lhe os sentidos. Principalmente lhe falta o equilíbrio. Bate-lhe o coração num ritmo insuportável. A febre cerebral deixa-o alucinado. É um existir sem consciência, sem vontade, inteiramente material. "Sofri muito do *Saroché* ou asfixia", conta êle a Paulino, "a que se seguiu uma febre cerebral que me teve louco." Para maior tormento, o seu filho mais velho cai gravemente doente e tem de retroceder. Ponte despede-se do filho, sem saber se êle chegaria a Tacna ou ficaria no caminho.

Depois da galgada a subida, já nas cordilheiras, a paisagem cinzenta amesquinha e amedronta o viajante. Dependurado no alto das montanhas, estende-se um deserto imenso, inteiramente descorado, estéril e silencioso. Atravessá-lo é um martírio para o ple-núpotenciário. "Durante a noite a febre, — diz êle — debaixo de um tóldo levantado sôbre o gêlo, e de dia sôbre o espinhaço de uma mula, queimado pelos raios ardentes do sol, que de todos os lados são refletidos pela neve." No meio da febre e das alucinações, o Dr. Duarte vê os seus colegas felizardos da Europa, que se bambaleiam comodamente em côches estufados e nas estradas de ferro, e ainda maldizem das jornadas. "Aqui queria eu ver — suspira êle — alguns dos nossos diplomatas que alegam serviços e até sacrificio, irem em um côche de Roma a Gaeta, ou de Paris a Viena pelo caminho de ferro." Enquanto isso, êle, ali no espinhaço da mula, atravessa "uma cordilheira árida e tão deserta como o deserto da Arábia."

Segue em direção a Oruro, pois desta cidade lhe seria mais fácil saber onde se achava o govêrno de

Belzu. “É um govêrno volante por sistema”, explicava Ponte a Paulino, “e que não é muito cômodo aos diplomatas, nem conveniente às negociações.” De Oruro ruma para Chuquisaca, por saber que Belzu em breve se localizaria ali. A umas trinta léguas da cidade, no dia 20 de dezembro, sem saber como, dispara uma das pistolas que se encontravam na pistoleira. A mula assusta-se. Ponte cai no chão, sem sentidos, com uma ferida na testa e contusão no olho esquerdo. No dia seguinte chega a caravana às portas da capital. Aí tem de esperar durante vinte e quatro horas que lhe cedam uma casa, pois não existia hotel. Só a 22 de dezembro entra Ponte Ribeiro em Chuquisaca, exausto e todo machucado, e instala-se na metade de uma casa. (480) A viagem modificou muito o plenipotenciário brasileiro. Já não era o mesmo que escrevera com tanta confiança do Chile e do Peru. O ambiente hostil, que sentira desde a sua chegada à Bolívia, acarreava-lhe constante mau humor, a ponto de repetir o seguinte, nas suas cartas: “Tenha paciência, estou de muito mau humor.” (481)

Assim que terminou a sua instalação, Ponte escreveu ao ministro Paulino: “Não faltará quem deseje os oito contos que me dá o Govêrno Imperial, mas eu os daria de boa vontade para ver-me hoje nessa Côrte, trabalhando na Secretaria desde 9 até às 3, e mesmo todo o dia. O aspecto montanhoso e árido dêste país, a asquerosa população e seus costumes, o silêncio sepulcral, a incerteza de conseguir o objeto a que vim, tudo concorre para o mau humor de que estou atacado; e o pior é de mostrar cara prazenteiros que vem importunar-me com suas longas visitas.” Pela primeira vez, sentiu-se velho; talvez por não ter

reagido à estopada da viagem, ou, então, por se deter mais tempo ao espelho, a examinar novas rugas. O certo é que só em Chuquisaca reparou que estava ficando velho. E melancolicamente suspirava: “Mil vezes me arrependi de haver empreendido uma viagem para a qual estou velho.” (482)

3

No entanto, ainda mal refeito da jornada, deu Ponte Ribeiro início aos seus trabalhos. Viu imediatamente que o govêrno boliviano não tinha pressa de recebê-lo. Êle também não tinha de iniciar as negociações. Queria antes conhecer a situação dos negócios no Rio da Prata, “porque — dizia êle — deconfio que Belzu nada revolverá difinitivamente enquanto Rosas estiver preponderante.” Mas estava sem notícias. “Aqui nada se sabe do que se passa fora da República: não circulam jornais, nem se entregam cartas que dão notícias. O Correio é uma perfeita inquisição.” Já nesta carta, datada de 27 de dezembro, afirmava sôbre as relações de Belzu com Rosas: “Não há dúvidas que Belzu é admirador do general Rosas e lhe tem afeição; mas êstes sentimentos nascem do mêdo que lhe tem, e de lhe guardar seguros os seus inimigos que emigram para a Confederação Argentina. Essa predileção acabará no dia que Rosas cair, ou sofrer um sério revés.” Assim, mesmo nos seus momentos de agonia, Rosas projetava a muitos quilómetros de distância, o seu prestígio de todo poderoso. E isso ia embaraçar os passos do diplomata brasileiro.

Embora inteiramente desiludido de um acôrdo com Belzu, não descuidou Ponte de estudar as bases e ar-

gumentação para um tratado com a Bolívia. Já que fizera a caminhada, era de se preparar para o caso de ter de enfrentar Belzu. Firmara os principais pontos do ajuste nas seguintes bases: 1a., fixação dos limites de conformidade com o *uti possidetis*; 2a., liberdade absoluta do comércio pela fronteira, e 3a., comunidade de navegação dos rios. A primeira base era a única que lhe dava cuidado. Não lhe parecia sustentável a linha apontada na sua memória de 1842, no tocante à *Corixa Grande*. Mas não se contentou em esquadrinhar sozinho os pontos da fronteira. Recorreu ao presidente de Mato-Grosso, Augusto Leverger, indagando-lhe a opinião. Era, sem dúvida, Leverger quem poderia responder mais acertadamente às dúvidas do plenipotenciário. Havia já muitos anos iniciara os seus estudos, não apenas através de mapas e cartas dos territórios litigiosos, mas ainda em notáveis explorações, refazendo e ratificando o trabalho de gerações passadas. “Escrevo com bastante dificuldade”, asseverava Leverger a Bellegarde, que também lhe pedira a opinião, “e tendo passado mais da metade de minha vida no mar ou no sertão, não é de estranhar que não tenha formas polidas.” (483)

Deslumbrara-se Ponte Ribeiro, desde 1850, diante dos resultados dos trabalhos de Leverger e chamara a atenção do ministro Paulino para este oficial de marinha, a quem recorria agora de Chuquisaca. Leverger, porém, acabava de emitir opinião sobre os limites da província que governava, a pedido do ministro. (484) Divergia um pouco a linha determinada no trabalho de Leverger da consignada por Ponte, na memória de 42. Para Leverger, no trecho de Baía Negra ao rio Paraguai, a linha divisório, fôsse qual

fôsse a escolhida, deveria cobrir “os terrenos altos de *Albuquerque*, as lagoas de *Tamingos*, *Mandioré*, *Gaíba* e *Uberava*”; assegurar ao Império “o domínio exclusivo do *Paraguái*, *Jauru* e seus afluentes”, e, finalmente, salvaguardar “as cabeceiras do pequeno *rio dos Barbados* e os estabelecimentos do *Distrito de Mato-Grosso*.” Sabia Leverger que, neste passo, a sua indicação não coincidia com o mapa oficial da Província e contrariava a opinião corrente entre os bolivianos. “Porém não me parece”, dizia êle sôbre a Bolívia, “possa apresentar argumentos plausíveis, senão indo procurá-los nos Artigos 9.º e 10.º do Tratado de 1777. A sustentação do princípio do *uti possidetis* é neste caso todo a nosso favor.”

A linha divisória, no segundo trecho em que a dividira, seguiria pelos rios *Paraguái*, *Mamoré* e *Madeira*, “até o ponto em que deve sair para o poente a raia que vai procurar o Javari.” Neste trecho é que Leverger divergia não só do mapa oficial, trabalho de Luís Albuquerque Melo, mas também de Pimenta Bueno e Ponte Ribeiro. Todos incluíram em território brasileiro os terrenos altos de *Guarajús*, à margem esquerda da foz do *Paraguái*. Pimenta Bueno falava das “ricas minas de Guarajús” e Ponte Ribeiro, “das ricas minas que bordam o Guaporé.” (485) Portugal mantivera naqueles terrenos, uma colônia de mineiros. Porém, em 1800, esgotadas as minas, já os colonos começavam o êxodo. O capitão-general Antônio Pinto de Miranda Montenegro, em carta de 9 de junho de 1800, dizia a D. Rodrigo de Souza Coutinho: “Estas reiteradas instâncias dos mineiros de Guarajús para abandonarem aquelas minas... bastariam para destruir a gratuita suposição que se faz de sua riqueza.” (486) Sabendo desta realidade, era

Leverger de opinião que se desistisse dos terrenos de *Guarajús*. “Por êsse lado da fronteira”, escrevia êle a Ponte Ribeiro, “creio que nenhum prejuízo real nos resultaria da cessão de *Guarajús* ou *São Simão*, servindo de limites o rio *Paraguá*, de cuja foz para baixo ficaria comum a navegação do *Guaraporé*.”

4

Antes mesmo de a comitiva presidencial se instalar em Chuquisaca, já se propalavam os ditos do coxo Flores, válido de Belzu, a respeito da missão brasileira. Com a chegada do presidente, foi tornando-se insustentável a situação do diplomata. Rosas continuava a incutir no ânimo de Belzu o mesmo respeito. Ignoravam-se na Bolívia os acontecimentos políticos do Rio da Prata. Portanto não era possível recebesse Belzu o plenipotenciário brasileiro, em tais circunstâncias, e muito menos aquele diplomata que incorreria na anátema do *Herói do Deserto*. Se, por um acaso, continuasse Rosas em Palermo, depois de vencer o Brasil, êle, Belzu, é quem teria de se haver sozinho com o Ditador.

A única esperança de Ponte Ribeiro consistia na queda de Rosas. Do contrário, dizia êle: “Mal do Brasil se Rosas for vencedor.” Os jornais, porém, não chegavam à Bolívia. O coxo Flores, em compensação, espalhava a notícia de que Belzu não receberia o brasileiro. De certos fatos, foi convencendo-se Ponte que o *Coxo estava certo*. Um dêles, por exemplo, ocorrido no dia da chegada do presidente, não podia passar despercebido. Enfeitaram a Prefeitura local com várias bandeiras, inclusive a brasileira. O mesmo fizeram num palanque construído para a banda de mú-

sica, numa praça de touros. De manhã, antes da chegada de Belzu, ainda tremulava o pavilhão brasileiro entre vários outros. Mas, à tarde do mesmo dia, depois das primeiras touradas, a bandeira brasileira havia sido retirada, não só do palanque, mas ainda da prefeitura. Comentando êste fato num memorando, escrevia Ponte: "A retirada, pois, da bandeira imperial foi por ordem do Presidente; do contrário ninguém retiraria." Porém, achou melhor o diplomata, ao menos por alguns dias, fazer-se desentendido das nugas de Belzu. (487)

A 2 de fevereiro participou Ponte Ribeiro ao ministro Juan Ungueta a sua chegada e pediu-lhe marcasse dia para entregar a credencial. A 5 do mesmo mês lhe respondeu Ungueta, de ordem de Belzu, "que oportunamente tendrá el agrado de comunicarle la resolución que acordar á este respecto." (488)

Esta resposta esquiva do ministro boliviano confirmava as palavras do coxo Flores. A 16 de fevereiro, Ponte Ribeiro consignava num memorando: "Soube hoje também que o *Coxo Flores* dissera em uma casa, que o Brasil tinha mandado à Bolívia um enviado, porém que o Presidente tinha mandado responder ao seu pedido de audiência para se apresentar, *que ainda não resolveu se há de recebê-lo, e oportunamente lhe faria saber sua resolução. E com esta resposta, acrescentou Flores, ficaram os tais brasileiros tão mansos como burregos.*" Ponte convenceu-se ainda mais da conivência de Belzu com Rosas e resolveu continuar pacientemente por mais alguns dias, desatendendo-se de certas indicações de alguém que lhe pretendia vender a sua proteção, junto ao govêrno boliviano, por indecoroso. (489)

Enganava-se Ponte Ribeiro em atribuir unicamente ao temor de Rosas o procedimento de Belzu. Outros motivos levaram-no a proceder assim. Tanto não foi somente a questão de Rosas, que o próprio Ponte escrevia a Azambuja: "Belzu não se desprende do Exército com mêdo que o revoltem contra êle. Não haja mêdo que êle mande fôrças para a Fronteira do Brasil." (490) Meses depois, já quando no Chile, encontrando-se Ponte com o seu velho amigo Lamotte, contaria parte da história. Estivera Lamotte, em Lima, com o coxo Flores, que lhe falara da estada de Ponte Ribeiro na Bolívia, e lhe afirmara ter então dissuadido Belzu de receber os brasileiros. Acreditava o francês que Flores, com o seu conselho ao Presidente, visasse à venda de umas terras que possuía em *Exaltación*, na Província de Moxos. Um tratado de limites talvez lhe atrapalhasse o negócio nas condições vantajosas, em que pretendia fazer. (491)

Ponte Ribeiro ia anotando, num diário, as ocorrências principais. "Segundo todos os dados — escrevia a 16 de fevereiro — não quer o Presidente receber esta Missão, e se a receber, porque Rosas vá mal, escusar-se-á certamente de tratar com ela." Em seguida comentava: "Para vencer a primeira sinistra intenção farei tudo quanto seja decoroso, e compatível com a minha posição, até fazendo-me desentendido de algumas coisas, e atribuindo outras à sua grandíssima ignorância dos usos internacionais, visto que as relações exteriores são dirigidas pelo mesmo Belzu, soldado de tarimba que viveu sempre nos quartéis e nas tavernas, sem jamais aparecer em sociedade de gente decente, nem ter aberto um livro. Mas por isso

mesmo sobe de ponto a sua insolência e vaidade vendo-se Presidente e Capitão-General da República, sendo o último pôsto o que mais aprecia, porque o crê porpétuo." No final do comentário, referia-se Ponte à convicção, a que chegara, de que os 8.000\$000, destinados a manter a legação na Bolívia, deviam ser aproveitados, com muito mais vantagens para o Império, na sustentação de duzentos homens na fronteira de Mato-Grosso. (492)

Ponte Ribeiro continuava, no seu diário, a descrever a situação cada vez mais intolerável, em que se encontrava. A 18 de fevereiro, consignava: "Hoje fui avisado de que, tendo-se feito conversação sôbre a demora da recepção do ministro do Brasil, respondera um dos ministros de Belzu que êle e seus colegas bem faziam ver ao Presidente que devia receber a Legação do Brasil, ou despedí-la, mas que êle não queria fazer nem uma nem outra coisa para *amolarla ahy*." Da mesma data é a passagem referente a um baile, em que Rêgo Monteiro comparecera. "Tendo o Sr. Rêgo Monteiro ido ao baile do Prefeito, — escrevia Ponte — para que foi convidado, dirigiu os seus cumprimentos ao Presidente Belzu, e êste quase não fez caso de Monteiro, a quem conhece`perfeitamente. Esta circunstância me contou o Sr Monteiro com a resolução, que muito aprovei, de não ir mais, como não tem ido, a bailes ou concorrências aonde possa encontrar-se Belzu. Hoje sou informado que na manhã seguinte do baile do Comércio (16 de fevereiro), conversando-se em Palácio do bóm e alegre que estivera o baile, celebrando-se que o Presidente se demorasse até tarde contra o seu costume, respondera êste: "habia buen humor y no tube, como en otro baile le presencia de estranjeros como eses brasileiros, que no pue-

do verlos. No sé que vien hacer aqui: aun tengo que pedirle al Brasil satisfacción por el Encargado de Negocios Lisboa tener a Morales en la Legación. Hasta la p... de la mujer firmó un papel con otras p... Bolivianistas para impedir la acción del Gobierno." (493)

A diferença de Belzu contra o Brasil não se limitava apenas aos interesses do coxo Flores e ao respeito do general Rosas, mas estendia-se a outros casos, que se lhe encravaram no subconsciente à maneira de ofensas recebidas e das quais se não conseguira vingar. A alusão, por exemplo, que fazia ao encarregado de negócios Antônio José Lisboa, aquele que no tempo do marechal Santa-Cruz tinha camarote mobiliado num teatro de Buenos-Aires, estava intimamente ligada a uma tentativa de assassínio, de que escapara o presidente, havia uns dois anos. Então convenceram Belzu de que o indigitado autor da tentativa, seu êmulo Morales, refugiara-se na Legação Imperial. Isso, porém, era falso. Consultando Lisboa ao ministro Visconde de Olinda, caso viesse a acontecer semelhante caso, se devia ou não dar asilo, proibiu-lhe Olinda receber refugiados politicos, por considerar o asilo contrário às normas internacionais. (494) Mais tarde, já quando Lisboa se indenizava de Chuquisaca com a remoção para Viena, afirmando alguém a Belzu que Morales estivera na Legação Imperial, rompeu o Presidente "em grosseiras frases contra Lisboa e sua esposa e concluiu dizendo que se não tivessem saído o mandaria fuzilar no meio da Praça, e viesse depois o Brasil pedir-lhe satisfações. Porém que na primeira ocasião fuzilaria qualquer *Cônsul* para mostrar que em Bolívia não há privilégio." Ponte Ribe-

ro, ao narrar êste fato, explicava a Paulino: "Não deve V. Exa. admirar-se disto sabendo que para os bolivianos são cónsules todos os Agentes Públicos, inclusive os Enviados Extraordinários, e que qualquer destes Agentes é olhado com menos consideração do que o Taberneiro que lhes fia alguns copos de bebidas fermentadas." (495)

Mais dois casos existiam a exacerbar a cólera de Belzu contra o Império. Um, ocorrido na fronteira de Mato-Grosso, em 1850, no qual o general Carrasco, inimigo de Belzu, que se achava refugiado no Forte do Príncipe, representara papel principal; e o outro, quando na ausência do representante da França, Favre, o mesmo Lisboa, a quem foram entregues os interesses dos franceses na Bolívia, pretendia defender três negociantes franceses que haviam recebido ordem de deixar a Bolívia dentro de 48 horas. Este último caso, ocorrido também em 1850, foi o que motivou a entrega do passaporte ao diplomata brasileiro pelo governo boliviano. (496)

Conhecendo todos êstes pormenores, convenceu-se Ponte de que a única coisa a fazer era retirar-se. A 20 de fevereiro já planeava a sua saída, mas ainda não havia resolvido em definitivo a data. Ia deixar passar o Carnaval e Cinzas para então tomar uma resolução. A Azambuja, nessa mesma data, escrevia com intimidade. Falava-lhe do estado deplorável em que se achava física e moralmente. O seu gênio em nada melhorara. Assim não podia adaptar-se a tais situações. Maldizia de certos indivíduos (a alusão era clara aos ministros dos negócios estrangeiros), que só mandavam: "faça", "diga", "inste", "exija". Tudo isso seria possível dentro de determinado quadro. Porém,

com governos volantes ao jeito de Belzu, era diferente. E em poucas palavras conseguiu conglobar, numa síntese maravilhosa, as três coisas que, nos últimos tempos, mais lhe atormentavam o pensamento, a diplomacia, Belzu e a mula que o atirara no chão. Assim conceituou Ponte: “Para bestas manhosas só aproveitam *boas esporas e pernas possantes*, e quem não tiver uma e outra coisa não deve expor-se a levar couces, e ainda em cima risadas do público.” (497)

No dia 25 de fevereiro, anotava o plenipotenciário no seu diário: “Acabam de dizer-me que amanhã ou depois sai um batalhão para *Yotala*, outro para *Yampares*, e o Govêrno para *Huata* onde ficará até abril, que passam as águas, e seguirá para *Tarija*. Sei que o Prefeito, já no dia 23, deu esta notícia em casa do Encarregado de Negócios de França, Mr. Favre, aonde jantou.” Ainda nesse mesmo dia consignava o o seguinte: “Um amigo do Encarregado de Negócios da Inglaterra, Mr. Bruce, ouvindo falar geralmente que Belzu não receberá a Legação do Brasil, disse-me hoje que Bruce dissera logo que eu cheguei: “Mal sabe o Sr. Da Ponte que o bárbaro presidente Belzu não receberá a Legação do Brasil para agradar a Rosas. (498)

A 26 resolveu Ponte, Ribeiro a sua partida à revelia da resposta do govêrno. Pediu passaporte para viajar pela Bolívia. Ninguém imaginava fôsse êle capaz de ir além. Como em Chuquisaca não houvesse bestas para viagem, mandou buscá-las a Potosi. E ansioso esperou os animais. “Quem sabe se para isso mesmo terei de ser contrariado.” (499)

Ainda a 26 escreveu a Paulino a última carta datada de Chuquisaca: “Apenas tenho tempo para escrever a V. Exa. duas linhas, quando eu estiver fora

daqui serei mais extenso.” Sôbre a sua rápida partida, sem dar satisfação ao govêrno boliviano, apenas dizia: “Sentirei muito que V. Exa. e o govêrno Imperial sejam de opinião que eu devia provocar uma negativa explícita dêste Govêrno a receber-me, ou de que seria melhor conservar-me aqui colado. Se V. Exa. presenciasse o que eu vejo e ouço, de certo pensaria como eu, isto é, que o mais digno e conveniente é retirar-me *porque a continuação da minha residência no temperamento desta Capital me levaria brevemente ao sepulcro.*” Sômente a 5 de março conseguiu arrebanhar as mulas e deixar Chuquisaca, rumando para Potosi. Aí procurou um médico, apenas para coonestar os seus planos. Á vista da exposição do enfêrmo receitou o médico banhos de mar. Com a receita na mão partiu Ponte para o litoral. “Então — contava êle — segui para Cobija, preferindo atravessar essas 180 léguas pelo deserto de Atacama, a passar pelas cidades de Oruro e La Paz, evitando assim encontros e conversações.” Em Cobija, longe de se deliciar nos banhos, partiu imediatamente para Valparaiso, onde chegou a 5 de abril. (500)

CAPÍTULO XXII

DESPEDIDAS

1

Ràpidamente se restabeleceu Ponte Ribeiro em Valparaiso. “O clima é excelente — já decantara êle o país — e o terreno variado e fértil em tôda a qua-

lidade de frutas e vinhos.” (501) Mas não foi apenas o ambiente que lhe restituiu a saúde, como por um encanto. A notícia, que soube então, da queda do general Rosas, influiu muito para o completo restabelecimento. Embora chegasse com o atraso de dois meses, nem por isso foi menor a satisfação do diplomata. Criou imediatamente alma nova. A queda de Rosas aliviava-o de um pêso enorme que, resignado, carregava havia mais de oito anos. E em carta dedicada na maior parte a Rosas, escreveu a Paulino, o mesmo ministro de 1843, recordando-se daqueles momentos difíceis de sua vida. “Estou certo — dizia êle — de que hoje é V. Exa. o primeiro a reconhecer que eu tinha razão quando lhe dizia o que é tôda esta gente de raça espanhola. Pouca glória me resulta de ser um dos que melhor conhece semelhante família, vazada tôda no mesmo cadinho, e sôbre tudo a nosso respeito.” Depois de particularizar a sua opinião sôbre o Rio da Prata, resumia tudo quanto havia escrito nesta frase: “governe quem governar, todos estarão acordes para hostilizar o Brasil.” Contudo, os acontecimentos verificados eram significativos e natural que felicitasse o ministro: “Levado, porém, do rifão que diz — enquanto o pau vai e vem folgam as costas — congratulo-me com V. Exa. por ter desaparecido da cena política o meu amigo Rosas. Vim saber aqui esta agradável notícia: em Bolívia só constava a passagem de 500 homens para Rosas, e a derrota e o fuzilamento do Coronel Álvarez.” Este coronel fôra o que em Arica havia angariado dinheiro para se apoderar das espingardas destinadas a Rosas e em seguida invadir Tucumã.

Não era sòmente isso que tinha de dizer sôbre a queda do Ditador. Êste passo o recordava de outro.

Assim, muito a seu jeito, continuava Ponte a sua carta: "Já poderei respirar das angústias que me causou êsse herói durante oito anos, porque tive o atrevimento de ser o primeiro Agente Público que lhe falou em termos claros dos direitos e obrigações internacionais. Espero que alguém que noutra tempo se persuadiu que a minha conduta com Rosas tinha prejudicado o Brasil, estará hoje convencido de que o meu procedimento concorreu para arrancar-lhe a máscara e patentear as sinistras intenções que há muito tempo meditava contra o Império." (502)

Êste alguém, a quem se referia Ponte, devia ser o Imperador o ou próprio Paulino, que não haviam concordado, em 1843, com as notas do ministro residente a Arana. Não duvidavam das intenções de Rosas, porém achavam que o momento não era oportuno para o desmascarar. Tal momento devia ser aquele que o Brasil escolhesse e não, como acontecera, escolhido por interesses de terceiros. Os acontecimentos de 43 a 49 provavam a inoportunidade do lance de 43. O fato de agüentar o Império, durante anos, o Ditador, ao seu lado, desmascarado, veio confirmar a justiça das palavras de Honório e Paulino, que a intervenção do Brasil só poderia ocorrer depois de pacificado o Rio Grande, de afastado Rivera do território uruguáio, e de reconstituídas as finanças do Império. A política não é um jôgo inteiramente de azar. É antes uma questão de probabilidades. O bom para determinado quadro, talvez o não seja para outro que não apresente as mesmas probabilidades.

Paulino, no tocante a Rosas, além de descrever vários passos da luta, diz já no final a Ponte Ribeiro: "muito estimei a notícia do seu restabelecimento, para

o qual é muito de crer influísse a queda do seu amigo Rosas." (503)

2

Mas, se podia Ponte Ribeiro respirar com relação à sua briga com Rosas, o mesmo não acontecia com a sua fuga da Bolívia. Estava aflito por saber a opinião do ministro Paulino: "Sabe V. Exa., que me conhece de perto, e deverá sabê-lo também, o governo imperial, por dados que não são ocultos, o meu anelo por fazer alguma coisa de interesse para o Império." O homem, que já gastara uma vida inteira em serviço diário e consciencioso, ansiava por alguma coisa mais no interesse do Império! No entanto, já estavam ali os frutos de suas longas jornadas e inúmeras memórias. Fôra êle num trabalho paciente que, com o restabelecer a posse como objetivo das futuras negociações de limites, demonstrara a necessidade do estudo das questões relativas às fronteiras. Coubera à geração, da qual foi Ponte lídimo representante, o mais difícil na organização do futuro Itamarati, que consistiu em criar uma tradição, no meio da incompreensão e intriga reinantes. Essa geração não falhou. Implantou a tradição e já as gerações seguintes, dos Aurelianos, dos Paulinos e dos Paranhos, a encontraram viva, e puderam, cada uma no seu momento, firmá-la cada vez mais e legá-la às que se lhes seguiram. Não resta dúvida que esta tradição, êste amor, mixto de carinho e dedicação, de um estudo acurado da geografia e história dos limites do Brasil, foi Ponte Ribeiro quem o iniciou e durante quase meio século lhe dedicou o melhor de sua vida.

Porém os casos pequenos tinham o dom de desarvorar o plenipotenciário. Prendiam-lhe a atenção,

impressionavam-no e o faziam escrever páginas e páginas sôbre a nuga, que lhe atormentava o pensamento, do mesmo modo que a mais séria das questões. Assim contou e recontou êle a Paulino a sua saída da Bolívia, à revelia de Belzu, que foi, segundo afirmou, nas circunstâncias em que se achava, o único meio “de salvar a dignidade e o prestígio da Legação de Sua Magestade O Imperador.” (504)

Poucos dias se demorou Ponte em Valparaiso. A 30 de abril, instalado em Santiago, já visitara o ministro das relações exteriores, com quem conversou sôbre vários assuntos. Entre outras coisas que ouviu do chileno, com muita satisfação, foi a opinião sôbre a Bolívia e seu govêrno: “opinião que merecem”, concluía Ponte. Já se avistara também com o presidente Montt, que acabara de assumir o poder. Recebera o presidente as felicitações do diplomata, com simpatia, e conversaram os dois, amistosamente, sôbre o Rio da Prata. (505)

Mas, por melhor que lhe fôsse a vida no Chile, não se esquecia Ponte Ribeiro de sua fuga da Bolívia. Êsse fato o trazia na mesma inquietação daqueles dias sombrios de Buenos-Aires. Agravava-lhe ainda mais a incerteza a delonga de tôda a correspondência com a Côrte. Tão cedo não poderia saber se o govêrno imperial aprovara ou não o seu procedimento. Assim, de vez em quando, voltava êle ao assunto. Em maio dizia a Paulino, em carta particular: “O meu cavalo de batalha passou de Buenos-Aires para Bolívia: as nossas relações com esta República ocupam hoje tanto a minha memória como outrora as da Confederação.” Enviava então ao ministro cópias de um diário e de memorandos, todos escritos de Chuquisaca,

durante o evoluer da crise. E, reportando-se aos limites com a Bolívia, reputava prematura qualquer tentativa neste sentido. “Querer trazê-los à razão por vias persuassórias é perder tempo. Usar com êles de meios violentos, sem provocação de sua parte, nos faria aparecer injustos e cotraditórios.” A esta opinião acrescentava Ponte que a queda de Rosas influiria para que se respeitasse mais o Brasil: “o Brasil não tem que avançar e agredir, mas sim conservar o que possui e estar para repelir as agressões da Bolívia.” (506)

A aprovação do govêrno imperial custou, mas chegou. O ministro estava de inteiro acôrdo com o plenipotenciário: “Acho”, dizia-lhe Paulino, “que V. Sa., retirando-se de Bolívia, procedeu de maneira a mais prudente e airosa, e que sômente poderia voltar para ali se Belzu o mandasse convidar para isso, e V. Sa. tivesse esperanças de conseguir alguma coisa.” Era também opinião do ministro que se não obteria nada. “Creio”, continuava na mesma carta, “como V. Sa., que nada é possível fazer aí ao menos por bastante tempo. Sendo assim para que há de estar V. Sa. perdendo tempo e paciência longe de sua casa e família. E’ melhor que venha para cá, e cá o espero.” Esta carta do ministro, releu-a Ponte emocionadíssimo. E tão forte devera ter sido a emoção, que ainda hoje ressumbra da sua resposta: “Com sentimentos da mais acrisolada gratidão agradeço a V. Exa. a carta que se dignou escrever-me.” A aprovação do seu procedimento, largando-se de Chuquisaca, sem esperar o prometido aviso de Belzu, foi para o diplomata não só uma vitória, senão ainda verdadeiro lenitivo no meio da tormenta, em que se achara. Não escondeu o que significou para êle aquela carta: “Ela veio aliviar-me do pêso que me causava o receio de que minha conduta não fôsse do agrado do govêrno imperial.” (507)

3

Afinal a notícia da queda de Rosas chegou à Bolívia. Belzu, assim que soube do acontecimento, foi até a fronteira argentina, acompanhado do seu inseparável exército. Isso, quando Rosas já estava na Inglaterra. Verificada a verdade, tratou o boliviano de acertar o passo com Ponte Ribeiro, mandando um emissário ao Chile sondar as disposições do plenipotenciário. Este, na verdade, não tinha vontade alguma de voltar. E enquanto se entendia com o parente de Belzu, de nome Dorado, contava a Paulino o que estava ocorrendo: “Tem V. Exa. razão em crer que a queda de Rosas faria mais atento com o Brasil o *bruto Belzu*. Sempre pensei da mesma forma, mas a demora dêsse sucesso, e as notícias que o punham em dúvida, inquietavam-me, e o faziam a êle mais atrevido. Estou persuadido de que o genro, de quem falo oficialmente, veio a Chile de propósito a ver se eu tenho intenção de voltar a Bolívia... Fiz entender que havendo tido a fortuna de ficar inteiramente restabelecido por uma crise inesperada, tinha de continuar no desempenho de minha missão junto dos govêrnos do Chile, Peru e Bolívia; mas que tendo de fazer uma longa viagem para acercar-me ao Govêrno desta última República, não o faria sem ter a certeza de que o seu Govêrno está disposto a entabular negociações de recíproco interêsse.”

Prevendo a possibilidade de voltar à Bolívia, para tratar das questões de limites e navegação, referiu Ponte o seu pensamento sôbre as pretensões brasileiras, aconselhando o ministro a desistir de fronteiras ideais, com as quais sonhasse o govêrno imperial. “Creio que conviria modificar as suas pretensões — assegurava

Ponte — a fim de pôr têrmo a uma questão que diferida para mais tarde quiçá arraste maiores embaraços ao Império... — E' minha opinião que o Brasil deve sustentar a todo o transe a fronteira de que tiver efetiva posse, e buscar por transações razoáveis cobrir melhor êsses estabelecimentos sendo possível; mas que não deve insistir em realizar uma fronteira ideal, iniciada em outros tempos, quando para efetuá-la podiam dar-se noutra parte compensações que hoje são impossíveis com os novos Estados." (508)

No tocante à navegação as opiniões de Ponte e do ministro coincidiam, e vinham a ser: desinteressar os ribeirinhos da aliança com as potências européias, concedendo-lhes a navegação dos rios. Fôra esta a política adotada por Paulino, tanto nas instruções de Ponte Ribeiro como nas de Miguel Maria Lisboa, que incluíam no seu âmbito tôda a bacia do Amazonas. Porém, pouco depois, confessaria Paulino que era tarde de mais para ser tentada aquela política, que devera de ter sido iniciada uns dez ou quinze anos antes para dar resultados. (509) No entanto, discordava o ministro da opinião de Ponte Ribeiro, no que dizia respeito aos limites. Os sucessos da Bolívia tornaram o diplomata pessimista, a ponto de não o deixar enxergar as coisas, como sempre fizera, com habilidade. O Império não tinha fronteiras ideais, mas, sim, possíveis de defender. Era de se tentar e não deixar de mão as possibilidades de se obter determinada fronteira só pelo fato de um Belzu qualquer nos ter feito uma careta. Supondo ter chegado Ponte Ribeiro a um acôrdo com o emissário boliviano, respondeu-lhe Paulino o seguinte sôbre a dúvida relativa aos limites: "Reconheço os embaraços com que vai lutar e estou convencido de que não poderá conseguir a fronteira que pretendemos. Todavia não é conveniente

modificar as instruções de V. Sa. V. Sa. conhece esta nossa gente, que não sabe, nem quer saber das dificuldades, que grita por tudo, e desacredita tudo o que se faz. Se alguma modificação houver de fazer-se é melhor para o governo e para V. Sa., fazê-lo depois do desengano de que não podemos obter o que queremos agora... — Já que V. Sa. está aí levemos a cruz ao Calvário. Façamos alguma coisa ou tenhamos completo desengano." Não se esqueceu Paulino do trecho do plenipotenciário sobre a desistência de limites ideais. Para o ministro, só depois de se verificar a impossibilidade da obtenção daqueles limites, é que se devia de buscar outra linha: "os que têm escrito sobre a matéria, — dizia êle — cortando largo e abstraíndo-se das dificuldades com as quais não tinham que lutar, deram matéria para a nossa condenação, se não pûsermos bem patentes as dificuldades... — Por isso me parece melhor exigir agora tudo quanto desejamos e convencidos depois por fatos patentes, recuaremos (se isso fôr adotado) tanto quanto razoavelmente se puder recuar e sem sacrificar a nossa posse buscar por transações razoáveis cobrir nossos estabelecimentos." (510)

Ponte Ribeiro não chegou a um acôrdo com o emissário de Belzu. Dorado — parece-me — só tinha autorização para sondar o ânimo do brasileiro e não prometer a nota explícita do govêrno boliviano, solicitada pelo diplomata. Assim, não atendeu Ponte aos acenos de Belzu, nos têrmos em que fizera o seu genro. E, em junho de 52, mudou a residência para Valparaíso, por causa do frio, e desistiu de vez de voltar à Bolívia. "Tudo quanto é de voltar à Bolívia — escrevia êle — só tem por objeto mostrar que estou pronto... mas não porque eu seja de opinião que deva voltar, pois estou convencido que nada se fará com Belzu." (511)

Em Valparaíso, esteve até outubro. Invariavelmente as suas cartas particulares, em duas vias, chegavam às mãos do ministro. A amizade entre os dois aumentara com a correspondência seguida e amistosa, que mantinham. Paulino estimava e apreciava muito aquele velho, que não medira sacrifícios, durante toda a sua vida, na defesa dos interesses do Brasil. Mas nem por isso deixava de ter inimigos. No Rio da Prata, por exemplo, espalhou-se então um boato de que era Ponte quem pretendia agora, no fim da missão, entrar em entendimentos com Belzu. Paranhos, ministro residente em Montevideo, escreveu a Paulino, indagando-lhe a verdade. Não sei ao certo os termos em que escreveu Paranhos, a não ser pela resposta de Paulino. Esta é o melhor elogio de Ponte Ribeiro. Reconhecia o ministro o gênio abespinhado de Ponte, porém dizia a Paranhos, depois de retificar certos passos da missão: "Duarte tem mau gênio e é rixoso, faz a pior idéia dos tais espanhóis, mas entende muito das questões de que foi tratar, e quem senão êle se sujeitaria a atravessar os Andes, os desertos de Atacama e a sofrer o que tem sofrido." Por isso fazia o ministro o possível para o agradar, às vezes nos seus menores desejos. A um pedido de Ponte, respondia-lhe Paulino: "Na primeira ocasião proporei uma condecoração para o Sr. seu filho o Secretário; e por isso mostrei a S. M. O Imperador o bilhete que V. Sa. escreveu a êste respeito." (512)

Só em outubro despontou o navio, que o traria de volta. Era, ainda uma vez, americano, o *Massachusetts*, que vinha da Califórnia. "E' vapor de parafuso e máu," comentava Ponte, "porém é de guerra e sempre levará carvão para passar o Estreito de Magalhães." E, despedindo-se do ministro, dizia-lhe: "Tendo de retirar-me cada dia me parece um ano." (513))

4

Ponte Ribeiro deixou Valparaiso, no *Massachusetts*, em meados de novembro. Depois de 46 dias de viagem chegou ao Rio de Janeiro na sexta-feira 31 de dezembro de 1852. Desta vez não voltaria mais ao seu antigo cargo de chefe da secção destinada aos negócios da América, porque, pouco depois de sua chegada, seria posto em disponibilidade no de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. Paulino, já no relatório de 53, dizia: "Tendo o Govêrno Imperial dado por finda a missão nas Repúblicas do Pacífico, encarregada ao Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, e havendo-se recolhido a esta Côrte, foi posto em disponibilidade remunerada êsse empregado, que tem prestado longos e bons serviços na carreira diplomática." (514)

Ao mesmo tempo e também como recompensa dos bons serviços, a que aludira o ministro, foi Ponte Ribeiro elevado a grande dignitário da ordem da Rosa. Cabia-lhe desde então o tratamento de *excelência*. Para quem até as suas prendas deixara pelos agiotas do continente, não era lá grande coisa o *excelência*, já quase aos sessenta anos de idade. Porém, na época, ainda não inteiramente mercantilizada, uma condecoração de esmalte côr de rosa pálido, acompanhada de um "Vossa Excelência" solene, valia uma vida inteira de privações e trabalho. Os dois filhos do plenipotenciário, que o acompanharam ao Pacífico, receberam o hábito da mesma ordem. Duarte Pereira, que era diplomata havia muitos anos, passou para o Ministério do Império. E o outro João Duarte, que era da marinha de guerra, foi nomeado adido de 1.ª classe no Peru. Aí se casou êle com D. Margarida de Alliaga, "senhora da alta socie-

dade de Lima". (515) Este o aspecto realístico da aliança de Ponte Ribeiro com o Peru. Não a esteara apenas no tratado, senão também na descendência dêsse seu filho com aquela senhora, descendência essa que se bifurcou num ramo brasileiro e outro peruano. Isso prova que muita razão tinha Unamuno quando escreveu: "No me cansaré de repetir que lo que más nos uné a los hombres unos con otros son nuestras discordias." (516)

Mas se as discórdias nos unem a nós homens, nem por isso se pôde concluir que a união signifique paz. Quanto mais fechado é o *estamento* mais atrito existe entre os indivíduos que o constituem. Dificilmente os homens do mesmo ofício se toleram. Uns têm sempre contra outros, no mais recôndito do subconsciente, certas queixas, que, de vez em quando, vêm à tona e extravazam com frequência. Ponte Ribeiro, pelo seu gênio altivo, rixoso (como dizia Paulino) e, sobretudo, por natural falta de modéstia, foi muitas vezes visado pelos parceiros, mais por causa de pequenas rivalidades do ofício do que pròpriamente por inveja. O fato de o ministro ser amigo do plenipotenciário era o bastante para que êste caísse no desagrado dos colegas que tinham suas queixas do ministro. Transladavam as rixas de um para outro e delas a maledicência ressumava. Assim, José Maria do Amaral, que além de diplomata, foi notável poeta, a comentar a nomeação de Duarte e de seus filhos para a ordem da Rosa, escrevia de Bruxelas ao seu irmão Joaquim, o futuro Visconde do Cabo Frio: "Duarte levava consigo um condor que na viagem morreu: mandou porém enchê-lo e ofereceu-o ao Imperador. Apareceu então o seguinte epitáfio:

*Aqui yace el gran Condor
D'indigestion de chinchillas,
De quien cuenta maravillas
El ministro Sangrador."*

Não se esqueceu Amaral das explicações necessárias para se entender o epitáfio. *Chinchillas*, elucidava êle: "Ratos dos Andes cujas peles Duarte também ofereceu ao Imperador." E quanto ao qualificativo esclarecia: "Sangrador era o título que Rosas dava a Duarte." (517)

Nada disso desmerecia Duarte. A sua curiosidade pelo condor, pelos ratos, pelos objetos de barro, pelas plantas, pelas ilhas de estêrco, enfim por uma quantidade de coisas, apenas demonstra a facêta mais interessante do seu espírito, sempre ávido de conhecimento, que era a possibilidade de se embrenhar por todos os ramos da ciência, sem perder de vista o objetivo principal de seus estudos: a delimitação do Brasil. Nem o deslustrava tampouco o fato de avivar até o estro poético de seus contrários. Os homens do século passado, vindos de lutas e habituados à luta, caracterizavam-se tanto pelos amigos quanto pelos inimigos. O espertar a inveja, o espicaçar a maledicência, o provocar a rivalidade, eram coisas comezinhas. O próprio Ponte era vezeiro no acoirar os erros de amigos e inimigos. O fato de ter inimigos afigurava-se-lhes a todos êles coisa tão natural como o ter amigos. Uns e outros eram tratados com carinho e sempre lembrados, aguçando-se-lhes, de um lado, a amizade, e, do outro, o rancor. Com isso confirmavam estas deliciosas palavras de Vieira: "Mo-fino e miserável aquele que não tem inimigos." (518) Ninguém queria ser uma e outra coisa. Assim chegavam a ponto de provocar a língua e a pena do adver-

sário. “Sabeis para que vos querem mal vossos inimigos?” perguntava o genial jesuita. “Ordinariamente porque vêm em vós algum bem que êles quiseram ter e lhes falta.”

CAPÍTULO XXIII

GEOGRAFIA E HISTÓRIA — MAPAS E DOCUMENTOS

1

A disponibilidade aceitara-a Ponte Ribeiro, talvez, na impossibilidade de se encontrar, no momento, outra missão de igual categoria, que lhe servisse. De um trecho de carta a Azambuja, vê-se que o seu desejo era de continuar a aventurar-se em novas viagens, novas peripécias diplomáticas, pelo continente. O repouso das 9 da manhã às 3 da tarde, na secretaria de estado, não se ajustava perfeitamente bem à atividade do plenipotenciário. Com a queda de Rosas, pretendia Ponte Ribeiro, quando ainda no Chile, voltar ao seu antigo posto em Buenos-Aires. O Ditador fôra, durante anos, o espantinho que se lhe opusera ao retorno. Desaparecido agora êsse empecilho, natural fôsse o diplomata reconduzido ao seu antigo cargo. Porém o Rio da Prata modificara-se muito. Ao menos, no que dizia respeito ao Brasil. Por isso já não era possível ressuscitar o passado; reconcertar cenários esconjuntados pelo tempo, e repor, nas suas primitivas posições, homens que velhas rugas haviam separado para sempre. Era representante do Brasil na Confederação o desembargador Rodrigo da Silva Ponte. E a sua nomeação fôra consequência natural do evolucion-

nar da política brasileira no Rio da Prata. Possivelmente, ao chegar à Côrte a carta de Ponte Ribeiro, sôbre a sua volta a Buenos-Aires, já se achasse nomeado o desembargador. (519)

Uma vez na Côrte, refeito da viagem, principiou Ponte a trabalhar do mesmo feitio por que sempre fizera. Não com os vencimentos de chefe de secção, mas com os de plenipotenciário. Isso importava muito na vida de quem se dedicara unicamente, havia mais de vinte cinco anos, ao serviço público, e numa época em que semelhante dedicação era, em geral, muito mal retribuída. No começo, o tratado do Peru, que acabara de assinar, foi o objetivo principal de seus escritos. A 15 de fevereiro fazia ao ministro Paulino sucinta exposição de suas idéias a respeito do mesmo tratado. Para êle era essencial mandasse o govêrno brasileiro reconhecer o território entre o Madeira e o Javari, principalmente as cabeceiras dêste rio, para daí prosseguir, já noutro trecho da fronteira, a linha divisória do Império. "O Javari — escrevia êle — faz uma grande curva para o S.O., e já foi explorado até a Latitude de 5°, 30' Sul em 1786. Nesta altura se reúnem os dois principais afluentes que o formam, um de água clara, trazendo a direção de E. a O., outro de água turva que se dirige de Sul a Norte; mas não está averiguado qual dêles é o tronco principal, por onde deve continuar a fronteira, nem aonde têm as suas nascentes um e outro. Dessas averiguações resultaria reconhecermos com tempo a direção que leva e até onde há de chegar a linha divisória que foi convencionada; sendo certo que será tanto mais vantajosa ao Brasil quanto mais seguir para Oeste e se prolongar para o Sul. Dêsse reconhecimento depende também saber-se aonde há de terminar a linha reta que do rio Madeira para Oeste deve ser a raia do Brasil com Bolívia. Mal pretenderemos que ela parta do Madeira aos dez, nove

ou oito graus de Latitude Austral até encontrar o rio Javari, se as nascentes dêste estiverem ao Norte dêstes paralelos. Em tal caso seria necessário concordar com Bolívia uma meridiana ou prolongar a paralela até a fronteira que hoje divide a República do Peru da Boliviana.” (520)

A esta exposição seguiram-se vários trabalhos sôbre o mesmo assunto. Outro ponto também ligado ao Peru, que o interessou em 1853, foi a navegação do Amazonas. Entreteve-se Ponte já não só no estudo da questão, que se esboçava com a intromissão do americano Maury, mas ainda em passeios pela Guanabara, em vapores construídos na *Ponta da Areia* e destinados àquela navegação. “Há dias”, contava êle a Sousa Ferreira, em Lima, “saiu dêste pôrto para o rio Amazonas um dos melhores vapores que tem navegado nas nossas águas. Fui nêle fora da *Raza* e andou 13 milhas por hora, apesar do vento pela proa.” Era grande o seu interêsse por tudo quanto se referisse ao Amazonas. Enfronhara-se no contrato que o govêrno imperial fizera com Ireneo Evangelista de Sousa e escrevia também, contando miudamente as fases do mesmo contrato, com intenção manifesta de os governantes peruanos terem ciência do que êle dizia. Sôbre o concessionário informava: “Por fortuna foi ela contratada com uma emprêsa que tem à frente um homem honrado, inteligente e ativíssimo, para quem não existe dificuldades invencíveis.” (521)

Aspecto interessante da vida de Ponte Ribeiro é o fato de manter amizades mesmo entre pessoas intimamente ligadas ao general Rosas. Parentes e amigos do *Tirano Fanfarrão* não deixariam de se corresponder côm o *Ministro Sangrador*, nem de o procurar. Pedro de Ângelis manteve com Ponte longa e amistosa correspondência. Agora, em julho de 53, é o próprio general

Mansilla que vamos encontrar intimamente relacionado com o ex-ministro residente. Depois de Caseros os partidários de Rosas dispersaram-se por algum tempo. Mansilla seguiu para os Estados-Unidos, onde conheceu o ministro brasileiro Carvalho Moreira. Da América do Norte, veio o general argentino para o Brasil, com uma carta de apresentação de Carvalho Moreira para Paulino. Mas já estava no Rio de Janeiro Ponte Ribeiro. E foi quem apresentou o cunhado de Rosas ao ministro brasileiro. “O general Mansilla visitou-me aqui”, contava Paulino ao nosso ministro em Washington, “sendo-me apresentado por Duarte da Ponte Ribeiro.” Assim não necessitou o argentino da apresentação, por ter encontrado ótimo introdutor diplomático. E’ digno de nota a impressão agradável que deixou em Paulino o defensor de *Tonelero*. “E’ homem muito tratável”, referia-se o ministro ao general, “e tem boa presença e maneiras.” (522)

2

A disponibilidade de Ponte Ribeiro jamais significou para êle descanso. Isso não conhecia, senão quando a doença o prendia na cama, impossibilitando-o de trabalhar. Mas os anos que se seguiram à sua volta ao Brasil, até 1857, foram de relativa saúde. A tarefa, que empreendera, era calma por natureza. Não havia o perpassar de novos quadros, com interêsses e argumentos a defender e contrariar, que lhe sacudiam os nervos excessivamente vibráteis. Êle pôde, assim, dedicar-se ao trabalho de sua predileção, inteiramente. Mais tarde, ao rebuscar o passado, recordará da seguinte maneira o reinício de sua atividade: “Quando regressei daquela Missão Especial a esta Côrte, fiquei considerado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em

disponibilidade ativa, sendo incumbido por aviso de 15 de fevereiro de 1853 de fazer o Elenco dos Papéis e Mapas existentes nas Repartições Públicas, que dessem a conhecer a história, geografia, estatística e as questões de fronteiras das Províncias do Império, limítrofes com os Estados vizinhos, para se consultar oportunamente.” (523)

Era neste trabalho, justamente, que se encontrava em 1851, ao ser nomeado plenipotenciário. Agora o reconduzia o ministro Paulino, a quem a tarefa paciente do diplomata se afigurava importantíssima ao estudo das questões de limites. Por ocasião dos tratados com o Uruguái e das discussões decorrentes, Paulino escrevera ao seu amigo Duarte, que viajava então pela Bolívia: “Quanto não daria eu para apanhar a V. Sa. aqui para ruminarmos juntos essas matérias.” (524) Já não era mastigar, sim ruminar, o que faziam no tocante aos limites.

Fôra Ponte Ribeiro quem desencavara no Arquivo Militar, em 1841, um sem número de cartas, mapas, planos topográficos e geodésicos, plantas e perfís de fortalezas, tanto do Brasil como de Portugal. No ano seguinte tivera de abandonar êsses papéis do Conde de Linhares e seguir para Buenos-Aires, como ministro residente. Mas, a partir do seu regresso à Côrte, em 1844, voltara a esmerilhar a documentação existente no Arquivo Militar, com mais vagar e método. “Procedi então”, contava êle êste passo de sua vida, “a rigoroso exame dos rolos que estavam no Arquivo Militar, e, depois de minucioso arrolamento dos mapas que continham, dividi-os em quatro classes: 1a. Mapas do território brasileiro; 2a. Mapas dos Estados e Colônias confinantes com o Brasil; 3a. Mapas relativos a Portugal; 4a. Cartas Esféricas da Navegação de vários Mares

do Globo.” Concluída a classificação, apresentou Ponte várias sugestões sobre os documentos arrolados. Lembra quanto às duas primeiras classes, fossem copiados os mapas para o Arquivo da Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Os constantes da quarta classe transferidos para o Ministério da Marinha. E os da terceira fossem trocados com o govêrno português por outros, que interessassem mais diretamente ao Brasil. A primeira sugestão foi desde logo posta em prática. O próprio Ponte incumbiu-se de executá-la, tanto assim o encontramos no Arquivo Militar, em 1850, às voltas com as cópias e duplicatas daqueles mapas. Porém a troca de mapas, embora escolhido o mesmo Ponte para “buscar nos arquivos portuguezes mapas e documentos”, teve de ser adiada em consequência da missão ao Pacífico. (525)

Agora, em 1853, recomeçou o trabalho interrompido. Entreteve-se com êle por mais um ano, quando entregou o seu primeiro catálogo dos mapas existentes na Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Êste catálogo assinou-o e datou a 10 de agosto de 1854. Êle mesmo o fez e devia tê-lo copiado e, ainda, anotado. E’ trabalho importante, já não só pelo conjunto, mas principalmente pelas notas, determinando o valor e características interessantes de vários mapas fichados. Supera êste catálogo o outro feito em 1852, talvez pelo major Izaltino José de Mendonça Carvalho, incansável colaborador de Ponte Ribeiro num sem conto de trabalhos. (526)

Em 1854, Limpo de Abreu, que substituíra Paulino no ministério, pretendeu enviar Ponte Ribeiro a Portugal, para promover a troca dos mapas. Não aceitou êle a incumbência: “Nessa época não me convinha essa comissão.” E a razão de lhe não convir a comissão era de gozar, no momento, perfeita saúde. Assim, para que sair do Império? (527) A Europa, para êle, cheirava-

lhe a sanatório, desabitado como estava, desde o seu primeiro emprêgo na diplomacia, a considerá-la de outro modo. Êle voltará ainda mais algumas vezes à Europa, mas sempre para tratamento de saúde.

Continuou Ponte Ribeiro na sua faina de esquadrinhar os arquivos. Já se não cingia aos mapas do Conde de Linhares. Espraiou-se também pelo Arquivo Nacional e Ministério da Marinha. No primeiro, asseverava, anos depois: "fui encontrar em nove volumes o Diário da Demarcação de Limites do Sul do Brasil, feita desde 1784 até 1789 pela Comissão Mixta Luso-Castelhana, de que eram principais Commissários Portugueses Sebastião Xavier da Veiga Cabral e João Boscio; e Espanhóis D. Joseph Varela y Ulloa e D. Diogo Alvear." Sôbre o achado, acrescentava: "Diário que se julgava perdido, e nesse conceito se tinha comprado em Buenos-Aires um resumo dêle coordenado pelo coronel Joseph Cabrer." Esses volumes, levados para Portugal, lá chegaram pouco depois da partida da família real. Para que não caíssem em poder dos franceses, fizeram-nos retornar ao Brasil e, aqui, foram levados para o Arquivo Nacional.

No Ministério da Marinha encontrou Ponte o original do diário das demarcações anteriores, decorrentes do tratado de 1750, relativo à Segunda Partida, da qual fôra commissário português o coronel engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim. Fez Ponte com que se removesse o preciosíssimo achado para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. (528) Não ficou apenas nesses dois documentos importantes: "Também pude", dizia êle, "haber de mãos particulares algumas memórias, que com outras que eu possuía, foram ajuntadas às poucas existentes no Arquivo da mesma Repartição." Assim se iniciavam o Arquivo Histórico e a Mapoteca do Itamarati. (529)

Com aqueles elementos encontrados no Arquivo Nacional e no Ministério da Marinha, escreveu Ponte Ribeiro os seus primeiros trabalhos sôbre os limites do Império com a Argentina. A sua preocupação foi de fixar o ponto principal da questão, que consistia em demonstrar que os limites entre os dois países eram os rios dos demarcadores de 1759, o *Peperi* e o seu contra-vertente, *Santo Antônio*. A abstrusa versão de se dar ao *Peperi* o nome de *Peperi-Mini*, tachava-a Ponte de êrro palmar ou sofisma com o qual se pretendera firmar a confusão. Ainda que sínteses, os seus trabalhos de 1855 e 1856 já colocavam a questão nos devidos têrmos: o *Peperi* e *Santo Antônio*, dos demarcadores de 1759, os verdadeiros limites; o *Chapecó* e *Chopim*, confundidos propositadamente com aquêles dois rios, pelos demarcadores espanhóis de 1786, para uma delimitação mais favorável à coroa espanhola.

Na primeira memória, datada de 30 de setembro de 1855, chamava Ponte a atenção para o modo de se nomear o rio *Peperi*: "Se fôsse consentida a denominação de *Peperi-Mini*", escrevia, "que se dá ao rio explorado em 1759, não deixariam os Argentinos de aproveitar-se dela para pretender que o rio maior seja preferido ao pequeno, para a raia do Império com a Confederação Argentina." Em menos de um mês preparou êle outra memória sôbre o mesmo assunto. Nesta, que tem a data de 16 de outubro, esmiudou melhor a questão, que se reiniciava agora entre argentinos e brasileiros, rebuscadas nas antigas tricas dos demarcadores espanhóis de 1786. Ponte Ribeiro já apontava então, com segurança, não só o verdadeiro *Peperi*, mas ainda o *Chapecó*, crismado com o nome do outro. Vinte anos mais tarde, ainda o encontraremos, já octogenário, tratando êsse mesmo assunto com a perspicuidade de sempre. (530)

3

A variedade de assuntos na obra de Ponte Ribeiro é o que mais nos admira. No tocante aos limites do Brasil não houve trecho, por insignificante que fôsse, a que não dedicasse, pelo menos, um parecer. Era uma inteligência curiosa e fácil de se interessar, ao mesmo tempo, por várias coisas. A antropologia, a sociologia e etnologia mereceram d'êlle leituras tão atentas quanto as que fez de botânica, fisiologia e zoologia. Dos países, por onde perustrara, invariavelmente remetera o que de mais curioso encontrara. Ainda do Peru, em 1851, escrevia a Paulino: "remeto por êste vapor as coisas constantes da relação inclusa... Alguns dos livros são raros e a propósito para o Instituto Histórico; e também são raros os metais que remeto, e curiosas as Antiguidades de barro: a tudo darei depois conveniente destino, quando lhe adicionar outros objetos, que hei de remeter ou levar." (531)

Mas, em contraposição a esta curiosidade, tinha um defeito que lhe diluiu tôda a possibilidade de síntese. Era minudente em demasia. Assuntos, que se subordinavam a outros, foram objetos de trabalhos seus, tão importantes quanto os principais. Não sabia ligar os vários temas, mas sim os esquadriñar, dissecar um a um, sem os fixar numa relação de tempo, nem os subordinar numa ordem hierárquica. Para êle todos os assuntos, desde os mais transcendentés a simples rixas de brigas pessoais, mereciam o mesmo tratamento. Assim deixou inúmeras memórias e pareceres sôbre uma infinidade de coisas, porém não pensou nunca em fazer um livro sôbre, por exemplo, a expansão portuguesa no Brasil, assunto de que esmiuçara a documentação original, e que estudara melhor do que ninguém,

Porém, por maior que fôsse a versatilidade dos temas escolhidos por Ponte Ribeiro, nem por isso deixamos de encontrar um ou outro como perfeito *leit-motiv* na sua obra. Um dêles, sem dúvida alguma, foi o Paraguái. De longa data, entretinha-se em descrever aquela República. Em Buenos-Aires, de conversa que tivera com um espanhol, residente em Assunção, e com dois agentes paraguaios, conseguira desenclausurar uma ou outra notícia interessante, que remetera ao ministro dos negócios estrangeiros. Nessa ocasião (1843), até a Pimenta Bueno, que seguia para Assunção, como cônsul do Império, achou-se Ponte Ribeiro na obrigação de o informar de tudo quanto soubera a respeito do Paraguái. Na secretaria, justamente na secção destinada aos negócios da América, continuou a interessar-se por aquele país ainda um tanto misterioso. Agora ia acontecer o contrário. A correspondência enviada por Pimenta Bueno, de Assunção para Côrte, era interessantíssima, e, lida pelo chefe da 3a. secção, inspirava-lhe novos trabalhos. Assim, em 1846, escreveu duas ou três memórias sôbre o tratado pactuado, pelo presidente López e o futuro São Vicente. Aí analisou Ponte Ribeiro as cláusulas do tratado e apontou o fato de o negociador não se ter cingido às suas instruções, no tocante aos limites, ao reconhecer a validade do tratado de 1777. Esculpou-lhe, porém, o procedimento, visto concluíra o tratado daquele jeito na suposição de imediato rompimento do Império com a Confederação Argentina. Como resumos das ocorrências, essas memórias são indispensáveis ao estudo da missão Pimenta Bueno. Não se esqueceu o autor de comentar os pareceres do Conselho de Estado; inserir as modificações inculcadas por êste, e transcrever a seguinte opinião do conselheiro Lopes Gama: "Tenho por inoportuno e ineficaz êste tratado." (532)

1 Em 1849 rebuscava nos ofícios de Assunção motivos para novas memórias. A de 29 de dezembro, que tem o título: *Demonstração do atual estado político comercial e militar da República do Paraguái*, é uma súpula das observações de Pimenta Bueno. Em outro trabalho de 1850 explicou o próprio Ponte Ribeiro: "Devo confessar que são do Sr. Pimenta Bueno a maior parte das notícias que dou, que eram desconhecidas dos nossos estadistas." (533)

De volta do Pacífico, em 1853, continuou no mesmo tema. As suas considerações e palavras, até então, foram serenas. Mas, no fim do ano, chegava Pereira Leal, encarregado de negócios em Assunção, que se desaviera com o Supremo. Pôsto que se verificasse o fato, que deu motivo a desavença, em meados de 1853, só em fins de setembro foram conhecidos todos seus pormenores, de estirado ofício de Leal ao ministro dos negócios estrangeiros, já datado do Rio de Janeiro. Desde 6 de setembro os *saquaremas* haviam deixado o ministério. Substituíram-nos o Visconde de Paraná, na presidência do conselho, e Limpo de Abreu, no ministério dos negócios estrangeiros. O ofício de Pereira Leal, narrando até conversações com o velho López, causou certo mal-estar. Entre outras coisas, repetia Leal grosseiras ofensas que o presidente López assacara aos viscondes de Paraná e Olinda, a Ponte Ribeiro e ao desembargador Rodrigo de Sousa da Silva Pontes. Paraná e Silva Pontes foram tachados de *borrachos*, pelo paraguáio, e Olinda e Ponte Ribeiro, de vendidos ao ouro de Rosas. Daí, talvez, as instruções belicosas de Limpo de Abreu ao almirante Pedro Ferreira, incumbido da desforra. O desenrolar da missão, porém, foi o reverso das instruções. (534)

O Visconde de Paraná voltara às boas com Ponte Ribeiro, esquecidos ambos das ocorrências de 1843. Chamava-o em particular para ouvir-lhe a opinião sôbre os limites de Mato-Grosso. (535) Se belicoso o presidente do conselho, ainda mais o diplomata. O desafôro do paraguáio era peçonhento como veneno de cobra. Mas Ponte Ribeiro não era homem de desprezar calúnia e seguir o seu caminho. Tinha que revidar aos insultos. As instruções, talvez pensamento de Paraná, pareceram-lhe a êle, Ponte, de possibilidades rêmotas. Isso mesmo se fossem cumpridas. No entanto, tinham ali a faca e o queijo na mão, para um revidé immediato à calúnia do Supremo. E, em trabalho elaborado cuidadosamente, pois o copiou no mínimo três vezes, modificando-lhe vários passos, apontou como remédio às rixas provocadas pelo presidente López, um lance brusco e imprevisto contra o Paraguái, antes de lhe dar tempo de se fortalecer ainda mais. Afigurava-se-lhe isso coisa fácil, por supor “o povo um rebanho de carneiros, que se deixa conduzir por qualquer pastor.” Mas o golpe que previa não visava tanto ao Paraguái, quanto ao generalíssimo Solano López, que deveria de passar então por um pôrto brasileiro, talvez o de Recife. Vinha o generalíssimo de sua viagem à Europa, com dois navios e tripulação adestrada, obtida esta em Gênova. Ponte Ribeiro conhecera Solano López, em 1843, quando êste acompanhara o seu tio Manuel Peña a Buenos-Aires. A êle se referiu Ponte, muito por alto, em um dos seus officios. (536) Agora nada mais pretendia Ponte Ribeiro, em revide às ofensas do velho López, que se lhe prendesse o filho e se lhe detivessem os navios, fôsse onde fôsse, no Recife, Baía ou Rio de Janeiro, ou mesmo em alto mar. “E não se perca tempo”, dizia o diplomata, num último apêlo, “em resolver e obrar, se não teremos que nos arrependermos.” Em outra cópia, o final, já modifi-

cado, é este: “tenha o govêrno imperial por certo que com êste oportuno arreganho enérgico, há de obter mais do que alcançará depois com grandes sacrifícios de sangue e de dinheiro.” (537)

Daí em diante seguiu Ponte Ribeiro na tarefa de alertar os ministérios contra a agressão paraguáia, que não tardaria. Pretendia minorá-la fortificando Mato Grosso, pois a certeza da agressão, para êle, era certeza “matemática”. As suas memórias agora as revestia de mapas. Por isso anotava no final os mapas entregues aos ministros, para em tempo oportuno reavê-los. Ainda, em memória de 1857, relembando tudo quanto escrevera anteriormente sôbre a infalível agressão dos López, êle anotava: “Também está em poder do Sr. Ministro da Marinha o meu Atlas do Rio Paraguái, em 8 folhas, papel vegetal...” E lembrava ao ministro, sem a menor cerimônia, de lhe restituir o mapa, “quando não lhe fôsse mais necessário.” (538)

4

Em março de 1857, completou Ponte Ribeiro sessenta e dois anos de idade. Êsses anos todos, se lhe não embotaram a prodigiosa capacidade de trabalho, não deixaram de se fazer sentir, emperrando-lhe o funcionamento de um ou outro órgão. Fôra em 1852 que reparara, pela primeira vez, neste desgaste traiçoeiro, que a velhice, pouco antes de se instalar definitivamente, antecipa à maneira de lembrete. Achava-se então nos Andes, vivendo momentos excepcionais de emoções. Por isso, talvez, o sentimento de velhice, que dêle se apoderara, nada mais significasse que uma reação nervosa, natural naqueles momentos de incerteza e solidão, ao verificar novos fios brancos a pratearem-lhe a espessa çabeleira. Mas refizera-se em pouco tempo com o clima,

as frutas, o vinho e a paz de espírito, que encontrara no Chile. A própria viagem de Valparaíso ao Rio de Janeiro, em que durante 46 dias fôra obrigado a descansar, havia influído muito parã lhe retemperar os nervos e também para que pudesse transpor a casa dos sessenta confiante e seguro de sua fortaleza. Tanto assim que, convidado a aceitar em 1854 a missão a Portugal, para a troca dos mapas, respondera a Limpo de Abreu não lhe convir no momento a viagem, por não necessitar de tratamento de saúde.

Possivelmente em meados de 57 lhe apareceram ou se lhe agravaram os sintômas das doenças que lhe iam atormentar os restantes vinte anos de vida. Partiu para a Europa, talvez nos últimos meses do ano, pois até agôsto continuou na secretaria a escrever memórias. Esteve com Carvalho Moreira, em Londres, por alguns dias. Daí prosseguiu viagem para Paris, de onde se dirigiu, logo no dia seguinte da chegada, para a Alemanha, à procura do famoso médico Dr. Chalius. Acompanhou-o nessa viagem “a senhora do nosso amigo vice-almirante Lisboa”, a futura Marquesa de Tamandaré. Depois de consultarem à celebridade de *Heidelberg*, visitaram *Mannheim*, *Calsruhe*, *Baden* e *Hiasburg*, e regressaram a Paris. “O médico aconselhou-me tomar banhos de *Hilangebad*”, contava Ponte a Carvalho Moreira, “e beber águas de *Kissingen*, perto de *Mayence*, e me deu esperanças de melhorar com êste uso durante três semanas.” (539)

A Paris chegou Ponte Ribeiro no dia 12 de julho de 1858. E a 14, já instalado no *Hotel de Bade*, *Boulevard des Italiens*, foi consultar outra sumidade, agora francesa, o Dr. Menière. Fôra êste o médico que o fizera atravessar o Atlântico, na esperança de lhe atalhar a surdez. E nesse mesmo dia 14 iniciava o tratamento: “já me fez — dizia Ponte — uma aplicação

electro-magnética, que deverá repetir-se por alguns dias como experiência a fim de ver se alcanço o bom resultado que êle espera e eu desejo." (540)

Este resultado foi obtido em parte, não só com as applicações do Dr. Menière, no tocante à surdez, mas também com as águas do Dr. Chalius, no que dizia respeito à bexiga. O certo é que ainda se demorou Ponte, antes de passar por Londres e Lisboa de volta ao Brasil, o que faz crer tenha ido provar das águas de *Kissigen* e banhar-se nas de *Hilangebad*.

De volta, devia de se ter avistado, novamente em Londres, com o futuro de Penedo. No dia de Natal ou no seguinte deixou a Inglaterra. A 31 de dezembro chegou a Lisboa, onde, no dia 1.º do novo ano de 1859, despertou bastante melhorado. (541) Aí tinha forçosamente parentes seus e de sua mulher e por isso os dois gostavam do descanso que lhes proporcionava aquela cidade. Presumo tenha Ponte Ribeiro ficado em Portugal, até meados de 1859, a consolidar a saúde. Não em repouso absoluto, mas provavelmente a percorrer arquivos, verificando as possibilidades da troca de mapas, que lembrara havia quase dez anos. Só o encontramos de novo na Côrte, às voltas com pareceres e memórias, em setembro de 1859.

CAPÍTULO XXIV

A TRADIÇÃO

1

Desde 1837 vinha Ponte Ribeiro estudando os limites do Brasil com a Bolívia, Conversara a êste respeito

com o Marechal Santa Cruz, a quem entregara projeto de tratado, no qual havia consignado por base de tóda a delimitação o *uti possidetis*. A queda do Protetor, verificada pouco depois, fez com que se não desse prosseguimento ao tratado, elaborado na suposição de que seria a Confederação Peru-boliviana a parte contratante a assirá-lo com o Império. (542) Esse trecho da fronteira, da Baía Negra às nascentes do Javari, continuou a preocupar o diplomata. Em 1842, escreveu sucinta memória sôbre os terrenos limítrofes com a Bolívia, que fez acompanhar de um mapa desenhado pelo major Adolfo António Frederico Seweloh. Parece-me ter sido este mapa o primeiro ideado por Ponte Ribeiro para ilustrar as suas memórias. Aí estampou em traços coloridos os possíveis rumos da fronteira. A linha amarela era a que então indicava o preferido pelo autor. (543) Nos anos que se seguiram, novos conhecimentos acrescentou aos estudos já efetuados; como, por exemplo, os mapas encontrados em 1842 e os trabalhos que vinha realizando Leverger, de exploração no Rio Paraguái. Assim, havia muito que ultrapassara Ponte as suas primeiras lições, colhidas nas memórias de Pimenta Bueno, nos trabalhos de Ricardo Franco e nos tratados de 1750, 1761 e 1777. Para a missão ao Pacífico, em 1851, o assunto fôra revisto com vagar. Então não se cansara em discutir e trocar idéias com o ministro Paulino, até em cartas particulares.

Agora, de 1859 a 1862, reestudou a matéria mais uma vez, para enfeixar os resultados de seus estudos em vários trabalhos. O primeiro dessa nova fase, o principal, presumo eu o realizasse Ponte em vários lances, porque, iniciado em 1859, só o concluiu no ano seguinte. Destinavam-se êsses trabalhos a elucidar o plenipotenciário Rêgo Monteiro, nas negociações que ia encetar com o govêrno boliviano para um tratado de

comércio, navegação e limites. As pretensões brasileiras e a sua justificação, no tocante aos limites, foram expostas minuciosamente por Ponte Ribeiro, a quem coube também redigir as instruções. (544)

Da memória de 42 para os estudos de 59 e 60, muito pouco modificou Ponte Ribeiro a sua opinião sobre a linha divisória da *Baía Negra* até o *Rio Verde*. Se há diferenças, são imponderáveis. As lagoas continuavam a pertencer ao Brasil, pois a raia, que deveria de lindar os dois países, se afastaria o suficiente para oeste da povoação de "Corumbá, Baía de Cáceres, das Lagoas Mandioré, Gaíba e Uberaba", a fim de que todas se incluíssem em território brasileiro. Estes seriam os limites propostos pelo plenipotenciário Rêgo Monteiro discutidos, na cidade de Oruro, em julho de 1863, com o boliviano Rafael Bustillo, quase nas mesmas palavras de que se utilizara Ponte. (545)

A principal inovação que se encontra nos trabalhos de 59 e 60, comparados com o de 42, consiste na delimitação do trecho compreendido entre a junção do Beni com o Mamoré até às nascentes do Javari. A linha que descrevera em 42, e fizera desenhar no mapa pelo major Seweloh, era positivamente uma paralela ao equador e não uma oblíqua. Isso se vê do traço amarelo, que parte da confluência daqueles dois rios. Pôsto que se consigne, no mapa, pequeno segmento da reta, consta o bastante para que se conclua ser esta uma paralela e nunca uma oblíqua. "Parece", escrevia Ponte Ribeiro, em 1842, com certa indecisão que transparece do verbo *parecer*, que empregou, "Parece que a junção do Beni com o Mamoré está indicando que dela deverá partir a linha divisória que daí para oeste há de separar os territórios do Brasil e da Bolívia." Com esta linha, "da foz do Beni para oeste", afirmava êle, o Império ganharia "considerável extensão de terreno." (546)

Em fins de 1859 se firmava Ponte, não só no descrever a fronteira, mas ainda no traçar aquela reta do Madeira ao Javari. O mapa que juntou então ao trabalho, o famigerado mapa da linha verde, foi desenhado pelo major Izaltino José Mendonça de Carvalho. E' trabalho muito mais minucioso e completo que todos os outros que anteriormente concebera. Porém continua inteiramente às escuras no tocante à região que a linha leste-oeste devera de transpor. O Javari avança até 5º e meio, com a probabilidade, que se vê da linha pontilhada, de se estender até 10º 20'. O mesmo acontece com os rios Jataí, Tefé, Juruá. Só o Purús, com o seu curso muito simplificado, numa linha quase perpendicular ao Amazonas, atinge à mesma latitude das probabilidades dos outros. Mas sabia Ponte Ribeiro que o seu mapa, nesse trecho da fronteira, não exprimia a realidade, pois acrescentava: "Do Rio Madeira para oeste a encontrar o Javari, nem temos título fundado para fixar o conveniente ponto de partida, nem conhecimento exato do lugar aonde deverá dirigir-se a linha lançada desde aquele que arbitrariamente fôr tomado." (547)

Esse desconhecimento, por onde se efetuaria a delimitação, fôra o causador dos têrmos vagos do tratado com o Peru, no que dizia respeito ao Javari. Até onde ia êste rio? Os outros, entre o Javari e o Madeira, até onde chegavam? Onde tinham as suas cabeceiras? Qual a direção que tomavam, ao transpor as selvas, até as respectivas embocaduras no Amazonas? Ninguém sabia ao certo. Ainda, para agravar a incerteza reinante, o Peru e a Bolívia não tinham fixado os seus limites. Tudo isso, portanto, concorria para a imprecisão no determinar o fecho da fronteira neste ponto. "Está incerteza", dizia Ponte, em 1859, "me obrigou, quando fiz em 1851 o Tratado com o Peru, a concordar vaga-

mente que do Rio Amazonas para o sul seguiria a fronteira pelo rio Javari." Mas, em 1853, pelo que escrevera ao ministro Paulino, verifica-se não se fixara ainda Ponte na linha oblíqua; sim, na paralela até o Javari, se as nascentes dêste rio se encontrassem ao sul da junção do Beni com o Mamoré. No caso contrário, de as nascentes se localizarem ao norte, se tiraria dessas nascentes um meridiano para o sul, e a linha, vinda de léste, daquela junção, que seria uma paralela ao equador, terminaria nesse meridiano, na mesma latitude da confluência do Beni e Mamoré. Isso se vê do seguinte passo da exposição de Ponte Ribeiro a Paulino: "Em tal caso seria necessário concordar uma meridiana ou prolongar a paralela até a fronteira que hoje divide a República do Peru da Bolívia." (548) Esta maneira de pensar fixou-a também no mapa de 1860, com um traço vermelho. Com a seguinte diferença: em 1853 seria a norma a estabelecer-se, sem outra alternativa; enquanto, em 1860, seria apenas uma das alternativas, prevista para o caso de as nascentes do Javari se encontrarem além dos 10° 20'.

A mesma incerteza perdurava ainda em 1859: "Ainda hoje — confirmava Ponte — nos falta êste conhecimento, circunstância necessária para se tirar desde o Madeira a encontrar o Javari a linha que há de servir de Fronteira ao Império, por êsse lado. Se êste rio não passa de 7.ª, como supunham os referidos geógrafos, não poderá ter lugar a projetada linha leste-oeste a partir do Madeira, junto à confluência onde êle principia na Latitude de 10° 20', porque essa paralela não encontrará o Javari, irá prolongar-se ao Poente dêste rio, tendo atravessado território ao sul dêle, e infringindo assim a estipulação do tratado de 1851." (549) Daí a introdução da linha oblíqua, pelo próprio Ponté, como fecho necessário da fronteira do

Império, no caso de as nascentes do Javari se acharem ao norte de 10° 20' sul. E isso também na suposição de ser a Bolívia o único país a delimitar-se com o Brasil naquelas paragens. Portanto, no final do Art. 1.º do tratado que projetava, determinava êle: "Dêste rio (Madeira) para oêste segue por uma paralela tirada da sua margem esquerda na latitude de 10° 20' até encontrar o Javari. Porém, se êste rio tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a Fronteira desde a mesma latitude por uma reta a buscar a origem principal do dito Javari." (550) Estas frases de Ponte Ribeiro, com pequenas alterações no que diz respeito à redação, prevaleceram, tanto no projeto apresentado por João Rêgo Monteiro, quanto no Art. 2.º do Tratado de 1867, concluído por Felipe Lopes Netto. (551)

Com os projetos e trabalhos de 59 e 60 entregou Ponte Ribeiro o mapa desenhado pelo major Izaltino. A linha, que acabou por denominar o mapa, explicava-lhe, assim, a existência o seu idealizador: "A faixa verde que se vê neste mapa, tirada desde o Madeira ao Javari, mostra a direção que deverá ter a fronteira, se êste último rio não vier mais ao sul, porque até êsse lugar foi êle examinado pela Comissão de Limites de 1787, como consta do Diário e Planos que levãntaram em grande escala para dar a conhecer o seu curso." O objetivo principal, a que visava Ponte com o seu mapa, porém, era outro: consistia em patentear a razão da linha pretendida pelo Império. "Também lhe envio", escrevia Ponte, nas instruções que redigiu, "cópia de um Mapa Geográfico da Fronteira do Império, descrita no projeto, a fim de que V. Sa. tenha presente e faça conhecer oportunamente, que a iniciada negociação de limites está longe de ser exagerada, como se crê na Bolívia." (552)

Este, pois, o principal fim do mapa da linha verde, ao qual mais tarde se pretendeu ampliar de muito a significação. Feito para provar que não havia exagêro, por parte do Império, nos limites propostos no projeto, não conseguira preencher o fim a que se destinara. O ministro boliviano Bustillo não aceitou o projeto, recusando-se mesmo a discutí-lo, não só por considerar válido o tratado de 1777, mas também por se lhe figurar exagerada a pretensão brasileira. O mapa fôra complemento do projeto. Se rechaçado êste, com o fundamento de exagerado, invalidado ficava o outro, que nada mais era do que a prova da moderação do Império. (553)

2

Por mais algum tempo continuou Ponte Ribeiro a escrever. Como sempre não se restringiu a um só assunto. A questão de limites com a Argentina preocupou-o. Multiplicavam-se os temas dos seus trabalhos. Tratou das demarcações dos limites com o Peru; dos lagos entre o Maiacaré e o Araguari; do êrro na denominação de um rio consignado no tratado com a Venezuela; da correspondência remetida pela comissão exploradora do Oiapoque, e, enfim, de um sem conto de assuntos. Sôbre todos êles emitiu com franqueza a sua opinião. Contudo, os limites com a Bolívia e as fortificações de Mato-Grosso foram os dois temas principais. Em vários escritos dessa época voltou a falar do estado em que se achava aquela província, desprotegida completamente ante um possível ataque de inimigos, que a cercavam. Já em 1852, havia portanto dez anos, Augusto Leverger, como presidente de Mato-Grosso, escrevera a Manuel Felizardo, ministro da guerra, o seguinte: "Entretanto êste estado de coisas é um contínuo motivo de inquietação e perplexidade para esta Presidência, que não pode dis-

simular que, por qualquer lado que fôr a Província seriamente atacada, não possui meios de repelir a invasão: cumprindo todavia à mesma Presidência providenciar para que uma resistência mais ou menos eficaz deixe pelo menos ileso a honra nacional." (554)

Em 1860 mostrou Ponte Ribeiro, apoiado na autoridade dos Demarcadores de 1786, como o rio São Lourenço dava fácil acesso ao inimigo para se internar na Província. Com um mapa, em que figurava a região, pretendeu se construisse um forte na *Serra das Pedras de Amolar*, justamente na boca daquele rio. Agora, em memória de 6 de junho de 1862, sugere a construção de uma estrada, da vila de Antonina à de Miranda, para a facilidade das comunicações. Esta estrada, em trabalhos posteriores, consideraria êle como medida urgente a ser tomada pelo govêrno imperial. A um dêsses trabalhos juntou um mapa em que delineou o traçado da futura estrada. A facilidade da comunicação, por via terrestre, com Mato-Grosso, inteiramente isolado, antolha-se-lhe o mais transcendente problema do momento. Assim é que em novo escrito aponta o caminho percorrido em 1838 por Pimenta Bueno, de Cuiabá a São Paulo, como sendo o mais curto e fácil de penetração, por terra, até à capital da Província. (555)

Mas do que nunca representou Ponte Ribeiro a tradição. As interpretações dos temas, desde que fôsem de sua pena, eram quase sempre aquelas em que os problemas haviam sido colocados. Novos ministros assentaram-se na cadeira ambicionada. Os serviços, porém, prosseguiram os mesmos; as questões continuavam sem que se lhes alterasse a marcha, e pouco importava à solução dos negócios fôsse conservador ou liberal o ministério. O continuador daquela tradição estava ali, vivo, atento, vigilante, intransigente, sempre que se tratasse de um interêsse do Brasil. Não é que Ponte Ri-

beiro, ao envelhecer, se tornasse rabujo. Adaptara-se perfeitamente aos novos. E, longe de os afastar, chamou-os com habilidade ao emaranhado de questões, que recontou uma a uma; de interpretações, muitas vezes dadas por êle; de mapas e documentos revelhos, não raro desencantados por êle mesmo dos arquivos e livros: indicou-lhes o caminho que se trilhara até então, como o em que se devera prosseguir, principalmente, no tocante à política continental.

Perdurara em Ponte Ribeiro, mesmo na velhice, a chama de idealismo, que o havia feito vencer em moço dificuldades de tôda ordem. A vivacidade, a coragem, o entusiasmo e a combatividade continuaram nêle com a mesma intensidade dos seus prístinos tempos. Bastava que se lhe desse um tema, em que vislumbrasse interêsse político do Brasil, para que o velho se transformasse, remoçasse, e, como fizera havïa tantos anos, persistisse ainda na defesa, com a pena, com a palavra, com o desafôro, com a ironia, e, se o deixassem, com a própria violência. Português de nascença, habituara-se, como os seus maiores de outros séculos, a considerar o Brasil a sua própria pátria. No manuseio diário de seus mapas; no recompor palmo a palmo de suas fronteiras, onde lances de brasileiros e portugueses se misturaram, no milagre do desbravamento dos sertões, na defesa da terra conquistada, no delinear com sangue os seus confins; aprendeu Ponte Ribeiro em tudo isso a amar a sua nova Pátria, confundida com a velha, naqueles feitos, que êle mesmo reviveu, desde o Oiapoque até o Chuí.

3

Apenas melhoras na sua saúde obtivera Ponte Ribeiro, de sua última estada na Europa. Em breve reapareceu a doença. No começo de 1863 o mal devia

de se ter agravado a ponto de fazer com que pensasse em procurar novamente o Dr. Chalius. Mas, já que devia de retornar à Europa, lembrou-se de que talvez fôsse possível conciliar a necessidade com o interesse do serviço. Desde 30 de maio era ministro o Marquês de Abrantes, que o conhecia intimamente, ainda dos tempos em que Ponte viajava em lombo de burro, pelas quebradas dos Andes, e enfrentava a carestia de vida com os mesquinhos vencimentos de 3.400\$000 anuais. As cartas de Ponte ao então deputado e ministro da fazenda Miguél Calmon, e as dêste ao diplomata, revelam a amizade que já existia entre os dois, desde aquela longínqua época.

Assim cuidou Ponte chegado o momento de propor ao govêrno português a troca dos mapas do Conde de Linhares, que interessassem a Portugal exclusivamente, por outros existentes nos arquivos de Lisboa, que dissessem respeito ao Brasil e às suas questões de limites. Em 1851, embora já escolhido para seguir para Portugal com a mesma incumbência, tivera Ponte o seu rumo desviado mais uma vez pelas proezas do ditador Rosas. Em vez de Lisboa fôra parar em Chuquisaca. Em 1854 não aceitara a missão à Europa. Mas, agora, era-lhe possível aliar o útil ao agradável. Fez uma exposição ao seu amigo Marquês, em que lhe narrou a história dos mapas e a interferência que tivera na catalogação dos mesmos. E terminava por propor a realização da troca, aproveitando-se-lhe a viagem. “Nessa época — aludia êle ao convite de 54 — não me convinha essa comissão como hoje que vou à Europa tratar de minha saúde e poderei ocupar-me dêsse trabalho.” (556)

Abrantes aceitou a proposta do diplomata e a 24 de abril de 1863 assinou-lhe a designação. A Maciel Monteiro, já Barão de Itamaracá, ministro do Brasil em Lisboa, dizia o Marquês de Abrantes: “Seguindo

na presente ocasião para essa Capital o Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, julguei aproveitar tão oportuno ensejo para satisfazer a uma necessidade mais importante do nosso serviço público, qual a de adquirir para nossos arquivos documentos que interessem à história e à geografia do Império." (557)

Ponte Ribeiro devia de ter seguido imediatamente para Europa e aí ter chegado em maio ou junho. Tratou, como era natural, em primeiro lugar da saúde. Assim, antes de iniciar o serviço em Lisboa, é provável ter voltado às clínicas do Dr. Chalius, em *Heidelberg*, e do Dr. Menière, em Paris. Só em novembro o encontramos novamente em Lisboa, pronto para iniciar o trabalho. Enquanto esperava, escreveu uma memória sobre os rios Purús, Madre de Dios e Beni, na qual insistia para que se fizessem as explorações lembradas por êle em outros trabalhos. (558)

Com a chegada de Ponte a Lisboa, iniciou Itamaracá as negociações. Em nota ao Duque de Loulé, presidente do conselho, tratou da possibilidade de desempenhar o diplomata brasileiro a comissão, que lhe confiara o governo imperial. Porém, ainda demoraria, por alguns meses, o começo dos trabalhos. Ponte, a 13 de dezembro, explicava a Abrantes: "O meu restabelecimento cada dia se consolida mais, e já me considero apto para trabalhar na comissão de que estou encarregado, porém o começo dela depende ainda das ordens que o Duque de Loulé prometeu expedir às competentes repartições para me franquearem os seus arquivos; demora que deve atribuir-se à sua grande morosidade em tudo e não à má vontade." (559)

Em março do ano seguinte, o Duque de Loulé comunicava a Maciel Monteiro ter o governo português accedido ao convite do brasileiro para a troca dos mapas e já se achavam nomeadas as pessoas com as quais de-

veria de se entender o representante do Império. Designara o Duque vários funcionários das repartições em que existiam os arquivos. O principal, ou, ao menos, com quem se entendeu Ponte mais diretamente, foi o general de brigada Felípe Folques. (560)

Não esperou Ponte Ribeiro pela comunicação do presidente do conselho. Em fevereiro iniciava o seu trabalho na Biblioteca Pública, no Arquivo Militar e no da Marinha. A 22 já havia começado umas das suas relações de documentos e mapas, a que denominou: "Borradores do que vou encontrando nos Arquivos de Lisboa." Nesse serviço paciente é que se evidencia a erudição e a capacidade incrível de trabalho daquele velho, já beirando os setenta anos, a joeirar materiais, não só para as questões de limites, mas ainda para a história do Brasil. (561)

Até maio pesquisou Ponte Ribeiro os arquivos de Lisboa. Teve então de interromper o serviço e seguir para *Heidelberg*. Acompanhou-o a sua mulher e o capitão-tenente José Pereira de Lima Campos, a quem considerava como um filho. Ia consultar o Dr. Chalius ou, o mais provável, continuar o tratamento iniciado no ano anterior. Levava o capitão a fim de consultar o famoso médico. Mas, ao chegarem à cidade francesa de *Forbarch*, quando faziam a baldeação de um trem para outro, o capitão Lima Campos caiu fulminado por um colapso. Ficaram os dois velhos sòzinhos, com o cadáver do amigo, desnorteados inteiramente. O *maire* da cidade, no entanto, era humano e delicado. Providenciou o entêrro e, ao saber se tratava de um oficial da marinha brasileira, fez prestar-lhe as honras militares. (562)

Só em fins de 64 reiniciou Ponte Ribeiro o serviço. De 65 a 66 continuou a percorrer os arquivos.

Dêsses dias de Lisboa, deixou-nos êle rápida descrição. "Dando então — dizia Ponte — princípio ao essencial objeto da minha comissão... busquei nos Arquivos de Portugal os Mapas, Planos, Diários, Relatórios, Offícios e outros Papéis, que pudessem dar conhecimentos dos primitivos debates internacionais relativos ao solo brasileiro; das questões emergentes dos Tratados de 1681, 1750, 1777, 1801 com a Espanha; de 1700, 1713, 1801, 1802 e 1817 com a França; e das explorações científicas feitas no seu vasto território em diversas épocas." Comegara pela Torre do Tombo. Aí o que achou se referia às bulas dos Papas, à escritura de Saragoça e ao Tratado de Tordesilhas. Todos documentos já publicados. Na Torre, assegurou-lhe o respectivo comissário que os documentos concernentes à América, que haviam escapado ao terremoto de 1755, se achavam reunidos n *Páteo das Vacas*, onde os ministérios funcionavam. Rumou imediatamente o brasileiro em companhia do conselheiro Folques, para o *Páteo das Vacas*, onde foi encontrar o arquivo "em grande confusão causada por uma recente ordem de mudar-se para outro local." (563)

Com tôdas essas defículdades imprevistas conseguiu Ponte Ribeiro arrolar, nas suas relações, importantes documentos e mapas referentes ao Brasil. A 14 de janeiro de 1867, assinou êle com o representante português o auto relativo à troca de documentos que os dois govêrnos faziam. Porém, depois de assinado êsse auto, foram encontrados alguns mapas exigidos por Ponte e isto lhe deu ensejo para continuar em Lisboa. O trabalho de cópias era moroso e obrigava a esperar ali, vigilante. Na verdade, êle não tinha pressa, pois, parece-me, se aproveitava das folgas para ir a *Heidelberg* consolidar a cura. Em agôsto de 67, no entanto, recebe más notícias do Brasil. O seu filho Antônio Marcelino mor-

rera afogado no Rio da Prata. Este golpe lhe foi ainda mais terrível do que o anterior. Imediatamente decidiu o regresso ao Brasil, embora lhe faltasse concluir o relatório. Ao ministro dos negócios estrangeiros, Sá e Albuquerque, escrevia a 27 de agosto: "A morte que por desgraça acaba de ter um dos meus filhos me obriga a ir ao Rio de Janeiro, e interromper a Comissão que me foi confiada pelo Governo Imperial, antes de concluir e pôr a limpo o Elenco dos mapas geográficos, cópias e extratos que tenho reunido e levo comigo." (564)

CAPÍTULO XXIV

QUANDO A VIDA É UMA TEIMA

1

Os quatro anos, que Ponte Ribeiro passara na Europa, haviam sido de dificuldades para a Brasil. Pouco depois da partida do diplomatas, as relações do Império com o governo *blanco* do Uruguái foram de mal a pior até à exacerbação e a guerra. Aproveitou Solano López o momento, que se lhe ensejou, para figurar como estrêla na política americana. Aliado dos *blancos*, desde que viu o ultimato de mediação desatendido pelo Império, o paraguáio interveio na contenda alheia, com a fôrça de um exército arregimentado, disciplinado e preparado, cuidadosamente, para êste encontro. Julgara López, pela fraqueza em que descaíra o poderio militar do Brasil e da Argentina, emprêsa fácil arrebatá-lhes a supremacia do continente. E num lanço rápido e certo arremessou os seus batalhões contra Mato-Grosso e Rio Grande do

Sul. A guerra prosseguiu durante anos. Em Portugal devera Ponte Ribeiro tê-la acompanhado passo a passo, ansioso pelo revide do Brasil. Porém, ao chegar o diplomata, em fins de 67, já se esboroava a força de López diante da resistência inesperada dos aliados. Estavam contados os dias do ditador americano, que, antes do aparecimento na Europa dos exércitos prussianos, já havia concebido uma técnica que se assemelhava muito à dêsses peritos, não só no preparo material, mas também no psicológico da nação inteira para o extermínio dos inimigos.

Além da guerra, outros fatos ocorreram, durante a ausência de Ponte, que modificaram bastante o panorama internacional que deixara. A questão de limites com a Bolívia fôra resolvida pelo tratado de 27 de março de 1867. Ponte não apreciara os resultados das negociações. Os limites indicados por êle, em 1859, foram alterados, depois de parecer do conselho de estado, assinado por Pimenta Bueno, relator, Uruguái e Jequetinhonha. A opinião do primeiro fôra integralmente subscripta pelos os outros dois. As lagôas de Cáceres, Gaíba, Mandioré e Uberabã foram cortadas ao meio pela linha divisória, cabendo parte ao Brasil e parte à Bolívia. Ao norte já não corria a linha pelo divisor de águas entre o Paraguái e o Verde; mas, sim, pelo álveo dêste último. Portanto, no final da contenda, seria Pimenta Bueno, o primeiro a descrever a fronteira no Brasil Império, quem lhe daria a feição definitiva. De Ponte Ribeiro, apenas, constava do tratado a linha léste-oéste, do Madeira às nascentes do Javará. Facilitara às negociações com a Bolívia a substituição de Belzu por Melgarejo, no govêrno da República.

Se se liquidara uma das questões, outras continuavam e novas apareciam, que proporcionariam ao di-

plomata matéria para os seus trabalhos. Os anos de 1868 a 1873 seriam para êle de grande atividade. No tocante aos limites, dedicou-se ao estudo das questões com a Colômbia, então Nova-Granada, e das demarcações das fronteiras, já fixadas, com a Venezuela e Bolívia.

Também se envolveu êle nas discussões suscitadas pelas estipulações do tratado de limites com o Paraguái, de 9 de janeiro de 1872. Três foram os trabalhos que publicou sôbre êste assunto. Escreveu o que se intitula: "Limites do Brasil com o Paraguái", para refutar alegações de jornais do Rio da Prata, de se ter o Brasil aproveitado da guerra para extorquir território ao Paraguái. Fácil foi a Ponte provar a improcedência da alegação, pois os limites de 1872 foram os que sempre havia pretendido o Império, desde o início da discussão. Em outro trabalho contrariava a opinião propalada pela imprensa, de que a comissão demarcadora dos limites com o Paraguái iria encontrar dificuldades insuperáveis. Ponte Ribeiro, em síntese muito bem feita, demonstra que a fronteira, a ser demarcada, era, quase tôda, conhecida e explorada. Por isso as dificuldades que iria enfrentar e os riscos que iria correr seriam muito menores do que os que enfrentariam as comissões destinadas às demarcações com o Peru e a Venezuela. O terceiro trabalho, embora não assinado e nêle se faça pequeno elogio aos escritos de Ponte, tenho para mim que foi delineado por êle mesmo. Refere-se à carta geográfica das fronteiras do Brasil com o Paraguái, que acabava de ser litografada, e estuda os mapas e documentos, de onde se retiraram os elementos para a elaboração daquela carta. Depois de comentar um por um os documentos, termina assim: "O importante mapa, a que nos referimos, foi organizado pelo incansável Sr.

Conselheiro Ponte Ribeiro, que assim reuniu mais um aos valiosos serviços que tem prestado ao país." (565)

São inúmeras as memórias de Ponte Ribeiro dessa época. A simples enumeração e ementa tomariam, por certo, algumas páginas. A meu ver, porém, o que de mais interessante escreveu de 67 a 73 foram dois officios ao ministro Barão de Cotegipe. Num refaz êle, transcrevendo grande cópia de documentos, a sua missão a Chuquisaca em 1852, para retificar referências inexatas feitas pelos jornais da Côrte. É mais uma reconstituição de fatos, que o velho rememorou. O outro escrito contém a defesa da política, que êle personificara, durante anos, nas Repúblicas do Pacífico. Atribuía-se agora aos diplomatas brasileiros, que estiveram na Bolívia, antes de Lopes Netto, o fato de se não ter conseguido até então um acôrdo sôbre os limites. Ponte esclarece completamente as causas que impossibilitaram aquele acôrdo. "Fui esta manhã a casa de V. Exa.", escrevia êle a Cotegipe, em 17 de setembro de 1869, "para pedir o especial favor de ouvir-me duas palavras de desabafo do meu amor próprio e em desafronta da Justiça."

Daí segue, no desabafo, explicando miudamente os acontecimentos, que facilitaram a conclusão do tratado. "Tenho ouvido com paciência de Job", asseverava Ponte, "as asserções de terem sido ineptos todos os Diplomatas enviados pelo govêrno imperial às Repúblicas do Pacífico, antes de mandar o Sr. Conselheiro Lopes Netto; e que chegando êste à Bolívia obteve tudo quanto o Brasil queria, e mudou a política seguida por êste então naquelas Repúblicas. Sabe V. Exa. que quem mudou a política foi o govêrno imperial, autorizando agora o Sr. Lopes Netto a fazer à Bolívia concessões que lhe havia negado constantemente, quando as circunstâncias do Império não eram azarosas co-

mo se apresentavam na época em que lá mandou aquele plenipotenciário; concessões que êle ampliou e feitas por outro talvez lhe arrostasse séria responsabilidade. O tratado feito pelo Sr Lopes Netto podia ter sido concordado por mim em 1837, se o govêrno imperial tivesse admitido essa fronteira de 27 de março de 1867. Era a 3a. e última hipótese que apontei em uma memória e mapa geográfico que a acompanhou, com três hipóteses de linhas fronteiras para serem sucessivamente apresentadas. Não esteve por isso o govêrno imperial; nem, quando mais tarde, em 1863, mandou o Sr. João do Rêgo Monteiro àquela República para concordar um tratado de limites, o autorizou para admitir essa fronteira, antes lhe ordenou retirar-se se o govêrno boliviano insistisse nela, como succedeu. O Sr. Lopes Netto apresentou-se na capital da Bolívia, quando o general Melgarejo acabava de subir ao poder por meio de uma revolução e para sustentar-se precisava concitar a opinião popular; e conhecendo que os bolivianos anelam pela navegação dos rios Amazonas e Paraguái, que o Sr. Lopes Netto oferecia, admitiu prontamente o projeto de tratado que êste lhe apresentou, fazendo-lhe ainda alterações para que não estava autorizado.”

Depois de mais algumas considerações em desagravo de seu amor próprio e da justiça, passou Ponte Ribeiro a tratar de assunto correlativo, porém, sob um aspecto muito diferente daquele por que sempre encarrara questões dessa natureza. É raro nos escritos de Ponte, ao menos nunca se me deparou um, a não ser êste, a defesa de uma ou outra personagem do Império. Quando êle os não inculpava de um sem número de faltas, deixava em silêncio a ação dos ministros, como se êles nunca tivessem existido, e isso em fatos que não era admissível ignorá-los. Não lhes pordoava Ponte

queixas e rugas antigas. Por isso a defesa que faz agora do Visconde do Uruguái é digna de nota. Fôra o político fluminense, já quando não podia defender-se, atacado por um jornal da Côrte, que attribuía à ação sáfara do diplomata não ter conseguido o Brasil o rio Qiapoque, por limites com a Guiana Francesa, nas negociações de 1855. Ponte sai em defesa do amigo e ministro que o nomeara plenipotenciário. “Depois dêste desabafo pessoal”, principia a defesa, “chamarei a atenção de V. Exa. para o jornal “Reforma”, de hoje, em que se attribui à incapacidade do Sr. Visconde do Uruguái o malôgro da sua missão em França, quando tinha por antagonista um diplomata de 2ª. se não 3ª. ordem. Era êsse planitenciário o Barão His de Butenval que veio a esta Côrte como Enviado Extraordinário, depois de haver estado como diplomata em outros países; e era no conselho de estado o incumbido de dar opiniões sôbre questões de limites.”

Continua Ponte a defesa por mais algum tempo. Mas, muito a seu gôsto, a propósito talvez do assunto que tratara em primeiro lugar, investe contra desafetos, seus que nada tinham com a estultícia do jornal. Depois de desancar as duas personagens, que metera na questão, diz que, em negociações daquela em que estivera o Visconde, é que os queria ver, “para conhecerem o que são dificuldades internacionais que não se vencem com discursos políticos produzidos pelo fraco contra o forte, ainda quando fundados em sólidas razões.” O final do officio é um sincero protesto que faz o velho diplomata. “Quem como eu, — afirma Ponte — está ao corrente da questão, e atender ao contexto dos Protocolos das Conferências havidas em Paris entre o Barão His de Butenval e o Sr. Visconde do Uruguái, protestará, como faço ante V. Exa.,

contra a injustiça manifesta que se irroga a êste estadista do Brasil." (566)

Nesses seus escritos reviveu Ponte o passado. E de tal sorte o fez que, de tudo quanto escreveu sôbre o amigo falecido desde 66, nem uma só palavra lhe escapou, de que se pudesse suspeitar se referisse êle a um morto. O Sr. Visconde do Uruguái parecia, vivo, a conversar com o diplomata sôbre as suas proezas em Buenos-Aires e Chuquisaca, assentado no sofá de mogno e palinha, da sala de visitas da rua dos Invalidos. O envelhecer é criar-se um mundo em que se confundem os mortos com os vivos. As gerações que foram e as que chegam vivem da mesma sorte, influem da mesma maneira, falam do mesmo jeito, junto àqueles que ficaram como elos dessa corrente infinita que é a vida. Por isso é sempre com calor que Ponte Ribeiro volta a evocar o seu passado de diplomata. Relembra com prazer os seus lances na política continental: momentos de incerteza e de sacrificio que se misturavam com outros, de prazer, alegria e glória. Ainda hoje, a reler essas velhas memórias do diplomata, temos nítida a visão de um Ponte Ribeiro, vivo, solene, quase omnisciente, no moderno Itamarati, a repuxar rixas; a estirar questões; a fustigar sem piedade os inimigos; a ressuscitar documentos; a desdobrar mapas pelas mesas; a joeirar argumentos, e a contar, enfim, a história dos nossos limites. Tão intensa foi no ministério a ação de Duarte, que, mesmo depois de sua morte, se fazia em seu nome um catálogo de mapas, como se presente estivesse ali o velho mestre.

2

Dia a dia se tornava mais precária a saúde de Ponte Ribeiro. A doença acabara por debilitar-lhe o

organismo todo. A vida transformara-se para êle em teima. Teimava em viver, como havia teimado em outras tantas coisas, e continuava a subsistir. Essa teima de agora só se comparava à luta contra morte, de outros tempos.

Revezam-se, de 1873 em diante, as descrições da doença e os assuntos diplomáticos. Até então tivera precedência a diplomacia, mas, agora, são os sintomas da enfermidade e o tratamento que prefere descrever. Cartas há em que os dois temas se confundem. Tem, mais uma vez, de partir para Europa em busca de melhoras. Antes de seguir recebe do ministério presidido pelo Visconde de Rio Branco, no dia 19 de abril de 1873, o título de barão. (567) Poderia ter sido barão de Tabatinga, de Apaporis ou, ainda, de outro ponto qualquer na fronteira do Império, como símbolo de seus inestimáveis serviços. Mas preferiu conservar o seu próprio nome e continuou Ponte Ribeiro, acrescentando-lhe apenas o título.

Poucos meses depois estava na Europa. Ao Barão de Tefé, agora um dos seus amigos, escrevia Ponte, de Paris, um pouco desconsolado: "Falarei agora de mim. Sabe V. Exa. que saí do Rio muito doente: assim vim até Bordeaux, onde desembarquei e fui logo às águas de Vichy, e lá estive 30 dias sem tirar grande proveito." De Vichy seguiu para Paris: "Vim para esta Babilônia", dizia êle. É interessante o fato de lhe não despertar Paris outra impressão, a não ser de uma Babilônia. Os homens de seu feitio, sempre concentrados nos seus pensamentos e problemas, dificilmente deixam as suas abstrações para se fixarem no mundo das realidades. Êles se constroem um mundo à margem, que nem sempre combina com o outro. Por isso, Paris não impressionou o velho diplomata, senão

no que tinha de barulhenta, de agitação, de enormidade. Depois, só procurava Paris nos momentos de aflição, para reconcertar um ou outro órgão emperrado pelos muitos anos de funcionamento. Era natural lhe deixasse apenas a impressão dos hotéis barulhentos, incómodos de se aturar, e do cheiro de desinfetante, que os consultórios das sumidades médicas exalam.

“Vim para esta Babilónia”, continuava Ponte a carta, com a descrição do seu mal — “consultar outros especialistas das enfermidades das vias urinárias, a fim de obter diminuição do muito puz saído da minha bexiga e com a urina. As necessárias sondas com algalias para reconhecer o assunto e gravidade do mal, arrastaram convulsões, febre e irritações que a custo calmavam com grandes doses de sal sulfato de quiniño, muito suor e cama. Hoje estou um tanto melhor da abundância de puz, e mais tranqüilo por dizer-me o médico que a minha bexiga não está no mau estado que a quantidade de puz faria supor, que não vem dela e sim da próstada. Convencido de que só tenho a esperar melhoras, e não cura radical, insistirei na diligência de conseguir o aumento delas por 15 ou 20 dias, e passarei a Lisboa, aonde conto passar o inverno, fazendo uso de águas e remédio levados de Vichy e remédios daqui.” (568)

Assim, com essas descrições do quadro a que se reduzira a sua vida, se consolava Ponte. Além do mais obtivera melhoras, que lhe permitiram partir para Lisboa em setembro ou outubro. Só nos primeiros meses de 1874 voltou ao Brasil.

Mudara muito o Barão da Ponte Ribeiro. A sua fisionomia era outra: mais serena, mais compassiva e de tal modo transformada, que, difficilmentê, reconhecemos hoje, no retrato do velho barão, aqueles traços fortes, severos, todos em ângulos, sem uma linha sequer

a desanuviar-lhe um pouco o semblante, que caracterizaram o cavalheiro Duarte, de 1832, o comendador Duarte, de 1841, e o conselheiro Duarte, de 1851. Apenas no brilho dos seus olhos, na arrogância de sua testa larga e nariz reto e comprido, é que se reconhece o antigo diplomata. O seu rosto belicoso de general demudara-se numa expressão cansada e nostálgica, de quem se habituara a contemplar longínqua paisagem, em que se esbatiãam sombras do passado. As barbas longas e brancas deram-lhe a semelhança dos profetas de Israel. Tudo nêle se modificara no sentido de o estilizar naquilo mesmo que êle simbolizava, a tradição de uma época, que os moços nem sempre compreendiam e por isso a temiam. Setenta e nove anos fizera Ponte Ribeiro em 1874. Porém não era homem que se cansasse da vida. Interessara-se, durante cincoenta ou sessenta anos, por certos assuntos, sempre muito realísticos, para, mesmo aos setenta e nove anos de idade, se sentir cansado de viver. Vivera com prazer e abstraído com inúmeras coisas importantes, para êle, para poder prestar atenção ao tempo que passava. Ao seu lado, a sua mulher, a Baronesa da Ponte Ribeiro ou Dona Joana, como fôra conhecida até 1873, continuava a mesma: simples, corajosa, a enfrentar com êle os mesmos perigos e a compartilhar os mesmos sacrifícios. Agora já não havia a preocupação dos filhos, mas o amor dos netos, que, para os velhos, são símbolos da sua sobrevivência e, por isso, talvez, mais queridos e nimados.

3

Voltava Ponte Ribeiro para residir na casa que lhe construira o seu filho Luís, na rua Bambino n. 23. Fôra êste filho, o mais moço, no final da vida de Pon-

te, o inseparável amigo de seu velho pai. Advogado de nome, conservara-se solteiro, para lhe fazer às vezes de secretário. O catálogo de mapas e gravuras, pertencentes ao Barão, por exemplo, foi feito por êste seu filho, segundo tradição, cuidadosamente, com letra de calígrafo consumado. É digno de nota o fato de constarem dêsse catálogo, entre os retratos conservados por Ponte, o de Rosas, de Oribe, de Urquiza, de Rivera, de Lamas, de Quiroga e de Pedro de Ângelis. O Rio da Prata, justamente, daqueles seus tempos. Só lhe faltava o do seu amigo e vizinho, o camarista Arana. Existia também o retrato do marinheiro Simão, com o esclarecimento de se tratar de um herói do vapor brasileiro "Pernambuco". Ao lado dos retratos, uma aquarela representava a cidade de *Heidelberg*, onde fôra algumas vezes à procura do D. Cha-lius. (569)

Reinstalado no Rio de Janeiro, continuou Ponte Ribeiro o seu trabalho. Os anos não o impediam de pensar. A mesma curiosidade por uma infinidade de assuntos; o mesmo modo de escrever, fácil e sem pedantismo, mas incisivo e com convicção. O que saía de sua pena levava sempre o seu timbre. Era êle, o seu feitio de ser, de entender os assuntos, de pensar, que passava para o papel. Não é que se não inspirasse no alheio. Vimo-lo não só às voltas com Azara, mas ainda com Pimenta Bueno. Mas a tudo dava a sua feição peculiar. Tornara-se assíduo leitor de livros de tôda sorte. Interessava-se pelos trabalhos que se fazia em determinados ramos da ciência. Em 1876, a um amigo e antigo colega, o Barão de Japurá, escrevia: "O boliviano Villamil, que foi comissário das Demarcações de Limites em 1870, e tinha escrito sôbre a primitividade do homem, dando-lhe o berço na América, perto do Lago da Titicaca, suicidou-se por moti-

vos particulares, quando ia publicar aquêlê trabalho, que contém novas idéias e demonstraçoẽs, que fará uma revolução na história antropogênica." (570)

De 1874 a 1878, persistiu nos seus temas favoritos: limites com a Argentina; limites com a Guiana Francesa; a carta geral do Império. Sôbre o Oiapoque, ainda em agôsto de 1877, escreveu novamente. Neste trabalho não se vislumbra a menor falha de memória, quer nas citaçoẽs dos documentos, quer nas determinaçoẽs das datas. Apenas se expressa de maneira mais concisa e erudita. (571) Interessara-se pela cartografia, desde que se iniciara nas questões de limites. Os primeiros mapas, que juntou Ponte aos seus trabalhos, foram desenhados por Seweloh. Mais tarde a êste militar substituiu o major Izaltino, quem delineou o da linha verde. Com os estudos continuados, que a partir de 1836 vinha fazendo, se tornou o Barão da Ponte Ribeiro o mais seguro e erudito conhecedor da cartografia brasileira. Vimos os seus principais trabalhos até à defesa, que apresentou, do mapa das fronteiras com o Paraguái. Outro, no mesmo jeito, publicou êle, justificando o Mapa da Fronteira do Norte do Império, elaborado por êle e desenhado pelo major Izaltino. Nada menos de trinta e duas cartas se encontram mencionadas nesse interessante trabalho, tôdas relativas ao trecho que vai das nascentes do Javari até o Oiapoque. (572)

Em 1868 publicou Cândido Mendes de Almeida o seu magnífico *Atlas*. Ponte Ribeiro, não se agradou muito da obra do maranhense, principalmente no tocante aos limites. Em várias memórias criticou, às vezes injustamente, o trabalho consciencioso do géografo. (573) Anos depois, em 1873, fez Ponte a sua própria carta. Mas não era homem de síntese, sim de minúcias e críticas. Por isso preferiu corrigir a carta de Nie-

meyer, de 1846, reduzida pelo tenente-coronel Pedro Torquato Xavier de Brito. (574) Em 1875 apareceu a carta geral do Império, planizada pela comissão presidida pelo general Beaurepaire Rohan. Na execução d'êste trabalho prestou Ponte relevantes serviços, escrevendo, muito a seu gôsto, uma exposição sôbre os mapas que serviram de base à carta de 75. É memória imprescindível ao estudo da cartografia brasileira e, no juízo imparcial de competente historiador, realizou Ponte Ribeiro, com êste trabalho, "verdadeira síntese da evolução cartográfica do Brasil até o século XVIII e grande parte do século XIX." (575)

A doença, porém, não lhe dava tréguas. Frequentemente o fazia volver à realidade dos seus oitenta e um anos. Na carta ao Barão de Japurá, dizia resignado: "Eu tenho continuado a sofrer de minha bexiga, tenho crises julgadas fatais, mas vou teimando a viver e a dar *pabulo* nos intervalos lúcidos, à minha mania de escrever sôbre coisas que julgo ter mais que vulgar conhecimento."

A teima e a mania sustinham-lhe ainda a vida. Mas, por muito pouco tempo mais. Os políticos brasileiros do Império não tiveram, na maior parte, a longevidade de Ponte Ribeiro. Apanhara a geração do velho Cairu, Queluz, Aracati, Barbacena e Pedra-Branca. As gerações que se seguiram a esta, dos homens de 7 de abril, do ato adicional, da interpretação e da maioria já haviam também desaparecido. Caxias, São Vicente, Penedo e Sinimbu, além d'êste Ponte, era tudo quanto restava daqueles que remodelaram o país a partir de 1831. Mas, no momento, a política era recreação dos velhos. Itaboraí, São Vicente, Caxias e Sinimbu substituem-se na presidência do conselho. O último organizara o seu ministério a 5 de janeiro de 1878. Os tempos eram de economia. O Le-

gislativo cortara inúmeras verbas e entre estas uma que se destinava a gratificações no ministério dos negócios estrangeiros.

Ponte Ribeiro recebia, por aquela verba, a gratificação mensal de 200\$000. O ministro dos negócios estrangeiros, o Barão de Vila-Bela, em face da resolução do legislativo, solicitou do seu colega da Fazenda a suspensão do pagamento das mesmas gratificações. Porém, além de ser uma ordem geral, que abrangia a todos que recebiam pela verba suprimida, como Alhambra, Japurá, Penedo, Ponte Ribeiro e outros, respeitou o que já havia sido pago até à data da comunicação. Assim, os diplomatas beneficiados com a gratificação tinham que repor apenas o que receberam adiantadamente, relativo ao segundo quartel. Esta ordem, como muito bem ponderou Joaquim Manuel de Macedo, no seu trabalho citado, nada tinha de pessoal, nem colimava outro objetivo, senão o de cumprir uma determinação do Legislativo. Ponte Ribeiro não entendeu assim. Viu naquela ordem uma espécie de despedida, que lhe dava o govêrno imperial, de maneira somítica e pífia. (576)

Estava em Petrópolis, ao receber a comunicação do ministro. Se fôra sempre suscetível nas menores coisas, que se lhe figurassem menosprêzo à sua pessoa, como o não seria agora aos oitenta e três anos de idade, no meio de atrozes sofrimentos físicos? O velho desarvorou-se inteiramente; desceu a serra, e imediatamente recolheu o dinheiro. Desde êste dia a sua vida terminara. Deixara de existir a razão de ser de sua teima: a velha mania de escrever. Dêsse momento em diante já não poria os pés no ministério. Agora lhe restava somente esperar um pouco mais o fim, que se aproximava rapidamente.

Talvez se fixasse, na lembrança do velho, um momento do seu passado. Passado longínquo, de quarenta anos. Via-se em Bueno-Aires, na côrte de Palermo. Mas, já sem o prestígio dos seus primeiros tempos de ministro residente. Ardia em febre, a delirar e a gemer. No seu braço direito já se divisavam sinais nítidos de gangrena. Então, o cavalheiro Sinimbu, do outro lado do estuário, desconheceu o bloqueio, atirando desajeitadamente a luva ao ditador Rosas. O que surgiu de tudo isso refletiu unicamente no ministro em Buenos-Aires. A ameaça, ó revide, a luta; de nada disso soubera Sinimbu. No entanto o defendera êle, Ponte, quando, numa nota, lhe chamara de estúpido o ministro Arana. Assim, em risco de perder o seu cargo ou de prejudicar a sua carreira, expondo à vida aos ódio cegos da *mashorca*, êle, Ponte Ribeiro, agora velho, trôpego e desprezado, saíra a campo, e replicara ofensa por ofensa. Dessas recordações de Ponte, nasceu, com certeza, a impossibilidade de uma explicação entre o diplomata e o presidente do conselho, que desvanecesse a suposição daquelle de que pretendesse o govêrno imperial diminuí-lo ou magoá-lo. Fôra medida de carácter geral em ordem a execução de uma lei.

O velho Barão da Ponte Ribeiro voltou ao seu solar da rua Bambino. Nada mais lhe faria olvidar o suposto agravo. Esmoia o passado e comparava-o ao presente. Nessa luta íntima ficou ainda durante uns meses, a definhar-se aos poucos, em agonia lenta. E tudo porque concluíra daquelle suposto agravo já não necessitar a diplomacia brasileira dos seus serviços. Isso o ferira fundo e definitivamente. No domingo, 1 de setembro de 1878, aos oitenta e três anos de idade, afinal, foi vencido o Barão da Ponte Ribeiro pela velha inimiga do cirurgião Duarte, daquelle tempò

em que os Botocudos se arrancharam na Vila Real da Praia-Grande. E lutara o cirurgião a vida toda, não somente contra a morte, mas contra os homens, numa luta titânica. Porém, sem se aperceber, teimara de masiadamente. E vivera muito além de sua época. Chegara mesmo a conhecer uma geração inteiramente estranha às lutas do velho batalhador. Para ela se tornara o Barão uma figura incômoda, que lhe apontava os erros e lhe esbatia a vaidade. Por isso, ao morrer, poucos se lembravam dos serviços do grande diplomata, e, em notícia apressada, um grande jornal da Côrte, no seu número de 2 de setembro, referia-se à morte do cirurgião Duarte, como se a diplomacia fôra em sua vida um momento de desenfado do cirurgião, e não a síntese de todos os seus sacrifícios e de todos os seus prazeres. (577)

NOTAS

- 1) JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, *Dados biográficos de Duarte da Ponte Ribeiro*, pág. V, in DUARTE DA PONTE RIBEIRO, *As relações do Brasil com as Repúblicas do Rio da Prata* (Officinas gráficas do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1936).
- 2) Ibid. Sobre Joaquim da Rocha Mazarem, vide: INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA, *Dicionário Bibliográfico Português*, Tomo IV (Lisboa, MDCCCLX).
- 3) DR. ÁLVARO PAULINO SOARES DE SOUZA, *A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro — Recordações da Casa Velha*, pág. 450 (*separata* dos Anais da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919).
- 4) J. B. SPIX e C. F. P. VON MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, Vol. I, pág. 100, nota 3 (tradução promovida pelo Inst. Hist. e Geogr. Bras., por LÚCIA FURQUIM LAHMEYER — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938).
- 5) FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS, *A Sociedade Brasileira em 1852*, in "Estudos Brasileiros," Vol. 6, Nº 18, Maio-Junho de 1941, pág. 274. Sobre o final da navegação brasileira, tão importante no começo do século XVIII, dizia PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA (Visconde do Uruguái), em discurso proferido, na Camara, a 22 de maio de 1844: "Sr. Presidente, antes de 1808, quando ainda éramos colônia, tínhamos alguma navegação mercante de longo curso. Tínhamos muitas embarcações mercantes, construídas nos nossos estaleiros em Paranaguá, Cananéa, Iguape, Santos, Santa Catarina e em vários portos do norte. Nos grandes estaleiros da Baía eram construídas as embarcações maiores. Fazíamos, conjuntamente com a metrópole, o comércio da Ásia, comerciávamos para o Mar Pacífico, para Cuba, Montevideo, Buenos-Aires e outros pontos, em embarcações nossas. Que é feito de todos esses navios? Uns foram vendidos a outras nações, outros desmanchados para se venderem os materiais. Tais foram as consequências do tratado de 1810, celebrado com a Inglaterra

(*multos apoiados*).” (*In Jornal do Comércio*, de 29 de maio de 1844, nº 141, pág. 2, coluna 1.)

- 6) Op. cit., pág. VIII.
- 7) Ibid.
- 8) Sôbre a família de Ponte Ribeiro, sigo as anotações, que, atendendo a pedido meu, teve a bondade de fazer D. IDA SAMPAIO HUET DE BACELLAR, com o título: *Algumas informações sôbre a família do Barão da Ponte Ribeiro*. D. Maria Joana Pereira era portuguesa, tendo nascido, talvez em Lisboa, a 11 de setembro de 1801. Esta data a encontrei em carta de Luís da Ponte Ribeiro ao ilustre engenheiro Joaquim Huet Bacellar, em que lhe dizia: “...transmiti a Minha Mãe a saudação que lhe mandastes por êsse dia (foi a 11 e não a 10 que ela completou 80 anos...” Carta datada de 17 de setembro de 1881, que tive a possibilidade de ler, graças, mais uma vez, a D. Ida Sampaio Huet de Bacellar.
- 9) JOHN LUCCOCK, *Notas sôbre o Rio-de-Janeiro e partes meridionais do Brasil*, pág. 28 (tradução de MILTON SILVA RODRIGUES — Livr. Martins, São Paulo, 1942).
- 10) FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS, *O ambiente artístico fluminense á chegada da Missão Francesa em 1816*, in “Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Nº 5, págs. 217 a 222 e 238 a 240. Encontra-se reproduzido neste trabalho o “Plano de edificação da Vila Real-da-Prala-Grande”, pág. 237. O tamanho da reprodução tirou em parte a beleza e interesse do desenho de Pallière. O ilustre historiador Marques dos Santos teve a gentileza de me mostrar o original, que lhe pertence, digno de reprodução em côr e no tamanho, como Pallière o desenhou. No pedido de aprovação do “Plano”, dirigido a D. João VI, acham-se certas normas de urbanização, em rudimento, como as seguintes: “Todas as ruas contarão uma largura de 60 palmos; e ao menos 50, aquelas que por algum obstáculo atendível não poderem ter 60... Nos cantos das quatro ruas, que quadram o Rocio, e nos dois cantos da Praça sôbre o Mar, a ninguém será permitido levantar senão Casas de Sobrado. No meio dos lados do Rocio, e em todas as outras ruas, será livre edificar Casas de Sobrado, ou térreas: sempre que aquelas tenham 35 palmos de altura, e estas 17; sendo de 12 a altura das portadas.” (Págs. 239 e 240.) Estas disposições e outras, constantes do memorial, são inte-

ressantes, pois se me afiguram as primeiras normas urbanísticas, sôbre a estética das vias públicas, ou, como se dizia então, sôbre “a formosura e comodidade da mesma vila”, que foram seguidas no Brasil, na remodelação de uma cidade.

- 11) Op. cit., pág. 174. Ainda que, no capítulo VIII, traga a data de 1813, o que aí escreveu Luccock sôbre a Praia-Grande, Saco-de-São-Francisco e Ilha de Ville-gaignon, é posterior a 1817, porque, além de citar um fato ocorrido nesta data, se reporta às transformações operadas na Praia-Grande, ocorridas sômente de 1816 ou 17 em diante.
- 12) JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, op. cit., pág. VI; e CASTILHOS GOYCOCHÊA, *O Fronteiro-Mor do Império*, pág. 9 (Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1942).
- 13) JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, op. cit., pág. VI.
- 14) *Documentos Oficiais — Relação dos Empregados no Corpo Diplomático do Império*, pág. 4, in *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembléa Geral Legislativa*, em 1851, pelo ministro PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA (Rio de Janeiro, Tip. Universal de Laemmert, 1851). No relatório seguinte, apresentado em 1852 pelo mesmo ministro, in *Documentos Oficiais — Relação dos empregados do Corpo Diplomático*, pág. 12, continua a mesma data: 20 de maio de 1826. E de se supor que o resumo da vida diplomática de Ponte Ribeiro, que se encontra nos citados relatórios, tenha sido fornecido por êle mesmo. As duas relações estão assinadas pelo oficial-maior Joaquim Maria Nascente de Azambuja, amigo íntimo de Ponte. Parecem-me, pois, essas duas relações a fonte mais autorizada para a determinação das datas das nomeações de Ponte.
- 15) PANDIÁ CALOGERAS refere-se minuciosamente a essa missão de Ponte. Mas conclui dando razão ao govêrno espanhol. “Incontestavelmente”, afirma êle, “a razão estava com o gabinete de Madrid.” Não me convenceram as razões do ilustre historiador. Pelo contrário, no resumo perfeito, que fez da correspondência de Ponte, encontra-se o seguinte sôbre Salmon: “O ministro, desaprumado, nada mais dizia.” In *A Política Exterior do Império*, Vol. II, págs. 388 a 391 (Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras., 1928.) JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY,

- Ponte Ribeiro em Espanha*, artigo in "Correio da Manhã", 1 de setembro de 1946.
- 16) Arquivo Particular de Ponte Ribeiro, in Arquivo Histórico do Itamarati.
 - 17) PANDIÁ CALÓGERAS, op. cit., Vol. II, pág. 391.
 - 18) Arquivo Particular de Ponte Ribeiro, in Arq. Hist. Itamarati.
 - 19) O quarto filho de Ponte Ribeiro, João Duarte, nasceu em 20 de setembro de 1827. (In D. IDA SAMPAIO HUET DE BACELLAR, *Algumas informações*, cit. em nota 8.)
 - 20) Carta de 19 agosto 1828, in Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 286, maço 3. Vide sobre o mesmo assunto artigo cit. em nota 15, de JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY.
 - 21) Carta a Antônio Pedro de Carvalho, Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 286, maço 3.
 - 22) Op. cit., pág. VI. Talvez se equivocasse Macedo com a missão secreta de 1833, à qual também se refere no cit. trabalho, pág. VIII.
 - 23) Em fevereiro de 28 chega a Lisboa D. Miguel. Em março dissolve a Câmara; em maio convoca os três Estados; em junho tem reconhecida a sua legitimidade, e em julho dá início ao seu reinado. (In HILDEBRANDO ACCIOLY, *A questão da sucessão dinástica em Portugal, após a morte de D. João VI*, Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras., Vol. 190, 1946, pág. 3.)
 - 24) Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 276, maço 6.
 - 25) O original está em um volume intitulado: *Relatórios e Documentos sobre a Navegação Fluvial*, in Arquivo Histórico do Itamarati.
 - 26) A proposta de Cáceres fez parte das instruções de Ponte, às quais fôra anexada em cópia autenticada pelo oficial-maior: "Está conforme. Bento da Silva Lisboa." É o terceiro documento do volume citado em nota 25.
 - 27) O resposta de Queluz, de 13 de março de 1827, foi também anexada às instruções de Ponte e está, em cópia autenticada, no volume citado em nota 25.
 - 28) *Memória sobre as Repúblicas do Pacífico*, datada de Lima, a 7 de abril de 1832, cópia ms. in Arquivo do Visconde do Uruguái, fls. 12 v.
 - 29) É de se confrontar a proposta de Cáceres com a nota do ministro das relações exteriores do Peru, de 20 de dezembro de 1867, ao seu colega da Bolívia, em que

alegou ter o Peru aceitado o *uti possidetis*. (In BARÃO DO RIO BRANCO, *O Tratado de 8 de Setembro de 1909, entre os Estados-Unidos do Brasil e a República do Peru*, págs. 16 e 17, (Imprensa Nacional, 1910). O Peru não aceitou apenas o *uti possidetis*; propô-lo também desde 27.

- 30) Instruções de 9 março 1829, cit. em nota 25.
- 31) A correspondência de Ponte com o ministro está no volume: *Lima — Ofícios, 1829-1837*, in Arq. Hist. Itamarati. Sobre o general Eugênio Garzón, ministro da guerra, dizia Ponte: "é rapaz vivíssimo e com talento; militou com o General San Martín no Peru, tem excelentes maneiras e gênio empreendedor." Of. de 5 abril 1829.
- 32) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, Of. de 9 e 19 abril 1829.
- 33) "La montonera era una bárbara caterva de milicias irregulares compuesta de gauchos y de índios que seguían fanáticos a sus caudillos." CARLOS IBARGURAN, *Juan Manuel de Rosas*, pág. 78 (Buenos-Aires, 1930).
- 34) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, Of. de 30 abril 29. MARIANO A. PELLIZA, *Historia Argentina*, Vol. III, pág. 304 (Buenos-Aires, 1889).
- 35) Neste of. de 19, acrescentava: "Pouco depois de desembarcar presenciei um rebate geral."
- 36) ABEL CHÁNETON, *Historia de Vélez Sarsfield*, Tomo I, *La Vida*, pág. 120, Buenos-Aires, 1938.
- 37) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, of. de 19 abril 29.
- 38) *Ibid.*, ofs. de 19 abril, 29 maio e 9 julho 29.
- 39) *Ibid.*, of. 9 julho 29. FÉLIX AZARA, *Voyages dans l'Amérique Meridionale*, apud CARLOS IBARGURAN, op. cit., pág. 35.
- 40) *Lima — Ofícios, 1829-1837*. — Além de Eduardo Trolé, a quem se refere Ponte, representou também Lavalle, na comissão junto a San Martín, Juan Andrés Gelly, que mais tarde esteve aqui no Brasil como representante da República do Paraguái, vide: LEONCIO GIANELLO, *Florencio Varela*, pág. 127 (Buenos-Aires, 1948); CARLOS IBARGURAN, op. cit., págs. 180 e sgs., e R. ANTÓNIO RAMOS, *La personalidad historica de Juan Andrés Gelly* (in "Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación", República del Paraguái, Año IV, Ns. 47 e 48).
- 41) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, of. de 30 abril 29. — No Arq. Part. de Ponte Ribeiro encontram-se várias comunicações oficiais de Lavalle, tipografadas, datadas

- de abril de 1829, "Cuartel-general en Moron". (Lata 271, maço 1.)
- 42) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, of. de 2 maio 29.
- 43) *Ibid.*, of. 19 maio 29.
- 44) *Ibid.*, of de 29 maio 29. Vide JORGE LAVALLE COBO, *El Nacionalismo de Rosas*, pág. 637, referência que faz à ascensão de Rosas (in "Anuario de Historia Argentina", 1940).
- 45) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, of. 29 maio 29.
- 46) *Ibid.*, ofs. 19 maio e 1 junho 29.
- 47) Despacho de Aracati a Ponte, de 14 maio 29, in Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 268, maço 3. Mr. Pontois morava na rua dos Invalidos.
- 48) CARLOS IBARGURAN, op. cit., págs. 186 e sgs.; ABEL CHÁNETON, op. cit., págs. 120 e 121, e LEONCIO GIANELLO, op. cit., págs. 128 e 129. No Arq. Part. Ponte Ribeiro se acha o "Boletín del Gobierno núm. 24, Buenos Aires, Viernes 26 de junio de 1829 (Imprenta del Estado)", em que veio publicado o convênio de 24, assinado por Lavalle e Rosas, "en los Cañuelos, estancia de Miller, 24 de junio del año del Señor de mil oitochentos y viente y nueve". (Lata 271, maço 1.) Vide nota 502.
- 49) Ponte comunicou a 10 de julho de 29, de Montevideo, a sua partida a realizar-se no dia seguinte. PANDIÁ CALÓGERAS, op. cit., págs. 30 e 31; refere esta missão de Ponte ao Peru e faz interessante reparo sôbre os termos das instruções.
- 50) No despacho cit. em nota 47, escrevia Aracati: "Não podendo pois se verificar pelas circunstâncias imprevistas que sobrevieram à execução do que se lhe ordenou nas suas instruções relativo ao Governo do Chile, fica revogado tudo quanto nas ditas instruções se lhe determinou a respeito daquela Província..." Ponte não esteve então, em carácter oficial, no Chile. Por desconhecer o citado despacho de Aracati, é que incluiu em 1829, como representante brasileiro no Chile, a Ponte Ribeiro, RAUL ALBERTO DE CAMPOS, no seu excelente livro: *Relações Diplomáticas do Brasil, 1808 a 1912*, pág. 29 (Rio de Janeiro, 1913).
- 51) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, Ofs. de 26 dezembro 29 e 29 agosto 30, datados de Lima.
- 52) *Ibid.*, Of. 14 setembro 29. A viagem de Ponte, de Montevideo a Lima, levou 47 dias. Isso tira toda a

possibilidade de ter êle permanecido alguns meses no Chile.

- 53) Notas de Ponte, com o título: *Peru* (in Arq. V. do Uruguái). Em outra contava a história da companhia, formada em Nova-Iorque, destinada à navegação do Amazonas, em consequência do Art. 16 das instruções, que o govêrno imperial deu ao seu encarregado de negócios em Washington, José Silvestre Rebêlo, em 31 de janeiro de 1824. O diplomata publicara o Art. 16. A companhia fôra criada, à vista da publicação. Construiu navios para a navegação. Porém, quando o primeiro chegou ao Pará foi impedido de subir o Rio Amazonas. Daí nasceu a questão, que, em 1848, ainda se arrastava. Segundo Ponte, se fôsse atendida a companhia, subiria a mais de 400.000 pesos a indenização.
- 54) PONTE RIBEIRO, *Memória sôbre as Repúblicas do Pacífico*, fls. 12 e 12v., cit. em nota 28.
- 55) *Ibid.*
- 56) *Ibid.*
- 57) *Lima — Offícios, 1829-1837*, Of. de 3 dezembro 29.
- 58) *Memória sôbre as Repúblicas do Pacífico*, fls. 12v., cit. em nota 28.
- 59) *Lima — Offícios, 1829-1837*, Of. de 24 novembro 29. A tradução, em outro papel junto ao officio.
- 60) JOÃO ARMITAGE, *História do Brasil*, págs. 253 a 258, e 262 a 264 (Rio de Janeiro, 1837). A Lei n. 59, de 8 de outubro de 1833, assinada por Cândido José de Araujo Viana (Marquês de Sapucaí), foi a que fixou o padrão monetário em 2\$500 por oitava de ouro, câmbio a 43 d. (in J. PIRES DO RIO, *A Moeda Brasileira e seu perene carácter fiduciário*, pág. 5 — Livr. José Olympio ed. —, e *Organizações e Programas Ministeriais desde 1822 a 1889*, pág. 9 — Imprensa Nacional, 1889). Em meados de 31 descera o câmbio a 22. B. P. DE VASCONCELOS, no *Relatório do Ministro da Fazenda*, dizia a 8 de maio de 32: "O câmbio que o govêrno actual achou a 22, acha-se a 33, fazendo uma diferença de 60 por cento a nosso favor." (Pág. 14, Typ. Imp. e Const. de E. Seignot-Plancher.)
- 61) *In Arq. Part. de Ponte Ribeiro*. Continuação em nota 578.
- 62) *Lima — Offícios, 1829-1837*. Continuação em nota 579.
- 63) É a memória cit. em nota 28 e refere-se ao Peru, Bolívia, Chile e Equador.

- 64) *Memória sobre as Repúblicas do Pacífico*, fls. 9 a 10, exemplar cit. em nota 28.
- 65) *Ibid.*
- 66) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, Of. de 15 agosto 32, já citado em nota 66, Rio de Janeiro.
- 67) *Ibid.*
- 68) JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, op. cit., pág. VIII.
- 69) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, Of. de 3 de julho 32, já citado em nota 66, Montevideo. Continuação em nota 580.
- 70) A. D. DE PASCUAL, *Apuntes para la Historia de la República del Uruguay*, Tomo II, págs. 83 e 95 (Paris, Th. Ducessois, ed., 1864); EDUARDO AZEVEDO, *Anales Históricos del Uruguay*, Tomo I, pág. 387 (Montevideo, 1933).
- 71) Of. cit., de 3 de julho 32, em nota 69.
- 72) Of. cit., de 15 agosto 32, em nota 66.
- 73) De um dos liberais da época, deputado de prestígio que fez parte da comissão, que, em 1831, apresentou o projeto do futuro Ato Adicional, deixou o Visconde do URUGUAI a seguinte descrição: "Conheci o, hoje famoso, Sr. Dr. Paula Araujo, médico distinto, que me honrou com a sua amizade... Era excelente homem de intenções mui puras, liberal exagerado, ardente porém sincero e de boa fé, como eram quase todos os dêsse tempo, em que não era a liberdade especulação. Não conhecia porém os homens e o estado do país e o mecanismo social." (*Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias do Brasil*, Tomo I, pág. 388, em nota — B. L. Garnier, ed., Rio de Janeiro, 1865).
- 74) VISCONDE DO URUGUAI, op. cit., págs. XI e sgs., e *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, Tomo II, págs. 194 e 213 (Tipografia Nacional, 1862); J. M. PEREIRA DA SILVA, *História do Brasil de 1831-1840*, págs. 30 e sgs. (Rio de Janeiro, 1878); JOAQUIM NABUCO, *Um estadista do Império*, Tomo I, págs. 31 a 33 (Rio de Janeiro, 1944, Garnier, ed.); JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA, *A Vida do Visconde do Uruguai*, págs. 66 e sgs. (Companhia Editora Nacional, 1944), e *O Federalismo no Império depois de 7 de Abril*, artigo in "Diário de Notícias" de 27 de novembro de 1943.
- 75) JOSÉ VIEIRA FAZENDA, *Aspectos do Período Regencial*, *passim*, in Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras. Tomo LXXXVI

- 1914, e OCTAVIO TARQUINIO DE SOUSA, *Diogo António Feijó*, págs. 115 sgs.
- 76) JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA, op. cit., págs. 78 e 79; e *Fallas do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1872*, pág. 249, (Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1872).
- 77) *Lima — Ofícios, 1838-1840*, in Arq. Hist. Itamarati. Cópia, remetida à Secretaria dos Negócios Estrangeiros, da nota de 10 de maio de 1838.
- 78) OSWALD SPENGLER, *La Decadencia del Occidente*, Vol. IV, pág. 267 (trad. espanhola, Espasa Calpe, 1932); VISCONDE DO URUGUÁI, *Parecer sôbre a navegação do Rio Amazonas*, de 17 de janeiro de 1854, original in Arq. V. do Uruguái.
- 79) De 30 de Julho de 1833, in *Credenciais e Instruções de 1831 a 1856*, Arq. Hist. Itamarati. Continuação em nota 581.
- 80) *Ibid.*
- 81) PEREIRA DA SILVA, op. cit., pág. 120 e sgs.; OCTAVIO TARQUINIO DE SOUSA, op. cit., págs. 189 a 191, e *José Bonifácio*, pág. 293 (Livr. José Olympio ed., 1945).
- 82) JOSÉ ANTÔNIO DE SOUZA, op. cit., págs. 40 e 41, PEREIRA DA SILVA, op. cit., págs. 122, 126 e 127.
- 83) PEREIRA DA SILVA, op. cit., pág. 127, escreveu: "Parece que mais dúbias, que favoráveis respostas conseguiu de D. Pedro 1.º..." Porém, segundo contou PONTE RIBEIRO, a resposta do então Duque de Bragança não foi dúbia; pelo contrário, muito precisa.
- 84) PEREIRA DA SILVA, op. cit., pág. 120. A mensagem saiu publicada no "Jornal do Comércio", de 10 de junho de 33, com o título: *Mensagem que de ordem da Regência, em nome do Imperador, levou à Camara dos Senhores Deputados, em Sessão de 7 de Junho, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.* O parecer da Comissão e resposta da Câmara acham-se publicados no "Jornal do Comércio, de 21 de junho de 33.
- 85) A correspondência de Ponte, no que respeita à sua missão ao México, está incluída no citado volume: *Lima — Ofícios, 1829-1837*. Of. de 4 novembro 33, de Lisboa.
- 86) *Ibid.*
- 87) As instruções concernentes ao México, a que me reporto em nota 79, não tratam os negócios de Portugal.
- 88) Despacho de Bento Lisboa a Ponte, de 26 setembro 1833, in Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 286, maço 2.
- 89) Of. cit., de 4 novembro 33, em nota 85.

- 90) *Ibid.*
- 91) *Ibid.*
- 92) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, ofícios datados de Lisboa.
- 93) É a conclusão a que chego da correspondência de Ponte. A certeza só a teríamos, se encontrássemos as instruções, a que se refere Bento Lisboa no despacho de 26 setembro de 33.
- 94) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, Of. de 21 fevereiro 34, de Falmouth, e 9 de maio 34, da cidade do México. Nota posta pôr Ponte no original do despacho de 26 setembro 33. Parte da correspondência do México está in Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 279.
- 95) Of. cit., de 9 de maio de 34, da cidade do México.
- 96) AURELIANO DE SOUSA OLIVEIRA COUTINHO, *Relatório dos Negócios Estrangeiros, apresentado á Assembléia Legislativa, na sessão ordinária de 1834*, pág. 15 (Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1834). A resposta de Aureliana a Cañedo, de 4 de junho de 34, in *América — Registro de Correspondência do Ministro*, fls. 130, in Arq. Hist. Itamarati.
- 97) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, Of. de 3 e 23 junho 1834.
- 98) *América — Registro de Correspondência do Ministro*, Desp. de 21 maio 1834.
- 99) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, Of. de 1 março 1835.
- 100) Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 279, tem interessante descrição de Ponte da catedral do México: "O interior da Igreja — dizia êle — é magnífico: o côro é baixo, o púlpito e altar-mor são fechados por uma balaustrada de metal branco da China ("Tumbago" ou calém), feita em Macau e pesou 534 quintais." Impressionou-o não só uma cruz de prata que custara 71.343 pesos, mas também a lâmpada que alumiaa o crucifixo, de prata dourada, que pesava 4.373 marcos. — A carta revocatória in *Credenciais e Instruções*, cit. em nota 79.
- 101) A memória sôbre o México, in Arq. Part. Ponte Ribeiro. E está datada de 28 de outubro de 1835. O ofício que a acompanhou é de 29 de outubro de 1835.
- 102) Com o título de *Lembrança*, encontram-se no Arq. do V. do Uruguái várias notas de Ponte Ribeiro, numa pasta de papel, com a indicação: *Missão de Duarte da Ponte Ribeiro*. A data, portanto, deve ser fevereiro de 1851. — JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, op. cit., pág. VI.
- 103) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, Of. de 29 outubro 1835, último escrito do México.

- 104) Encontra-se no Arq. Part. Ponte Ribeiro uma folha de papel, em que minutou as duas cartas. A letra é de quem escreve com muita dificuldade. A primeira carta minutada está datada de Filadélfia, 8 de dezembro de 1835. Parece-me, pelos tórnos, que foi dirigida ao ministro Alves Branco. A segunda minuta não tem data. Mas deve ser não somente de Filadélfia, mas ainda de dezembro de 35. Acredito ter sido esta última endereçada ao ex-ministro Bento Liaboa, amigo de Ponte Ribeiro.
- 105) Minuta cit. em nota anterior, 1ª carta.
- 106) Minuta cit. em nota 104, segunda carta.
- 107) Esta memória tem o seguinte título: *Golpe de vista sobre as Repúblicas Centro América, Antilhas e Estados-Unidos* (in Arq. Part. Ponte Ribeiro).
- 108) Carta a Paulino José Soares de Souza, sem data; mas deve ser de 18 de setembro de 1851, de Valparaíso. (In Arq. V. do Uruguái).
- 109) Para a data das nomeações, vide: *Documentos Officiaes, Relatórios Min. Neg. Estrang.*, de 51 e 52, cit. em nota 14. Sobre a localização do ministério na rua dos Barbonos, hoje Evaristo da Veiga, vide: SEBASTIÃO FABREGAS SURIGUÉ, *Almanak Geral do Império do Brasil, no ano de 1836*, (Rio de Janeiro, Tip. Nacional Fluminense, de S. T. Surigue, Editor-proprietário. Rua dos Ourives n. 71).
- 110) *Lima — Officios, 1829-1837*.
- 111) EDUARDO ACEVEDO, op. cit., Tomo I, págs. 383 e sgs.; e A. D. PASCUAL, op. cit., Tomo II, pág. 229 (VI).
- 112) A. D. PASCUAL, op. cit., págs. 136 a 138 e 199, Tomo II.
- 113) EDUARDO ACEVEDO, op. cit., págs. 471 e sgs. (Tomo I); e A. D. PASCUAL, op. cit., Tomo II, págs. 283 (VII) a 300.
- 114) JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, op. cit., pág. VI, dá como certo.
- 115) Em 1843, João Lins Cansansão de Sinimbu (Visconde de Sinimbu) dizia o mesmo: "Rosas não é amigo do Brasil, isto é geralmente sabido. Foi no começo do seu govérno, foi com aprovação sua, foi dentro da capital de Buenos-Aires que se traçaram os primeiros planos para a rebelião do Rio Grande; foi na presidência de Oribe, seu correligionário e aliado, e por suas insinuações, que os rebeldes declararam a Independência da República de Piratinim." CANSANSÃO DE

SINIMBU, *Ligeiras observações sôbre os negócios do Rio da Prata*, memória anexa ao Reservado N° 7, de 9 setembro 1843, in volume intitulado: *Legação Imperial em Montevideo, 1843-1846 — Reservados* (Arq. Hist. Itamarati.).

- 116) *Lima — Officios, 1829-1837*, Of. de 28 agosto 36.
 117) *Ibid.*, Of. de 13 setembro 1836.
 118) *Ibid.*
 119) *Ibid.*
 120) *Ibid.*
 121) *Ibid.*
 122) *Ibid.*, Of. de 18 outubro 36.
 123) *Ibid.*, Of. de 21 outubro 36. A. D. PASCUAL, op. cit., Tomo II, pág. 340; e EDUARDO ACEVEDO, op. cit., Tomo I, pág. 475. FREI LUÍS DE SOUSA, *Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, Vol. I, pág. 363 (Ed. Cultura, São Paulo, 1943).
- 124) Encontra-se in Arq. Part. de Ponte Ribeiro uma memória intitulada: *Exposição do estado em que se achavam as questões de Limites da Espanha com Portugal relativamente à Fronteira do Brasil com as Províncias do Paraguái, Bolívia e Peru, hoje Repúblicas, quando a primeira Potência declarou à segunda a guerra de 1801 que anulou o Tratado Preliminar de Limites de 1º de Outubro de 1777.* — A êste título, juntou-se uma fôlha, como se fôra a memória, em que Ponte Ribeiro, resumidamente, trata do *Diário Científico das Demarcações*, referente aos limites do Rio Grande do Sul, e não de se esperar do título da memória, ou seja, da fronteira de Mato-Grosso e Amazonas com o Paraguái, Bolívia e Peru. A data, que se encontra na folha com o título, é de 2 de agosto de 1836, isto é, de dias antes de seguir para Montevideo. Esta data refere-se, a meu ver, apenas, às notas sôbre o *Diário* e não ao título da memória sôbre os limites com aquelas repúblicas. Tenho dúvida de aceitar esta data para o título de uma memória, cujo assunto, pelo que o próprio Ponte escreveu, só mais tarde êle o estudaria e, principalmente, quando o título da memória não está de acôrdo com as notas que se encontram hoje, como se fôsem a memória. Assim, presumo tenha sido posta aquela data tempos depois, por baixo do título, quando êste já encapava, indevidamente, as notas, e referindo-se às outras, que são positivamente

de agosto de 1836, e não à memória. (Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 268, maço 1 — 1.).

- 125) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, Of. de 13 outubro 1836.
- 126) *Ibid.*, Ofs. de 20 outubro 36, de Buenos-Aires, e 25 abril 37, de Tacna.
- 127) Minuta de carta a Manuel Cerqueira Lima, datada de Chuquisaca, 24 janeiro 37, in Arq. Part. Ponte Ribeiro (*Correspondência expedida*).
- 128) *Of. cit.*, de 25 abril 37, de Tacna.
- 129) “Não lhe invejo de certo o passeio de coisa de mil léguas que ia empreender, por belas estradas, e tendo de atravessar imensas hordas ainda no estado natural; mas terá o gosto depois de vencidas estas dificuldades, de poder afoitamente dizer que é o Brasileiro que mais tem viajado pelo Continente Americano, arrancando essa palma a Câmara.” (Carta de 10 novembro 36, in Arq. Part. Ponte Ribeiro, *Correspondência recebida*.) O Câmara a que se referia Moncorvo, nesta carta, era António Manuel Corrêa da Câmara.
- 130) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, Of. de 9 janeiro 37, de Chuquisaca. Várias comunicações em um caderno intitulado: *Borrador de Ofícios*, iniciado em janeiro de 37, pelo próprio Ponte Ribeiro. (In Arq. Hist. Itamarati.)
- 131) FRANCISCO A. ENCINA, *Portales*, Tomo I, pág. 424, em nota (Editorial Nascimento, Santiago — 1934).
- 132) Sobre Santa-Cruz, *vide* PÓNTE RIBEIRO, interessantes ofícios de 1837 a 1840, em que descreve o Marechal várias vezes. A ascendência de Santa Cruz é contestada. O professor ANTÓNIO DIAZ VILLAMIL, citando Arguedas, diz ter sido o Protetor “hijo de un expósito abandonado en una plaza de Huamanga...” (*Curso Elemental de Historia de Bolivia*, Tomo III *La República*, pág. 39, La Paz, 1941, Libreria “Popular”, ed.) O Dr. AUGUSTIN ITURRICA contrapõe-se também á genealogia do Marechal, que o seu filho Oscar Santa Cruz publicou. Depois de citar o coronel Santa Cruz, escreve Iturricha: “...con estos antecedentes, que ciertamente no son muy probantes, combate el coronel Oscar la tradición mantenida entre los vecinos de Huarina...” (*Historia de Bolivia bajo la administración del Mariscal Andrés Santa Cruz*, Tomo I, págs. 804 a 807, Sucre, Bolivia, 1920.) ALCIDES ARGUEDAS, in *Historia General de Bolivia — El processo de la na-*

- cionalidad*, diz ter sido Santa-Cruz oriundo do “pueblecillo de las orillas del lago Titicaca, de Huarina...” (Pág. 88) E referindo-se ao Marechal, escreve: “Al morir su madre, “El Iris”, dió así la noticia de esa muerte, en su número enlutado correspondente al 26 de febrero de 1832: “La Señora doña Juana Basilia Colaumana de Santa Cruz, hija del cacique Colaumana, de la dinastia de los Incas...” (Pág. 93) VILLAMIL, op. cit., pág. 39, também escreve ter o pai do Marechal desposado, em Huarina, “la hija del cacique de ese pueblo, doña Juana Basilia Colaumana, al parecer de descendência de la familia real de los Incas...” Sôbre as qualidades e defeitos de Santa-Cruz, além dos citados officios de PONTE RIBEIRO, vide ARGUEDAS, op. cit., pág. 89, (La Paz, Arnó Hermanos, 1922).
- 133) *Memória sôbre as Repúblicas do Pacífico*, fls. 11v., exemplar cit. — FRANCISCO A. ENCINA, op. cit., Tomo I, pág. 415.
- 134) DUARTE DA PONTE RIBEIRO, *Memória sôbre as Repúblicas do Pacífico, passim*; FRANCISCO A. ENCINA, op. cit., págs. 412 a 423; J. V. LASTARRIA, *Don Diego Portales — Juicio Histórico*, págs. 70 e 71 (Imprenta i Oficina de La Democracia — Santiago de Chile, 1896); ALCIDES ARGUEDAS, op. cit., pág. 96; CARLOS PEREYRA, *Breve Historia de América*, págs. 582 a 585 (M. Aguilar, ed., Madride, 1930); e JUAN E. PIVEL DEVOTO, *La Mision de Francisco J. Muñoz a Bolivia (1831-1835)*, págs. 40 a 42, nota 9 (Montevideo, 1933).
- 135) FRANCISCO A. ENCINA, op. cit., Tomo I, págs. 414, 415 e 421. Este illustre historiador, no seu livro citado já várias vezes, pág. 421, diz que o único peru-boliviano, que não compartia da opinião geral de menosprezo ao Chile, era o próprio Santa-Cruz. Mas PONTE RIBEIRO, que, além de ter assistido a todos os acontecimentos de 37 a 39, conviveu na intimidade com o Protetor, não era dessa opinião. Justamente apontava, como uma das causas da derrota final de Santa-Cruz, o grande desprezo com que este olhava seus inimigos.
- 136) FRANCISCO A. ENCINA, op. cit., Tomo I, pág. 141.
- 137) *Ibid.*, Tomos I e II, *passim*; e J. V. LASTARRIA, op. cit. *passim*. — “La Constitución del año 1833”. escreve notável publicista chileno, “correspondió a la situación del país en la época en que fué dictada. No pretendió destruir todo nuestro pasado ni menos cerrar la puerta

a las inovaciones que el progreso hiciera necesario. Fundió el pasado y el presente..." E mais adiante, referindo-se a Pietro, e a Portales, acrescenta: "El gobierno del general don Joaquín Pietro (1831-1841), tubo como su principal colaborador a don Diego Portales cuyo pensamiento politico fué reconstituir el principio de autoridad independiente de las personas o de los caudillos que hasta esa época lo habian encarnado. En el orden internacional realizó la Expedición Restauradora del Perú." CARLOS ESTEVES GASMURI, *Elementos de Derecho Constitucional Chileno*, págs. 34 e 35 (Ed. Jurídica del Chile — 1949).

- 138) FRANCISCO A. ENCINA, op. cit., Tomo I, pág. 482.
- 139) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, Of. de 9 janeiro 37.
- 140) *Ibid.* Nas instruções a Ponte, de 22 de junho de 36, escreveu Limpo de Abreu: "A sua maior diligência será convencer aos govêrnos, junto dos quais se acha acreditado, de que as vistas do Govêrno Imperial são tôdas dirigidas a desejar a prosperidade de seus vizinhos; e por isso fica Vossa Mercê autorizado para oferecer a mediação do Govêrno Imperial, quando entenda que ela possa contribuir para não se perturbar a paz e tranquilidade entre essa República e qualquer outra, como desgraçadamente há pouco tempo acaba de acontecer." (*In Credenciais e Instruções*, fls. 59, cit.) Essas instruções foram publicadas em folheto, como se vê da seguinte nota do VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO: "Manifesta-se pelo impresso distribuido, com o título — *Instruções dadas pelo Exm. A. P. L. DE ABREU a Duarte da Ponte Ribeiro, Encarregado de Negócios do Império no Peru e Bolívia.*" (*Quais são os limites naturais, pacteados, e necessários ao Império do Brasil?*" *In Memórias do Inst. Hist. e Geogr. Bras.* Tomo I, pág. 38, nota 3 (Rio de Janeiro, Laemmer, 1839). Não encontrei o folheto.
- 141) *Lima — Ofícios, 1838-1840.* O agradecimento do Protetor encontra-se, em resumo, em um ofício de Ponte, de começo de 1838, e estava datado de 7 de março de 1837.
- 142) Despacho de 18 de abril de 1837, do ministro Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, que desde 1 de novembro de 1836, substituíra Limpo de Abreu.
- 143) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, Of. de 9 de janeiro 37.

- 144) Ibid. — Cópia do diploma da Legião de Honra Nacional, anexa ao Of. de 2 maio 37. — ALCIDES ARGUEDAS, op. cit., pág. 93, escreveu sobre Santa-Cruz: "Era amigo exagerado de los titulos y condecoraciones y muestras de exterior aparato."
- 145) *Lima* — *Oficios, 1829-1837*, Of. de 5 abril 37, de La Paz.
- 146) Ibid. — Cópias anexas ao officio de 2 maio 37, de Tacna. O diploma, assinado por Santa-Cruz, está datado de 25 de abril.
- 147) Of. cit. de 2 maio 37. A cópia do Tratado Federal está entre os officios de Ponte.
- 148) *Lima* — *Oficios, 1829-1837*, Of. de 14 junho 37, de Lima.
- 149) Minuta anexa à carta de 1 outubro 52, de Valparaíso, ao ministro Paulino. In Arq. V. do Uruguái.
- 150) *Lima* — *Oficios, 1829-1837*, Of. de 2 julho 37, de Lima.
- 151) Ibid., Of. 27 de agosto 37.
- 152) Ibid., Of. 3 agosto 37.
- 153) Ibid., Of. 15 setembro 37.
- 154) Ibid., Of. 21 novembro 37. FRANCISCO A. ENCINA, op. cit., Tomo II, págs. 324 a 327, e ALCIDES ARGUEDAS, op. cit., pág. 100.
- 155) Sobre a missão Muñoz existe, no Arq. Part. Ponte Ribeiro, interessante carta de Jacinto Roque de Sena Pereira ao ministro dos negócios estrangeiros, que era na ocasião Manuel Alves Branco, datada de Buenos-Aires, 11 de julho de 1835 (Lata 270, 2). Pretendia Sena Pereira ser encarregado de negócios do Império, naquela cidade. Além de externar a sua pretensão, referiu-se êle à ida de Muñoz à Bolívia. Diz que se dera a essa missão vários objetivos e acrescenta: "Mas depois da sua volta soube que o seu fim particular e mais principal era inteiramente hostil ao Império..." O ministro brasileiro, ao ler a carta, indagou espantado: "Que homem é êste que me escreveu?" Da secretaria informaram que Sena Pereira era capitão de mar e guerra e fôra cômandante da esquadilha do Uruguái, na última guerra. Acrescentava o informante que Sena Pereira era amigo do marechal Barreto e inimigo de Tristão Pio. Sobre o êxito da missão Muñoz ainda dizia Sena Pereira inclinar-se a dar crédito às notícias de que "o govôrno da Bolívia admitiu as propostas" de Muñoz, e a fim de as executar "mandou novas ordens ou instruções ao seu encarrega-

do de negócios residente nessa Côrte." Estas notícias, veiculadas logo depois da volta de Muñoz, às quais se refere a carta de Sena Pereira, são confirmadas em vários trechos do livro, cit. em nota 134, de JUAN E. PIVEL DEVOTO, *La Misión de Francisco Muñoz a Bolivia*. Porém, Santa-Cruz, por mais que tivesse prometido a Muñoz, não fez em absoluto causa comum com o Uruguái. Pelo contrário, buscou sempre a aliança do Império. Assim, gorou o plano de Lucas Obes, não pelas hipotéticas causas aventadas por Pivel Devoto, mas, sim, porque, dependendo de apoio material e não de palavras, não encontrou quem lhe prestasse o primeiro.

- 156) Encontra-se os documentos originaes relativos à missão do general D. Mariano Armaza, em um volume com o título: *Legações Estrangeiras — Bolivia — 1834 a 1886* (Vol. 1, 282/1/16), in Arq. Hist. Itamarati. Faziam parte da Legação da Bolivia, segundo comunicação de 1 de agosto de 1934, as seguintes pessoas: "General Mariano Armaza, Encargado de Negocios y Consul General de Comercio; Doctor Angel Navarro, Secretario del mismo; Sargento Mayor Juan de Dios Rodriguez, Edecan del mismo; Dn. Miguel Armaza, official de pluma del mismo; Manuel Aguirre, José Ortega, criados del mismo." Sôbre a missão do general Armaza, vide também: PONTE RIBEIRO, *Memória sôbre os Limites e Negociações do Brasil com as Republicas do Peru, Bolivia e Paraguai, 1842*, N. 21, in Arq. Part. Ponte Ribeiro; J. R. G., *La Cuestion de Limites entre Bolivia y el Brasil*, págs. 2 e 3 (La Paz, Imprenta Paceña, 1868).
- 157) JUAN E. PIVEL DEVOTO, op. cit., pág. 35.
- 158) *Legações Estrangeiras — Bolivia*, Vol. cit., nota de 14 outubro 34.
- 159) Afirma PIVEL DEVOTO ter Armaza retardado o cumprimento de suas instruções à espera de ordens relativas à constituição da liga (op. cit., pág. 51). Porém, de simples confronto de datas, verifica-se não ter feito Armaza coisa alguma. A resposta que deu ao Dr. Lucas foi de 4 de agosto. Só depois desta data é que teria pedido instruções sôbre o plano da liga. Por mais depressa que fôsse a solicitação e mais rapidamente lhe respondessem da Bolivia, esta resposta não chegaria ao Rio de Janeiro, senão no começo do ano

seguinte, 1835. No entanto, logo depois de se instalar iniciou Armaza a sua missão, expondo ao ministro brasileiro os objetivos do governo boliviano, em 14 de outubro de 34. Nem até esta data poderia Armaza ter recebido da Bolívia qualquer comunicação a respeito da missão Muñoz, pelo fato simplíssimo de este ter iniciado a sua missão em dezembro de 1834. Que a missão Mariano Armaza ao Brasil foi inteiramente de paz, longe de qualquer inspiração alheia, prova o seguinte trecho da nota de 15 de março de 1837, do ministro boliviano San-Jines ao ministro dos negócios estrangeiros do Brasil, "La misión del Señor Jeneral Armaza es una prueba positiva de las disposiciones y sentimientos que animan al Gobierno del infrascrito a este respeito." (*In Lima — Oficio 1829-1837*, encontra-se o original desta nota, datada de Chuquisaca, 15 de março de 37.) É mais um passo que contraria a hipótese de *ultimatum*.

- 160) *Legações Estrangeiras — Bolívia*, nota de 5 novembro 34. Com esta nota foram enviados os projetos de tratados, anexos 1 e 2. Estes projetos não se encontram mais juntos aos papéis de Armaza, nem foi possível encontrar os originais. Porém o que constava do projeto de limites, apresentado pelo general, está resumido por PONTE RIBEIRO, na *Memória sobre Limites e Negociações do Brasil*, cit. em nota 156, e por J. R. G., no folheto citado, *La Cuestión de límites*, págs. 2 e 3. Aliás, o importante na proposta da Armaza não é o projeto, sim a defesa do projeto constante da cit. nota de 5 novembro 34.
- 161) J. R. G., *La Cuestión de límites*, cit., pág. 3.
- 162) É o seguinte o trecho em que fala Armaza do mapa americano: "Siniembargo de esto, la única observación que cré el infrascrito deber hacer ahora, es que debiendo ser necesaria una carta geográfica para la discusión del tratado de limites, quisiera que previamente estuvieran de acuerdo sobre la que debe servirles de base. Al afecto el que subscribe no tiene embarazo en proponer à S. Exa. la Carta de Sud-America publicada en 1833 en Filadelfia por el Señor Antonio Finlay, la que à mas de ser moderna, y publicada en una nación, cujo vasto comercio le proporciona conocimientos muy aventajados sobre otras naciones, tiene dos ventajas singulares: 1º la de

separar con colores diferentes la estención y límites ciertos o existimados, de todos los nuevos Estados, tales como se hallan hoy à consecuencia de las divisiones que han experimentado por acontecimientos de la revolución: 2º (y no menos apreciable que la anterior) la de ser impresa y publicada en el seno de una nación amiga de todos los Estados Americanos, y que respecto del Brasil y de Bolivia conserva una posición absolutamente neutral; circunstancia que al infrascrito le parece deber aquietarnos sobre cualesquiera inexactitudes que pudiera contener." (Nota cit. de 5 novembro 1834.)

- 163) JUAN E. PIVEL DEVOTO, op. cit., págs. 45 e 46. Desta nota de D. Mariano Calvo é que conclui Pivel Devoto ter Armaza recebido instruções. Porém parece-me que ficou apenas na promessa, pois, se houve novas instruções, estas, sim, é que não foram cumpridas. —
- 164) *Legações Estrangeiras — Bolívia*, nota de 28 dezembro 1835.
- 165) Nota do ministro brasileiro ao general Armaza, de 16 de janeiro 1836. O passaporte para o general e mais duas pessoas fôra remetido na véspera. (*In Legações Estrangeiras — Bolívia, 1829 a 1899, Minutas* (pasta com vários documentos), Arq. Hist. Itamarati.) —
- 166) É o que se verifica de documentos existentes na Coleção Rio Branco (Bibl. Nacional), entre outros o que tem o título: *Testimónio sobre el desamparo de Borbon*. Há outro documento que também prova, pois é um salvo conduto de um militar luso-brasileiro a vinte espanhóis que juraram "pellos Santos Evangelhos" não pegarem mais em armas contra o Príncipe Regente de Portugal. Esses espanhóis foram presos quando a força portuguesa destruiu o forte espanhol colocado no Rio Apa (Lapa). Este documento que se parece com uma folha de papel de embrulho, foi escrito assim: "Tendo-se rendido às Armas de Portugal o novo forte Hspanhol q. se achava situado na parte superior do Rio Lapa, Concedo a vida e a liberdade em nome de Sua Alteza Real o Principe Regente ao Sargto. D. Fernando de Moura, e dezenove soldados... Hoje 2 de janeiro de 1802 — Fcò. Roiz de Prado." Este documento, existindo em Assunção e não em Bolívia, prova indiretamente o exagêro das

pretensões bolivianas até 22°, isto é, onde se encontra o Apa. O Dr. França, em 1826, em nota ao Visconde de Inhambupe, dizia, referindo-se ao Paraguai: "nuestro Fuerte Olimpo". Os documentos, que cito, na ordem que foram mencionados, têm as seguintes indicações: I — 29, 22, 20; I — 29, 22, 4; e I — 29 34, 22. *Vide também*: R. ANTONIO RAMOS, *La Política del Brasil en el Paraguay*, págs. 21 e sgs.. (Editorial Ayacucho, Buenos-Aires, 1944.)

167) Cópia in Arq. V. do Uruguái.

168) Cópia in Arq. V. do Uruguái. — Nas instruções de Ponte, dadas em 22 de junho de 1836, já citadas em nota 140, apenas dizia Limpo de Abreu o seguinte sobre limites: "Não ignorando Vossa Mercê que ambos os referidos governos têm solicitado que o Governo Imperial se preste a entrar na negociação de um tratado, que fixe os limites entre os respectivos Países; devo agora participar a Vossa Mercê que o General Armaza, que foi encarregado de Negócios de Bolívia nesta Côrte propôs um semelhante Tratado, como verá da cópia junta, ao qual o Governo Imperial se recusou pelos motivos que declarou em a Nota, cuja cópia também remeto a Vossa Mercê. E sendo provável que o Governo Boliviano inste sobre êste objeto, Vossa Mercê lhe responderá que o seu Governo não tem descuidado de procurar haver todos os documentos necessários, para se poder concluir esta negociação da maneira a mais satisfatória para ambas as Altas Partes contratantes; evitando-se para ambas os inconvenientes que se seguiram do Tratado de Limites de 1º de Outubro de 1777, entre Portugal e Espanha; pois que jamais se entenderam os Comisários nomeados por ambas as Nações, para demarcarem aqueles limites." (*In Credenciais e Instruções*, cit., fls. 57 e 58.) Assim Pantoja modificou êste critério de Limpo de Abreu. Enquanto êste, nestas instruções, adia para mais tarde o tratado de limites; aquele se reportava a ordens para que o mesmo tratado fôsse imediatamente iniciado. Pantoja mandou as ordens, a que aludia, em janeiro de 1837. Mas só chegaram ao Peru em dezembro de 1839. *Vide* nota 236.

169) Cópia in Arq. V. do Uruguái.

170) Original, datado de Chuquisaca, 15 março 1837, in *Lima — Ofícios, 1829-1837*.

- 171) Cito este passo de Ponte Ribeiro, com a ressalva que faço em nota 124.
- 172) VISCONDE DE S. LEOPOLDO, *Quais são os limites*, cit., págs. 15 e 16.
- 173) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, Of. de 25 abril 37, de Tacna.
- 174) Cópia anexa ao ofício cit. em nota 173.
- 175) *Lima — Ofícios, 1829-1837*.
- 176) A primeira nota de Torrico é de Potosi, 27 abril 1838, e a segunda, de Cochabamba, 26 dezembro de 1838. Destas duas notas encontram-se cópias no Arq. Part. de Ponte Ribeiro e foram publicadas no folheto cit., *La Cuestión de Limites*, págs. 65 a 70.
- 177) Cópia in *Lima — Ofícios, 1829-1837*. Vide Of. ao ministro dos negócios estrangeiros, datado de Lima, 7 fevereiro 38, in *Lima — Ofícios, 1838-1840*.
- 178) *Lima — Ofícios, 1838-1840*. — Com o que ficou dito no texto, retifico em parte o que escrevi (Vida do Visconde do Uruguái, pág. 376): “Se o *uti possidetis* foi, então, idéia de Ponte Ribeiro, o negociador, ou de Aureliano de Souza, que devia ter sido o ministro que deu as instruções para o tratado...” Referia-me eu ao tratado de 1841 com o Peru. Hoje, porém, com os documentos que encontrei no Arquivo Histórico do Itamarati, não tenho dúvida em afirmar que a idéia partiu de Ponte Ribeiro. E a primeira vez o disse êle, claramente, no passo transcrito no texto, em contraposição ao que se lhe ordenava da secretaria de estado. Quanto ao trabalho de Pimenta Bueno, citava Ponte uma memória de 14 de abril de 1837 (Of. de 19 novembro 38, in *Lima — Ofícios, 1838-1840*). Não conheço esta memória de 1837. Tenho no Arq. V. do Uruguái uma de 1836, que menciono no meu cit. livro, nota 3, Cap. XIV, pág. 653. Pelo que escreveu Ponte, embora poucas palavras, parece-me que a memória de 1837 era cópia da de 1836 e não trabalho novo. Ponte Ribeiro, no entanto, possuía uma cópia da memória de 1836, que pela letra e papel deve ter sido extraída em 1840, no máximo (In Arq. Part. Ponte Ribeiro). —
- 179) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, Of. 27 agosto 37. —
- 180) Nota do ministro Torrico, de 26 dezembro 38, cit. em nota 176. —
- 181) Cópia da carta de 1 março 1838, in *Lima — Ofícios, 1838-1840*. —
- 182) *Lima — Ofícios, 1829-1837*, Of. de 15 setembro 37. —
- 183) *Lima — Ofícios, 1829-1837*. —

- 184) Pivel Devoto, op. cit., págs. 62, 63, 70 e 71.
- 185) *Lima — Ofícios, 1829-1837.*
- 186) ANTÔNIO DIAZ VILLAMIL, op. cit., pág. 51; ALCIDES ARGUEDAS, op. cit., pág. 100; CARLOS PEREIRA, op. cit., pág. 584, reafirmando-se porém o que diz ter Rosas resolvido a proceder “unido en propósitos” ao govêrno chileno. FRANCISCO A. ENCINA, op. cit., Tomo I, págs. 490 a 493, conclui justamente o contrário: “De esta suerte, Chile y Argentina fueron separadamente a la guerra contra Santa Cruz.” — *Vide também: Lima — Ofícios, 1838-1840, Of. de 24 maio 38; e Rosas y el Jeneral Ballivian, págs. 12 e 20 (Chuquisaca, 1843).* —
- 187) CARLOS IBARGURAN, op. cit., págs. 334 e 335. ENRIQUE M. BARBA, *Las Relaciones Exteriores con los Países Americanos, in Historia de la Nacion Argentina, Vol. VII, 2ª Sección, págs. 291 a 293, 298 e 299 (Buenos-Aires, 1950).*
- 188) *Lima — Ofícios, 1838-1840, Ofs. de 8 março e 11 abril 38.* —
- 189) *Ibid., Of. de 4 agosto 38.* Neste ofício já dizia Ponte: “Nada disso melhorará a sorte de Santra Cruz, que se deve considerar homem perdido.” —
- 190) *Ibid., Of. de 24 agosto 38.* —
- 191) *Ibid., Of. de 4 e 24 de agosto 38.* Encontram-se também copiados no *Borrador dos ofícios de 1837 a 1841, cit. em nota 130.* —
- 192) *Ibid., Of. de 17 setembro 38.* Cópia autenticada do Protocolo de 10 setembro 38 e dos anexos ao mesmo protocolo. —
- 193) *Ibid., cópia da nota do ministro Benito Laso, de 12 setembro 38.* —
- 194) *Ibid., Of. de 12 novembro 38.* —
- 195) *Ibid., Of. de 14 novembro 38.* —
- 196) *Ibid., Of. de 19 novembro 38.* —
- 197) *Ibid., Of. de 16 novembro 38.* —
- 198) *Ibid., Of. de 19 novembro 38.* — *Sôbre memória Pimenta Bueno, vide nota 178.*
- 199) *Ibid.* —
- 200) *Ibid., Of. de 19 janeiro 39.* É neste que Ponte descreve as conferências com Santa-Cruz.
- 201) *Ibid.* —
- 202) *Ibid., Of. de 16 janeiro 39, Anexo B.* —
- 203) *Ibid., Of. de 17 janeiro 39.* —
- 204) Ponte seguiu o conselho e escreveu a Calvo em 11 de janeiro de 39. Cópia in *Lima — Ofícios, 1838-1840.*
- 205) *Of. cit. de 19 janeiro 39.* Em anexo encontra-se o projeto de tratado que Ponte não chegou a entregar

a Santa-Cruz. Eram os limites consignados por Pimenta Bueno, na memória intitulada: *Breve resumo histórico dos limites entre os Domínios Portuguezes e Espanhóis, pelo que toca à Província de Mato-Grosso*, de que eu tenho um exemplar ms. de 1836, enquanto o de Ponte era de 14 de abril de 37 (*vide* nota 178). Os limites, indicados no Art. 2º do projeto, foram assim descritos por Ponte: "As duas altas partes contratantes, consultando seus mútuos interêsses, convém em declarar que a Linha Divisória entre o Brasil e a Bolívia fica sendo para sempre a seguinte: desde a *Bata Negra* partirá cobrindo esta, a *Bata de Cáceres*, e a *Serra de Albuquerque* até a ponta da Serra denominada dos *Limites*; prosseguirá cobrindo as baías *Goiabas* e *Uberava*, serras do *Aguapei*, *Alegre*, e cabeceiras do rio *Barbado*; seguirá daí até o rio *Paraguá*, descendo depois parte dêste cobrindo a cordilheira que corre paralela à margem ocidental do *Guaporé*; em seguida cobrirá as duas margens do mesmo rio *Paraguá*, de sorte que fique pertencendo ao Brasil os morros de *Santo Antônio* e *Guarajús*, continuando até o rio *São Simão* pequeno ou *Lagôa das Tanguinhas*, e dela a boca do rio *Bauris*; da embocadura do *Bauris* no *Guaporé* seguirá o leito dêste último rio até a sua junção com o *Mamoré*, e depois o dêste até o lugar aonde se encontra com o *Beni* e dá principio ao rio *Madeira*: desta confluência tirará uma linha reta de Este a Oeste a encontrar a margem do *Javari* para baixar por êle até o *Amazonas*." Sobre as fontes, de onde tirara os limites, esclareceu Ponte: "O meu esboço de tratado estava baseado no primeiro dos três expedientes apontados pelo Presidente da Província de Mato-Grosso, na sua memória de 14 de abril de 1837, e nos esclarecimentos dados em 1780 pelo Engenheiro Ricardo Franco, na sua memória sobre o rio *Madeira* e confluência do *Guaporé* e *Mamoré*, tão mal designado no Tratado Preliminar de 1777." (Of. cit. de 19 janeiro 38.) De fato o trecho do artigo, redigido por Ponte, referente aos limites com Mato-Grosso, é cópia, com pequenas alterações na redação, de um passo da memória de Pimenta Bueno, intitulado: *Primeiro, e o mais interessante expediente*. Essa memória de Pimenta Bueno teve decisiva influência na delimitação de Mato-Grosso com a Bolívia. O terceiro

- expediente, que ali indicou, seria o adotado como limites em 1867, com modificações indicadas pelo próprio Pimenta Bueno, como relator do parecer sôbre os mesmos limites, no Conselho de Estado, em 25 de novembro de 1865. —
- 206) *Lima — Ofícios, 1838-1840*, Ofs. de 20 novembro 38 e 20 janeiro 39.
- 207) *Ibid.*, Of. 20 janeiro 39. Existe minucioso e interessante officio de Ponte sôbre o final da questão com os corsários, já no governo de Gamarra, e do incidente entre o representante francês e o ministro da fazenda, aquelle pedido pagamento da indemnização e este negando-lhe semelhante pagamento. —
- 208) *Lima — Ofícios, 1838-1840*, Of. de 29 janeiro 39.
- 209) *Ibid.* — *Vide*: ALCIDES ARGUEDA, op. cit., pág. 102.
- 210) *Lima — Ofícios, 1838-1840*, Officio de 29 janeiro 39.
- 211) *Ibid.* — Em 1843 em novo manifesto Santa-Cruz falava na traição que motivara a sua queda. (*Vide*: *Refutación que hacen cien mil restauradores al manifesto publicado por D. Andrés Santa Cruz em Quito, el 26 de mayo de 1843*, págs. 19 e 21 (Sucre, 1843, Imprenta de Beeche y Compañía).
- 212) *Lima — Ofícios, 1838-1840*, Of. de 6 março 39.
- 213) *Ibid.* — No Rio de Janeiro a queda de Santa-Cruz causou surpresa. Moncorvo escrevia a Ponte: “Não se esperava de certo que Santa-Cruz fôsse derribado tão fácilmente.” *In* Arq. Part. Ponte Ribeiro, *Correspondência recebida*, carta de 6 outubro 39.
- 214) *Lima — Ofícios, 1838-1840*, Of. 15 outubro 39. —
- 215) *Ibid.*, Of. de 19 maio 39.
- 216) Cópia autenticada da carta de Santa-Cruz, de 16 novembro 40, in *Lima — Ofícios, 1838-1840*. —
- 217) R. LAFUENTE MACHAIN, *Enrique Lafuente, 1815-1850* (Buenos-Aires, 1946), carta de Enrique Lafuente a Felix Frias, de abril de 1839,, págs. 135 e 144.
- 218) *Lima — Ofícios, 1838-1840*, Of. de 21 novembro 39.
- 219) Vinconde de São Leopoldo, op. cit., pág. 16. A República do Equador pretendeu, pouco depois, negociar com o Brasil um tratado de limites. A êsse respeito Ponte escrevia: “chegou finalmente a êste pôrto D. Juan Garcia del Rio, Cônsul Geral do Equador para essa Côrte... Falei-lhe várias vezes, e soube que o objeto da sua comissão é o mesmo que antes anunciei a V. Exa... Das nossas conversações tenho coligido que

- vai destinado a concluir um Tratado de Limites sôbre a base do actual *uti possidetis* e outro de navegação fluvial, concebidos ambos, pouco mais ou menos, nos termos em que os propôs a êste Governô." *In Lima — Ofícios, 1841-1844*, Of. 3 abril 41, Arq. Hist. Itamarati.
- 220) *Lima — Ofícios, 1838-1840*, Of. de 18 janeiro 39.
- 221) *Ibid.*
- 222) *Ibid.* — Encontram-se no officio de 18 janeiro 39 vários anexos sôbre o mesmo assunto, inclusive cópias das circulares de Cañedo, uma datada de Lima, 18 de dezembro de 1838, e outra de Santiago do Chile, de 18 de março de 1834. Desta última constavam as oito bases propostas então pelo México. A sétima dessas bases estava intimamente relacionada com a sua questão de limites com os Estados-Unidos. Era um meio de interessar na questão, fortalecendo-se contra o possante inimigo, as outras repúblicas de origem espanhola. De acôrdo com esta sétima base é que estipulariam os contratantes os meios "de determinar el territorio que deba pertenecer a cada republica y asegurar su integridad, ya sea con respecto á las nuevas republicas entre sí, ya con las potencias extranjeras confinantes con ellas." Este ultimo período, colocado visivelmente pelo México no intuito de obstar a absorção do Texas pelos Americanos do Norte, ajeitava-se como uma luva às questões com o Brasil. Entre elas, repúblicas de fala espanhola, os limites seriam decididos de comum acôrdo. Agora, entre elas e as outras potências, os limites seriam impostos a estas últimas da maneira por que haviam decidido. Daí ao plano do Dr. Lucas Obes a diferença é pequena. Apenas existia uma regra geral, applicável ao Brasil, Inglaterra e Estados-Unidos. Noutro uma norma especial para o caso particular do Tratado de Santo Ildefonso.
- 223) Cópia autenticada, anexa ao Of. de 14 outubro 39 *in Lima — Ofícios, 1838-1840*.
- 224) *Lima — Ofícios, 1838-1840*, of. de 19 maio 39. A ida de D. Tomás Guido à Bolívia é confirmada por Enrique Lafuente, mas para tratar de limites e comércio (*in A. LAFUENTE MACHAIN*, op. cit., pág. 139). Á sua vinda para o Brasil, referiu-se o próprio Guido, em nota de 17 de agôsto de 45, dirigida a Limpo de Abreu (*in Coleção de Notas entre o Governô Imperial e a Legação Argentina no Rio de Janeiro*, págs. 26

- e 27 — Rio de Janeiro, Tip. Const. e Imp. de J. Vileneuve e Comp., 1845).
- 225) Carta de 27 setembro 37, in Arq. Part. Ponte Ribeiro.
- 226) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Of. de 6 janeiro 43, in Arq. Hist. Itamarati. —
- 227) Minuta de carta a Miguel Calmon du Pin a Almeida, sem data. Vê-se, porém, que é de 1837 a 39. In Arq. Part. Ponte Ribeiro, *Correspondência recebida*.
- 228) Se Ponte levou sua mulher para o México, o seu filho Henrique teria nascido durante a travessia do Oceano Atlântico, em 23 de março de 1834. É possível que a futura Baronesa tivesse ficado em Lisboa, com os seus parentes, e o menino então teria nascido nesta última cidade. Quanto ao seu filho Luís é certo ter nascido no Rio de Janeiro ou Niteroi, pois a Baroneza da Ponte Ribeiro não acompanhou o marido na sua viagem a Bolívia pelas províncias argentinas. Tendo nascido a 2 de novembro de 1836 este último filho do casal, nasceu justamente quando Ponte Ribeiro estaria talvez em Córdova. (As datas constam de *Algumas informações sôbre a família do Barão da Ponte Ribeiro*, escritas por D. IDA SAMPAIO HUET DE BACELAR.)
- 229) *Buenos-Aires — Ofícios, 1842*, Of. de 20 agosto, anexo de 18.
- 230) *Lima — Ofícios, 1838-1840*, Of. de 24 maio 38.
- 231) *Ibid.*, Of. de 20 e 21 janeiro 39.
- 232) *Ibid.*, Of. de 27 fevereiro 40.
- 233) *Ibid.*
- 234) *Ibid.*, Of. de 6 março 40, e *Lima — Ofícios, 1841-1844*, Of. de 2 março 41.
- 235) *Lima — Ofícios, 1838-1840*, Of. de 27 fevereiro 40.
- 236) *Ibid.*, Of. de 20 dezembro 39. As instruções de Pantojas devem ser aquelas a que êle se referia em dezembro de 36, numa resposta a Pimenta Bueno. (Vide nota 168.)
- 237) *Lima Ofícios, 1838-1840*.
- 238) *Ibid.*, Of. de 7 março 40.
- 239) *Ibid.*
- 240) *Ibid.*, Anexo B.
- 241) "Não sendo praticável que eu daqui forneça a V. Mcê., bases inalteráveis sôbre que organize algum ajuste diplomático com o Govêrno, pela forma já expressada; contudo, na cópia nº 5, achará V. Mcê. um esboço de Projeto apresentado pelo nosso Encarregado de Negócios Duarte da Ponte Ribeiro ao Govêrno do

Peru, do qual se pode aproveitar, *mutatis mutandis*, as estipulações mais essenciais." Instruções de Areliano a Manuel Cerqueira Lima, de 18 março 41. (*Credenciais e Instruções de 1831 a 1855*, cit.)

- 242) *In Borrador de Ofícios*, cit. em nota 130.
- 243) Duarte, em longa exposição ou memória, esclareceu ponto por ponto do tratado. Esta exposição foi datada a 9 de julho de 41, dia em que assinou o tratado. Desta exposição são os trechos transcritos. (*In Arq. Part. Ponte Ribeiro*, Lata 283, março 4, n. 2.)
- 244) Lima — *Ofícios, 1841-1844*, Of. de 9 julho 41 Nesta mesma data, além da exposição cit., assinou Duarte outro trabalho, com o título: *Informação ao meu sucessor sobre o estado das relações políticas do Peru e Bolívia com o Brasil relativamente a limites, navegação fluvial e comércio*.
- 245) Instruções de 1 de março de 1851, do ministro Paulino a Ponte Ribeiro (minuta que pertenceu ao ministro) e papéis de Ponte Ribeiro relativos à missão de 1851 (*in Arq. do V. do Uruguái*).
- 246) Consultas do Conselho de Estado, 1842-1843 (Vol. 1.º — 342/1/1). É a de número 6 e tem a seguinte epígrafe: *Consulta sobre a conveniência dos tratados celebrados pelo Encarregado de Negócios Duarte da Ponte Ribeiro, com o Governo do Peru*. O parecer está datado de 16 de junho de 1842. (*In Arq. Hist. Itamarati*.)
- 247) Datado de 22 setembro 41, *apud* DUARTE DA PONTE RIBEIRO, *Memória sobre os limites do Império do Brasil com a Guiana Francesa*, págs. 27 e 28 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895). Sobre a localização do ministério, *vide*: *Folhinha Comercial para 1841* (C. Ogier, 1840), e *Folhinha Comercial ou Pequeno Almanak do Rio de Janeiro para 1842* (Viuva Ogier & Filhos). O prédio fora adquirido do espólio do Conde da Barca, de conformidade com o Decreto de 28 de agosto de 1820 (*Coleção de Leis do Brasil, de 1820*, pág. 80). O destino, que se dava ao mesmo prédio, segundo o decreto, era o de aposentar a Secretaria do Reino.
- 248) PONTE RIBEIRO, *Memória cit.*, sobre Guiana Francesa, pág. 28.
- 249) A memória sobre o Congresso Americano, *in Arq. Part. Ponte Ribeiro*, Lata 269/2/4.
- 250) Em documento existente no Arq. Hist. do Itamarati, sem data, mas que deve ser de 1867, já do final da missão a Portugal, Ponte deixou em traços rápidos a descrição

de vários trechos de sua vida. Quanto a essa época, escreveu: "Regressando eu a esta Côrte em 1841 da missão que exerci junto dos Governos das Repúblicas do Peru e da Bolívia, encarregou-me o Govêrno Imperial de escrever memórias próprias para contestar questões então movidas pela França e Inglaterra a respeito dos Limites das suas Colônias de Caiena e Demerara com o Brasil... — Reformando-se então a Secretaria dos Negócios Estrangeiros, creando uma urgente Secção para os assuntos com os Estados Americanos, fui nomeado chefe dela." Continuação em nota 582.

- 251) Memória sôbre a Guiana Francesa, cit. em nota 247; a referente à Guiana Inglesa tem o seguinte título: *Memória sôbre os limites do Império do Brasil com a Guiana Inglesa*, ms. in Arq. Part. Ponte Ribeiro, datado de 1 de abril de 1842.
- 252) *Memória sôbre a Guiana Francesa*, pág. 28.
- 253) DESEMBARGADOR RODRIGO DE SOUSA DA SILVA PONTES, *Diário de um Presidente — 1842 — Ms. in Arq. Particular Silva Pontes*, Arq. Hist. Itamarati.
- 254) Carta de 6 outubro 39. Em outra de 10 novembro 1836, já dissera: "...apuradas dificuldades com que lutamos pela deficiência das leis." Arq. Part. Ponte Ribeiro, *Correspondência Recebida*, Lata 268, março 2.
- 255) A. D. Pascual, op. cit., Tomo II, págs. 464 e segs.; EDUARDO ACEVEDO, op. cit., págs. 481 e segs., Tomo I; M. A. PELLIZA, op. cit., Vol. IV, págs. 110, 124 e 125; e CARLOS IBARGUREN, op. cit., cap. XVIII. HONÓRIO HERMETO CARNEIRO LEÃO, nas *Instruções para João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*, de 6 de junho de 1843, escreveu o seguinte sôbre a queda de Oribe: "Pelo que toca ao Estado Oriental justas queixas tivemos durante a administração de Oribe, de auxílios por êle fornecidos aos rebeldes. Fructuoso Rivera, conquanto não fôsse diretamente favorecido pelo govêrno imperial, quando tentara apoderar-se do govêrno da República Oriental, recebeu contudo do nosso Encarregado de Negócios algumas somas de dinheiro para permitir a saída de cavalos comprados para o nosso Exército, e essas somas, e auxílio da Esquadra Francesa que então bloqueava Buenos-Aires, não contribuíram pouco para o êxito da sua. emprêsa." (*Despachos reservados de agosto de 1842 a outubro de 1843*, Livro 5º, in Arq. Hist. Itamarati.)

- 256) ALFRED DE BROSSARD, *Considérations historiques et politiques sur les Républiques de la Plata*, págs. 203 & 204 e 217 a 222 (Paris, Libr. de Guillaumin & Cie, 1850); JOHN F. CADY, *La Intervencion Extranjera en el Rio de la Plata — 1838-1850*, págs. 46 e sgs. (Ed. da Bibl. de la Soc. de Hist. Argentina, Ed. Losada S. A. — Buenos-Aires, 1943). Este último livro do americano CADY é interessantíssimo no tocante às intervenções francesas e inglesas, porém de uma ignorância espantosa no que diz respeito ao Brasil.
- 257) IBARGUREN, op. cit., págs. 385 e 387; CADY, op. cit., págs. 74 e 75; e LEONCIO GIANELLO, op. cit., págs. 157 e 177.
- 258) LAFUENTE MACHAIN, op. cit., *passim*, e IBARGUREN, op. cit., págs. 355 e 356. —
- 259) *Buenos-Aires. Oficios, 1843*, Of. de 5 maio. A correspondência de Ponte em Buenos-Aires encontra-se também, em parte, no seu Arq. Part., Lata 272 maço 3, a expedida em cópia e a recebida no original.
- 260) EDUARDO ACEVEDO, Op. cit., Tomo II, págs. 17 e 19; A. BROSSARD, Op. cit., págs. 229 e segs; CADY, Op. cit., págs. 205 e segs.; FLORÊNCIO VARELA, *Considerations sur le Traité du 29 octobre 1840* (trad. de CH. SERGENT), *passim* (Paris, Imprimerie de Guiraudet et Jouaust, 1841); *Expédition de Buenos-Ayres em 1840 — Extrait des Annales Maritimes et Coloniales* (Paris, Imprimerie Royale, 1841), *passim*; e *Qualques Reflexions en Réponse à la brochure publiéé à Montivideo par D. Florencio Varela* (Buenos-Aires, Imprimerie de l'Etat, 1841), *passim*.
- 261) M. A. PELLIZA, op. cit., Vol. IV Cap. VII.
- 262) *Legação Imperial em Montevideo, 1842-1843*, in Arq. Hist. Itamarati, boletim anexo no original ao Of. de 31 janeiro 42.
- 263) *Ibid.*, Ofícios de janeiro a abril de 42 e anexos, de José Dias da Cruz Lima. No Of. de 23 janeiro 42, dizia êle: "Mandeville janta hoje comigo, e segue para Buenos-Aires." E adiante tem a seguinte notícia sôbre Corrêa da Câmara: "O visionário Antônio Manuel Corrêa da Câmara foi abandonado pelos rebeldes, e acaba de chegar a este Estado. Está hospedado em casa de um tal Rafael Machado, que foi nosso vice-cônsul, porém muito farrapo. Câmara desacredita muito aos rebeldes por terem desprezado seus talentos."
- 264) *Ibid.*, Of. de 16 fevereiro 42.
- 265) *Ibid.*, Cruz Lima, em 22 março 42, escrevia a Aurliano: "Também deploro que não merecesse a a-

- provação de V. Exa. o jantar que dei a êste Govêrno." Cruz Lima foi demittido a 22 de março de 42. A 12 de abril respondia ao ministro o despacho em que êste o avisara da demissão. E a 27 do mesmo mês Régis apresentou a credencial.
- 266) *Considérations sur les relattons du Brésil avec l'Allemagne* (Paris, Imprimerie de J. Smith, 1828).
- 267) Carta de 17 março 42, in Arq. Part. Ponte Ribeiro, *Correspondência Recebida*.
- 268) Cópia officio de 23 junho 42, in Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 270. Êste officio falta no volume *Buenos-Aires — Officios, 1842*.
- 269) *Ibid.*
- 270) Cópia of. de 13 julho 42, in Arquivo Part. Ponte Ribeiro, Lata 270, maço 2, n. 3.
- 271) *Buenos-Aires — Officios, 1842*, Of. de 20 julho.
- 272) *Ibid.*, Ofs. de 27 e 28 agôsto 42.
- 273) *Buenos-Aires — Officios, 1843*, Of. de 8 janeiro.
- 274) *Ibid.*
- 275) Of. cit., de 20 julho 42.
- 276) *Buenos-Aires — Officios, 1843*, Of. de 13 abril, diz Ponte a Honório: "responde de cabeça baixa às perguntas..." O agente paraguáio Santiago escrevia a seu Govêrno: "y me despedi de S. E. (Arana) quien si no fuere seguramente por lo costumbre que al hablar tiene de cerrar los ojos, quizá para escuchar-se..." Correspondência de Pimenta Bueno, Of. n. 18, 3 agôsto 45, in *Assunção — Officios, 1842-1846*, Arq. Hist. Itamarati.
- 277) *Buenos-Aires — Officios, 1842*, Of. 8 setembro.
- 278) *Ibid.*, Of. 22 outubro 42, e *Buenos-Aires — Officios, 1843*, Of. 6 de janeiro.
- 279) *Buenos-Aires — Officios, 1842*, Of. 24 outubro 42. Neste officio escrevia Ponte: "Nesta capital tudo apresenta tranqüilidade e satisfação." PONTE RIBEIRO, *Pro-Memória*, Buenos-Aires, 1843, in Arq. Part., Lata 270/1/9. São três escritos de PONTE da mesma época com o mesmo título. Penso que foram notas, que êle tomava para a sua correspondência com o ministro, pois quase tôdas se acham incluídas nos officios.
- 280) Of. cit., de 24 outubro 42; e *Buenos-Aires — Officios, 1843*, Of. de 31 março. — "La Gaceta Mercantil, em 1843, trazia apenas, como cabeçalho: *Viva la Federación!* Nos anúncios, porém, já vinha o distico completo:

Viva la Confederacion Argentina! Mueran los salvajes Unitarios! No número 6.020, de 23 de outubro de 1843, simples noticia de introdução de gado iniciava-se também com aquelas saudações. Em 1843 a *Gaceta Mercantil* já trazia, como cabeçalho o mesmo dístico. De um lado da folha *Viva* e do outro lado o *Mueran*. No "Diario de la Tarde, Comercial, político y literario", no número de 18 de abril de 1845, encontra-se o seguinte anúncio: "Viva la Confederación Argentina!; Mueran los salvajes Unitarios! Gratificacion — Al que entregue en la Calle de la Federacion número 22, perrito blanco, fino, que se lama (sic) Medoro, que se dará una buena gratification." O cabeçalho de Vivas e Morras encontra-se neste mesmo jornal nos anúncios dos teatros: Teatro de la Vitoria, Teatro de la Federacion e Circo Olímpico y Teatro Retiro. (Jornais in Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 271, maço 1.)

- 281) "O Sr. Comendador Duarte da Ponte Ribeiro, quando ministro residente do Brasil, nesta República, teve ocasião de avaliar a importância de tais obras, pois o Sr. Angells mostrou-lhe muitas partes delas..." Of. do Cônsul-geral Clemente José de Moura ao Barão de Cairú, de 31 outubro 1846, in Arq. Hist. Itamarati.
- 282) *Buenos-Aires — Oficios, 1842*, Of. de 20 agosto 42 e cópias anexas.
- 283) *Ibid.*, Of. de 20 agosto e 17 outubro 42. O recibo da viuva do Coronel Cabrer encontra-se neste último officio. Ponte remeteu a obra adquirida por intermédio de António José Lisboa, em março de 43, uma vês que se não verificara a missão ao Paraguái. (In Of. de 24 de março de 1843.) Sôbre a interferência de Paranhos, vide confidentiais de 5/4 e 4/5/853, de JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS (Visconde de Rio Branco) ao ministro Paulino, in *Legação Imperial em Montivideo — Reservado — 1853* (2), (222/4/7), A. H. I.
- 284) *Buenos-Aires — Oficios, 1842*, Of. 19 agosto 43. Os mss., adquiridos por Ponte e remetidos em agosto de 1843, foram os seguintes: "Caderno 1º — Contém o Diário da Expedição & Demarcação da América Meridional, e da Campanha de Missões do Rio Uruguáy em 1750. Começa pelas Instruções dadas pelas côrtes de Portugal e Espanha para levar a efeito a Demarcação estipulada no Tratado de 1750. — Caderno 2º — Diário do Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, da Cidade de São Paulo ao Iгатemi, pelos

Rios Tieté e Paraná, com a Comissão destinada à Demarcação da Fronteira com o Paraguay (original). — Caderno 3º — Diário original, e Planos do Paraguay e caminhos que seguiu 'da Assumpção ao Forte dos Prazeres no Igatemi, o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, com a 3ª Partida da Comissão Demarcadora de Limites em 1754. Faz uma ligeira descrição do Paraguay, produções e costumes dos seus habitantes. Apresenta 13 Planos e um Mapa Geral que os compreende; e todos estão magnificamente trabalhados. — Caderno 4º — História da Capitânia de São Vicente, desde a sua fundação por Martin Afonso de Sousa em 1531, escrita por Pedro Tacques de Almeida Paes Leme, em 1772, para mostrar os direitos do Conde de Vimieyro." — Os três primeiros documentos, presenteou-os Ponte ao ministério, e o último ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

- 285) Of. cit. de 24 março 43. — Ponte remeteu uma relação d'esses mapas recuperados: os referentes ao Rio Branco figuram determinados por letras maiúsculas, e os de Tabatinga, por números. Os primeiros vão de A a F e os outros de 1 a 9, no total de 15 mapas. Dou os títulos dos primeiros de cada série, transcrevendo o próprio Ponte Ribeiro, para que se possa aquilatar do valor de tais mapas: "A — Carta Geográfica do Rio Branco desde a sua foz no Rio Negro até a Cachoeira de São Felipe, compreendendo os terrenos designados na seguinte epígrafe: "Planos do Rio Branco e seus confluente, dividido em duas Estampas — a 1ª. compreende desde a sua boca até o Paralelo de 2º Boreais; a 2ª desde o mesmo Paralelo até o alto da Cordilheira que corre Leste Oeste entre suas cabeceiras, vertentes do Orenoco; levantado e construído pelo Doutor em Matemática e Capitão Engenheiro José Simoins de Carvalho na ocasião do exame que de Ordem Régia se executou neste ano de MDCCLXXXVII (assinado) Dr. José Simoins de Carvalho. E lavrado e feito sôbre escala de seis polegadas por gráu." — N. 1 — Mapa colorido, em grande escala, compreendendo o Rio Amazonas desde a Vila de Egas até a boca do Uatyparaná. Tem a epígrafe: "Delineaçam de huma parte do Rio Solimões situado entre o desagoadoiro do Uatyparaná, e a foz do Rio Tefé... — Antigo Tapy ou Tefé VII de Dezembro

de MDCCLXXXII, Erigio e delineou Eusébio Antônio Ribeiros, Sargento Mor Engenheiro.” — Entre os mapas da la. Série figura o seguinte de Gama Lopo, no original: “Plano Geográfico do Rio Branco e seus afluentes, e cabeceiras do Rupunuri; o qual por ordem do Ilmo. Snr. Capitão General Joam Pereira Caldas, fez levantar o Coronel Manuel da Gama Lobo de Almada, em resultado da pessoal exploração de que foi incumbido no Ano de MDCCLXXXVII — Erigio e delineou Eusébio Antônio Ribeiros, Sargento Mor Engenheiro. — Barcelos do Rio Negro XXX de Outubro MDCCLXXXVIII. (assinado) Dr. José Simoins de Carvalho.”

- 286) Carta de 3 maio 43, in Arq. Part. Ponte Ribeiro, *Correspondência recebida*.
- 287) Carta de 21 junho 43.
- 288) Of. cit. de 19 agosto 43. Continuação em nota 583.
- 289) *Buenos-Aires — Ofícios, 1842*, Of. de 26 novembro.
- 290) *Ibid.*, Of. de 3 dezembro 42.
- 291) *Ibid.*, Of. de 23 dezembro 42; e *Legação Imperial de Montivideo*, Of. de 23 de dezembro de 42. A 16 dezembro, publicara Oribe uma proclamação, da qual mandava Regis um exemplar para o Rio de Janeiro, em que dizia: “piso ya el suelo sagrado de nuestra angustiada Patria...” Rivera só apareceu em Montevideo a 2 de fevereiro de 1843. Ao menos era o que comunicava no dia seguinte o mesmo Régis. Em uma publicação oficial, contendo vários atos do Governo da Defesa, logo depois de se constituir, lê-se o seguinte: “El jeneral Rivera que el mismo dia de la batalla repasó el Uruguay por el Salto à las 4 de la tarde, marchó de allí el 7 de diciembre por la noche con 20 hombres para el centro del país.” (Págs. 2).
- 292) *O Tratado de 24 de Março de 1843 entre o Brasil e a Confederação Argentina*, pág. 7, (Rio de Janeiro, Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve E Comp. — 1845); D. TOMAS GUIDO, nota de 4 de janeiro de 43, in *Tratado de 24 de março*, cit., págs. 3 e 4; MATEO J. MAGARIÑOS DE MELLO, *La Misión de Florencio Varela a Londres (1843-1844)*, pág. 64 (Montevideo, 1944); e Cady, op. cit., pág. 123.
- 293) *Buenos-Aires Ofícios, 1843*, Of. de 6 janeiro.
- 294) *O Tratado de 24 de Março*, pág. 7.

- 295) Publicação de vários atos oficiais do Governo da Defesa, pág. 11 (cit. em nota 291), e MATEO MAGARINOS MALLO, op. cit., pág. 65.
- 296) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Of. de 2 junho 43; Cf. Of. de 8 janeiro 43.
- 297) Original in Arq. Hist. do Itamarati. A cópia que tenho, devo-a ao ilustre pesquisador da história do Rio da Prata, Sr. Walter A. de Azevedo. Esta nota foi, no entanto, traduzida para o português e publicada in *O Tratado de 24 de Março*, cit., págs. 1 a 5. Na "Exposição", que se encontra nesta publicação, à maneira de prefácio, lê-se o seguinte: "Diz a *Gaceta Mercantil* que o ministro argentino celebrara o tratado de aliança ofensiva e defensiva *sem instruções* do seu governo... — A reconhecida prudência do general Guido, e mais que tudo a circunstância de ser ministro de um ditador severo, não permite de maneira nenhuma admitir-se a verdade da asserção da *Gaceta*. Não se pode presumir que o General Guido com tanto afã solicitasse o acôrdio do governo imperial para a aliança contraída, se para fazê-lo não tivesse instruções positivas do seu governo." (Esta *Exposição*, parece-me a mim, ter sido escrita pelo próprio ministro Limpo de Abreu.)
- 298) Of. cit., de 8 janeiro 43.
- 299) HONÓRIO HERMETO CARNEIRO LEÃO, *Instruções a J. L. V. Consansão de Sinimbu*, de 6 de junho de 1843, in *Despachos Reservados de agosto de 1842 a outubro de 1843* (Livro 5º), cit.
- 300) Despacho do ministro Honório a Duarte, de 4 de maio de 43. A correspondência dos ministros dos negócios estrangeiros com Duarte encontra-se no registro intitulado: *Despachos Reservados*, e no Arq. Part. de Ponte Ribeiro os próprios despachos recebidos, porém, com muitas falhas. Devo ao Sr. Walter Alexander de Azevedo a possibilidade de ler tôda a correspondência dos ministros, não só facilitando-me a leitura das cópias, que extraira, mas ainda auxiliando-me a extrair outras, de que eu necessitava.
- 301) *Buenos-Aires, Ofícios, 1843*, Ofs. de 12 e 17 fevereiro.
- 302) *Ibid.* — Em Of. de 10 fevereiro 43, avisava Ponte do seguinte: "D. Felipe Arana me expressou em nome do Governo Argentino, e do Governador Rosas, em particular, os mais vivos sentimentos de gratidão pelos bons ofícios oferecidos, e socorros prestados no porto

de Montevideo, pelo Chefe das nossas Forças Navais ao Almirante Brown, para conciliar a sua desinteligência com o Comandante Francês, e à guarnição do brigue de guerra "San Martin", para salv-lo do naufrgio..."

- 303) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Of. de 15 fevereiro. Os originais destas cartas a Rivera foram entregues pelo General Guido a Honório. Nas citadas instruções a Sinimbu, dizia-lhe o mesmo ministro Honório: "Serão igualmente entregues a V. Sa. 7 cartas originais dirigidas por Bento Gonçalves a Frutuoso Rivera, e a partidários seus. Estas cartas foram apreendidas por Oribe, depois da vitória de Arroio Grande, por êle enviadas a Rosas, e confiadas ao Governo Imperial pelo General Guido. V. Sa. não largará êstes documentos da sua mão, porém em conferência poderá apresentar ao Ministro das Relações Exteriores." Assim, as cartas, a que se refere Oribe no seu bilhete a Rosas, foram levadas para Montevideo, em 1843, por Cansansão de Sinimbu. Ponte Ribeiro em uma das suas memórias, de 1843, reportava-se a outras cartas encontradas também em Arroio Grande. Assim escreveu êle: "Existe em poder de... a correspondência de Frutuoso Rivera, Rivera Indarte, Pacheco e Obes e de... tomada na Batalha de Arroio Grande. Dela consta a instigação de Mandeville a Rivera para levar a guerra a Entre-Rios." (*In Pro-Memória — Buenos-Aires 1843*, Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 270, maço 1, 9.)
- 304) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Ofs. de 21 e 31 de março. ARTURO CAPTEVILA refere-se a êste aniversário de Rosas, no interessante livro: *Los Salvajes Unitarios... y los outros*, pág. 144 (Editorial Rosario S.A., 1949): "Ahora estamos en 1843. Es el 30 de marzo. Cumple cincuenta años el Gran Rosas."
- 305) HONÓRIO HERMERO, despachos: de 6 de março de 43, ao Barão de Caxias, e de 10 fevereiro e 6 de março, também de 43, a Ponte Ribeiro (Arq. Hit. do Itamarati, sendo que os originais a Ponte, in Arq. Part. Ponte Ribeiro Lata 272,/3); e *O Tratado de 24 de Março*, cit., nota do general Guido a Honório, de 5 de fevereiro de 43, pág. 6.
- 306) Nota de 5 fevereiro 43. cit., in *Tratado de 24 de Março* pág. 8.

- 307) Despacho de 10 fevereiro 43, cit. nota 305. Neste despacho Honório esclerecia o seu pensamento a Ponte Ribeiro, sôbre as negociações com o general Guido.
- 308) *O Tratado de 24 de março*, págs. 15 e 16.
- 309) Ponte Ribeiro sintetizou as notas de Honório, ns. 4 e 5, ambas de 10 de fevereiro de 43, in *As Relações do Brasil com as Repúblicas do Rio da Prata*, págs. 64 a 66. As notas de Honório, principalmente a de n. 4, são bem mais incisivas e interessantes do que se pode ter idéia da síntese de Ponte. Este conservaria contra o senador mineiro certa máguia, depois da questão do tratado, que o impediu de mostrar, no seu citado trabalho, o verdadeiro papel de Honório Hermeto. Há escritos de Ponte, de 43 a 46, no mínimo, em que esta máguia é nítida. Um desses escritos se encontra no seu Arq. Part., Lata 270, maço 2, n. 5, e outro na Lata 271, maço 1, nº 22. Neste último escreveu Ponte: "Fêz-se o Tratado de 24 de Março de 1843, e querendo Carneiro Leão campar de esperto disse em uma nota a Guido: "Ahi vai o Tratado como V. Exa. o propôs." A qual respondeu Guido: "Fiz a redação do Tratado em conformidade dos dados que V.. Sa. me deu quando me fez a proposta e pediu que o redatasse." — Isso positivamente não se deu. E o Barão do Rio Branco, ao ler este escrito de Ponte, anotou-o assim: "Ponte Ribeiro tinha queixas de Carneiro Leão e é injusto para com este ilustre estadista, atribuindo-lhe este papel." (Nota à margem do mesmo escrito.)
- 310) *O Tratado de 24 de Março*, cit., págs. 16 a 21 e 24 a 27.
- 311) Despacho n. 8 de Honório a Ponte, de 6 março 43. Honório neste despacho escreveu: "Na primeira conferência que tive com Guido acêrca deste objeto, pareceu-me que êle estava de acôrdo comigo, quanto à estipulação da dita aliança no Tratado definitivo de Paz... porém o afã com que posteriormente êle fez na sua correspondência diferentes considerações, para mostrar as dificuldades de unir o Tratado de aliança com estas estipulações me faz crer, ou que êle mudou de idéia, ou que, começando a reear que o intuito do Governo Imperial fôsse aumentar o seu território, quisesse provocar explicações a êste respeito." (*In* Arq. Part. Lata 273/3.)

- 312) Documentos *in* Arq. do V. do Uruguái. A carta do Visconde de São Leopoldo transcrevo-a *in* *A vida do Visconde do Uruguái*, págs. 378 a 381.
- 313) Cartas de José Domingues de Attayde Moncorvo a Ponte, de maio a junho de 43. *In* Arq. Part. Ponte, Ribeiro, *Correspondência recebida*.
- 314) Despacho cit., de 6 março 43, a Ponte. Em despacho ao Barão de Caxias, da mesma data, Honório referia-se ao mesmo passo da conferência com Guido, assim: "não duvidaria fazer a aliança com o Governo de Buenos-Aires, pela qual os dois governos se obrigassem a combater os ditos rebeldes, a Fruto e a seus partidários, fazendo-lhes a guerra juntos ou separadamente... porém declarei que esta aliança não podia ser convencionaada senão no Tratado definitivo de Paz." (Devo a cópia do despacho a Caxias ao mestre em assuntos ligados à história do Rio da Prata: Sr. Walter A. de Azevedo.)
- 315) Cartas de Honório Hermeto a Paulino, de Recife, 1849 (*In* Arq. V. do Uruguái.)
- 316) Instruções a Sinimbu, cit., e despacho a Ponte, de 27 março 43.
- 317) Carta de 3 maio 43.
- 318) *O Tratado de 24 de Março*, págs. 33 e sgs.
- 319) Despacho cit., de 27 março 43, de Honório a Ponte O ministro da marinha, que era então Rodrigues Torres (Visconde de Itaborai) terminava assim o seu despacho ao Chfe da Esquadra Imperial, Frederico Mariath: "Ordena, pois, S. M. O Imperador que logo que V. Sa. receber para isso comunicação do nosso Agente Diplomático nessa República, o Capitão de Mar e Guerra João Francisco Régis, passe a bloquear efetivamente o Pôrto de Montevideo, com as forças do seu comando." (Despacho de 27 de março de 1843, *in* Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 271, maço 2.) A nota, a ser dirigida ao govêrno de Montevideo, pelo encarregado de negócios Régis, foi enviada já redigida, faltando-lhe apenas a assinatura e o dia, pois até o mês constava. (Arq. Part., Lata 271, maço 2.)
- 320) Desp. cit., de 27 de março 43, de Honório a Ponte, e *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Of de 13 abril.
- 321) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Of. de 21 abril.
- 322) *Ibid.*, Of. de 21 de março.

- 323) *Ibid.*, Ofs. de 21 e 28 de março. *Vide também Pro-Memória — Buenos-Aires, 1843*, nota de 21 de março (in Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 270/1/9).
- 324) *Ibid.*, Ofs. de 13 abril e 2 junho.
- 325) *Ibid.*
- 326) RODRIGO DE SOUSA DA SILVA PONTES, *Diário de um Presidente*, cit.
- 327) Hamilton Charles Jacques Hamilton, ministro inglês no Brasil, desde 1836.
- 328) O original deste ofício (2ª via) está no Arq. Ponte Ribeiro, Lata 272/3.
- 329) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Of. de 26 abril.
- 330) *Ibid.*, cópias de carta a Arana de 19 abril e Of. de 21 abril. Pascuela Belaustegui de Arana chamava-se a senhora do ministro. Na Biblioteca Nacional se encontram dois impressos, que devem pertencer a Coleção de Angelis, referentes à dona Pascuela Belaustegui de Arana, como Presidenta da Sociedade de Beneficência. Um é um discurso que pronunciou ao instalar-se o Colégio das Orfãs no ex-Convento de Nossa Senhora das Mercês, e outro a publicação de hino do "señor camarista Dr. D. Vicente López", cantado por ocasião da distribuição dos prêmios de 1831. São dois impressos interessantes, principalmente pela perfeição da vinheta. (In Secção de Obras raras.)
- 331) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Of. de 5 maio.
- 332) Cartas cit., 1843, de Moncorvo. O bilhete, que veio prêso ao ofício de Honório, de 4 de maio, também se encontra in Arq. Part. Ponte Ribeiro, *Correspondência recebida*.
- 333) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Of. de 2 de junho.
- 334) Carta de 11 junho 43.
- 335) PONTE RIBEIRO, *Memória sôbre os limites do Brasil com a Guiana Francesa*, cit., pág. 27.
- 336) Carta cit., de 11 junho 43.
- 337) *In Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, 1ª folha do Of. cit., de 2 de junho.
- 338) Carta de 21 junho 43.
- 339) *Ibid.*
- 340) Honório, desp. cit., de 4 maio 43, e Paulino, desp. de 22 agosto 43, a Ponte (in Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 272/3), e carta de 10 maio 53, a Paranhos (in Arq. Part. do Visconde de Rio-Branco, Arq. Hist. do Itamarati).
- 341) *Revista Argentina de Derecho Internacional*, N. 4, Año 1, 1921, págs. 253 a 259.

- 342) A mesma expressão usou Honório nas Instruções a Sinimbu. Guido dissera: "a mis incesantes instigaciones." E Honório: "Tratado de aliança para o qual o govêrno imperial se poderia dizer instigado por parte da Confederação."
- 343) Nesta frase de Guido, por si só, revela-se a origem argentina do tratado.
- 344) Honório, nota de 2 de maio 43, e Guido, notas de 25 de abril e 12 maio 43, (*in O Tratado de 24 de Março*, cit., págs. 37 e sgs.)
- 345) Refere-se também à sua versão no final da nota de 2 maio 43, loc. cit. pág. 46.
- 346) Instruções a Sinimbu, cit.
- 347) Of. de Londres, de José Marques Lisboa, de 6 junho 43, cópia anexa ao desp. de Paulino, de n. 24, 22 julho 43, *in* Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 272/3.
- 348) *O Tratado de 24 de Março*, cit., pág. 9.
- 349) *As Relações do Brasil com as Repúblicas do Rio da Prata*, págs. 68 a 70.
- 350) Cópia da comunicação de Arana, *in* Of. Ponte, n. 13, de 22 março; e circular de Honório, original (2ª via) *in* Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 272/3.
- 351) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Of. de 24 de junho.
- 352) *Ibid.*, Of. de 24 e 25 junho. Sôbre Arana *vide* também: PONTE RIBEIRO, *Pro-Memória, Buenos-Aires, 1843*, Lata 270/1/9. O mesmo que disse a Ponte, Arana também falou a Mandeville (Cady, op. cit., pág. 113).
- 353) *Buenos-Aires, Ofícios, 1843*, Of. de 22 junho. Moutinho, Of. de 17 junho 42, dizia: "o inglês Gordon tem-se visto abarbadado para pôr em execução a sua viagem ao Paraguái."
- 354) Minuta de carta, cit. em nota 227.
- 355) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Of. de 8 e 22 de julho e 17 agosto. Sôbre a doença de Arana, tem Ponte Ribeiro também uma nota *in* *Pro-Memória*, cit. em nota 352.
- 356) Despacho de Honório, de 8 maio 43.
- 357) Instruções a Sinimbu, de 6 de junho, e circular sôbre o bloqueio de 26 abril 43.
- 358) A correspondência de Sinimbu acha-se nos volumes: *Legação Imperial em Montevidéo, 1842-1843*, e *Legação Imperial em Montevidéo, 1843-1846* (Arq. Hist. Itamarati). Aos ofícios dêste volume acrescentarei a nota de Res., para os distinguir dos daqueles. Sinimbu, Of. de 20 julho 43.

- 359) *Legação Imperial em Montevidéo, 1842-1843*, Of. de Régis, 23 junho 43, e cópia anexa do Of. de 16 junho 43 a Vasques. PONTE RIBEIRO, *As Relações do Brasil*, págs. 49 e 50.
- 360) *Ibid.* A indignação de Ponte contra o ato de Garibaldi pode-se deduzir do que escreveu em umas folhas de papel, que se encontram no seu Arq. Part. 271/2.
- 361) *As Relações do Brasil*, pág. 49 e 50.
- 362) Sinimbu diria mais tarde: "Tínhamos chegado a um acôrdo," tratando de suas conversas com Vasques, a respeito do caso de Garibaldi. Chegou a fazer uma memória que entregou ao Oriental. Porém, não encontrei nada que comprove a existência daquele acôrdo. Ao contrário, o pensamento de Sinimbu era o de que êle não podia mudar coisa alguma ao pedido de Régis, porque fôra o caso submetido a julgamento do govêrno imperial. Embora discordasse da opinião de Vasques, que pretendia transformar a questão num desafio entre particulares, Sinimbu não concordava também com o procedimento de Régis, muito menos com o seu pedido de castigo a Garibaldi. A Paulino, dizia Sinimbu: "Quantô a mim o Agente brasileiro não procedeu como devia... Se o modo de proceder foi irregular e precipitado, menos razoável me parece ainda a exigência feita pelo sobredito Encarregado para a reparação da injúria..." Res., de 21 de julho e 10 de agosto 43.
- 363) Sinimbu, Res. de 21 julho, e Paulino, desp. a Ponte, de 22 agosto 43.
- 364) Sinimbu acrescentava: "Não só fizeram tudo quanto podiam para que se tornasse explêndido o ato da recepção, como particularmente me deram satisfações por não fazerem tanto quanto desejavam." (Of. de 8 agosto 43.) Florêncio Varela dizia, em carta de 9 de agosto, a Magariños: "El nuevo Ministro se recibió ántes de ayer, con todo el lucimiento posible." (*Apud* MATEO J. MAGARIÑOS DE MELLO, op. cit., pág. 277.)
- 365) Sinimbu, Res. de 17 agosto 43.
- 366) J. L. V. CANSANSÃO DE SINIMBU, *Discurso pronunciado no Senado, em 31 de Agosto de 1883*, pág. 40 (Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1883).
- 367) Instruções cit., de Honório a Sinimbu.
- 368) Res. de 22 agosto e 3 setembro 43.
- 369) Desp. de Paulino a Ponte, de 22 agosto 43, cit., em nota 363.

- 370) Realizou-se esta conferência entre Rosas e Ponte, a 16 de agosto. O boato da aliança partiu da recepção de Sinimbu.
- 371) Of. cit., de José Marques Lisboa, em nota 347.
- 372) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Of. de 17 agosto.
- 373) Desp. de 25 agosto 43, original in Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 272/3.
- 374) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, of. de 9 setembro, e PONTE RIBEIRO, *Relações do Brasil*, cit., págs. 77 e 78.
- 375) Ibid.
- 376) Sinimbu, Res., de 10 setembro 43.
- 377) Sinimbu, Disc. cit., de 31 agosto 1883, pág. 48.
- 378) Ibid., pág. 45, e Sinimbu, Res. 20 agosto 43.
- 379) Sinimbu, Res. de 10 setembro 43.
- 380) Ibid.
- 381) Memória anexa ao Res. de 9 setembro 43, com o título: "*Ligeiras observações sobre os negócios do Rio da Prata oferecidas á consideração de S. M. O Imperador do Brasil pelo Ministro Residente em Montevideo João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. É aí que, pela primeira vez, desvenda Sinimbu as suas idéias políticas sobre o Rio da Prata. Este reservado chegou ao Rio com os outros, datados do dia seguinte, sobre o bloqueio.
- 382) Sinimbu, Ofs. de 9 e 12 setembro e Res. de 10 setembro 43.
- 383) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, anexo ao Of. de 12 setembro 43.
- 384) Ibid., Of. de 15 setembro 43. Ponte acrescentava sobre os membros do clube: "como inimigos jurados do Brasil." Sobre Lafon, o homem que possuía mais da metade de Montevideo: MATEO J. MAGARIÑOS DE MELLO, op. cit., pág. 126, nota 5, e JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA, op. cit., págs. 390 e 655, nota 15.
- 385) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Of. de 12 setembro. Ponte não embarcou para Montevideo, por causa do mau tempo (in Sinimbu, Res. de 25 setembro 43). Cf. o que escreveu Ponte a Sinimbu e a Paulino, em setembro de 43, com o que em 1844 diria num escrito intitulado: "*Observações sobre as exigências do Governo de Buenos-Aires relativas ao desconhecimento do Bloqueio declarado em Montevideo* (Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 270/1/2).

- 386) *Buenos-Aires* — *Ofícios, 1843*, Of. 18 setembro 43 e cópia do de 12 setembro a Sinimbu. *Pro-Memória*, cit. em nota 279.
- 387) Sinimbu, Of. de 18 setembro 43, e, no Res. de 25, acrescentava: “Rosas recebeu com sumo desgosto a notícia do nosso procedimento, como me comunica pelo Patacho Argos o Ministro em Buenos-Aires, a quem não foi também agradável.”
- 388) Sinimbu, Of. de 12 e 15 setembro 43 e cópias anexas. Ponte, of. cit., de 12 setembro, a Paulino, e as três memórias citadas em nota 279.
- 389) Sinimbu, Of. de 15 setembro 43. No Res. de 25 setembro, confirma opinião sobre o não reconhecimento do bloqueio.
- 390) *Ibid.* — Em 1883, indagava Sinimbú, no Senado, se a confirmação do seu ato não teria evitado a guerra do Paraguái. (*Disc. cit.*, pág. 62.)
- 391) Original de Santiago Vasques não está datado. Mas, remetendo essa nota em 23 de setembro de 43, dizia Sinimbu tê-la recebido na véspera, 22 de setembro.
- 392) *Buenos-Aires* — *Ofícios, 1843*, Of. de 19 setembro.
- 393) *Ibid.*, Of. de 22 setembro. Ponte dizia sobre Arana: “Pareceu-me mais tranquilo a respeito do desconhecimento; e, segundo o que já me tinha dito, presumo que as razões alegadas no extrato que lhe mandei fizeram-lhe alguma impressão e ao governador.”
- 394) Ponte vinha estudando a resposta, desde 18 de setembro. Mas esta resposta seria no sentido “de evitar o efeito que produziria atualmente o desconhecimento do bloqueio.” (Ofs. 18 setembro e 20 outubro.) Neste último é que confessa a surpresa que lhe causou a nota de Arana, pois dizia: “nunca Arana falou de dirigir-me nota alguma... tôdas estas circunstâncias concorreram a aumentar a surpresa que me causou aquela nota; que me foi enviada depois do Pacote ter feito à vela.”
- 395) *Buenos-Aires* — *Ofícios, 1843*, Of. 26 setembro e anexos.
- 396) *Ibid.*, Of. de 2 outubro, escrito, no entanto, de 2 a 4 de outubro.
- 397) *Ibid.*, Of. de 2 outubro e anexos. As notas de Ponte e Arana foram publicadas na íntegra em “*La Gaceta Mercantil*”, n. 6.020, de 23 de outubro de 1843. Este mesmo número traz também a nota de Rosas, de 13 de

outubro de 43, dirigida à Sala dos Representantes, sobre a questão do bloqueio.

- 398) Joaquim Manuel de Macedo, op. cit., pág. VIII.
- 399) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Of. de 21 outubro.
- 400) Contava Sinimbu a sua conversa com Vasques sobre limites, assim: “Então lhe perguntei, se, dado o caso dessa negociação, o Governo Oriental reconhecera como limite do Império o território compreendido entre o Quaraim e o Arapeí, a que nos julgávamos com direito. Vasques me respondeu que o Governo não faria questão de limites.” Talvez, à vista desse desinteresse ou, então, supondo com isso interessar o governo imperial nos seus planos políticos, acrescentou Sinimbu: “Enquanto a mim o Brasil não pode prescindir de um ponto nas margens do Rio da Prata: esse ponto pela política dos nossos antepassados foi Colônia; e pela nossa deve também ser... Acerca disso nada tenho dito, porque receio que nos atribuam vistas ambiciosas.” (Res., de 10 setembro 43.)
- 401) No Of. cit., de 10 setembro, dizia Sinimbú: “O estado de finanças deste país é miserável.” Por isso, para a efetivação da política que aconselhava, assegurava não ser preciso mandar soldados, mas apenas dinheiro. Mudou dias depois de opinião, pois começou por pedir reforçasse a esquadra brasileira e acabou, ao saber da reação de Rosas, por aconselhar mandasse o governo imperial que o Barão de Caxias se entendesse com Frutuoso Rivera e com os Madariagas de Corrientes. (Res. n.º 22, de 26 setembro 43.) Até no modo de escrever a mudança de Sinimbu fôra completa e visível, pois a sua política acabaria por transformar o Brasil, de solicitado, em solicitador de alianças. E isso quando suas instruções declaravam não se aliaria o Império, de forma alguma, com o general Rivera.
- 402) Desp. 23 setembro 43, in *Despachos de agosto de 1842 a outubro de 1843*. Paulino recebeu ao mesmo tempo os ofícios de 9 a 12 de setembro de Sinimbu. Assim só soube da opinião do diplomata favorável à Praça e das conversas que tivera com Vasques sobre os limites na mesma ocasião em que sabia do não reconhecimento do bloqueio e ainda da aliança pretendida. Tudo isso Paulino soube no dia 22 de setembro. No entanto, desde 11 de setembro, Vasques nas instruções a Florencio Varela, que partia para Londres, falava nos “nuevos

compromisos em que provavelmente va á entrar la Republica con el Imperio del Brasil." Essas probabilidades, assim, existiam inteiramente á revela do govêrno brasileiro, que a 11 ignorava tudo. O ministro Vasques, no entanto, não desconhecia esta particularidade, pois na conversação que teve com Sinimbu, êste lhe declarou não ter instruções para entrar em negociações e que ia pedir. A 10 solicitou Sinimbu instruções em Res. n.º 8, chegado a Côrte a 22 com os outros. Nessa mesma ocasião escreveu Vasques a Magariños sôbre a aliança pretendida. A 23 de setembro procurou Magariños o ministro Paulino e repetiu-lhe o que Vasques dissera a Sinimbu. Logo, qualquer probabilidade só podia existir depois da resposta do govêrno imperial e não antes. A resposta foi negativa e imediata. Não era possível alguém falar, nessas condições, de probabilidades de aliança. No entanto a probabilidade das instruções, que não existira, foi transformada, em Londres, em pactos já formalizados, e que o Brasil, á última hora, não quis assinar. Além disso falava Varela a Aberdeen, em nome do Brasil, desembaraçadamente, como se não houvesse um ministro brasileiro devidamente autorizado para pôr o Lorde a par do pensamento do govêrno imperial. Porém o que dizia era o oposto áquele pensamento. Assim, por exemplo, a nota de Mandeville, de 16 de dezembro de 1842, indicava Varela, como responsável pela suposta aliança do Brasil com a Praça. Ora, o contrário, justamente, ocorrera. Um dos motivos do tratado de 24 de Março de 1843, tanto indicado pelo general Guido, quanto pelo ministro Honório, fôra a necessidade da aliança entre o Brasil e a Argentina, para, juntos, se contraporem á intervenção européia. Aquela nota fizera a aliança do Brasil com Rosas, e não do Brasil com a Praça. Rosas, porém, não ratificou o tratado, por saber não passar a intervenção de idéia de Mandeville, desaprovada por lorde Aberdeen. (Sôbre Varela, vide: MATEO J. MACARIÑOS DE MELLO, op. cit., págs. 215, 223, 224, 228 e 229.) Varela tinha interêsse em fazer com que Aberdeen acreditasse que o motivo de o Brasil não se aliar a Praça era consequência do fato de a politica inglesa se chegar mais para Rosas do que para Montevideo, como ia acontecendo. Porém Aberdeen não era homem que se comovesse com o procedimento tortuoso de

seus agentes. Tanto assim que aprovava todos. Depois tinha o lorde quem lhe desse informações precisas do Brasil.

- 403) Paulino dizia também a Sinimbu: "O Ministro Plenipotenciário dessa República, Magariños, acaba de estar comigo e repetiu as proposições, que Vasques fez aí a V. Sa." (Desp. cit., de 23 setembro 43.)
- 404) *In* Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 272/3, o original. — Paulino, em 1844, nos primeiros dias do ano, em instruções que pretendia dar a José Joaquim Machado de Oliveira, a quem ia enviar a Bolívia como encarregado de negócios, escrevia: "É do maior interesse para o Império que a Confederação Argentina não aumente seu território e a sua influência, muito principalmente enquanto ela fôr dirigida por um homem cheio de tanta ambição, energia, astúcia e perseverança como é o governador Rosas... Rosas não tem somente vistas sobre o Paraguái, mas também sobre o território de Bolívia. Não esconde pois as suas pretensões sobre a Província de Tarija. O general Guido, que procurei sondar sobre este assunto, me disse que os direitos da Confederação a essa Província eram mui simples e incontestáveis. O Encarregado de Negócios Boliviano em Buenos-Aires disse, porém, ao comendador Duarte da Ponte Ribeiro que Bolívia nunca consentiria nessa pretensão, e é isso muito para desejar. V. Sa. concebe muito bem quanto seria prejudicial ao Império, que estabelecida a influência de Rosas na Banda Oriental, pela presidência de Oribe, sua criatura, conseguisse êle, além disso, unir á Confederação o Paraguái e parte do território da Bolívia. Romper-se-ia assim todo o equilíbrio entre as Repúblicas do Sul da América Meridional. O Chile e a Bolívia ficariam em uma linha muito secundária e sem alguma importância; a Confederação preponderaria e viriamos assim adquirir um vizinho, além de muito ousado e ativo, muito poderoso. Ora é isso que muito convém evitar, com jeito e prudência, porque não nos convém, ao menos por ora romper, com Rosas. Nesse sentido devem obrar os nossos Encarregados de Negócios no Chile e Paraguái e Vossa Mercê também. Se não foram as continuadas e infames traições de Rivera, e a conseqüente impossibilidade de qualquer aliança com o Governo Oriental, o apuro das nossas finanças, a rebelião do Rio Grande do Sul, o

receio de que possam sobrevir novas comoções em alguma província do Império, o Governo Imperial embargaria a Rosas desde já os primeiros passos de sua ambiciosa política na Banda Oriental. Nas circunstâncias em que estamos, porém, repele a prudência êsse procedimento, e é por isso necessário esperar da Diplomacia os serviços que as armas não poderiam fazer hoje, sem nos expor a perigos dos quais uns são certos, como por exemplo: o aumento progressivo do *deficit* das nossas finanças, e outros infelizmente muito prováveis." A missão Machado de Oliveira não se realizou, pois com a queda dos conservadores Paulino deixava o ministério. Do seu plano diplomático, que iniciara em janeiro, apenas a missão de Pimenta Bueno ao Paraguái se verificou. Porém, já delineava o futuro, que êle mesmo, a partir de outubro de 1849, poria em execução até a queda de Rosas em 1852. Esta minuta de instruções, letra do próprio Paulino, está hoje no Arq. Part. de Ponte Ribeiro, Lata 271/1/20. Tem o seguinte título: "Projecto de Instruções do Paulino a Je. Joaqm. Machado de Oliveira (1844) q não seguiu para o seu destino." No Arquivo collocaram outro título, coisa recente: "Projeto e Instruções de Limpo de Abreu sôbre a política com Oribe e Rosas a J. J. Machado de Oliveira." Houve engano, por supor, quem catalogou o documento, que o Paulino, a que se refere o título, fôsse António Paulino Limpo de Abreu e não Paulino José Soares de Souza. A letra, estilo e pensamento é de Paulino. Depois êste "do Paulino" só pode se referir a Paulino de Souza. Se fôsse a António Paulino, estaria escrito: "do Limpo", ou "do Limpo de Abreu".

- 405) Cópias anexas ao Of. de Ponte Ribeiro, de 2 outubro, cit., em nota 396.
- 406) PONTE RIBEIRO, *Pró-Memória*, cit., in Arq. Part., Lata 270/1/9.
- 407) Of. cit., de Ponte Ribeiro, de 2 outubro 43.
- 408) *Buenos-Aires — Offícios, 1843*, Of. de 21 outubro e 16 novembro.
- 409) Of. cit. de 16 novembro. PONTE RIBEIRO, *Pró-Memória*, cit., — também escrevia Ponte ter o deputado Torres dito: "que se o Ministro (brasileiro) se julgasse seguro, estava enganado pois a irritação popular se tinha declarado contra êle, que se não chegasse tão pronto o Barco de Vapor com o reconhecimento do bloqueio,

havia aquele Ministro sido sufocado na Legação com os cadáveres dos Brasileiros." E, referindo-se ao governo imperial, acrescentava o mesmo Torres: "Governo do Brasil, cuja existência moribunda é um escândalo para a América."

- 410) Sinimbu, Of. de 6 outubro 43.
- 411) Carta de 5 outubro 43, in Arq. Part. Ponte Ribeiro.
- 412) Carta de 28 novembro 43. No "*Diário de um Presidente*", já citado, Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, então deputado geral, anotou no dia 21 de dezembro de 1843: "Segundo pensa o Ministro dos Negócios Estrangeiros o Governo do Brasil se acha em uma posição mui difficil relativamente a Montevideo e a Buenos-Aires. Frutuoso nos tem completamente burlado; há as provas mais claras de sua perfídia para conosco, e de sua intelligência com os rebeldes, aos quais favorece: e cumpre por esta ocasião notar que entre outras se encontrou uma carta do caudilho em que êle zomba muito e mete a ridículo o Cansansão, que se achava em Montevideo, e no qual diz Fruto não acreditar. O procedimento dêste nosso diplomata deu ocasião, como é sabido, a Rosas nos classificar de seus inimigos, e vencido Frutuoso, arredondado o domínio de Buenos-Aires com o Paraguái, natural é que D. João Manuel se volte contra nós. O Cansansão nunca teve instruções para favorecer mais a causa de um do que de outro. O Ministro tem documentos firmados pela mão dêle que provam: e se não foi pôsto em processo deve à circunstância de que nessas instruções se declara que deve desconfiar de Frutuoso e Rosas, o que não convém ficar patente." Paulino, respondendo a um aparte de Sinimbu, dizia na sessão da Câmara, de 22 de maio de 44: "O nobre deputado disse que havia pedido a sua responsabilidade. É verdade que quando chegou de Montevideo, e me fez a honra de procurar-me em minha casa, então me disse que, visto não haver o governo aprovado o seu procedimento, desejava ser responsabilizado. Mas o nobre deputado sabe muito bem que o processo de responsabilidade deveria ser baseado sôbre as suas instruções e sôbre tôda a correspondência havida sôbre tais negócios, e que, no estado em que estavam as coisas, não era possível que o governo fizesse tudo público, entregando tôdas essas peças reservadas e secretas ao tribunal que teria de julgar

- o nobre deputado." (In "Jornal do Comércio", 29 maio 44.) Em 1845 foi a questão do bloqueio discutidíssima na Câmara, a par do tratado de 24 de março de 43. O ministro leu então uma carta de Cansansão de Sinimbu, em que negava a existência de tratado. Esta discussão foi toda ela enfiçada, pelo ministro, que era então Limpo de Abreu, na publicação, citada várias vezes, *O Tratado de 24 Março* (pág. 164). Sinimbu pediu demissão do cargo a 20 de outubro de 43 (In *Reservados* cit. de 43-46).
- 413) *Legação Imperial de Montevidéo, 1842-1843*, Of. 19 de outubro de 43 e anexos.
- 414) *Ibid.*, vários ofícios. Sinimbu, Res. de 23 agosto 43, já remetia relação de 105 pessoas que partiram no *Eolo*, sendo que um dos brasileiros, com mulher, treze filhos e um escravo.
- 415) *Ibid.* Of. de 30 dezembro 43 e anexos.
- 416) *Ibid.*, Of. de 15 novembro 43.
- 417) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Of. de 20 outubro.
- 418) *Ibid.*, Of. de 28 junho.
- 419) Segundo Ponte chegaram os paraguaios a 21 de outubro (Of. de 25 outubro). Porém, no *Diário del viaje de la goleta Nacional Republica del Paraguay* (Col. Rio Branco, Bibl. Nac.), Peña consignou o dia 20. Ponte, no mesmo ofício, dizia: "sendo um dos adidos filho do cônsul López". Mais tarde Peña, em carta de 11 de janeiro de 1865, lembrava a Solano López: "Nuestra estrechez fué íntima, dormíamos en un mismo camarote, cuando veníamos y volvíamos en la goleta *Republica del Paraguay*."
- 420) *Diário del viaje*, cit.; *Patente de Navigacion* e outros papéis sobre a missão Peña (in Col. Rio Branco, Bibl. Nac.).
- 421) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Of. de 25 outubro.
- 422) *Ibid.*
- 423) *Ibid.*, Of. de 19 novembro, e Pro-Memória, cit. em nota 279. Ponte escrevia no ofício: "O Boliviano tomou esta sem cerimônia por pouco apreço da sua Nação e Governo, e esteve a ponto de voltar atraz, e pedir os seus passaportes, segundo me contou; mas Arana pôde persuadi-lo que é costume seu, e daquela mesma forma recebe ao Sr. Manderville."
- 424) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Ofs. de 28 outubro e 20 novembro.

- 425) Carta de Peña ao cônsul López, de 12 novembro 43 (*in* Col. Rio Branco, Bibl. Nac.). Sôbre Solano López dizia Peña: "Dn. Francisco Solano se halla muy guapo, y en lo demas va muy bien, se puerta como quien es."
- 426) *Buenos-Aires* — *Ofícios*, 1843, Of. de 20 novembro 43.
- 427) Ofs. Res. ns. 33 e 34, de 23 setembro, (*in* Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 272/3.)
- 428) *In* Arq. Ponte Ribeiro, Lata 272/3, o original. A minuta autógrafa *in* Arq. V. do Uruguái. Paulino, na sessão de 29 maio 46, diria o seguinte na Câmara: "O não reconhecimento do bloqueio de Montevideo pelo Sr. Cansansão de Sinimbu deu lugar a que o ministro da Confederação Argentina, Arana, dirigisse ao ministro brasileiro em Buenos-Aires, o Sr. Duarte da Ponte Ribeiro, uma nota violenta e por ventura pouco decorosa. O Sr. Duarte da Ponte Ribeiro teve de responder a esta nota e fê-lo com dignidade." ("Jornal do Comércio", de 1 e 2 julho 46.)
- 429) *In Despachos Reservados de agosto de 1842 a outubro de 1843*, Arq. Hist. Itamarati.
- 430) *Buenos-Aires* — *Ofícios*, 1843, Of. de 15 novembro.
- 431) *Ibid.*, Of. de 27 novembro.
- 432) *Ibid.*, Of. de 10 dezembro, já de Montevideo. PONTE RIBEIRO, *Pro-Memória*, *in* Arq. Part. Lata 271/1/14.
- 433) *Buenos-Aires* — *Ofícios*, 1843, Ofs. de 21 e 28 dezembro.
- 434) *Ibid.*, Of. de 19 dezembro 43. Papéis referentes á missão Peña citados em nota 419 e 420. Carta de Peña ao cônsul López, de 26 novembro 43.
- 435) Of. cit., de 19 dezembro 43.
- 436) Cópia *in* *Buenos-Aires* — *Ofícios*, 1843, de 21 dezembro.
- 437) A data da partida é a que consignou PONTE RIBEIRO, *Pro-Memória* cit., *in* Arq. Part. Lata 270/1/14, que combina com a notícia publicada no "Jornal do Comércio", de 20 de janeiro de 1844. Ponte continuava com o braço direito mais ou menos inutilizado, pois dizia a Peña, em carta: "me conservo todavia por haberse agravado mi brazo..." e "mi brazo nó me permite ser más extenso..."
- 438) Sôbre a família de Ponte Ribeiro, D. IDA SAMPAIO HUET DE BACELLAR, *Algumas informações*.
- 439) Carta de José Maria do Amaral, de Bruxélas, 19 março 1853, a seu irmão Joaquim (Visconde de Cabo Frio), *in* Arq. Hist. Itamarati.

- 440) Documentos Oficiais sôbre os Negócios do Rio da Prata (Rio de Janeiro, Typ. Universal, 1851), págs. 1, 9, 14, 26 e 27.
- 441) *Diário de um Presidente*, cit., nota do dia 13 de setembro. A 26 de outubro voltava ao caso da condecoração: "Ouvi que a causa da desgraça do Bento Lisboa não é a Grã-Cruz do Paulo, mas a de a não ter trazido para o Ministro da Graça e da Justiça, que então era o Paulino." Rodrigo de Souza da Silva Pontes, que seria mais tarde grande amigo de Paulino, era então seu opositor, talvez pelo fato de ter Paulino nomeado o Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira. desembargador no Maranhão, e isso quando Pontes e Albino brigavam no Pará, um como presidente e o outro como chefe de polícia. (In CONSELHEIRO ALBINO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA, *Memórias de um Magistrado do Império*, anotadas por AMÉRICO JACOBINA LACOMBE, págs. 154 e 155 (Comp. Ed. Nacional, 1943.)
- 442) Esta memória foi publicada em 1936, nas Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional. No Arq. V. do Uruguái existe exemplar desta memória, com o título: *Memória secreta sôbre o Rio da Prata*. Foi cópia feita pelo filho mais velho de Ponte Ribeiro, em 1850, como se vê de documento existente no Arq. Part. Ponte Ribeiro. Com exemplar da memória, Ponte escreveu a Paulino: "Melhor teria sido haver eu posto á margem desta Memória as advertências que estão no original, mas não o fiz por obediência á indicação de V. Exa." Sôbre Ponte Ribeiro, dizia José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, ministro brasileiro no Peru, o seguinte: "Mais que voulez-vous? Il y a des hommes qui ne trouvent bon que ce qui est fait par eux." Esta carta datada de Lima, 25 julho 1854, foi entregue, talvez por quem a recebeu, ao próprio Ponte e hoje se encontra no seu Arq. Part., in *Correspondência recebida*.
- 443) Esta memória de Ponte foi publicada em 1895, na Imprensa Nacional, com o seguinte título: *Apontamentos sôbre o Estado da Fronteira do Brasil em 1844*. Vem em anexo as *Observações*, feitas pelo general FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA SOARES DE ANDRÉAS, em 1847, ao trabalho de Ponte. Em 1842, havia escrito Ponte outra memória sôbre limites, porém de parte apenas da fronteira: *Memória sôbre os Limites e Negociações do Brasil com as Repúblicas do Peru, Bolívia e Paraguái*,

datada de 10 de abril de 1842, in Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 268/1/2.

444) Op. cit., pág. 16.

445) Nº 35, de 4 de maio de 1843. Encontram-se dois exemplares no Arq. V. do Uruguái. Num, com letra do próprio Uruguái, lê-se a seguinte nota: "Traz uma memória importante. Ve. Of. nº 38, de 20 de Julho de 1843, de Duarte da Ponte Ribeiro." No outro, com letra de Duarte, se encontra apenas: "Limites com o Brasil!?" A memória publicada era de D. ANTÔNIO ALVAREZ SOTO MAIOR, um dos comissários demarcadores dos limites do tratado de 1777.

446) JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA, op. cit., pág. 174. No Arq. Part. de Ponte Ribeiro encontramos vários documentos referentes ao tratado proposto por Ferreira França. Na Lata 270/2/1, encontram-se duas notas originais de D. Andrés Lamas, de 1849, afirmando a existência da proposta Ferreira França a Magariños, muito embora não existisse na secretaria comprovação alguma do tratado. Na pasta 271/2, existe uma *Lembrança*, escrita pelo próprio PONTE RIBEIRO, que diz: "Em 14 de outubro de 1849, Frutuoso teve conferências em casa de I. D." Fruto, nestas conferências, contara: "que, quando esteve aqui em 1845 tivera mais de dez conferências com o Ministro Ernesto Ferreira França para concordar com a linha de Fronteira do Brasil com a República Oriental: e entrara nessas conferências por entendido nessa matéria, de que Magariños não tinha conhecimento como êle. Que estas conferências tinham lugar em casa do Ministro França, e eram sempre interrompidas pelos chamados da mulher e gritos dos filhos..." Estas conferências, tenho para mim que não existiram. Rivera fôra derrotado em India Muerta em 27 de março de 1845. Passou no Jaguarão para internar-se em território brasileiro. Daí é que veio para o Rio de Janeiro. Enquanto Ferreira França foi ministro até 26 de maio de 1845. Não me parece possível que, nos últimos dias de ministério, fôsse Ferreira França discutir um tratado e isso logo depois da derrota de Rivera. A proposta de Ferreira França, que se encontra em cópia no Arq. V. do Uruguái, letra de Ponte Ribeiro, foi entregue pelo encarregado Leal, quando êste voltou de Montevideo. A intenção do ministro talvez fôsse de um contra projeto

- à proposta de Magariños, de 13 de março de 1844, sôbre a qual escreveu Ponte: "O Sr. Magariños, Ministro da República do Uruguái nesta Côrte, apresentou ao Govêrno Imperial, com data de 13 de março de 1844 apontamentos, memória ou nota, como se lhe queira chamar, em que solicita recursos pecuniários para o Govêrno de Montevideo continuar a guerra a Rosas; e oferece, em compensação, o reconhecimento dos limites do Brasil no *statu quo* em que se acham atualmente."
- 447) O original de Ponte, datado de 10 de agosto de 1845, in Arq. V. do Uruguái. Vide JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA, op. cit., págs. 384 e 654, nota 11.
- 448) Arq. Part. Ponte Ribeiro, *Correspondência Recebida*.
- 449) O original de Ponte, datado de 20 de outubro de 1846, in Arq. V. do Uruguái.
- 450) Ponte Ribeiro refere-se a êsse achado em exposição feita, em 1863, ao Marquês de Abrantes, existente no Arq. Hist. do Itamarati.
- 451) Vários papéis in Arq. do V. do Uruguái.
- 452) In Arq. do V. do Uruguái.
- 453) *Correspondência del doctor Manuel Herrera y Obes — Diplomacia de la Defensa de Montevideo*, Tomo III, pág. 170 (1915 — Est. Graf. A. de Martins — Buenos-Aires).
- 454) Vide: *El Paraguay Independiente*, ns. 84 a 86, de 16 junho e 13 e 20 outubro de 49; *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, apresentado á Assemblêta Geral Legislativa, na 1ª sessão da 8ª legislatura*, pág. 16 (Typ. Imp. e Const., de J. Villeneuve & Cia., 1850 — Rio de Janeiro); e *Anexo A — Negócios do Rio da Prata*, págs. 81 a 85, in *Rel. da Repart. dos Neg. Estrangeiros, 3ª sessão da 8ª legislatura* (Typ. Universal de Laemmert, 1851, Rio de Janeiro).
- 455) Cópia in Arq. Part. de Ponte Ribeiro, Lata 270/3/9. Esta cópia foi remetida pelo próprio Monçores, em 28 agosto 1849, a Bento Manuel Gonçalves. Êste a remeteu ao Senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, a 11 de outubro. E Vasconcelos ao ministro Paulino, em 28 de novembro.
- 456) Carta a José Maria da Silva Paranhos, de 10 setembro 1852, Arq. Visconde de Rio Branco, in Arq. Hist. Itamarati.
- 457) JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA, op. cit., pág. 575.
- 458) *Ibid.*, págs. 261 e 262, e nota 5 da pág. 649.

- 459) *In Despachos Reservados n. 9*, fls. 81, Arq. Hist. Itamarati.
- 460) JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA, op. cit., capítulos IX ao XI.
- 461) Papéis *in* Arq. do V. do Uruguái.
- 462) Como vimos das discussões de Ponte com o Marechal Santa Cruz, foi Ponte Ribeiro, na diplomacia, o primeiro a reviver no Império o *uti possidetis* como base para a delimitação do Brasil. Pelo que escreveu êle, na ocasião, era o *uti possidetis real* o que pretendia. O mesmo se conclui não só da nota boliviana de San Jines, mas também da proposta do peruano Cáceres. Porém, Ponte Ribeiro mudou de idéia depois da discussão com Ferreyros, em 1841, pois aceitou a proposta dêste, dando-lhe razão, para que o *uti possidetis*, que concordaram, por base dos limites, fôsse o da data da Independência da República. Ora, isso já não era o *uti possidetis de fato*, mas o *de juris*. Com o tratado de 1841, não só modificou Ponte o seu pensamento, mas fez com que na secretaria fôsse também modificada a maneira por que encarava o ministro as questões de limites. Aureliano de Souza, então ministro, aceitou inteiramente a nova opinião de Ponte Ribeiro, a ponto de determinar nas instruções que deu a Miguel Maria Lisboa, em 31 de maio de 1842, o seguinte sôbre os limites com a Venezuela: "tomando-se por base o *uti possidetis* da época em que a República de Venezuela sacudiu o jugo da Espanha e anunciou a sua existência política." (*Instruções e Credenciais*, cit., fls. 138 v.) É visível a influência de Ponte, que já estava no ministério, na redação destas instruções. Mas ainda em junho de 42, a secção dos negócios estrangeiros do Conselho de Estado impugnava o *uti possidetis* do tratado de 41 com o Peru, sem, no entanto, pretender modificar o *uti possidetis de juris*, consignado no tratado, pelo *de fato*. Quem fez foi Paulino de Souza. Foi, como ministro, quem determinou pela primeira vez o *uti possidetis de fato* como fonte de todo o direito brasileiro nas suas questões de limites com as repúblicas de origem espanhola. Nas instruções que deu a Pimenta Bueno, em 16 de outubro de 1843, referiu-se à posse, sem, porém, esmiuçar a questão. Pouco depois, nas instruções a Machado de Oliveira (cit. em

nota 404), Paulino desenvolveria todo o seu pensamento e que iria prevalecer, não de 1844, quando escreveu, mas de 1851 em diante. Paulino a Machado Oliveira dizia: "Pelo que respeita a essa questão de limites deverá Vossa Mercê regular-se pelos princípios seguintes: Sendo o Tratado definitivo de limites de 13 de Janeiro de 1750 anulado pelo de 12 de Fevereiro de 1761 foram as coisas restabelecidas ao *statu quo* antes daquele e as duas Nações Portuguesa e Espanhola ficaram mantidas nas suas respectivas posses. Nenhuma alteração poderiam sofrer essas posses pelo Tratado Preliminar de 1º de Outubro de 1777, ainda que hoje vigorasse, não só porque êste tratado nunca produziu direito perfeito, por isso que era preliminar e dependia de averiguações, que nunca concordaram as duas Potências, como também porque o seu principal objeto era garantir as possessões das duas Coroas, como muí claramente expressam os primeiros artigos, pelo que as condições subsequentes nunca foram mais do que bases para regular os trabalhos, que deviam servir para um tratado definitivo. Quanto mais que aquele Tratado não pode ser invocado por isso que a guerra declarada pela Espanha a Portugal em 1801 pôs térmo às condições preliminares que encerra. Esses princípios foram reconhecidos pelo próprio Governo de Bolívia em a Nota dirigida pelo Ministro das Relações Exteriores da mesma República em 27 de abril de 1838, sendo feita igual declaração ao Presidente de Mato-Grosso, em data de 8 de julho do mesmo ano. A natural e necessária consequência de tudo isso é que as ocupações verificadas antes do Tratado de 1777 devem ser guardadas à Nação ocupante, e que todo o nosso direito se funda no *uti possidetis*. É verdade que o Ministro das Relações Exteriores de Bolívia procura invalidar o reconhecimento de que trata a nota citada, dizendo que os atos da administração do General Santa Cruz não estabeleciam precedentes, e não produziam obrigação, porque o seu governo era nulo. Essa coarctada porém é exótica e insustentável..." — Com isso repunha Paulino o verdadeiro sentido do *uti possidetis*. Porém, só em 1851, com as instruções a Ponte, em que Paulino fala claramente no *atual uti possidetis*, para se contrapor mais uma vez á idéia que prevalecera no tratado de 1841, é que se positivou seu pensamento. Assim, em

síntese, podemos dizer, antes de 1851, havia a doutrina, esposada por Ponte Ribeiro, desde 1838, porém desvirtuada no tratado de 41 e nas instruções de 42, impug-nada pelo Conselho de Estado, rebuscada em 1844, por Paulino quem primeiro a desenvolveu, e novamen-te esquecida. Paulino, em 1851, não só repôs o *uti possidetis* nos seus verdadeiros têrmos, mas assentou-o por base da limitação do Império, já nas instruções a Ponte Ribeiro, de 51, já, pouco depois, nas instruções a Honório e Limpo de Abreu, para o tratado com o Uruguái. Nestes dois tratados é que se afetivou o *uti possidetis*. Tanto assim que pôde o ministro Paulino dizer na Câmara, comparando o que havia antes de 49, em relação à política externa, com o que existia em 1852: "Antes era chefe da Confederação Argentina o general Rosas, que sustentava a validade do tratado de 1º de outubro de 1777; que promovia uma coalizão dos Estados americanos, que conosco confinam para a sustentar igualmente; e que assim nos preparava dificuldades e lutas na solução das nos-sas questões de limites, porque não cederíamos, nem poderíamos ceder... Hoje está reconhecido o princí-pio do *uti possidetis*, que sustentamos, não só no tra-tado que celebramos com o Peru, mas no de limites com o Estado Oriental." (Discurso de 4 junho 52, in PAULINO, *Três Discursos* (Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve, 1852), págs. 81 e 82.

- 463) Minuta das Instruções in Arq. do V. do Uruguái.
- 464) JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA, op. cit. págs. 338 e 339.
- 465) *Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico, 1851-1852*, in Arq. Hist. Itamarati, Of. de 30 maio 51, de Santiago.
- 466) Ponte Ribeiro anotou minuciosamente as suas negociações em Lima, inclusive as conferências, numa exposição que fez ao ministro Paulino, intitulada: *Convenção entre o Império do Brasil e a República do Peru sobre a liberdade de Comércio pela Fronteira, Navegação interior, Extradicação e Limites*, in Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 281/5.
- 467) Cartas particulares de Ponte a Paulino, in Arq. do V. do Uruguái.
- 468) PONTE RIBEIRO, *Observações*, escritas depois de terminada a missão, em fevereiro de 1853, in Arq. V. do Uruguái.

- 469) *Convenção Entre o Império do Brasil e a República do Peru*, cit.
- 470) Cartas particulares de Ponte a Paulino, e minutas de Paulino a Ponte. Arq. V. do Uruguái.
- 471) Res. de 26 outubro 51, in *Missão Especial*, e PONTE RIBEIRO, trabalho datado de Lima, 23 outubro 51, com o título; *Protocolo da Negociação do Tratado de Limites com o Peru, concluído em 23 de Outubro de 1851*, in Arq. Part. Ponte Ribeiro.
- 472) Ibid.
- 473) Carta de Ponte, particular de 26 outubro 51, e resposta de Paulino, de 19 janeiro 52.
- 474) Carta particular de 10 agosto 51.
- 475) Ibid., de 26 outubro 51.
- 476) Ibid., de 9 novembro 51, a última de Lima.
- 477) Minuta de 19 janeiro 52.
- 478) Ponte, Res. de 21 novembro 51, de Tacna, e carta ao oficial-maior Azambuja, de Sucre, 7 janeiro 52, in *Missão Especial*, cit. No Arq. Part. de Ponte Ribeiro Lata 271/2, acha-se um ofício cifrado, de Ponte a Paulino, datado de Lima, 9 outubro 51. Neste ofício dizia Ponte: "Nesta ocasião parte para as Privilências do norte de Buenos-Aires um célebre corônel Alvarez, que serviu com o general Paz, e leva outros capitães, para fazer a revolução em Tucumã e Salta, aonde é chamado pelos Revolucionários. Alvarez é de extraordinária importância como o pode dizer o general Paz; está em correspondência com Urquiza..." Na mesma lata 271/2, Arq. Part., existe também umas notas de Ponte sobre as 2.000 armas adquiridas no Chile, pelo governador Rosas. Estas notas estão datadas de 2 de dezembro de 1851 (talvez de Tacna).
- 479) *Memória sobre as Repúblicas do Pacífico*, exemplar cit. em nota 28.
- 480) Carta Particular, de 27 dezembro 51, Chuquisaca.
- 481) Carta a Azambuja, cit. em nota 478.
- 482) Carta de 27 dezembro 51, cit. O ponto, a que se refere Duarte, das 9 da manhã às 3 da tarde, parece-me ter sido inovação. D. Pedro I, ainda na regência, fixara o ponto, em 5 de dezembro de 21, para o Tesouraria-Mor e Contadorias Gerais, das 9 horas da manhã às 2 da tarde, dando, ao mesmo tempo, certas normas sobre o horário das repartições. Anteriormente, ao menos

- na Secretaria dos Negócios Estrangeiros, o ponto era das 9 e meia da manhã às 2 e meia da tarde. Este último horário estabelecera-o Tomás Antônio de Vilanova Portugal, em 27 de setembro de 1819. (*Decisões de 1821*, pág. 53, e *de 1819*, pág. 29.)
- 483) Datada de Cuiabá, 27 maio 51, in Arq. V. do Uruguái.
- 484) *Apontamentos sôbre a demarcação dos limites do Império no que diz respeito à Província de Mato-Grosso*. Datada de Cuiabá, 1º dezembro 51 e remetida a Paulino com of. da mesma data. Sôbre mesmo assunto, interessante Of. Leverger a Paulino, de 20 junho 53. (*In Arq. V. do Uruguái*.)
- 485) PIMENTA BUENO, *Brevre Resumo* (1836), cit. em nota 205, e PONTE RIBEIRO, *Memória* de 1842, cit. em nota 443.
- 486) Cópia autenticada anexa aos *Apontamentos* de LEVERGER, cit. em nota 484. Os mineiros deixaram Guarajús, pela ordem de 2 de maio de 1781, expedida pela Secretaria de Estado.
- 487) PONTE RIBEIRO, *Memorandum*, datado de Chuquisaca, 16 fevereiro 52, anexa à carta particular de 6 maio 52, de Santiago. Alcides Arguedas, op. cit., refere-se assim a Belzu: "Vanidoso en sumo grado, tenia un concepto muy alto de su propia persona y le gustava recargar sus uniformes de general con cintilantes bordados de oro, cabalgar en caballos briosos y ser seguido por largas, vistosas y elegantes comitivas." (Pág. 140.) "Tiempo de barbarie y de brutalidad fue ese..." (Pág. 142.) "La torpeza y la ignorancia se dieron de mano hasta por destruir los archivos nacionales..." (Pág. 143.) "Belzu conseguiu su objeto porque el terror fue loco en toda la Republica..." (Idem.)
- 488) *In Missão Especial*, cit. em nota 465.
- 489) *Memorandum*, cit. em nota 487.
- 490) Carta de 11 fevereiro 52, in *Missão Especial*.
- 491) PONTE RIBEIRO, *Memorandum*, datado de Valparaiso, 7 setembro 52, in *Missão Especial*.
- 492) PONTE RIBEIRO, *Pro-Memória*, datada de Chuquisaca, 16 fevereiro 52, anexa à carta de 6 maio 52, cit. em nota 487.
- 493) *Ibid.* Sôbre o atentado contra Belzu, em Sucre, 6 de setembro de 1850, vide: VILAMIL, op. cit., T. III, pág. 71, e ARGUEDAS, op. cit., pág. 150. O coronel Augustin Morales escreveu sôbre a tentativa de 1850 um folheto,

com o seguinte título: *Constestacion del CORONEL DON AUGUSTIN MORALES a D. Francisco P. Belzu, dada en los numeros 12, 13 y 14 del periodico "El Siglo". Sucre, Enero 10 de 1860* (Imprenta de Beeche Arrendada). A Biblioteca do Itamarati tem o exemplar dêste folheto, que pertenceu a João da Costa de Rêgo Monteiro, então encarregado de negócios no Chile e mais tarde ministro na Bolívia, primo ou irmão do Rêgo Monteiro que acompanhou Ponte Ribeiro na sua missão à Bolívia, Antônio da Costa Rêgo Monteiro. Este folheto, parece-me, ter João Rêgo Monteiro enviado a Ponte Ribeiro, tendo antes feito algumas anotações. Na página 18, encontrei a seguinte nota: "A mulher de general Belzu, a senhora Garrite fugiu da companhia dêste, por causa dos seus maus e brutais tratamentos e vícios." Na página seguinte (19), o próprio Morales escreveu: "podré asegurar que Manuel Y. y Francisco P. Belzu, simbolizais en vuestros propios nombres lo mas escrable de los vicios de la humanidad." Isso deu motivo ao seguinte comentário do brasileiro: "Manuel Isidro Belzu, Presidente da Bolívia, Francisco Paulo Belzu — divorciado da sua mulher — Filhos ambos naturais de um sacristão de Oruro."

- 494) Instruções datadas de 1 maio 1849, in Arq. V. do Uru-guái.
- 495) Carta de 9 abril 52, de Valparaiso.
- 496) PAULINO, *Relatório de 1851*, cit. em nota 454, pág. XIII, e documentos 32 e 33, pág. 53 dos *Documentos Oficiais*, anexos ao mesmo *Relatório*. PONTE RIBEIRO, *Memorandum*, datado de Chuquisaca, de janeiro de 52, anexo à carta cit. de 6 maio 52.
- 497) Carta de 20 fevereiro 52, in *Missão Especial*.
- 498) *Pro-Memória*, cit. em nota 492.
- 499) Carta a Azambuja, de 26 fevereiro 52, in *Missão Especial*.
- 500) *Ibid.*, de Valparaiso, de 6 abril 52.
- 501) *Memória sobre as Repúblicas do Pacífico*, cit. em nota 28.
- 502) Carta cit. de 9 abril 52. Ponte estava em Buenos-Aires 1829, das negociações de Lavalle e Rosas, como vimos. É interessante aqui transcrever o que escreveu Ponte Ribeiro, em 1 de junho de 1829, de Buenos-Aires, no officio n. 14: "Até agora nada se sabe do resultado que teve a missão do coronel que Rosas mandou a Montivideo a pedir a mediação daquele Govêrno. Seja qual

fôr o resultado, o certo é que êste govêrno está cuidando de transigir com Rosas; julgo que se concluirá por meter-se Guido nesse arranjo, e ainda que não apparece tratando, é êle quem dá a direção. A base essencial da transação é convocar-se a reunião dos Representantes da Sala que existia no 1º de Dezembro último, para êstes elegeram o governador, seja permanente, ou provisório, até se fazerem novas eleições para deputados, cujo número deverá ser desde logo aumentado. Como Rosas é quem tem a força e há de influir para a nomeação do novo governador, já diz para quem se inclina: um dos três vai ser nomeado e são 1º Puerridon, que tem amizade a Rosas, mas não reunirá os sufrágios da Sala, pelo que praticou em 1816; 2º Viemont, que é muito federal e conhecido, mas não tem suficientes talentos para ser chefe; 3º Guido, que reúne votos dos influentes federais e está na frente dos Unitários não exaltados. Tenho tido bastante intimidade com êste, e se me não engano é o homem mais a-propósito para levar as coisas a melhor ordem." A 1a. via dêste officio está *in Lima — Officios, 1829-1837*, e a 2a. via no Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 270/1/14.

- 503) Carta de 22 julho 52 (minuta).
- 504) Carta cit. de 9 abril 52, Valparaíso.
- 505) *Ibid.* de 30 abril 52, Santiago (ao ministro Paulino).
- 506) Carta cit. de 6 maio 52.
- 507) Paulino, minuta de 22 julho 52, e Ponte, carta de 12 agosto 52.
- 508) Carta de 31 maio 52, Santiago.
- 509) JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA, *op. cit.*, págs. 438 e 442.
- 510) Minuta de 19 agosto 52.
- 511) *Missão Especial*, vários reservados de maio em diante. E cartas a Paulino, de 14 julho, 12 agosto e 1 setembro 52.
- 512) Carta de Paulino a José Maria da Silva Paranhos, de 10 setembro 52 (Arq. Visconde de Rio Branco, *in* Arq. Hist. Itamarati); e carta de Paulino a Ponte, de 19 agosto 52.
- 513) Carta de 1 outubro 52, Valparaíso.
- 514) *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa na vª sessão da 9ª. legislatura*, pág. 5 (Corpo Diplomático).

- Rio de Janeiro Tip. do Diário de A. & L. Navarro, 1853. E "Jornal do Comércio", 1º Janeiro 1853.
- 515) *Algumas anotações*, cit. nota 8, escritas por D. IDA SAMPAIO HUET DE BACELLAR.
- 516) *La agonía del cristianismo*, pág. 18.
- 517) Carta de 19 março 1853, em nota 439.
- 518) *Sermões e Lugares Selectos*, pág. 309. Continuação em nota 584.
- 519) Carta de Ponte Ribeiro a Azambuja, sôbre sua pretensão de voltar para Buenos-Aires, de 11 fevereiro 52, teria chégado à Côrte em fins de março. Desde 13 de dezembro de 1851, Paulino oferecera a Rodrigo de Souza Pontes o cargo de ministro plenipotenciário em Buenos-Aires ou de ministro residente em Montevideo. Em 19 de janeiro de 52, Paulino já havia recebido a carta de Silva Pontes, em que optara pelo primeiro cargo, e lhe respondia: "Nada prpús a S. M. o I. a tal respeito, porque ainda não chegou a oportunidade, a qual terá chágado quando Rosas cair..." (*In Arq. V. do Uruguái.*)
- 520) *In Arq. V. do Uruguái.*
- 521) Carta 15 janeiro 53 (cópia), e vários papéis de Ponte, *in Arq. do V. do Uruguái.*
- 522) Carta de Paulino a Carvalho Moreira, de 22 setembro 853, Arq. Part. Borão de Penedo, *in Arq. Hist. do Itamarati.*
- 523) Exposição feita por Ponte Ribeiro, cópia, sem data. Deve ser de fins de 1867, depois de sua missão em Lisboa. *In Arq. Hist. do Itamarati.*
- 524) Carta cit. de 19 janeiro 52.
- 525) Exposição de fins de 1867, cit. em nota 523.
- 526) O catálogo de 1852, tem o seguinte título: *Relação dos Mapas que existem na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros no ano de 1852*. Consta como sendo de Ponte. Em 52, porém, Ponte esteve todo o ano na Bolívia e Chile. A letra parece-me do Major Izaltino José de Mendonça Carvalho. Êste ilustre militar devia então estar trabalhando no Ministério dos Estrangeiros, pois possui cópia manuscrita da memória de Miguel Maria Lisboa. sôbre o Oiapoque, com mapas desenhados por Izaltino. Embora datada de 49, a cópia que pertenceu a Paulino deve ser de 51 a 53 (*In Arq. V. do Uruguái*). O catálogo de 54, que é o de Ponte, tem o título: *Catálogo dos Mapas da*

Secretaria dos Negócios Estrangeiros — 1854. Está datado e assinado por Ponte Ribeiro. Existem mais três catálogos na Mapoteca do Itamarati: de 1857, 1859 e 1876-1896, todos mais ou menos atribuídos a Ponte Ribeiro. O de 57 não me parece possa ser atribuído a Ponte. Antes o atribuiria a Izaltino, ou, melhor, ao autor do de 1852. O de 59 parece-me trabalho de Ponte. Aí não só corrigiu o de 54, mas retirou as anotações. O de 1876-1896 traz o nome de Ponte, apenas como homenagem póstuma, que lhe quis prestar o verdadeiro autor, que escreveu: "organizado com as respectiva classificação e anotações pelo Conselheiro Barão da Ponte Ribeiro e continuado..."

- 527) Exposição feita em 1863, cit. em nota 450.
- 528) Tanto este quanto o diário de 1784 foram documentos essenciais à elucidação da questão com a Argentina. O diário de Cabrer e o mapa, adquiridos em 1842, pelo ministro Aureliano e Ponte, também foram de grande utilidade. O Barão de Rio Branco utilizou-se de todos eles, principalmente do diário do coronel Alpoim, em vários passos do notabilíssimo trabalho que apresentou ao Presidente da América do Norte. (*Obras do Barão do Rio Branco, I, Questões de Limites — República Argentina.*) No Arq. do V. do Uruguái se encontram notas de Ponte Ribeiro, de 1 agosto 54, com o título de *Pro-Memória*, sobre os volumes encontrados no Arquivo Público, referentes às demarcações de 1786 e 1787. Pouco antes é que devia ter achado esta obra, pois faz uma síntese da matéria, por volume. Desta memória se vê que o *Diário* do coronel Alpoim já se achava na Secretaria dos Negócios Estrangeiros, retirado pelo mesmo Ponte Ribeiro do Arquivo do Ministério da Marinha.
- 529) Exposição feita em 1867, cit. em nota 523. Nesta exposição se refere também aos mapas furtados, que conseguiu reaver em 1842. *Vide* págs. 165 e 166 e notas 285 a 288.
- 530) As duas memórias de 1855 foram publicadas *in Tratado de Limites entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina celebrada em 14 de Dezembro de 1857*, págs. 6 a 14 (Rio de Janeiro, typ. Nacional, 1878). A memória de 1876 (1 de fevereiro) foi elaborada por Ponte Ribeiro já quase aos 81 anos de idade, e tem o título: *Apontamentos relativos à negociação do Tra-*

- tado de Limites entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina.* Acha-se esta memória também publicada no cit. *Tratado de Limites*, com o *Aditamento* escrito por Ponte em 10 de fevereiro de 1876.
- 531) Carta de 18 setembro 51, de Lima (*in* Arq. V. do Uruguái).
- 532) *Observações sôbre o Tratado de Aliança entre o Brasil e o Paraguái* (14 de outubro de 1844), datado de 8 de abril de 1846, Arq. Part. Ponte Ribeiro, lata 280/3/1.)
- 533) *In* Arq. Part. Ponte Ribeiro, lata 280/3/2.
- 534) Cópia autenticada das instruções *in* Arq. V. do Uruguái. E carta de Leal, de 25 novembro 1853, *in* Arq. Hist. do Itamarati.
- 535) *In Correspondência Recebida*, Arq. Part. Ponte Ribeiro.
- 536) *Buenos-Aires — Ofícios, 1843*, Of. de 25 outubro.
- 537) *Considerações sôbre o estado das relações políticas do Brasil com o Paraguái, que aconselham embarçar que o Generalíssimo, filho do Presidente López, passe para aquela República com os vapores, armamentos e engajados, que foi buscar à Europa para hostilizar o Império*, datada de 15 outubro de 1854. *In* Arq. Part. Ponte Ribeiro, Lata 280/3/3.
- 538) PONTE RIBEIRO, *Considerações sôbre a urgência de mandar por todos os caminhos à Província de Mato-Grosso, homens e materiais de guerra, porque se deve contar que será agredido por López, hoje vanglorioso de ter afastado do Paraguái a Esquadra Brasileira, e julgar-se mais forte do que o Império, tendo ao seu lado o valioso Generalíssimo*, datada de 1 junho 1855, e *Observações feitas aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Marinha, chamando a atenção do Governo Imperial sôbre a Pro-Memória em que falo do estado bélico do Paraguái, e da politica do presidente López com o Brasil; e junto esboços hidrográficos, e plantas das baterias de Humaitá, Lambaré e Tucumbá*, datada de 11 agosto 1857.
- 539) Carta de 14 julho 58, de Paris, Arq. Barão de Penedo, *in* Arq. Hist. Itamarati.
- 540) *Ibid.*
- 541) *Ibid.*, de 1º janeiro 59.
- 542) *Vide* págs. 109 a 116.

- 543) *Memória de 1842*, cit. em nota 443. O mapa desenhado por Seweloh, que juntou Ponte a esta memória, acha-se na Mapoteca do Itamarati.
- 544) No Arq. Part. Ponte Ribeiro, lata 273/1/4, encontra-se a memória intitulada: *Missão Diplomática à Republica de Bolívia*, que se divide em várias partes, sendo as principais datadas de 25 setembro e 18 outubro 1859. O documento seguinte (lata 273/1/5) refere-se ao mesmo assunto e tem o título: *Resumo Histórico das Posses na Fronteira do Brasil*, datado de 22 março 1860.
- 545) *La Cuestion de Limites entre Bolívia y Brasil*, cit., pág. 13.
- 546) *Memória de 1842*, cit. em nota 443.
- 547) *Missão Diplomática*, cit. em nota 544, fls. 12 v. O original do mapa da linha verde encontra-se na Mapoteca do Itamarati.
- 548) Of. a Paulino, de 15 fevereiro 53, in Arq. V. do Uruguái.
- 549) *Missão Diplomática*, cit. em nota 544, fls. 13v.
- 550) *Ibid.*, na parte intitulada: *Projeto de Convenção*, fls. 35.
- 551) *La cuestión de Limites entre Bolívia y Brasil*, cit., págs. 13 e 80.
- 552) *Missão Diplomática, Projeto de Despacho explicativo dos Mapas que acompanham as instruções*, fls. 42 e 43, e *Projeto de Instruções*, fls. 33.
- 553) Sobre mapa da linha verde, vide in *Obras do Barão do Rio Branco — V — Questões de Limites — Exposições de Motivos*, pág. 12, nota 1.
- 554) Cópia anexa ao Of. de Leverger a Paulino, de 22 janeiro 52, in Arq. V. do Uruguái.
- 555) São as memórias. 80, 26 janeiro 60; 91, 6 junho 62; 96, 8 agosto 62; 100, 30 setembro 62, e 101, 20 outubro 62. Todas in Arq. Hist. Itamarati.
- 556) Exposição feita por Ponte Ribeiro, em 1863, cit. em nota 450.
- 557) Cópias anexas à exposição feita por Ponte, em fins de 1867, cit. em nota 523. Na mesma data escrevia Abrantes a Ponte: "Em 24 de abril de 1863. — Ilmº e Exmº Sr. — Convindo verificar se nos Arquivos de Portugal, e principalmente na Torre do Tombo, existem Mapas e Memórias, que interessem ao Império, e de que não haja cópias em nossos arquivos, a fim de propor ao Govêrno de Sua Magestade Fidelíssima a

troca dêsses documentos com outros da mesma natureza, e que êle por ventura não possuia: resolveu o Governo Imperial, aproveitando os conhecimentos de V. Exa. na matéria de que se trata. encarregá-lo desta comissão. Esperando do zêlo e solicitude de V. Exa. pelo serviço público o cabal desempenho da referida comissão, cabe-me preveni-lo de que nesta data dirijo-me à Legação Imperial em Londres determinando que seja abonada a V. Exa. a gratificação mensal de duzentos mil réis ao câmbio de 27 d. esterlinos por mil Rs\$, enquanto durarem os trabalhos de que é incumbido, e a datar do dia em que V. Exa. partir desta Côrte, e a Legação Imperial de Lisboa para solicitar do Governo de Sua Magestade Fidelíssima a expedição de ordens precisas a fim de que sejam franqueados a V. Exa. os Arquivos do Reino, e os documentos que julgue dever consultar. Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. as seguranças de minha perfeita estima e distinta consideração. Marquês de Abrantes. — A S. Exa. o Sr. Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro." Cópia (letra de Ponte) in Arq. Hist. do Itamarati.

- 558) Memória 108 do Catálogo do Arq. Hist. Itamarati, Lisboa, 26 novembro 63.
- 559) Minuta in *Correspondência Expedida*, Arq. Part. Ponte Ribeiro.
- 560) A nota do Barão de Itamaracá ao Duque de Loulé é de 4 de dezembro de 1863. A resposta do Duque é de 27 de março de 1864. Cópias anexas à Exposição de 1867, cit. em nota 523. João Francisco Lisboa estivera, em comissão do govêrno, incumbido de trabalho de pesquisas nos arquivos de Portugal. A 27 de abril de 1863, três dias depois da designação de Ponte, Itamaracá comunicava a morte do ilustre escritor maranhense, ocorrida na véspera. (*Ofícios de Lisboa*, Res. 29, in Arq. Hist. Itamarati.)
- 561) Os *Borradores* encontram-se entre os papéis da missão a Lisboa, in Arq. Hist. Itamarati. CASSIUS BERLING, no livro *A MAPOTECA DO ITAMARATI* (Rio de Janeiro, 1936), refere-se minuciosamente à missão de Ponte Ribeiro, de 64 a 67.
- 562) Minuta de carta a José Marques Lisboa, datada de 22 de junho de 1864, in *Correspondência Expedida*, Arq. Part. Ponte Ribeiro.
- 563) Exposição feita em 1867, cit. em nota 523,

- 564) Cópias entre os papéis referentes à missão de 64 a 67. A comunicação de Ponte a Itamaracá, sobre a troca de mapas, é de 20 de janeiro de 1867. O ato, segundo esta comunicação, realizara-se no dia 14 de janeiro de 1867, na Repartição dos Trabalhos Geográficos. Ponte entregara ao general Folques os mapas, chegados do Rio de Janeiro, enquanto o general lhe entregara os dos arquivos de Lisboa. Depois d'êste ato, assinaram os respectivos recibos.
- 565) Estes trabalhos, publicados na Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve, estão no Arq. V. do Uruguái, junto a um cartão de visitas de Ponte Ribeiro, com os motivos que o levavam a escrever. Porém já não era ao Visconde, sim ao seu filho Paulino, a quem Ponte enviava os trabalhos. Dêstes, dois têm o mesmo título: *Limites do Brasil com o Paragudí*. O outro tem o título: *Apontamentos relativos à Fronteira do Império do Brasil com a República do Paragudí*, datado de 22 de abril de 1872.
- 566) Este officio está incluído entre as memórias de Ponte com o título: *Ponderações sobre a opinião errônea e inconveniente que se propala no Brasil de ter o Sr. Conselheiro Lopes Netto mudado, em Bolívia, a política do Governo Imperial com a República do Pacífico; e haver conseguido com essa mudança o que não tinham podido realizar os diplomatas seus antecessores*. Arq. Part. Ponte Ribeiro. Lata 275/7/1.
- 567) ESCRAGNOLLE DÓRIA, *Relação dos Baronatos*, in *Anuário do Museu Imperial*, pág. 56, 1945.
- 568) Carta, de Paris, 1 agosto 73, in *Correspondência Expedida*, Arq. Part. Ponte Ribeiro.
- 569) Catálogo, na Mapoteca do Itamarati. Confrontando cartas de Luís da Ponte Ribeiro com a do Catálogo, cheguei à conclusão de que a letra não é a mesma do Catálogo.
- 570) In *Correspondência Expedida*, Arq. Part. Ponte Ribeiro.
- 571) Memória sobre limites com a Argentina, cit. em nota 530. A referente ao Oiapoque, de 1 agosto 877, publicada com o título: *Aditamento à minha memória n. 177*, na Imprensa Nacional, 1895.
- 572) O mapa foi litografado na oficina Rensbourg. E de se notar que na exposição, intitulada: *Mapa da Fronteira do Norte do Império* (in A. V. U.), as dez pri-

houve do espólio do dito Brigadeiro, que foi ali morrer expatriado..." (In Ar. Part. Ponte Ribeiro.)

- 584) Enviou-me o meu amigo Walter Alexander de Azevedo o seguinte depoimento do Visconde de Abaeté, sobre o gênio abespinhado de Ponte Ribeiro: "...o Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, que fez timbre de tratar os homens com grosseiria e o belo sexo com desprezo." (Conf. n. 9, de Montevideo, 4/2/856, ao ministro Paranhos, *in* Arq. Hist. do Itamarati.)

★

*ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA EMPRESA GRÁFICA
DA "REVISTA DOS TRIBUNAIS" LTDA.,
A RUA CONDE DE SARZEDAS, 38, SÃO
PAULO, PARA A COMPANHIA EDITORA
NACIONAL, EM 1952.*

★



JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA

UM DIPLOMATÁ DO IMPÉRIO

(Barão da Ponte Ribeiro)

*“La vida es lucha, y la solidaridad
para la vida es lucha y se hace en la
lucha”.*

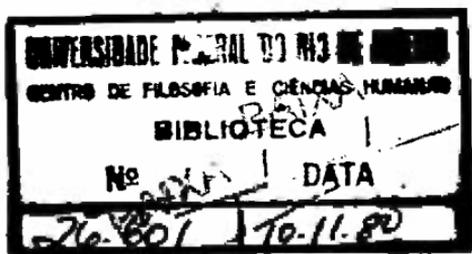
MIGUEL UNAMUNO



-754-

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO





1952

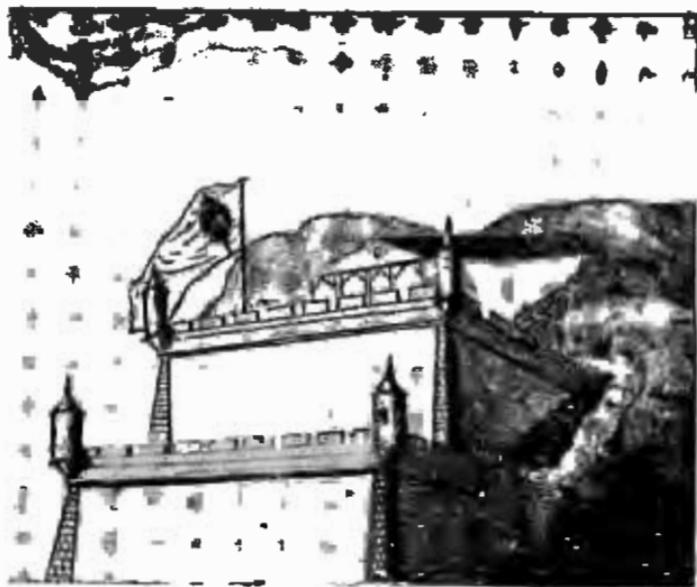
IMPRESSO NOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
PRINTED IN THE UNITED STATES OF BRAZIL

ÍNDICE

Cap.	
I — De cirurgião a diplomata	1
II — Um momento decisivo	10
III — As Repúblicas do Pacífico	24
IV — Luta contra o passado	35
V — Brigue, carruagem e lombo de mula	53
VI — Entre os Filhos do Sol	68
VII — Solução de um problema	83
VIII — Um mundo em ebulição	99
IX — Uma estrêla que se apaga	117
X — A última prenda e o primeiro tratado	127
XI — Ministro Residente	140
XII — ¡Viva la Confederación Argentina! ¡Mueran los salvajes unitarios!	155
XIII — Onde a história se complica	167
XIV — Aliança frustrada	185
XV — Aproxima-se a borrasca	205
XVI — Um lance desencontrado	223
XVII — A borrasca	234
XVIII — Ressurreição	252
XIX — Ministro Plenipotenciário	265
XX — O tratado com o Peru	281
XXI — Um govêrno volante	298
XXII — Despedidas	315
XXIII — Geografia e História — Mapas e Documentos	328
XXIV — A tradição	342
XXV — Quando a vida é uma teima	355
Notas	371

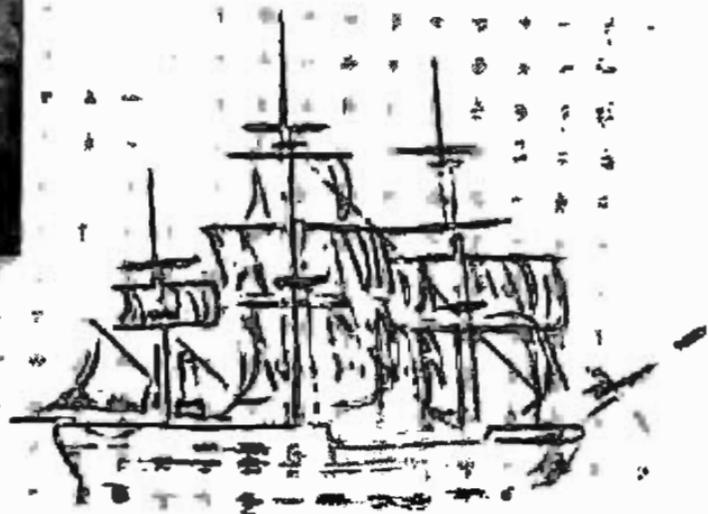


Duarte da Ponte Ribeiro, quando ainda cavaleiro da ordem de Cristo, de 1829 a 1841 (talvez de de 1833, depois de sua primeira viagem às Repúblicas do Pacífico). Quadro a óleo existente no Itamarati.



Um dos documentos adquiridos por Ponte Ribeiro, em 1843, em Buenos-Aires, a Pedro de Angelis. Perspectiva do Forte de Santo Amaro, no pôrto de Santos. Documento original, de 1765, da Mapoteca do Itamarati.

Navio americano Massachusetts, em que Ponte Ribeiro fez a sua última viagem de Santiago ao Rio de Janeiro, em 1852. Desenho do próprio Ponte Ribeiro, original no Arquivo Histórico do Itamarati.



*Duarte da Ponte Ribeiro.
Reprodução pelo fotógrafo
Artigue, de Buenos-Aires
(1858 a 1864)*



*Baronesa da Ponte Ribeiro.
Retrato tirado em Lisboa,
pelo fotógrafo Alfredo Fil-
lon (1867 ou 1873).*



*Retratos pertencentes à D.
Ida Sampaio Huet de
Bacellar.*



Barão da Ponte Ribeiro, já nos últimos anos de vida. Retrato pertencente à D. Ida Sampaio Huet de Bacellar.